



## DECLARAÇÃO

Apresentamos abaixo os índices contábeis da Oi S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 76.535.764/0001-43, com base no balanço de 31 de dezembro de 2018.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 0,70$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,99$$

$$CCL = (\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}) = \text{R\$ } 10.624.025 \text{ mil}$$

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,96$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 1,54$$

$$EG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}} = 0,65$$

$$CT = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} = 1,86$$

$$GCT = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 0,54$$

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo não Circulante}} = 2,05$$

Onde (em milhares de reais):

Ativo Total = 65.437.797

Ativo Circulante = 21.313.484

Ativo não Circulante\* = 8.632.464

Estoques = 317.503

Passivo Circulante = 10.689.459

Passivo não Circulante = 31.852.527

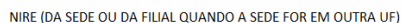
Patrimônio Líquido = 22.895.811

\*Não inclui Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2019.

Marcelo Antônio Leal Gomes  
CRC-RJ- 083.182  
Contador





Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

## Eventos

008

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER E CLAUDIO DA CUNHA VALLE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 13/05/2019 e arquivado em 13/05/2019

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2019/263666-9

Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

71

1/1

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: QT SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/263666-9 Data do protocolo: 07/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 13/05/2019 SOB O NÚMERO 00003610664 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 66821A69781E0BFB8F23AADBCB429DB676CD75521B169CB4E389835606912313

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 1/71









**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**

CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43

NIRE 33.30029520-8

COMPANHIA ABERTA

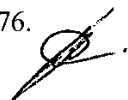
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o  
§ 1º do art. 130 da Lei nº 6.404/76)

**1. Data, hora e local:** No dia 26 do mês de abril de 2019, às 11:00hs., na sede da Oi S.A. (“Companhia”), à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

**2. Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (4) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes. Em Assembleia Geral Extraordinária: (5) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tornar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de *audit committee* atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável; (6) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos; (7) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração; (8) Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabelece as regras, limites e procedimentos que deverão reger os contratos de indenidade a serem celebrados pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas com seus administradores e integrantes que venham a ser contemplados pela referida Política, acompanhada do modelo de contrato de indenidade a ser celebrado com cada beneficiário; e (9) Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.

**3. Convocação:** Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V, nas edições dos dias 27/03/2019, página 107; 28/03/2019, página 73; e 29/03/2019, página 288; e no Jornal Valor Econômico – Edição Nacional, nas edições dos dias 27/03/2019, página B6; 28/03/2019, página B9; e 29/03/2019, página B11, em conformidade com o artigo 124, caput e §1º, da Lei n.º 6.404/76.



Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



3.1. Todos os documentos e informações relativos à Ordem do Dia foram disponibilizados aos acionistas, em 27/03/2019, em conformidade com a Instrução CVM nº 481/09 (“Instrução CVM 481”).

4. **Presença:** Participaram da Assembleia, comparecendo à sede da Companhia ou exercendo o seu direito de participação à distância, na forma do artigo 121, parágrafo único da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM 481, acionistas representando 82,09% das ações ordinárias e 80,74% do capital social da Companhia, conforme se verifica (i) pelas assinaturas apostas no “Livro de Presença de Acionistas” e (ii) pelos boletins de voto à distância válidos, recebidos diretamente pela Companhia, na forma da Instrução CVM 481, conforme mapa de votação divulgado pela Companhia em 24 e 25 de abril de 2019. Presentes, ainda, os Srs. Eleazar de Carvalho Filho, Presidente do Conselho de Administração da Companhia; Eurico de Jesus Teles Neto, Diretor Presidente e Jurídico; Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores; José Cláudio Moreira Gonçalves, Diretor sem designação específica na função de Diretor de Operações; Bernardo Kos Winik, Diretor sem designação específica na função de Diretor Comercial; Sr. Silvio Almeida, Diretor Administrativo-Financeiro; Arthur José Lavatori Correa, Diretor Jurídico Societário e Mercado de Títulos; bem como a Sra. Daniela Maluf Pfeiffer, membro do Conselho Fiscal. Também participaram da Assembleia os Srs. Gustavo Pereira e Esmir Oliveira, representantes da BDO Auditores Independentes, bem como o Sr. Marcelo Lucena e a Sra. Delcimara Rolim Mendes da Silva, ambos da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

5. **Mesa:** Verificado o quórum legal, e em conformidade com as disposições do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, foi instalada a Assembleia pelo Sr. Eleazar de Carvalho Filho, que assumiu a presidência e indicou como secretário dos trabalhos o Sr. Rafael Padilha Calabria.

6. **Deliberações:** Após a leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins de voto à distância, considerando as posições acionárias mais recentes constantes dos livros da Companhia, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, consoante o parágrafo 4º do art. 21-W da Instrução CVM 481, o Primeiro Secretário esclareceu que as ações preferenciais terão direito a voto nas matérias que serão deliberadas na Assembleia, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei nº 6.404/76. O Primeiro Secretário registrou ainda que, observado o Parágrafo 1º do Art. 19 do Estatuto Social, a ata será lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos, e conterá apenas a transcrição das deliberações tomadas, observando-se para tanto as condições indicadas nas alíneas “a” e “b” do parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Por unanimidade, foi dispensada a leitura das matérias constantes da Ordem do Dia da presente Assembleia e documentos correlatos.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



Em Assembleia Geral Ordinária:

**6.1** Com relação ao **item i** da Ordem do Dia, depois de discutidos, foram aprovados, por maioria, com 2.484.368.020 votos favoráveis, representando 99,98% dos votos válidos, tendo sido registrados 388.147 votos contrários, e a abstenção por detentores de 2.321.242.547 ações, as contas dos administradores e o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

**6.2** Em relação ao **item ii** da Ordem do Dia, depois de discutida, foi aprovada, por maioria, com 2.531.079.518 votos favoráveis, representando 99,98% dos votos válidos, tendo sido registrados 388.994 votos contrários, e a abstenção por detentores de 2.274.530.202 ações, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 24.591.139.968,97 (vinte e quatro bilhões, quinhentos e noventa e um milhões, cento e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos), para absorção na conta de Prejuízos Acumulados.

**6.3** Quanto ao **item iii** da Ordem do Dia, depois de discutida, foi aprovada, por maioria, com 2.529.765.603 votos favoráveis, representando 99,27% dos votos válidos, tendo sido registrados 18.553.383 votos contrários, e a abstenção por detentores de 2.257.679.728 ações, a proposta da administração para a fixação da verba global anual da Administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2019, na seguinte forma: (iii.1) verba global anual para o Conselho de Administração da Companhia, no valor de até R\$ 14.675.267,20 (quatorze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), considerando honorários, incentivo de longo prazo baseado em ações e respectivos encargos sociais; (iii.2) verba global anual para a Diretoria da Companhia, no valor de até R\$ 43.993.668,32 (quarenta e três milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos), montante que engloba as seguintes componentes: remuneração fixa, bônus executivo, incentivos de longo prazo baseados em ações, retenção executiva, benefícios e respectivos encargos sociais; e (iii.3) verba global anual para o Conselho Fiscal, no valor mínimo previsto no parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei n.º 6.404/76.

**6.4** Em relação ao **item iv** da Ordem do Dia, inicialmente foi registrada a requisição de eleição em separado para membros do Conselho Fiscal por acionistas titulares de ações preferenciais presentes à Assembleia, na forma do artigo 161, § 4º, da Lei das S.A., solicitado pelos acionistas Tempo Capital Principal Fundo de Investimento de Ações, tendo sido indicado por este acionista, como candidato a membro efetivo do Conselho

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



Fiscal da Companhia, o Sr. Raphael Manhães Martins; e, como sua suplente, a Sra. Domenica Einstein Noronha, e, pela acionista Bratel S.A.R.L., o Sr. Marcelo Curti, como candidato a membro efetivo, e o Sr. Luiz Fernando Ferraz de Resende, como seu respectivo suplente. Colocada a matéria em votação, verificou-se a eleição, em votação em separado, por 8.151.551 votos favoráveis de ações preferenciais, do membro efetivo e respectivo suplente indicados pela acionista Tempo Capital Principal Fundo de Investimento em Ações para compor o Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020: o Sr. **Raphael Manhães Martins**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 096.952.607-56, identidade nº 147.187 OAB/RJ, com endereço na Rua Araújo Porto Alegre, nº 36, sala 1102, Rio de Janeiro – RJ, como membro efetivo, e a Sra. **Domenica Eisenstein**, brasileira, solteira, administradora, portadora da carteira de identidade nº 111310256, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 090.448.297-93, com endereço na Rua do Carmo, nº 8, sala 502, Rio de Janeiro – RJ, como sua respectiva suplente. Prosseguindo-se à eleição, foi aprovada, em votação majoritária, por 2.811.882.772 votos favoráveis, representando 98,81% dos votos válidos, registrados 33.736.123 votos contrários e a abstenção por detentores de 1.960.379.819 ações, a eleição dos seguintes membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020: (1) como efetivo, o Sr. **Pedro Wagner Pereira Coelho**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 54.440.419-1, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 258.318.957-34, com endereço comercial à Professor Alexandre Correia, 219 – apt 51, Vila Gertrudes, São Paulo – SP, CEP 05657-230, tendo como suplente a Sra. **Patricia Valente Stierli**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da carteira de identidade nº 4589089, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 010.551.368-78, com endereço residencial na Rua Itacema, nº 246, apt. 32, ITAIM, São Paulo – SP, CEP: 04530-050; (2) como efetivo, o Sr. **Álvaro Bandeira**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade 0012211905, expedida pela CNH, inscrito no CPF/MF sob o nº 266.839.707-34, com endereço comercial à Praia de Botafogo, 501, sexto andar, torre Pão de Açúcar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22250-040, tendo como suplente o Sr. **William da Cruz Leal**, brasileiro, divorciado, consultor, portador da carteira de identidade nº 13.184.281-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 245.579.516-00, com endereço comercial à Estrada de Camorim, 205 / Bloco 6 / Apto 208, Jacarepaguá, Rio de Janeiro – RJ, (3) como efetiva, a Sra. **Daniela Maluf Pfeiffer**, brasileira, divorciada, administradora, portadora de carteira de identidade nº 08046911-7, expedida pelo Detran-RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.613.777-03, com endereço residencial na Av. Alda Garrido, 408/apto. 102, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ, tendo como suplente o Sr. **Luiz Fernando Nogueira**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 06.314.868-8, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 001.214.657-99, com endereço comercial na Av. Rio Branco, nº 181, sala 2503, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



CEP: 20040-007. Foi declarado que nenhum dos eleitos incorre em impedimentos ou restrições legais para investidura no cargo.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

**6.5** Com relação ao **item v** da Ordem do Dia, depois de discutida, foi aprovada, por maioria, com 2.454.667.490 votos favoráveis, representando 98,11% dos votos válidos, tendo sido registrados 47.388.980 votos contrários, e a abstenção por detentores de 2.303.942.244 ações, a reforma e consolidação do Estatuto Social, com a alteração do art. 32 do Estatuto Social, com vistas a tornar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê previsto no Estatuto Social da Companhia, conferindo-lhe também as funções de *audit committee* atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável. Foi registrado que as alterações propostas foram submetidas previamente aos acionistas por ocasião da convocação desta Assembleia e que o Estatuto Social consolidado estará disponível na página de Relações com Investidores da Companhia ([www.oi.com.br/ri](http://www.oi.com.br/ri)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>), para exame pelos acionistas. Em razão da deliberação ora aprovada, o art. 32 do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação:

**6.6** “Art. 32 – A Companhia terá um Comitê de Auditoria, Riscos e Controles (“CARC”), órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, podendo este, ainda, criar outros Comitês de Assessoramento, designando os seus respectivos membros dentre os membros do Conselho de Administração.

*Parágrafo 1º – O CARC adotará Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que deverá prever detalhadamente suas funções, requisitos de admissibilidade e independência, suas competências e seus procedimentos operacionais.*

*Parágrafo 2º – O CARC funcionará permanentemente e será composto, no mínimo, por 3 (três) e, no máximo, por 5 membros, todos conselheiros independentes na forma prevista no Estatuto Social, indicados pelo Conselho de Administração, para mandato de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato dos membros do Conselho de Administração.*

*Parágrafo 3º – Os demais Comitês de Assessoramento criados pelo Conselho de Administração terão seus objetivos e competências por ele definidos, serão compostos por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e deverão sempre ter sua maioria composta por Conselheiros de Administração da Companhia.*

*Parágrafo 4º – Não poderão ser indicados como membros de qualquer Comitê empregados ou Diretores da Companhia.*

*Parágrafo 5º – Salvo no que se refere ao CARC, sempre que as atribuições de determinado Comitê de Assessoramento assim o exigirem, o Conselho de Administração*

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



*poderá designar especialista(s) externo(s) como membro(s) do referido Comitê, desde que reconhecido(s) por sua notória qualificação técnica e experiência nas matérias afetas ao Comitê, selecionado(s) através de processo organizado pela Companhia. O membro externo do Comitê estará sujeito aos mesmos deveres e responsabilidades a que os Conselheiros de Administração estão obrigados, no âmbito de sua atuação no respectivo Comitê.”*

**6.7** Antes de iniciadas as deliberações relativas aos itens **vi** e **vii** da Ordem do Dia, em acolhimento à decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial no processo nº 0203711-65.2016.8.19.0001, o Presidente procedeu à leitura, na íntegra, da referida decisão e da manifestação da 1ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a respeito da proposta apresentada pela Companhia com relação à remuneração da Administração. Após a leitura, o Presidente consignou que, à luz da manifestação do Ministério Público e da decisão judicial ora lidas, o Conselho de Administração, ao tomar conhecimento delas, decidiu que sendo aprovadas as matérias contidas nos itens **vi** e **vii** da Ordem do Dia na Assembleia, em respeito à manifestação do Ministério Público e à decisão judicial, prestará todas as informações e esclarecimentos necessários ao Ministério Público e ao Juízo da Recuperação Judicial e que tais matérias somente serão implementadas após nova decisão judicial.

**6.8** Em relação ao **item vi** da Ordem do Dia, depois de discutido, foi aprovado, por maioria, com 2.777.388.954 votos favoráveis, representando 94,13% dos votos válidos, tendo sido registrados 173.272.576 votos contrários, e a abstenção por detentores de 1.855.337.184 ações, o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos, para o período 2019-2021, cujo formato e condições foram submetidas previamente aos acionistas por ocasião da convocação desta Assembleia.

**6.9** Em relação ao **item vii** da Ordem do Dia, depois de discutido, foi aprovado, por maioria, com 2.767.135.892 votos favoráveis, representando 84,74% dos votos válidos, tendo sido registrados 498.185.985 votos contrários, e a abstenção por detentores de 1.540.676.837 ações, o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração, para o período 2019-2021, cujo formato e condições foram submetidas previamente aos acionistas por ocasião da convocação desta Assembleia.

**6.10** Em relação ao **item viii** da Ordem do Dia, depois de discutida, foi aprovada, por maioria, com 2.186.285.790 votos favoráveis, representando 87,40% dos votos válidos, tendo sido registrados 315.184.572 votos contrários, e a abstenção por detentores de 2.304.528.352 ações, a nova Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabelece procedimentos que deverão reger os contratos de indenidade a serem

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



celebrados pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, com seus administradores e demais integrantes que venham a ser contemplados pela nova Política, bem como o modelo do Contrato de Indenidade a ser celebrado com cada novo beneficiário. Foi registrado que a nova Política e o modelo do Contrato de Indenidade foram submetidos previamente aos acionistas por ocasião da convocação desta Assembleia.

**6.11** Já com relação ao **item ix** da Ordem do Dia, foram ratificados, por maioria, com 2.557.386.318 votos favoráveis, representando 94,30% dos votos válidos, tendo sido registrados 154.467.566 votos contrários, e a abstenção por detentores de 2.094.144.830 ações, todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.

**7. Votos Contrários, Manifestações de Voto e Abstenções:** Foram recebidos e registrados os votos contrários, manifestações de voto e abstenções recebidos pela Mesa, que ficarão arquivados na Companhia.

**Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a reunião para a lavratura da presente ata. Lida a ata, foi esta aprovada pelos acionistas que constituíram o quórum necessário para a aprovação das deliberações acima tomadas. Assinaturas: ELEAZAR DE CARVALHO FILHO – Presidente da Mesa; Rafael Padilha Calábria – Secretário; Acionistas: Eurico de Jesus Teles Neto; Rafael Padilha Calábria; Felipe Guimarães Rosa Bon; Clarisse Mello Machado Schlieckmann; Ana Tereza Basílio; Paulo Penalva Santos; THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT (representado por Daniel Alves Ferreira); BRATEL S.A.R.L (representado por Victor Guita Campinho e Fernanda Cirne Montorfano); MUTA FIM IE CREDITO PRIVADO; JGP WM MASTER FIM IE CREDITO PRIVADO; JGP MAX MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; JGP HEDGE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA; JGP LONG ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; JGP EQUITY EXPLORER MASTER FIA; HAMBURGO FUNDO DE INVEST MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO; FIM SANTA CRISTINA IE CREDITO PRIVADO; JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL 60 FIA; JGP EQUITY EXPLORER MASTER FIM; JGP STRATEGY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO; GERDAU PREVIDENCIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES 04; FIA SABESPREV JGP INSTITUCIONAL BDR NIVEL; FCOPEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; ITCA MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO - FUNDO DE INVESTIMENTO; FIA GRUMARI; JGP SULAMERICA FI MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO; OURO BRANCO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO - F DE INVESTIMENTO (representados por Marcelo Mollica Jourdan); FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST; FORD MOTOR COMPANY OF CANADA,

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



L PENSION TRUST; LOCKHEED MARTIN CORP MASTER RETIREMENT TRUST; INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT, A T F S R P A T/RET STAFF BEN PLAN AND TRUST; DREYFUS INVESTMENT FUNDS - DIVERSIFIED EMERGING MA; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; USAA EMERGING MARKETS FUND; BLACKROCK LATIN AMERICA FUND INC; CIBC LATIN AMERICAN FUND; GOTHIC CORPORATION; GOTHIC HSP CORPORATION; ADVANCED SERIES TRUST - AST PARAMETRIC EME PORTFOL; GOTHIC ERP, LLC; FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADDEX FU; KIEGER FUND I - KIEGER GLOBAL EQUITY FUND; SUNSUPER SUPERANNUATION FUND; EMPLOYEES RET SYSTEM OF THE STATE OF HAWAII; AXA IM GLOBAL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LLC; WISDOMTREE EMERGING MARKETS EX-STATE-OWNED ENTERPR; LVS III LP; PIMCO GLOBAL CREDIT OPPORTUNITY MASTER FUND LDC; LVS II LLC; FIDELITY SALEM STREET TRUST; FIDELITY ZERO INTERNA; MULTIMIX WHOSALE INTERNATIONAL SHARES TRUST; SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; AQUILA EMERGING MARKETS FUND; BLACKROCK ADVANTAGE GLOBAL FUND, INC.; BLACKROCK GLOBAL FUNDS; BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC; BLACKROCK STRATEGIC FUNDS - BLACKROCK SYSTEMATIC GLOBAL EQUITY FUND; CC&L Q GLOBAL EQUITY MARKET NEUTRAL MASTER FUND LTD.; CHARITABLE INTERNATIONAL EQUITY FUND; CITI RETIREMENT SAVINGS PLAN; COMMONFUND STRATEGIC DIRECT SERIES LLC - CF TT INTERNATIONAL, EMERGING MARKET SERIES; DREYFUS INTERNATIONAL FUNDS, INC. - DREYFUS EMERGING MARKETS FUND; INVESCO STRATEGIC EMERGING MARKETS ETF; JANA EMERGING MARKETS SHARE TRUST; LEGAL AND GENERAL ASSURANCE (PENSIONS MANAGEMENT) LTD.; PIMCO TACTICAL OPPORTUNITIES MASTER FUND LTD.; SYMMETRY EAFE EQUITY FUND; TT EM UNCONSTRAINED OPPORTUNITIES FUND LIMITED; TT EMERGING MARKETS EQUITY FUND (THE FUND), A SUB-FUND OF TT INTERNATIONAL FUNDS PLC (THE COMPANY); TT EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND II LIMITED; TT EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND LIMITED; TT HORIZON EQUITY FUND A SUB FUND OF TT INTERNATIONAL FUNDS PLC; VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL INDEX PORTFOLIO; VICTORIAN FUNDS MANAGEMENT CORPORATION AS TRUSTEE FOR VFM EMERGING MARKETS TRUST; RUSSELL INVESTMENT COMPANY EMERGING MARKETS FUND; RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY; RUSSELL TR COMPANY COMMINGLED E.B.F.T.R.L.D.I.S; THE DUKE ENDOWMENT; VANDERBILT UNIVERSITY; CC&L Q GLOBAL EQUITY MARKET NEUTRAL MASTER FUND LTD. (representados por Daniel Alves Ferreira); TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE

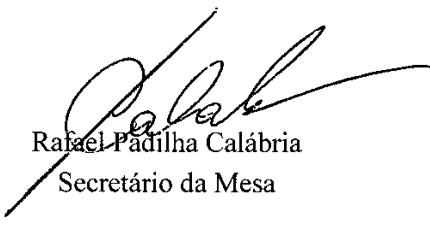
Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



INVESTIMENT; VIC DTVM S/A; VICTOR ADLER; ANTONIA CLIUCY PIRES CHAVES; ROSANE MORAES COUTINHO DE OLIVEIRA; RABO DE PEIXE TRANSP. SERV. MARITIMOS E EMPR TURIST LTDA; EDUARDO PANTALEAO BAUMEIER (representados por Guilherme Panisset Barreto Bernardes); NUEVO SUMATRA ACOES FDO DE INVESTIMENTO; YF FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; ULTRA PERFORMANCE CTM FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; CTM ESTRATEGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES (representados por Daniel Vinicius Alberini Schrickte); FABRICIO PERICLES AMCHADO SILVA; JOANA GOMES BAPTISTA BONTEMPO; FABRÍCIO PERICLES MACHADO SILVA; GIULIANO COLOMBO; GOLDENTREE ASSET MANAGEMENT LUX S.A.R.L. (representado por Daniel Alves Ferreira). Acionistas que exerceram o voto à distância: COX MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; e CLARI FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES.

Certifico que a presente é cópia fiel do original extraído em livro próprio.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2019.

  
Rafael Padilha Calábria  
Secretário da Mesa

Esta folha é parte integrante da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11h.



**DECLARAÇÃO DE VOTO DE FUNDOS GERIDOS PELA JGP GESTÃO DE RECURSOS LTDA. E JGP GESTÃO PATRIMONIAL LTDA., APRESENTADA NA AGOE DA OI S.A., REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2019, NA SEDE DA COMPANHIA**

Julgamos oportuno apresentar declaração escrita para melhor circunstanciar os fundamentos de nosso voto, na esperança também de contribuir na melhoria das informações que são disponibilizadas aos acionistas.

Como acionistas da Companhia, nossa maior preocupação é, naturalmente, a de ver a Companhia se recuperando da situação complexa e delicada que tem sido vivida nos últimos anos. Reconhecemos o mérito de tudo o que já foi praticado até aqui, numa recuperação judicial extremamente complexa e difícil, que nos parece ter sido bem conduzida no tocante aos principais passos previstos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ).

Com a ressalva de que em linhas gerais faltaram em nossa análise informações mais precisas a respeito de alguns dos itens de deliberação submetidos aos acionistas e de que assumimos que todas as matérias aqui aprovadas nestas Assembléias serão sempre adotadas em observância e respeito ao próprio julgo da Recuperação Judicial, votamos no seguinte sentido:

**Em Assembleia Geral Ordinária**

***(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;***

Votamos a favor do item (1) da ordem do dia.

***(2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;***

Votamos a favor do item (2) da ordem do dia.

***(3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e***

Votamos a favor do item (3) da ordem do dia, por não haver uma discrepância significativa em relação à verba global anual que vem sendo praticada na Companhia, mas consignamos nosso entendimento (já exposto à administração da Companhia) de que os itens que compõem a verba global poderiam ter sido melhor esolarecidos aos acionistas,



com detalhamento suficiente sobre o que a compõe, especialmente no que diz respeito ao pagamento de verbas extraordinárias ou pagas a título de retenção, passadas e vindouras, assim como pagamentos possíveis a título de eventos societários, os quais não foram devidamente esclarecidos aos acionistas.

***(4) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.***

Votamos a favor do item (4) da ordem do dia.

**Em Assembleia Geral Extraordinária**

***(5) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tornar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de audit committee atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável;***

Votamos a favor do item (5) da ordem do dia.

***(6) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos;***

***(7) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração;***

Votamos a favor dos itens (6) e (7) da ordem do dia, com ressalvas.

Estando a OI em Recuperação Judicial, e frente ao tamanho do desafio da recuperação da empresa, espera-se dos seus Administradores (Diretoria e Conselheiros), comprometimento e dedicação pessoal além do usual se comparado com outras empresas em geral.

Dessa forma, especificamente no tocante à remuneração do Conselho de Administração (CA), pensamos que a atipicidade da situação justifica também mecanismos de remuneração não tão usuais e mais diretamente correlacionados com o sucesso da própria Recuperação Judicial: por conseguinte apoiamos o conceito de Plano de Incentivo de Longo Prazo ("PILP") baseado na concessão de ações. Sendo a OI agora uma "corporation", com capital disperso e crescente liquidez de negociação de suas ações, sua *performance* acionária tende a espelhar o valor gerado para seus acionistas (o que por si só beneficia os credores considerando a maior capacidade de captação de recursos, se necessário).



Além disso, sendo uma forma de remuneração "não caixa", a emissão de novas ações é suportada integralmente pela base de seus acionistas, através da diluição de suas participações, logo não consumindo recursos da companhia e portanto mantendo inalterada a capacidade de satisfação dos compromissos assumidos com os credores na Recuperação Judicial.

De sorte que, em se tratando de instrumento que traz maior alinhamento entre os Administradores e a Companhia, que não implicará em desembolso financeiro, mas na entrega de ações (diluído os demais acionistas), somente se for efetiva e concretamente constatada valorização e crescimento da Companhia num horizonte de longo prazo (três anos), quando não haverá mais Recuperação Judicial, nos parece que as preocupações em torno de preservar a situação patrimonial da Companhia restam atendidas. Inobstante, destacamos que o PILP, se aprovado, necessariamente deve ser executado de maneira a preservar e respeitar o juízo da Recuperação Judicial, por não ser do nosso interesse agir contrariamente aos fundamentos da Recuperação Judicial.

O nosso entendimento, já exposto à Companhia, é no sentido de que o plano proposto em benefício dos Executivos e dos Conselheiros de Administração da Companhia, se por um lado vai na direção correta ao promover maior engajamento, por outro poderia ser aprimorado para proporcionar ainda maior alinhamento entre os interesses da Companhia, dos Administradores, e de seus acionistas.

Em apertada síntese, entendemos que: 1) o "gatilho" proposto deveria melhor refletir o custo de oportunidade do acionista (custo de capital próprio e não custo médio ponderado), 2) a concessão de 100% das ações deveria se dar apenas após o atingimento pleno do referido custo de oportunidade e, por outro lado 3) cremos que os acionistas estariam preparados para aceitar diluições nas suas participações ainda maiores, caso a concessão de ações para Diretores/Conselheiros fosse dependente do próprio valor das ações verificado ao longo do programa (maior valorização acionária = maior emissão de ações via PILP), dessa forma alinhando ainda mais os interesses de todos os *stakeholders* (Companhia, Administradores, Acionistas e Credores).

Por todo o exposto, embora estejamos aprovando os planos propostos dos itens 6 e 7 porque reconhecemos o mérito de se adotar um plano que traga maior engajamento dos Administradores, sugerimos que o Conselho de Administração avalie medidas que possam ainda ser implementadas para futuramente aprimorar o PLIP, nele incorporando o quanto possível as alterações aqui resumidas.

***(8) Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabeleça as regras, limites e procedimentos que deverão reger os contratos de indenidade a serem celebrados pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas com seus***



***administradores e integrantes que venham a ser contemplados pela referida Política, acompanhada do modelo de contrato de indenidade a ser celebrado com cada beneficiário.***

Votamos contra o item (8) da ordem do dia.

Muito embora reconheçamos a importância de uma política de reposição de perdas e conceitualmente apoiemos que a Companhia adote uma, temos ressalvas quanto aos termos propostos. Aachamos especialmente crítico a amplitude da cobertura proposta, ao incluir o pagamento de multas em caso de condenação. Embora se justifique que a Companhia ofereça proteção aos seus administradores, custeando os honorários de defesa, não vemos pertinência ou fundamento para a companhia arcar com condenações, afinal por definição eventuais condenações se dariam no mérito, o que implica dizer que teria havido um juízo por parte do julgador de que foram praticados atos pelo administrador contrariamente à lei ou ao estatuto da Companhia. Nesse caso, havendo julgamento de mérito e concludindo pela culpa do administrador, entendemos que não caberia à Companhia arcar com tal condenação.

Adicionalmente, entendemos que devem ser melhores estabelecidas situações onde a Companhia deveria ser ressarcida de valores pagos a seus administradores. Além de prever como excludente de cobertura atos praticados fora dos limites legais ou atribuições do beneficiário, entendemos, por exemplo, que na hipótese do pagamento de custos mensais decorrentes do bloqueio de bens, os valores arcados pela Companhia devem ser integralmente ressarcidos no momento em que o bloqueio de bens deixar de persistir, afinal nessa hipótese a Companhia unicamente antecipou ao beneficiário valores de custeio recorrentes que, não fosse o bloqueio, deveriam ter sido diretamente arcados pelo beneficiário.

Em suma, nos pareceu que a política deveria ser mais restritiva, cobrindo os gastos para defesa dos beneficiários que sejam envolvidos em processos judiciais e administrativos, mas não todo e qualquer custo que ele possa vir a incorrer, sendo cabível a cobertura temporária de gastos em caso de bloqueio de bens, com o imediato ressarcimento tão logo o bloqueio deixe de persistir.

***(9) Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.***

Votamos contra o item (9) da ordem do dia.

Entendemos que ratificação proposta é inviável, na medida em que os acionistas não acompanharam os detalhes e fatos subjacentes que embasaram as decisões, sequer tem conhecimento de todos os atos praticados pela Administração no âmbito da Recuperação



Judicial. Entre os atos praticados há, inclusive, atos que foram tratados como sigilosos, como o acordo celebrado com a Pharol. Embora o que temos acompanhado até aqui da Recuperação Judicial nos parece positivo, não temos elementos mínimos para ratificar todos os atos praticados.

Enquanto gestores responsáveis por recursos de terceiros, não poderíamos mesmo ratificar atos de forma genérica, sob pena de estarmos violando nosso dever fiduciário para com nossos clientes.

Solicitamos, por fim, que este voto seja arquivado pela mesa e disponibilizado no site da Comissão de Valores Mobiliários junto com a ata destas assembleias.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.



**GRUMARI FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES  
FOOPEL FIA I**

**JGP EQUITY EXPLORER MASTER FIM**

**JGP EQUITY EXPLORER MASTER FIA**

**GERDAU PREVIDÊNCIA FIA 04**

**JGP HEDGE MASTER FIM**

**JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA**

**JGP LONG ONLY INSTITUCIONAL 60 FIA**

**JGP LONG ONLY MASTER FIA**

**JGP MAX MASTER FIM**

**FIA SABESPREV JGP INSTITUCIONAL - BDR NÍVEL I**

**JGP STRATEGY MASTER FIM**

**JGP SUL AMÉRICA FIM OP**

(fundos geridos pela JGP Gestão de Recursos Ltda., aqui representados  
pelo seu bastante procurador Marcelo Mollica Jourdan)

**MUTÃ FIM IE OP**

**JGP WM OPT MASTER FIM IE OP**

**HAMBURGO FIM CRÉDITO PRIVADO**

**ITOA MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO FI**

**OURO BRANCO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO FI**

**FIM SANTA CRISTINA INVESTIMENTO NO EXTERIOR OP**

(fundos geridos pela JGP Gestão Patrimonial Ltda., aqui representados  
pelo seu bastante procurador Marcelo Mollica Jourdan)



**Oi S.A. – Em Recuperação Judicial**  
*Companhia Aberta*  
CNPJ/ME: 76.535.764/0001-43  
NIRE 3330029520-8

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

**MANIFESTAÇÃO DE VOTO**

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2019

Ilmos. Srs.

**Presidente e Secretário da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Oi realizada em 26 de abril de 2019 às 11 horas.**

**BRATEL S.À.R.L**, sociedade limitada (*société à responsabilité limitée*), constituída e validamente existente sob as leis de Luxemburgo, com sede em 69 boulevard de la Pétrusse, nº 2320, Luxemburgo, inscrita no registro comercial da Câmara do Comércio de Luxemburgo sob o número B212922 e no Cadastro da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 28.348.452/0001-88 (“Bratel”), representada na forma de seus atos constitutivos, por seus procuradores devidamente constituídos, na qualidade de acionista titular de 294.259.859 (duzentos e noventa e quatro milhões e duzentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), vem, pela presente, consignar os seus votos com relação às seguintes matérias objeto da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 26 de abril de 2019, às 11 horas:

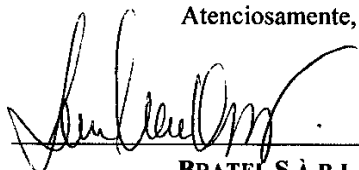
CÓDIGO DA DELIBERAÇÃO	MATÉRIA	VOTO
<b>Em Assembleia Geral Ordinária</b>		
<b>1</b>	<i>Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.</i>	<b>ABSTER-SE</b>
<b>2</b>	<i>Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.</i>	<b>ABSTER-SE</b>
<b>3</b>	<i>Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia.</i>	<b>ABSTER-SE</b>
<b>4</b>	<i>Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.</i>	<b>APROVAR</b>



Em Assembleia Geral Extraordinária		
5	Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tornar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de audit committee atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável.	ABSTER-SE
6	Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos.	ABSTER-SE
7	Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração.	REJEITAR
8	Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabelece as regras, limites e procedimentos que deverão reger os contratos de indenidade a serem celebrados pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas com seus administradores e integrantes que venham a ser contemplados pela referida Política, acompanhada do modelo de contrato de indenidade a ser celebrado com cada beneficiário.	ABSTER-SE
9	Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.	APROVAR

Por fim, a Bratel solicita que a presente manifestação seja recebida pela mesa, numerada e arquivada na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, alínea "a", da Lei das Sociedades por Ações, requerendo-se ainda que a mesa autentique e devolva aos signatários uma cópia desta manifestação de voto, nos termos do artigo 130, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações.

Atenciosamente,



BRATEL S.À.R.L.

P.P. FERNANDA MONTORFANO GIBSON



## MARCELO CURTI

Brasileiro, casado, economista, 55 anos,  
Escritório: Av. Marquês de São Vicente, 446, cj. 1206 – São Paulo - SP  
Fones: comercial 11- 3392.3062 e celular 11- 98162.5393  
e-mail : mc@riobranco.adm.br

### Formação:

Colégio Rio Branco (São Paulo)  
Fundação Armando Álvares Penteado – Faculdade de Economia  
Faculdade Álvares Penteado – Pós Graduação em Administração de Empresas  
Fundação Getúlio Vargas – Gestão de Projetos e Gestão do Conhecimento

### Atividades:

- Sócio fundador e economista responsável da empresa **Rio Branco Consultores Associados Ltda.** Iniciou as atividades em 2009 e presta serviços de Assessoria Financeira e de Gestão Empresarial com ênfase em:

*Avaliação de empresas e elaboração de Planos de Negócio;  
Análise de viabilidade em projetos de investimentos;  
Assessoria em Fusões, Aquisições e Associações Operacionais;  
Gestão administrativo-financeira e governança corporativa;  
Avaliação da estrutura de Capital;  
Assessoria na elaboração e negociação de planos de recuperação judicial;  
Perícia e Assistência Técnica em Processos Judiciais e de Arbitragens.  
(Corecon-SP)*

### Experiência em órgãos de Governança e Diretivos:

#### Conselhos de Administração

- **BCP SP S/A**, entre 1998 e 2003 – Presidente  
Telecomunicações no Estado São Paulo – Atual Claro;
- **BSE NE S/A**, entre 1998 e 2003 – Presidente  
Telecomunicações em 6 estados do Nordeste;



- **Verbier Representações e Participações**  
Participações em empresas não financeiras no Grupo Safra.

### **Conselhos Fiscais**

- **Duke Energy International, Geração Paranapanema S/A**, desde 2009.  
Geração de Energia Elétrica;
- **Hypermarcas S/A**, desde 2013.  
Farmacêutico, Consumo (Higiene Pessoal e Beleza);
- **Cosan S/A – Indústria e Comércio**, desde 2013.  
Produção de Açúcar e Alcool, distribuição de combustíveis e lubrificantes, serviços logísticos e de armazenamento, compra e venda de terras agrícolas e co-geração de energia;
- **Suzano Holding S/A**, desde 2015.- Suplente  
Papel e Celulose;
- **IPLF Holding S/A**, desde 2015. - Suplente  
Papel e Celulose;
- **Aceco TI S/A**, desde 2016 -  
Data Centers e Centros Integrados de Comando e Controle;
- **Tucca**  
Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer.

### **Diretorias Estatutárias**

- **Grupo Safra:** Banco Safra, Banco Safra de Investimentos, Banco J.Safra, Banco J.Safra de Investimentos J.Safra DTVM, (áreas de Planejamento e Controle, RH, Administrativa, Controladoria e Auditoria. entre 1981 e 2008).
- **Maiol Assessoria em Gestão Empresarial e Participações Ltda.**
- **Shopping Vila Olímpia:** como representante da Brookfield Shopping Center.
- **Rio Branco Consultores Associados Ltda.:** Assessoria Financeira e de Gestão Empresarial



- **Taubaté Nova Fronteira Ltda.:** Empreendimentos Imobiliários.
- **NWR Investimentos Mobiliários Ltda.:** Negociação de ativos mobiliários

### **Conselhos Consultivos**

- **Agrovale S/A:** Cia Energética do Vale do São Francisco (açúcar e álcool).
- **Praia Brava Empreendimentos Imobiliários:** Assessor financeiro.
- **Brookfield Brasil S/A:** Shopping Patio Higienópolis.
- **Enixe Energias:** geração energia (PCHs)

### **Comitês de Auditoria e de Remuneração**

- **Banco J.Safra S/A** , entre 2003 e 2008  
Constituição e representação junto ao Bacen
- **BCP SP e NE S/A**, entre 1998 e 2003

**MARCELO CURTI**



## **LUIZ FERNANDO FERRAZ DE REZENDE**

Brasileiro, casado, advogado,  
e-mail: [lfr@riobranco.adm.br](mailto:lfr@riobranco.adm.br)

### **Formação:**

Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito

Pós Graduação - Universidade Paulista – UNIP, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, Fundação Getúlio Vargas – FGV, Pontifícia Universidade Católica – PUC

### **Atividades:**

- Sócio da Rio Branco SP Consultores Associados desde 2011 - consultoria em análise econômico-financeira e de gestão de empresas;
- Professor de Direito Tributário e Direito de Empresas da Universidade Paulista – UNIP desde 1993;
- Advogado de empresas desde 1988, tendo atuado no Banco Safra, Companhia de Cimento Portland Itaú (Votorantim Cimentos) e Banco Itaú.

### **Experiência em órgãos de Governança e Diretivos**

- Membro do Conselho Fiscal de diversas companhias, como Whirlpool S/A, Vicunha Aços S/A, Vicunha Steel S/A, Vicunha Participações S/A e Elizabeth S/A Indústria Textil.
- Ocupou cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal em entidades do Terceiro Setor e em Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH's.

Luiz Fernando Ferraz de Rezende



**VOTO de TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES ("Tempo Capital")** apresentado à Mesa da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de OI S.A. ("Companhia"), realizada em 26 de abril de 2019, às 11hs ("AGO/E").

**Em Assembleia Geral Ordinária:**

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;

**ABSTER-SE**

2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;

**ABSTER-SE**

3. Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;

**REJEITAR**

4. Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

**APRESENTAR E VOTAR, PELAS AÇÕES PREFERENCIAIS, EM RAPHAEL MANHÃES MARTINS, COMO TITULAR, E DOMENICA EISENSTEIN NORONHA, COMO RESPECTIVO SUPLENTE.**

**Em Assembleia Geral Extraordinária:**

1. Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tornar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de *audit committee* atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável;

**REJEITAR**

2. Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos;

**REJEITAR**

3. Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração;

**REJEITAR**

4. Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabelece as regras, limites e procedimentos que deverão reger os contratos de indenidade a serem celebrados pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas com seus administradores e integrantes que venham a ser contemplados pela referida Política,

*gn*



acompanhada do modelo de contrato de indenidade a ser celebrado com cada beneficiário;

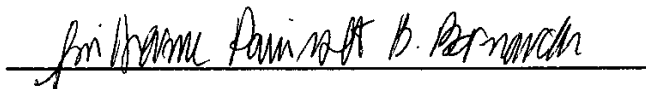
**REJEITAR**

5. Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.

**ABSTER-SE**

Finalmente, conforme Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2018 item 3.4.4., reitera-se nos termos do inciso X do artigo 21 da Instrução CVM nº 480/09, que a ata da AGO/E deve ser acompanhada, no mesmo arquivo, das eventuais declarações de voto, dissidência ou protesto.

Adicionalmente, as atas de AGO/E arquivadas na CVM devem conter também a lista de presença e o quórum exato de instalação e de aprovação de determinada matéria, incluindo os acionistas relevantes que elegeram membros para o conselho de administração e conselho fiscal, sem prejuízo da divulgação do mapa final de votação detalhado previsto no art. 21-W, §6º, II da Instrução CVM nº 481/09.



**TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES**



## APRESENTAÇÃO DE CANDIDATOS

TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES ("Tempo Capital") apresenta à Mesa da Assembleia Geral Ordinária de OI S.A. ("Companhia"), realizada em 26 de abril de 2019, às 11hs ("AGO") os seguintes candidatos:

### CONSELHO FISCAL:

Para **candidato ao Conselho Fiscal** pela alínea "a" do § 4º do Art. 161 da Lei nº 6.404/1976, onde votam somente acionistas detentores de ações preferenciais, **RAPHAEL MANHÃES MARTINS**, como titular, e **DOMENICA EISENSTEIN NORONHA**, como respectivo suplente.



TEMPO CAPITAL PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES



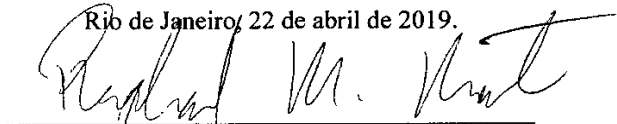
## DECLARAÇÃO

**RAPHAEL MANHÃES MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 096.952.607-56, Identidade nº 147.187 OAB/RJ, com endereço na Rua Araújo Porto Alegre, nº 36, sala 1102, Rio de Janeiro – RJ, vem pela presente, conforme previsto no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001, e pela Instrução CVM nº 367 de 29 de maio de 2002, tendo conhecimento de que será indicado para exercer o **cargo de membro titular do Conselho Fiscal de OI S.A.**, sociedade com sede e foro no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, nº 71 – Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.76.535.764/0001-43 doravante denominada simplesmente “OI”, declarar, sob as penas da lei, para todos os fins de direito, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) não está condenado à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que o torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) segundo meu melhor conhecimento, atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, nos termos do art. 10 da ICVM 481/09 e nos termos dos itens 12.9 e 12.10 do Formulário de Referencia constante no Anexo 24 da ICVM 552/14, não possuir qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau com administradores da OI, suas controladas e seus controladores, bem como, não possuir relação de subordinação, prestação de serviços ou controle, nos últimos três exercícios sociais, com sociedade controlada, controlador indireto ou direto, fornecedor, cliente, devedor ou credor da OI.

Declaro, finalmente, que estou apto a prestar essas declarações no ato da posse.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2019.



**RAPHAEL MANHÃES MARTINS**



## DECLARAÇÃO

**DOMENICA EISENSTEIN NORONHA**, brasileira, solteira, administradora, inscrita no CPF sob o nº 090.448.297-93, Identidade nº 111310256 IFP/RJ, com endereço na Rua do Carmo, nº 8, sala 502, Rio de Janeiro - RJ, vem pela presente, conforme previsto no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001, e pela Instrução CVM nº 367 de 29 de maio de 2002, tendo conhecimento de que será indicada para exercer o **cargo de membro suplente do Conselho Fiscal de OI S.A.**, sociedade com sede e foro no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Lavradio, nº 71 – Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.535.764/0001-43 doravante denominada simplesmente “OI”, declarar, sob as penas da lei e para todos os fins de direito, que: (i) não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; (ii) não está condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) segundo meu melhor conhecimento, atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/1976.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, nos termos do art. 10 da ICVM 481/09 e nos termos dos itens 12.9 e 12.10 do Formulário de Referencia constante no Anexo 24 da ICVM 552/14, não possuir qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau com administradores da OI, suas controladas e seus controladores, bem como, não possuir relação de subordinação, prestação de serviços ou controle, nos últimos três exercícios sociais, com sociedade controlada, controlador indireto ou direto, fornecedor, cliente, devedor ou credor da OI.

Declaro, finalmente, que estou apta a prestar essas declarações no ato da posse.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2019.

  
**DOMENICA EISENSTEIN NORONHA**



## OI S.A.

### ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

#### Candidato Indicado ao Conselho Fiscal

#### 12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Idade	Profissão		
Raphael Manhães Martins	08/02/1983	36	Advogado		
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse		
096.952.607-56	Conselho Fiscal	Abril 2019	Abril 2019		
Prazo do Mandato	Outros Cargos e Funções Exercidas na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador			
1 ano	Não Aplicável	Não			
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos			
Sim		Não Aplicável			
Experiência Profissional					
O Sr. Raphael é advogado, sócio do escritório Faoro & Fucci (desde 2010). Conselheiro de Administração (Titular) da Eternit S/A, desde 2015. Conselheiro de Administração (Titular) da Light S/A, desde 2018. Conselheiro de Administração (Titular) da Condor S/A – Indústria Química, desde 2017. Conselheiro Fiscal (Titular) da Vale S.A., desde 2015. Conselheiro Fiscal (Titular) da Light S.A., de 2014 a 2018. Conselheiro Fiscal (Titular) da Embratel Participações S.A., em 2014. Ex-professor da UFRJ (2010) e da UERJ (2007/2009). Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro.					
Declaração de Eventuais Condenações					
Raphael Manhães Martins, não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.					

#### 12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:

Não aplicável

#### 12.7 Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Não aplicável

#### 12.8 Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:





Não aplicável

**12.9. Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:**

**a. administradores da Companhia**

Não há relação.

**b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**

Não há relação.

**c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Não há relação.

**d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Não há relação.

**12.10. Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia**

Não aplicável, dado que não existem relações de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o Conselheiro fiscal indicado (que não os referentes ao exercício das atribuições de seus respectivos cargos na Companhia), a Companhia e os controladores da Companhia.

**b. controlador direto ou indireto da Companhia**

Não aplicável, dado que não existem relações de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o Conselheiro fiscal indicado (que não os referentes ao exercício das atribuições de seus respectivos cargos na Companhia), a Companhia e os controladores da Companhia.

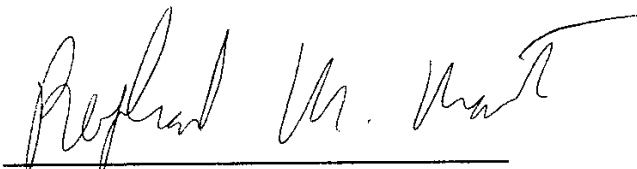
**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável, dado que não existem relações de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o Conselheiro Fiscal indicado (que não os referentes ao exercício





das atribuições de seus respectivos cargos na Companhia), a Companhia, suas controladas ou controladores.

  
\_\_\_\_\_  
**Raphael Manhães Martins**



# OI S.A

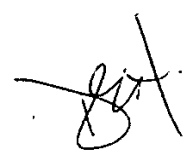
## ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

### Candidato Indicado ao Conselho Fiscal (Suplente)

#### 12.5 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Idade	Profissão		
Domenica Eisenstein Noronha	13/01/1977	42	Administradora		
CPF ou Passaporte (PAS)	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data de Posse		
090.448.297-93	Conselho Fiscal (suplente)	Abril 2019	Abril 2019		
Prazo do Mandato	Outros Cargos e Funções Exercidas na Companhia	Indicação se foi Eleito pelo Controlador			
1 ano	Conselho Fiscal	Não			
Indicação se é Membro Independente		Número de Mandatos Consecutivos			
Sim		01			
Experiência Profissional					
<p>A Sra. Domenica é formada em Administração pela Georgetown University, em Washington DC, <i>magna cum laude</i>, com concentrações em Finanças, Negócios Internacionais e Economia. Certificações: CFA, CGA, CPA-20 e Series 7. A Sra. Domenica tem 20 anos de experiência na área financeira. Trabalhou durante 11 anos no Banco Morgan Stanley, primeiramente em Nova Iorque em operações de M&amp;A para empresas Latino Americanas e depois em São Paulo onde como <i>Executive Director</i> era a responsável pela execução de transações de mercado de capitais (ações e dívida). Desde 2010, é sócia da gestora Tempo Capital Gestão de Recursos Ltda. Suas responsabilidades incluem análises econômicas e financeiras dos investimentos e relacionamento com investidores. A Sra. Domenica ocupa ou ocupou os cargos abaixo em empresas de capital aberto: Membro do Conselho Fiscal de Bradespar S.A. (Abr 2018 – Abr 2019), Membro do Conselho Fiscal de Light S.A. (Abr 2018 – Abril 2019), Membro do Conselho Fiscal de Oi S.A. (Abr 2018 – Abr 2019), Membro do Conselho Fiscal da Fibria Celulose S.A. (Fev 2017 – Jan 2019); Membro do Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgica de Minas Gerais S.A. – Usiminas (Abr 2015 – Abr 2016 e Abr 2017 – Abr 2018); Membro do Conselho Fiscal de Embratel Participações S.A. (Abr 2012 – Ago 2014).</p>					
Declaração de Eventuais Condenações					
<p><b>Domenica Eisenstein Noronha</b>, não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.</p>					

**12.6 Percentual de Participação em Reuniões do Conselho no último exercício, realizadas pelo respectivo órgão que ocorreram após a posse:**  
100%





**12.7** Informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas sejam estatutários:

Não aplicável

**12.8** Informações sobre atuação como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

Não aplicável

**12.9.** Informação sobre existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o terceiro grau entre:

**a. administradores da Companhia**

Não há relação.

**b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia**

Não há relação.

**c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia**

Não há relação.

**d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia**

Não há relação.

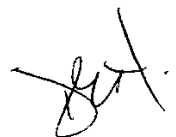
**12.10.** Informação sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia**

Não aplicável, dado que não existem relações de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o Conselheiro fiscal indicado (que não os referentes ao exercício das atribuições de seus respectivos cargos na Companhia), a Companhia e os controladores da Companhia.

**b. controlador direto ou indireto da Companhia**

Não aplicável, dado que não existem relações de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o Conselheiro fiscal indicado (que não os referentes ao exercício

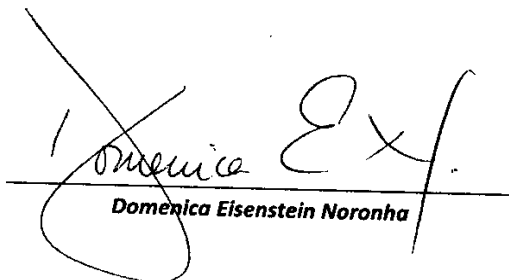




das atribuições de seus respectivos cargos na Companhia), a Companhia e os controladores da Companhia.

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável, dado que não existem relações de subordinação, de prestação de serviços ou de controle mantidas entre o Conselheiro Fiscal indicado (que não os referentes ao exercício das atribuições de seus respectivos cargos na Companhia), a Companhia, suas controladas ou controladores.

  
**Domênica Eisenstein Noronha**



**VOTO de RABO DE PEIXE TRANSPORTES, SERVIÇOS MARÍTIMOS E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA., VIC DTVM S/A, VICTOR ADLER, ANTONIA CLIUCY PIRES CHAVES, ROSANE MORAES COUTINHO DE OLIVEIRA e EDUARDO PANTALEÃO BAUMEIER (os “Acionistas”) apresentado à mesa das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGO/E”) de Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11 horas.**

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Em relação ao **item (1)**, da Ordem do Dia “Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018”, os **Acionistas** registram sua **ABSTENÇÃO**.
2. Em relação ao **item (2)**, da Ordem do Dia “Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018”, os **Acionistas** registram sua **ABSTENÇÃO**.
3. Em relação ao **item (3)**, da Ordem do Dia “Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia”, os **Acionistas** votam pela **REJEIÇÃO**.
4. Em relação ao **item (4)** da Ordem do Dia, “Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes”, os **Acionistas** votam em **Raphael Manhães Martins**, como titular, e **Domenica Eisenstein Noronha**, como respectivo suplente.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

5. Em relação ao **item (5) da Ordem do Dia**, “Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tornar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de audit committee atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável”, os **Acionistas** votam pela **REJEIÇÃO**.
6. Em relação ao **item (6)**, “Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos” da Ordem do Dia, os **Acionistas** votam pela **REJEIÇÃO**.

Página 1 de 2 do VOTO de RABO DE PEIXE TRANSPORTES, SERVIÇOS MARÍTIMOS E EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA., VIC DTVM S/A, VICTOR ADLER, ANTONIA CLIUCY PIRES CHAVES, ROSANE MORAES COUTINHO DE OLIVEIRA e EDUARDO PANTALEÃO BAUMEIER apresentado à mesa das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGO/E”) de Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11 horas.



7. Em relação ao **item (7)**, “Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração” da Ordem do Dia, os **Acionistas** votam pela **REJEICÃO**.

8. Em relação ao **item (8)**, “Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabelece as regras, limites e procedimentos que deverão reger os contratos de indenidade a serem celebrados pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas com seus administradores e integrantes que venham a ser contemplados pela referida Política, acompanhada do modelo de contrato de indenidade a ser celebrado com cada beneficiário” da Ordem do Dia, os **Acionistas** votam pela **REJEICÃO**.

9. Em relação ao **item (9)**, “Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial” da Ordem do Dia, os **Acionistas** registram sua **ABSTENÇÃO**.

*Guilherme Panisset B. Bernardes*

**RABO DE PEIXE TRANSPORTES, SERVIÇOS MARÍTIMOS E  
EMPREENDEIMENTOS TURÍSTICOS LTDA. (CNPJ nº 07.278.425/0001-06)**

**VIC DTVM S.A. (CNPJ nº 14.388.516/0001-60)**

**VICTOR ADLER (CPF nº 203.840.097-00)**

**ANTONIA CLIUCY PIRES CHAVES (CPF nº 240.557.782-87)**

**ROSANE MORAES COUTINHO DE OLIVEIRA (CPF nº 358.729.007-59)**

**EDUARDO PANTALEÃO BAUMEIER (CPF nº 018.025.117-17)**

p.p. Guilherme Panisset Barreto Bernardes

OAB/RJ nº 183.455

Página 2 de 2 do VOTO de RABO DE PEIXE TRANSPORTES, SERVIÇOS MARÍTIMOS E EMPREENDEIMENTOS TURÍSTICOS LTDA., VIC DTVM S/A, VICTOR ADLER, ANTONIA CLIUCY PIRES CHAVES, ROSANE MORAES COUTINHO DE OLIVEIRA e EDUARDO PANTALEÃO BAUMEIER apresentado à mesa das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGO/E”) de Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, realizada em 26 de abril de 2019, às 11 horas.







de emissão da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depósito central; ou (ii) mediante envio dos Boletins de Voto à Distância diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca da participação nas Assembleias, solicite-se aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Instrução CVM nº 481/09, bem como as orientações constantes do Manual para Participação de Acionistas, dos Boletins de Voto à Distância e do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. Os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas encontram-se à disposição dos acionistas, na sede e no site da Companhia (ri.mutual.com.br), e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. José Paulo Fereiz do Amaral - Presidente do Conselho de Administração.

Id: 2175589

**FLY OPERATIONAL CURSO E FORMAÇÃO DE PILOTOS S.A.**  
CNPJ nº 16.731.034/0001-96 - NIRE nº 33.30321232-3  
**Convocação.** AGE. O acionista LFM Property Administração de Bens Ltda., conforme autorizado pelo artigo 123, "c" da Lei 6404 de 19/12/1976, conforme alterada, convoca os acionistas da Cia. para se reunirem em AGE, no dia 15/04/2019, às 10h, na sede, Rua da Assembleia 10, Sala 4018, CEP 20.011-901, RJ/RJ, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) contratação de escritório de advocacia especializado para representar a Companhia na arbitragem CCI 24258/JPA, da ICC, em Paris, além de outras medidas necessárias à ampla defesa dos interesses da Companhia para resguardo de seus direitos; e (ii) autorização à Diretoria para formalização da contratação. RJ, 26/03/2019. LFM Property Administração de Bens Ltda. Luiz Fernando Mendes de Almeida Neto, Administrador.

Id: 2176026

**OSX BRASIL S.A.**  
**EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
CNPJ/MF: 09.112.085/0001-32 - NIRE: 33.3.0028401-0  
Companhia Aberta - BNAFOVESPA, OSX83  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO** Convocamos os acionistas para que se reúnam em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 30/04/19, às 15h, na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 2403, Botafogo, Rio de Janeiro, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer emitido pelos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/18; (ii) Eleger os membros do Conselho de Administração e (iv) Fixar o montante global anual de remuneração dos Administradores. A Companhia esclarece ainda que: (i) encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), bem como no site de Relações com Investidores (www.osx.com.br), os documentos relacionados a este edital pertinentes às matérias a serem submetidas na AGO, em observância à Instrução CVM nº 481/09 e (ii) a lista de documentos necessários para participação na AGO e informações adicionais, inclusive o percentual para requisição da adoção de procedimento de voto múltiplo, se encontram na Proposta da Administração disponível nos sites citados, RJ, 26/03/19. Fernando Teixeira Martins - Presidente do Conselho de Administração

Id: 2176492

**XMASSETO PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF: 14.265.207/0001-00  
**EDITAL DE 2ª Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures.** Ficam convocados os debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures da Xmasseto Participações S.A., CNPJ nº 14.265.207/0001-00, com sede na Praia de Botafogo, nº 201, A-2, Torre Pão de Açúcar - CEP 22.250-040 - RJ/RJ, ("Emissora"), nos termos da cláusula 8ª da Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quotatária, com Garantias de Cobertura, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, da Xmasseto Participações S.A., a reunirem-se em Assembleia Geral, a ser realizada em 2ª (segunda) convocação no dia 03/04/2019, às 10 (dez) horas, na sede da Emissora no endereço acima indicado, para, com matérias da ordem do dia, prestarem-se esclarecimentos pela Emissora e deliberação acerca: (i) da decisão da CVM tomada no âmbito do Processo CVM nº 19597.005288/2018-75, acerca de reclassificação do ETB Fundo de Investimento em Participações ("ETB FIP"), fundo do qual parcela de suas cotas faz parte da garantia das Debêntures, como uma "Não Entidade de Investimento", com potenciais reflexos sobre a estrutura de garantias das Debêntures; (ii) da celebração de instrumento de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária das Cotas do ETB FIP, em garantia da referida emissão de debêntures; e (iii) de outros assuntos de interesse dos debenturistas. Encontram-se à disposição dos debenturistas e em poder da Emissora e do Agente Fiduciário informações pertinentes para as matérias e deliberação da ordem do dia. Em benefício do tempo, os debenturistas devem encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação, em até 02 dias úteis antecedentes à realização da assembleia geral, ora convocada, para o e-mail gco@gcoth.com.br e no dia da realização a ser original dos mesmos. RJ, 25/03/2019. Xmasseto Participações S.A.

Id: 2176185

**OI S.A. - Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43 - NIRE 33 3 0029520-1  
**COMPANHIA ABERTA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
O Conselho da Administração da OI S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2019, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
  - 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
  - 3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
  - 4) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.
- Em Assembleia Geral Extraordinária:
- 5) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tomar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de audit comitê atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulamentação norte-americana aplicável;
  - 6) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos;
  - 7) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração;
  - 8) Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabeleça as regras, limites e procedimentos que deverão reger os contratos de indenização a serem celebrados pela Companhia, os quais controlados direta e indiretamente com seus administradores e integrantes que venham a ser contemplados pela referida Política, acompanhada do modelo de contrato de indenização a ser celebrado com cada beneficiário;
  - 9) Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**

1- A documentação e informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no Manual de Participação dos Acionistas, na página de Relações

com Investidores da Companhia (www.oil.com.br), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na forma da Instrução CVM 481/09, e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.bmfbovespa.com.br), para exame pelos senhores

2. Solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, sob cuidados da Gerência Societária e M&A: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição do Estatuto Social ou Contrato Social, em vigor, e do Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição da Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias do regulamento do Fundo e cópia autenticada do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos citados, os (ii) e (iii) conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 1º do artigo 113 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

3. O Acionista participante de Custódia Fiduciária de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido pelo custodiante no dia 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

4. Por fim, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação dos acionistas nesta Assembleia, o Conselho de Administração e Extraordinária ("AGE") e, estendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15, a Companhia possibilitará a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto à Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGE, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto à Distância.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Flávia de Carvalho

Presidente do Conselho de Administração

Id: 2176008

**AREZO RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ nº 18.375.992/0001-50  
**Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação.** Ficam convocados os Senhores Acionistas da Arezo Participações S.A., a se reunirem, em 1ª Convocação em Assembleia Geral Extraordinária, às 11:30 horas do dia 10/04/2019, à Rua Araújo Porto Alegre nº 36, 7º andar, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) aprovação dos membros da Diretoria; e b) Assuntos de Interesse Geral. Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, para participarem da Assembleia Geral, deverão observar as disposições previstas no art.126 da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 18/03/2019. Eduardo Magalhães, Diretor Presidente.

Id: 2176158

**BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ/MF: 08.613.550/0001-98 - NIRE Nº 33.3.0028096-1  
Companhia Aberta  
**Edital de Convocação para AGE.** Ficam os senhores acionistas da Brasil Brokers Participações S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu Estatuto Social, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 26 de abril de 2019, às 10h00min, no endereço: Rua do Lavradio nº 71, Centro, Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP: 22271-070, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): 1. Deliberar sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; 2. Deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e 3. Deliberar sobre a fixação do montante global anual da remuneração dos administradores para o exercício social de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): 1. Aprovar a emissão de debêntures, convertíveis em ações, em série única, da espécie quinquatária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2019 ("Oferta Restrita"), que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 2. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprove o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures, Convertíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quinquatária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Brasil Brokers Participações S.A.; 3. Autorizar que a Diretoria execute a Companhia, em nome e em benefício dela, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações a serem tomadas na AGE, objetivando a Emissão e a Oferta Restrita, inclusive para negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos e documentos, bem como eventuais aditamentos necessários à formalização da Emissão e da Oferta Restrita. 4. Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social; 5. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social, para refletir as alterações realizadas através de Reunião de Diretoria, nos dias 03 de dezembro de 2018, 11 de fevereiro de 2019 e 21 de março de 2019. Instruções Gerais: a) A Companhia informa que adotará o procedimento de voto à distância previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora de serviços de escrow das ações ou diretamente à Companhia, um boletim de voto a distância para a AGE e um boletim de voto à distância para a AGE. As instruções e os procedimentos para o exercício do voto à distância, constam do item 12 do Formulário de Referência da Companhia e da Proposta da Administração para a Assembleia; b) Os documentos e informações relativos às matérias aqui sendo deliberadas na Assembleia, bem como o Manual da Assembleia, os boletins de voto a distância para a AGE e para a AGE, encontram-se à disposição no site da CVM (www.cvm.gov.br), na sede social da Companhia, no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e no site da Companhia (http://www.brazilbrokers.com.br), para exame pelos Senhores Acionistas. Também encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, os quais foram disponibilizados aos acionistas em 26 de março de 2019 através do sistema Empress.NET e publicados em 27 de março de 2019 no Jornal Valor Econômico e no Jornal Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro; c) Solicita-se que o Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador encaminhe o documento de identificação e o boletim de voto da Companhia, com até 03 (três) dias de antecedência à realização da Assembleia; (f) Acionista Pessoa Física: cópia autenticada do documento de

identidade com foto e CPF do acionista; (ii) Acionista Pessoa Jurídica: cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) Acionista Fundo de Investimento: cópia autenticada do regulamento do Fundo e estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do Fundo (conforme o caso), bem como os documentos societários que comprovem os poderes de representação. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade com foto e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade com foto e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia; e d) A qualidade de acionista será comprovada pela apresentação da declaração emitida pela instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam convênios até 03 (três) dias de antecedência à realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. Sidney Breyer - Presidente do Conselho de Administração

Id: 2176002

**MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.**  
**Em Recuperação Judicial**  
CNPJ/MF: 02.782.115/0001-49  
NIRE: 33.3.0025111-7 - (Companhia Aberta)

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária**  
Convocamos os acionistas de MMX Mineração e Metais S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 26 de abril de 2019, às 11h, no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, nº 116, 24º andar, sala 2403, parte Botafogo, CEP 22.250-160, para discutir e deliberar sobre: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do parecer emitido pelos Auditores Independentes da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018; (ii) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2018; e (iii) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria). A Companhia esclarece ainda que: (i) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), bem como no site de Relações com Investidores da Companhia (www.mmx.com.br), os documentos relacionados a este edital pertinentes à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, em observância à Instrução CVM nº 481/09; e (ii) a lista de documentos necessários para participação na Assembleia e informações adicionais se encontram na Proposta da Administração disponível nos sites acima listados. Rio de Janeiro, 27 de março de 2019. MMX Mineração e Metais S.A. - Em Recuperação Judicial - Conselho de Administração - Maria Carolina Catania Silva e Gedeon - Presidente.

Id: 2176024

**SRD OFFSHORE S.A. EM LIQUIDAÇÃO**  
CNPJ nº 03.223.825/0001-63 - NIRE 33 3 00252687  
(Companhia Fechada)

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** Ficam convocados os Srs. Acionistas da SRD OFFSHORE S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, às 10:00 horas, do dia 3 de abril de 2019, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Av. Rio Branco, nº 135, sala 308 (parte) para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: eleger os novos diretores da Sociedade, em virtude da renúncia dos diretores anteriores. 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: em virtude da renúncia do liquidante, eleger novo liquidante. Rio de Janeiro, 22 de março de 2019.

Id: 2176111

**PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF: 34.274.233/0001-02  
NIRE nº 33.3.0001392-0

**AVISO AOS ACIONISTAS**  
\* PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., companhia aberta inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.274.233/0001-02, em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionadas às matérias objeto da ordem do dia das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Companhia, a ser realizada no dia 24.04.2019, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua Cordeiro Vasques, 250 - 4º andar, Quadra Nova, nesta cidade, e no endereço eletrônico da Companhia (www.petrobras.com.br), tendo sido enviados também à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão, na forma da legislação aplicável.

Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais comerciais.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2019.

José Roberto Lettiere

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores  
Id: 2167832

\*Replicado por incorreção LO no D.O do dia 22/03/2019, por ter sido incorretamente no dia 22/03/2019.

**UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
CNPJ: 23.449.511/0001-90

**REQUERIMENTO DE AVERBAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**

A UTE GNA I GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. torna pública que requer ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a averbação para alterar o objeto da licença nos termos dos documentos apresentados, referente a Licença de Instalação - LI nº INQ47857, através do processo nº E-07/002.1589/2018, localizada, setor especial do Porto do Açu, Complexo Logístico e Industrial, Porto do Açu - Distrito Industrial município de São João da Barra

Id: 2176057

**"PAPER BOX SAQ INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA**  
OUTORGADA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PAPER BOX SAQ INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA** torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGADA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT nº INQ48521, com validade até 27 de fevereiro de 2024, que a autoriza para a captação de água bruta em um poço tubular, com a finalidade de uso para consumo e/ou higiene humana, uso industrial (fabricação de embalagem de papelão), irrigação de jardins e outros usos (válvula de descarga em vasos sanitários), na Região Hidrográfica VI - Lagos São João, na quantidade e sob as condições constantes deste documento, sujeita à cobrança, na forma prevista na Lei Estadual nº 4.247/03, o valor de R\$ 1.000,00 (um mil e zero reais) por mês, de acordo com o valor de R\$ 3.239/99, na RODOVIA AMARAL PEIXOTO, KM 54, LOTES 5, 6 E 7, QUADRA F - SAMPÃO CORRÊA, município SAQUAREMA

Nº CNARH: 33.0.0279859/93, CAPTAÇÃO: POÇO 01, vazão máxima instantânea: 4,734 m³/h, Vazão média: 4,734 m³/h, Volume diário: 38.352 m³, Tempo 8 h/d, Período: 26 dias. Coordenadas geográficas: Lat: 22°51'20,0"S e Long: 42°35'23,0"W, DATUM SIRGAS 2000. LARGUEZA: 100 metros. Área do terreno: 9,60 m² em rede privada. Processo nº E-07/002.76282/2015.

\*Ônibus do D.O. do dia 25/03/2019.

Id: 2168810



A assinatura não possui validade quando impressa.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.ioj.gov.br. Assinado digitalmente em Quarta-Feira, 27 de Março de 2019 às 03:12:27 -0300.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/263666-9 Data do protocolo: 07/05/2019

CERTIFICAO DE ARQUIVAMENTO em 13/05/2019 SOB O NÚMERO 00003610664 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 66821A69781E0BF8F23AADBCB429DB676CD75521B169CB4E389835606912313

Para validar o documento acesse http://www.ioj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo. Pag. 37/71





**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
GOI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**AS LÍDERES E INFLUENCIADORAS MAIS RELEVANTES DO PAÍS REUNIDAS PARA DISCUTIR GESTÃO, FEMINISMO E DIVERSIDADE**

**EM ABRIL**

**POWER TRIP SUMMIT**

**HOTEL FASANO SALVADOR - BAHIA**

**Repercussão para mais de 3,3 milhões de pessoas**

**+De 40 CEOs e influenciadoras**

**48 horas de vivências, palestras e workshops**

Mais informações em: [www.rebrand.ly/powertrip](http://www.rebrand.ly/powertrip)

Patrocinadores:

**THE BODY SHOP** **eQlibri** **AREZZO**

**marie claire** **EDITORA GLOBO**



Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas pelo parecer emitido pelos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (f) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; (g) Eleger os membros do Conselho de Administração; (h) Fixar o montante global anual de remuneração dos Administradores. A Companhia esclarece ainda que: (i) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), bem como no site das Relações com Investidores (www.via.vestor.com.br), os documentos relacionados a este edital pertinentes às matérias a serem deliberadas na AGO, em observância à Instrução CVM nº 481/09; e (ii) a lista de documentos necessários para participação na AGO e informações adicionais, inclusive o percentual para requisição de adoção do procedimento de voto múltiplo, se encontram na Proposta da Administração disponível nos sites acima citados. RJ, 26/03/2019. Fernando Tebelle Martins - Presidente do Conselho de Administração

Nº 2170494

**EDITORIA GLOBO S.A.**  
(Companhia Fechada)  
CNPJ 04.067.191/0001-60 - NIRE 33.0032640-5  
AVISO AOS ACIONISTAS. Admitemos a participação dos acionistas, na sede da Companhia, na Rua Marques do Portal nº 25, Centro - Rio de Janeiro/RJ, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. Rio de Janeiro, 27 de março de 2019. Ass: 2171273

**SRD OFFSHORE S.A. EM LIQUIDAÇÃO**  
CNPJ nº 03.223.625/0001-63 - NIRE 33.3 0028287  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os Srs. Acionistas da SRD OFFSHORE S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, às 10:00 horas, no dia 3 de abril de 2019, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Av. Rio Branco, nº 135, sala 308 (antes 309), para deliberar sobre as seguintes matérias: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: eleger os novos diretores da Sociedade, em virtude da renúncia dos diretores anteriores; 2. Em Assembleia Geral Extraordinária: em virtude da renúncia dos 6 acionistas, eleger novo liquidante. Rio de Janeiro, 22 de março de 2019.

Nº 2173412

**MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S/A**  
(Companhia Aberta)  
CNPJ nº 21.093.338/0001-15 - NIRE nº 33.3.0028394-7

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária. O Conselho de Administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S/A ("Companhia") convoca os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em primeira convocação no dia 25 de abril de 2019, às 11:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Estrada do Guernicó, 1.361, Itaquara, Japerquê, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, para deliberar sobre as seguintes matérias: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados pelo parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal; 2. Eleger um membro do Conselho de Administração, em razão do cargo de conselheiro independente em vacância; 3. Instalar e eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; 4. Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2019. Observações Gerais: 1. Em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e à Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede e no website da Companhia (www.mills.com.br), no website da B3 (www.b3.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no website do Jornal Valor Econômico (www.valor.com.br), cópias do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados pelo parecer dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, os quais foram publicados no jornal "Valor Econômico" em edição do dia 22 de março de 2019 e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 22 de março de 2019, bem como os demais documentos e informações exigidos pela Instrução CVM nº 481/09. 2. Observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76, solicita-se aos acionistas que se façam representar no ato de comparecimento à Assembleia Geral Ordinária e a todos os documentos que comprovem os poderes do respectivo representante legal, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. 3. Para a participação da Assembleia, os acionistas devem apresentar a seguinte documentação: a) cópia autenticada do documento de identificação do acionista e do documento de identificação do representante legal, com validade mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. 4. Recomendamos aos acionistas chegarem ao local 1 (uma) hora de antecedência para o devido cadastramento e ingresso no local da Assembleia. 5. Observando o procedimento previsto na Instrução CVM nº 481/09, "Capítulo III-A", introduzido pela Instrução CVM nº 561/15, os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto à distância. Rio de Janeiro, 25 de março de 2019. Roberto Pádua - Co-Presidente do Conselho de Administração.

Nº 2170331

**CCX CARVÃO DA COLOMBIA S.A.**  
CNPJ nº 07.950.074/0001-04 - NIRE 33.300.278.443  
(Companhia Aberta)

Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária. Convocamos os acionistas da CCX Carvão da Colômbia S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 30 de abril de 2019, às 18h, na sede da Companhia, no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Laura Müller, nº 116, sala 2403, Botafogo, CEP 22.250-150, para deliberar sobre: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas pelo parecer emitido pelos Auditores Independentes da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (b) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; e (c) Fixar o montante global anual de remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria). A Companhia esclarece ainda que: (i) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), bem como no site das Relações com Investidores da Companhia (www.ccx.com.br), os documentos relacionados a este edital pertinentes às matérias a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, em observância à Instrução CVM nº 481/09; e (ii) a lista de documentos necessários para participação na Assembleia e informações adicionais se encontram na Proposta da Administração disponível nos sites acima citados. Rio de Janeiro, 28 de março de 2019. CCX Carvão da Colômbia S.A. Fernando Tebelle Martins - Presidente do Conselho de Administração.

Nº 2171148

**MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.**  
(Companhia Aberta)  
CNPJ nº 02.762.115/0001-49  
NIRE: 33.3.0028111-7 - (Companhia Aberta)  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária. Convocamos os acionistas da MMX Mineração e Metais S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 26 de abril de 2019, às 11h, no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua Laura Müller, nº 116, sala 2403, Botafogo, CEP 22.250-150, para deliberar sobre: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas pelo parecer emitido pelos Auditores Independentes da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (b) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; e (c) Fixar o montante global anual de remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria). A Companhia esclarece ainda que: (i) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), bem como no site das Relações com Investidores da Companhia (www.mmx.com.br), os documentos relacionados a este edital pertinentes às matérias a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, em observância à Instrução CVM nº 481/09; e (ii) a lista de documentos necessários para participação na Assembleia e informações adicionais se encontram na Proposta da Administração disponível nos sites acima citados. Rio de Janeiro, 28 de março de 2019. MMX Mineração e Metais S.A. - Em Recuperação Judicial. Conselho de Administração - Maria Catarina Calanica Silva e Geodan - Presidente.

Nº 2170627

às Demonstrações Financeiras acompanhadas pelo parecer emitido pelos Auditores Independentes da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (f) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; e (g) Fixar o montante global anual de remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria). A Companhia esclarece ainda que: (i) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), bem como no site das Relações com Investidores da Companhia (www.mmx.com.br), os documentos relacionados a este edital pertinentes às matérias a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, em observância à Instrução CVM nº 481/09; e (ii) a lista de documentos necessários para participação na Assembleia e informações adicionais se encontram na Proposta da Administração disponível nos sites acima citados. Rio de Janeiro, 27 de março de 2019. MMX Mineração e Metais S.A. - Em Recuperação Judicial. Conselho de Administração - Maria Catarina Calanica Silva e Geodan - Presidente.

OI S.A. - Em Recuperação Judicial  
CNPJ nº 76.535.764/0001-43 - NIRE 33.3 0009250-8  
COMPANHIA ABERTA

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
O Conselho de Administração da OI S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2019, às 11h00, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, e fim de deliberar sobre as seguintes matérias:

- 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
  - 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;
  - 3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
  - 4) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.
- Em Assembleia Geral Extraordinária:
- 5) Deliberar sobre a reforma e recondução do Estatuto Social, com vistas a tomar o Comitê de Auditoria, Recursos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, conferindo-lhe também as funções de audit contábil atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulação norte-americana aplicável;
  - 6) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos;
  - 7) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração;
  - 8) Aprovar a Política de Resposta de Perda da Companhia, que estabelece as regras, linhas e procedimentos que deverão reger as condutas de indenização a serem celebradas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas com seus administradores e integrantes que venham a ser contemplados pela referida Política, assegurada do modelo de controle de indenização a ser celebrado com cada beneficiário;
  - 9) Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.

**INSTRUÇÕES GERAIS:**  
1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no Manual de Participação dos Acionistas, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.ois.com.br), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na forma da Instrução CVM 481/09, e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br). Para exame pelos senhores Acionistas.

2. Solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Lapa, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à realização da Assembleia, aos cuidados da Gerência Societária e M&A: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social do Acionista, sua de eleição do Conselho de Administração (quando houver) e a de eleição de Diretoria que conferem a eleição do(s) representante(s) legal(is) do(s) Acionista(s); (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identificação e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias do registro do Fundo e cópia autenticada do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como a de eleição do(s) representante(s) legal(is) do(s) Acionista(s). Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá apresentar juntamente com o documento de identificação e CPF do procurador poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identificação e de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinaram o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identificação e CPF do procurador. A medida destina-se a conferir credibilidade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constarão da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ou convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 133 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis anteriores à realização da Assembleia e a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

4. Por fim, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação dos seus acionistas nesta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO"), e atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial a Instrução CVM nº 481/09, atende pela Instrução CVM nº 561/15 e 570/15, a Companhia possibilitará a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGO, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto a Distância.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.  
Elaeazar de Carvalho Filho  
Presidente do Conselho de Administração

Nº 2170913

**BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
CNPJ nº 08.813.550/0001-06 - NIRE nº 33.3.0028396-1  
Companhia Aberta  
Edital de Convocação para AGO. Ficam os senhores acionistas da Brasil Brokers Participações S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu Estatuto Social, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 25 de abril de 2019, às 10h00min, excepcionalmente, no Largo do Itam, nº 1, Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. CEP: 22271-070, para deliberar sobre: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (c) Deliberar sobre a fixação do montante global anual da remuneração dos administradores para o exercício social de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): 1. Aprovar a emissão de debêntures, convertíveis em ações, em série única, da espécie quinquagratária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação; 2. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e o cronograma da Oferta Restrita, bem como (ii) aprovar o Instrumento Particular de Emissão da "Oferta Restrita", que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 3. Autorizar que o Conselho de Administração (i) estabeleça a data de início e







**MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.**  
Em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF: 02.782.115/0001-49  
NIRE: 33.300.263.161 - Companhia Aberta  
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária  
Convocamos os acionistas da MMX Mineração e Metais S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 26 de abril de 2019, às 11h, na Estação de Metrô do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Müller, nº 115, 2ª andar, sala 2403, parte, Botafogo, CEP 22.290-160, para discutir e deliberar sobre: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Apreciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2018; (iii) Aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2018; e (iv) Fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria). A Companhia esclarece ainda que: (i) encaminha-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), bem como no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.mmx.com.br](http://www.mmx.com.br)), os documentos relacionados a este edital; (ii) a matéria a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária, em observância à Instrução CVM nº 481/09; e (iii) a lista de documentos necessários para participação na Assembleia e informações adicionais se encontram na Proposta de Administração disponível nos sites acima citados. Rio de Janeiro, 27 de março de 2019. MMX Mineração e Metais S.A. - Em Recuperação Judicial - Conselho de Administração - Maria Carolina Catânia Silva e Geodon - Presidente.

na sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o ano de 2019. Instruções Gerais: A Assembleia Geral Ordinária será em idioma português. As demonstrações financeiras do exercício 2018 e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis no endereço eletrônico da Companhia ([www.mmx.com.br](http://www.mmx.com.br)). Os titulares do BDR's (Certificado de Depósito de Ações) registrados nos livros do Banco Bradesco S.A. ou nos registros da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC ao final do dia 16 de abril de 2019 terão o direito de votar o seguinte: Banco Bradesco S.A., até 23 de abril de 2019, na Cidade de São Paulo, SP, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, São Paulo, CEP: 06029-900 - Aos custodiantes do Departamento de Ações e Custódia (Custody and Registrar Department), a entregar o direito de voto em relação a sua participação, 29 de março de 2019. A Administração, PLPA Participações Ltda.

nº 2171785

OI S.A. - Em Recuperação Judicial  
CNPJ/MF: 70.558.754/0001-43 - NIRE 33.3.0029520-8  
COMPANHIA ABERTA

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
O Conselho de Administração da OI S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") convoca os acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2019, às 11h00, na sede social da Companhia, à Rua do Lavrado nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;  
(2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018;  
(3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;  
(4) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.  
Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (5) Deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social, com vistas a tomar o Comitê de Auditoria, Riscos e Controle um Comitê de Auditoria Estatutário, contendo também as funções de audit comitê atualmente exercidas pelo Conselho Fiscal, em cumprimento à regulamentação norte-americana aplicável;  
(6) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para Executivos;  
(7) Aprovar o Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações de emissão da Companhia para os membros do Conselho de Administração;  
(8) Aprovar a Política de Reposição de Perdas da Companhia, que estabelecerá as regras, limites e procedimentos que deverão reger os contratos de indenização e serem celebrados pela Companhia e seus controlados diretos e indiretos com suas administrações e incorporadas que venham a ser controladas pela referida Política, acordando o modelo de contrato de indenização a ser celebrado com cada beneficiário;  
(9) Ratificação de todos os atos praticados pela Administração da Companhia no âmbito da Recuperação Judicial.

## INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no âmbito da Participação da Companhia ([www.ois.com.br](http://www.ois.com.br)), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários ([cvm.gov.br](http://cvm.gov.br)) na forma da Instrução CVM 481/09, e na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (<http://www.b3.com.br>), para exame pelos senhores acionistas.

2. Solicita-se ao Acionista que deseja participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador procurador seu depósito das seguintes documentos, na Rua do Lavrado nº 71, 2º andar, Lateral, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, das 08h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedente à realização da Assembleia, nos autos da Gerência Societária e M&A: (i) quando Pessoa Jurídica: cópia autenticada do Instrumento de Constituição ou Contrato Social ou Contrato Social, ata de eleição do Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(a) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópia autenticada do documento de identificação e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópia do regulamento do Fundo e cópia autenticada do Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(a) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados no item 2, o Acionista, no caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identificação e CPF do(a) representante(s) legal(is) que assinou(em) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identificação e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir validade aos poderes de representação dos acionistas que comparecerem à Assembleia. Os titulares de ações prioritárias terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada, conforme parágrafo 1º do artigo 113 da Lei 6.404/78, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

3. O Acionista participante de Custódia Futível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que deseja participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedente à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

4. Por fim, com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas, a Assembleia Extraordinária e Extraordinária ("AGOEE"), atendendo às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 57/15, a Companhia possibilita a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da B3, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGOEE, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto a Distância.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.  
Elaezar do Carmo Filho  
Presidente do Conselho de Administração

nº 2176914

## BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 06.613.550/0001-06 - NIRE 33.3.0028096-1  
Companhia Aberta

Edital de Convocação para AGOEE - Convocamos os senhores acionistas da Brasil Brokers Participações S.A. ("Companhia") convocados, na forma de seu Estatuto Social, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 26 de abril de 2019, às 11h00, na sede social da Companhia, à Rua do Lavrado nº 71, Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP: 22271-070, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): 1. Deliberar sobre o Relatório e as Contas da Administração, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; 2. Deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e 3. Deliberar sobre a fixação do montante global anual da remuneração dos administradores e do exercício social de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): 1. Aprovar a emissão de debêntures, conversíveis em ações, em série única, da espécie qu-

regreária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 478, de 16 de janeiro de 2019 ("Ordem Restrita"), que constituirá a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia ("Emissão"); 2. Autorizar que o Conselho de Administração ("Conselho") estabeleça a data de início e o cronograma de Emissão Restrita, bem como (2) aprove o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quotregreária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Brasil Brokers Participações S.A.; 3. Autorizar que a Diretoria Executiva da Companhia procure todas as atas, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações a serem tomadas na AGE, observando a Emissão e a Ordem Restrita, inclusive para negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos e documentos, bem como eventuais aditamentos necessários à formalização da Emissão e da Ordem Restrita; 4. Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia e a consequente alteração do artigo 2º do seu Estatuto Social; 5. Aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social, para refletir as alterações realizadas através de Reunião de Diretoria, nos dias 03 de dezembro de 2018, 11 de fevereiro de 2019 e 21 de março de 2019. Instruções Gerais: (i) A Companhia informa que adotará o procedimento de voto a distância previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora de serviços de custódia das ações ou diretamente à Companhia, um boletim de voto a distância para a AGE e um boletim de voto a distância para a AGOEE. As instruções e os procedimentos para o exercício do voto a distância, contidos no item 12 do Formulário de Referência da Companhia e da Proposta de Administração para a Assembleia; (ii) Os documentos e informações relativos às matérias que serão deliberadas na Assembleia, bem como o Manual da Assembleia, os boletins de voto a distância para a AGE e para a AGE, encontram-se à disposição no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no site social da Companhia (<http://www.brasilbrokers.com.br>), para exame pelos Senhores Acionistas. Também encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas os documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/78, os quais foram disponibilizados aos acionistas em 25 de março de 2019 através do sistema EmpresasNET, e publicados em 27 de março de 2019 no Jornal Valor Econômico e no Jornal Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. (iii) Solicita-se que o Acionista que deseja participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador encaminhe ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, com até 03 (três) dias de antecedência à realização da Assembleia, o Acionista Pessoa Física: cópia autenticada do documento de identificação com foto e CPF do acionista; (iv) Acionista Pessoa Jurídica: cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (v) Acionista Fundo de Investimento: cópia autenticada do regulamento do Fundo e estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do Fundo (conforme o caso), bem como os documentos societários que comprovem os poderes de representação. Além dos documentos indicados em (i), (ii), (iii) e (iv), no caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identificação com foto e CPF do(a) representante(s) legal(is) que assinou(em) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identificação com foto e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir validade ao processo de cadastramento dos acionistas que comparecerem à Assembleia. A Assembleia será realizada no endereço da sede da Companhia, na Rua do Lavrado nº 71, Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. Sidney Breyer - Presidente do Conselho de Administração.

nº 2176965

## INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM

INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF: 03.758.310/0001-24 - NIRE Nº. 33.300.263.161 - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCADO. Ficamos convocados os Senhores Acionistas de Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, no dia 29 de abril de 2019, às 14h em sua sede social, na Av. Almirante Barroso, nº 52, CEP 20.040-000, Lateral, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Em Assembleia Geral Ordinária: (a) Fixação das contas da administração e exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social de 2018; (b) Deliberação sobre a destinação do resultado auferido no exercício social de 2018; (c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; e (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal; (b) Ratificação da nomeação do membro titular do Conselho de Administração da Companhia; (c) Eleição de membros para o Conselho de Administração; e (d) Eleição do Presidente e Vice-Presidente para o Conselho de Administração. Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.invepar.com.br](http://www.invepar.com.br)). Rio de Janeiro, 28 de março de 2019. Renato Proença Lopes - Presidente do Conselho de Administração.

nº 2171879



Companhia Aberta

CNPJ nº 33.102.478/0001-92 - NIRE 33.300.10861-1

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019.** A administração da MONTEIRO ARANHA S.A., sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Afonso de Melo Franco, 290 - Sala 101 - parte, Lateral, inscrita no CNPJ sob o nº 33.102.478/0001-92, NIRE 33.300.10861-1, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código nº 8993 ("Companhia") vem, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/78, e dos arts. 3º e 5º da Instrução CVM 481, convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 30 de abril de 2019, às 09h00 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) as contas dos administradores, o relatório da administração, e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes; (ii) relatório anual do orçamento de capital; (iii) destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; e (iv) fixação da remuneração global anual dos administradores. Para participar da Assembleia, os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar, além do documento de identificação com foto e das atas societárias que comprovem a representação legal, conforme o caso: (a) comprovante expedido pela instituição custodiadora ou agente custodiante com até 3 (três) dias de antecedência à realização da Assembleia; (b) instrumento do outorga dos poderes de representação com firma reconhecida; e (c) para os acionistas participantes da custódia futível de ações nominativas, extrato da respectiva participação, emitido pelo órgão custodiante. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada, devidamente registrada: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do ac-

## PLPA PARTICIPAÇÕES LTD.

CNPJ/MF nº 15.073.274/0001-88  
Companhia Aberta - Código CVM nº 80152

Edital de Convocação - Ficamos convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") da PLPA Participações Ltda., uma companhia devidamente constituída de acordo com as leis de Bermuda ("Companhia") a ser realizada na Praia do Botafogo, nº 501, 5º andar, Torre Corporado, CEP: 22.250-040, Brasil, em 30 de abril de 2019, às 11h00 horas, com o seguinte programa de agenda: 1. Nomeação do presidente da Assembleia. 2. Confirmação da convocação. 3. Reatamento e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e o relatório dos auditores independentes contida nestas. 4. Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com o estatuto social da Companhia. 5. Deliberação sobre a nomeação de um auditor independente para a Companhia, com mandato a partir da conclusão da Assembleia Geral Ordinária até a conclusão da próxima Assembleia Geral Ordinária na qual as demonstrações financeiras da Companhia serão apresentadas. 6. Deliberação

nº 2171869



A assinatura não possui validade quando impressa.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 29 de Março de 2019 às 04:35:23 -0300.

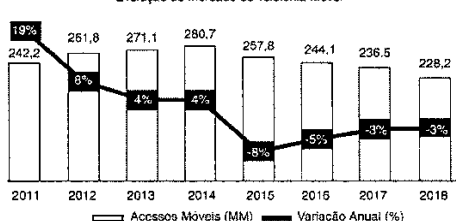


COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-4

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

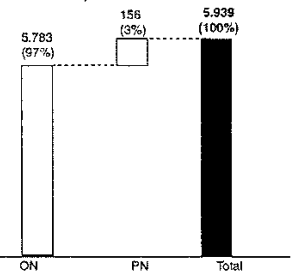
[illegible]

Evolução do Mercado de Telefonia Móvel

[illegible]

#### Composição Aclonária (Pós Aumento de Capital)

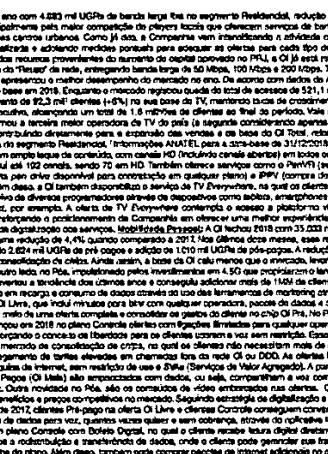
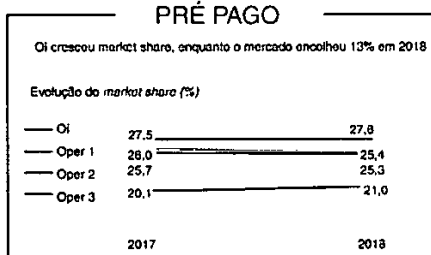
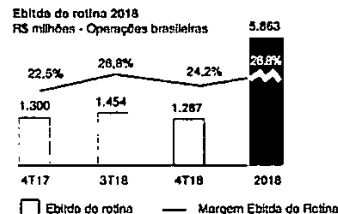
Milhões de ações · Ex tesouraria



7 – **Desempenho Operacional:** A Companhia encerrou 2018 com 52,1 milhões de unidades geradoras de receita ("UGRs"), sendo 14.746 mil no segmento Residencial, 35.603 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 6.727 no segmento B2B, além de 640 mil telefones públicos. **Residência:** Telefonia fixa, Banda larga e TV paga: Fixo: A Otimunou o ano de 2018 com o 2,76 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 10,4% em relação ao 2017, refletindo a faturidade do mercado. Já quanto a demanda por voz o substituído pelo menor. Com o intuito de manter a queda da base, a Companhia tem como estratégia o apoio



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-4

[illegible][illegible]

 **Imprensa Oficial**  **Governo do Rio de Janeiro** documento assinado digitalmente

Assinatura não possui validade quando impressa.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 28 de Março de 2019 às 02:22:01 -0300.

9 - Endividamento			
RS Milhões	Des216	Des217	% Divida Bruta
<b>Endividamento</b>			
Capital Próprio	472	54.202	4,3%
Capital Social	19.222	20.480	92,8%
Dividas Totais	18.450	54.692	98,5%
Em moeda nacional	7.532	11.808	48,4%
Em moeda estrangeira	8.817	37.081	52,0%
Desa	-	308	0,6%
(i) CAH1	(14.024)	(6.879)	-28,1%
(ii) CAH2	11.828	47.021	71,0%

A D.S.A. apresentou dados mais consolidados de RS 10.600 milhões em dezembro/18. Quando comparada com dezembro/17, o endividamento consolidado foi reduzido em 88,2% ou RS 30.170 milhões. A redução no componente social, conforme mencionado anteriormente, é resultado do convênio do processo de Reestruturação Judicial da Companhia, uma vez que os efeitos consolidados das condições comerciais das novas dívidas passaram a fazer parte de 30 de fevereiro de 2018, data do homologação do Plano de Reestruturação Judicial. A parcela de dívidas em moeda estrangeira representou 63,7% de dívidas à valor justo e o prazo de vencimento consolidado alcançou-se em cerca de 12 anos. A Companhia encerrou dezembro/18 com caixa de RS 4.624 milhões, um redução de 33,5% quando comparado a dezembro de 2017, resultando em uma dívida líquida de RS 11.828 milhões no esta o balanço. A reestruturação, a parcela de dívidas em moeda estrangeira, em função de alterações de Covenants no período, as negociações pontuais relacionadas à implementação do Plano, incluindo pagamento aos credores. Cabe ressaltar que, em função da redução da dívida consolidada o aumento de capital, conforme previsto no PFI, reforçando a saúde consolidada no montante de RS 4.624 milhões, 10 - Investimentos (\*)

RS Milhões	2019	2018
<b>Investimentos</b>		
Recursos	5.990	4.641
Recursos	814	82
Outros	508	38
análisis	4.076	4.521

[illegible]

	Ações do Capital Social	Em Irregularidade
Orcamentaria	2.298.268.619	32.000.619
Preferenciais	157.727.241	1.811.759
Total	2.455.995.860	33.812.378

[illegible]



COMPAGNIA ABETTA - CNP 77.535.784/0001-11





← continuação

**Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 14.535.764/0001-43

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
Ativo	Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Circulante	Nota
			2018	2017	2018	2017			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.669.059	3.875.141	4.395.329	8.892.684		Fornecedores	18	1.231.040
Aplicações financeiras	5	196.779	14.389	201.975	21.417		Devedores - Sujeitos ao FPU	18	70.497
Credores com partes relacionadas	27	7.505.958	8.773.372				Financiamentos, empréstimos e benefícios	18	157.451
Contas a receber	8	1.193.887	2.076.813	6.510.555	7.357.442		Empréstimos e financiamentos	19	660.172
Faltas		57.590	46.716	317.303	253.624		Debitos com partes relacionadas	19 e 27	2.536.073
Tributos correntes a recuperar	10	146.426	463.227	621.246	1.123.510		Instrumentos financeiros derivativos	3	104.654
Outros tributos	11	232.961	273.257	803.262	1.061.587		Tributos correntes a receber	10	903
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.349.700	686.787	1.715.934	1.023.548		Outros tributos	11	2.233.714
Dívidas e juros sobre o capital próprio	27		864.370				Dívidas e juros sobre o capital próprio	11	5.327
Ativo relacionado aos fundos de pensão	4	4.365	990	4.880	1.080		Autorizações e concessões a pagar	20	22.925
Despesas antecipadas	13	191.977	95.256	743.952	307.102		Programa de refinanciamento fiscal	21	68.154
Ativos mantidos para venda	29	3.721.549	3.553.581	4.923.187	4.675.216		Provisões	22	423.075
Demais ativos	14	787.119	1.027.929	1078.070	1.030.640		Provisões para fundos de pensão	25	61.668
		11.109.300	13.877.645	21.213.404	23.747.748		Reservas estatísticas e ativos mantidos para venda	29	505.784
							Demais obrigações	23	3.402.830
Não circulante									
Credores com partes relacionadas	27	4.094.712	5.108.706				Não circulante		
Aplicações financeiras	6	4.890	30.109	36.987	114.839		Fornecedores - Sujeitos ao FPU	18	942.845
Tributos diferidos a recuperar	10			23.050			Empréstimos e financiamentos	19	9.527.642
Outros tributos	11	147.639	185.189	715.970	627.656		Debitos com partes relacionadas	19 e 27	3.771.81
Depósitos e bloqueios judiciais	12	3.337.981	4.363.017	1.018.786	8.289.752		Tributos diferidos a receber	10	19.763.695
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	84.253	96.825	64.253	100.600		Outros tributos	11	222.935
Despesas antecipadas	13	113.597	11.497	529.550	78.229		Autorizações e concessões a pagar	20	267.342
Demais ativos	14	19.937	21.645	250.852	204.448		Programa de refinanciamento fiscal	21	349.551
Investimentos	15	16.932.222	5.706.917	11.840	136.510		Provisões	22	2.102.382
Imobilizado	16	6.522.204	5.091.172	29.453.163	25.000.417		Provisões para fundos de pensão	25	579.122
Intangível	17	6.070.940	6.138.921	6.946.441	9.350.685		Provisão para patrimônio líquido negativo	15	14.54.504
		36.406.735	25.664.840	44.124.213	44.891.289		Demais obrigações	23	2.236.859
Total do ativo		52.616.056	39.542.486	65.427.777	68.639.035		Patrimônio líquido	24	27.460.855
							Capital		32.026.471
							Ativo de emissão de ações		(3.777.425)
							Reservas de capital		11.532.395
							Ações em tesouraria		(2.903.285)
							Reservas estatísticas abrangentes		(86.462)
							Reserva de participação		(141.871)
							Prejuízos acumulados		(175.411.08)
							Participação dos não controladores	29	22.852.220
							Total do passivo e patrimônio líquido		52.616.056

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas de vendas e serviços	4 e 5	4.538.781	4.852.178	22.060.014	21.789.654
Custo das mercadorias e serviços vendidos		(3.222.241)	(2.637.176)	(15.564.604)	(14.592.250)
Lucro (Prejuízo) bruto		1.316.540	2.215.002	6.495.410	7.197.404
Receitas (despesas) operacionais		(5.034.064)	(5.528.906)	(13.402)	(4.433)
Resultado da equitativa patrimonial	5 e 15	(854.002)	(957.249)	(4.134.030)	(4.442.837)
Despesas com vendas	5	(899.557)	(919.189)	(2.738.718)	(3.130.800)
Despesas gerais e administrativas	5	705.988	726.183	2.204.124	1.905.101
Outras receitas operacionais	5	(1.870.944)	(1.730.823)	(7.081.156)	(5.559.435)
Outras despesas operacionais		(6.920.569)	(4.543.331)	(11.743.822)	(11.164.432)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		(4.614.048)	(2.694.331)	(5.268.256)	(2.361.028)
Receitas financeiras	5 e 6	38.18.229	3.665.754	30.263.461	7.138.459
Despesas financeiras		(5.034.064)	(5.528.906)	(13.402)	(4.433)
Resultado financeiro	5 e 6	25.618.404	(2.441.358)	26.808.366	(3.196.512)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações		22.004.355	(5.358.589)	21.540.508	(5.557.540)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	7	(24.567)	(137.754)	115.706	(806.080)
Diferido	7	2.610.352	(1.097.156)	3.159.241	(192.542)
Lucro (Prejuízo) do exercício		24.589.140	(6.393.019)	24.615.355	(6.558.162)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		24.589.140	(6.393.019)	24.589.140	(6.393.019)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores				24.415	(291.143)
Lucro (Prejuízo) líquido e líquido por ação					
Ações ordinárias - Básicas e diluídas (R\$)	24(e)	16,39	(9,42)	16,39	(9,42)
Ações preferenciais - Básicas e diluídas (R\$)		16,39	(9,42)	16,39	(9,42)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro (Prejuízo) do exercício		24.589.140	(6.393.019)	24.615.355	(6.558.162)
Ganho (Prejuízo) líquido		106.009	30.500	105.515	30.252
Perda (Prejuízo) líquido		(1.294)	(207)		
Variação cambial sobre investimentos no exterior		(35.717)	141.824	(110.096)	163.779
Resultado abrangente antes dos impostos		24.669.838	(6.192.842)	24.610.972	(6.462.139)
Elementos dos impostos sobre o lucro resultantes abrangentes:					
Imposto atualizado		(35.875)	(10.371)	(35.875)	(10.371)
Total do resultado abrangente do exercício		24.625.063	(6.203.213)	24.575.097	(6.472.510)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores		24.625.063	(6.203.213)	24.625.063	(6.203.213)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores				(48.066)	(898.137)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capital social	Atribuído à participação dos controladores	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Em 1 de janeiro de 2017		21.538.374	(377.429)	123.558	1.750.494
Prejuízo do exercício					
Dividendos em ações					
Perda (Prejuízo) líquida					
Variação cambial sobre investimentos no exterior					
Em 31 de dezembro de 2017		21.538.374	(377.429)	123.558	1.750.494
Em 31 de dezembro de 2018		21.538.374	(377.429)	123.558	1.750.494

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>				
Vendas de serviços e mercadorias	6.018.117	6.319.051	20.420.548	36.336.432
Descontos incondicionais e deduções		(1.242)	(287.251)	(1.644.178)
Perdas estatísticas para créditos de liquidação duvidosa		(95.222)	(116.528)	(897.254)
Outras receitas		673.857	2.207.739	2.786.109
	6.944.807	7.346.246	30.290.839	35.073.817
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos com insumos	(152.688)	(239.043)	(863.068)	(778.063)
Materiais e energia	(70.555)	(347.071)	(1.478.594)	(1.387.581)
Custos de mercadorias vendidas			(293.127)	(263.796)
Serviços de terceiros	(1.894.732)	(1.925.883)	(7.344.421)	(7.987.595)
Outros	(36.846)	(52.003)	(833.871)	(76.844)
	(2.495.820)	(2.561.099)	(10.338.459)	(11.755.845)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>4.133.981</b>	<b>4.739.499</b>	<b>19.952.200</b>	<b>21.898.072</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(1.072.249)	(1.072.249)	(1.072.249)	(1.072.249)
Provisões/Reversões (líquido atualização monetária)	(78.729)	(294.523)	(442.158)	(1.144.108)
Reversão/Provisão com imparidade	(201.758)	4.755.275	(201.758)	4.755.275
Outras despesas	(1.259.975)	(2.714.502)	(5.393.295)	(8.474.073)
	(34.377.866)	549.803	(11.925.414)	(10.028.812)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>696.221</b>	<b>5.353.352</b>	<b>6.056.956</b>	<b>11.871.268</b>
<b>Valor adicionado recebido em transação</b>				
Equivalência patrimonial	(3.034.064)	(5.528.906)	(13.402)	(4.433)
Receitas financeiras	30.118.209	3.665.754	30.550.451	7.138.459
	27.890.145	(1.875.156)	30.538.959	7.138.026
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Fiscal</b>				
Renúnciação de dívida	(262.308)	(313.242)	(1.457.416)	(1.863.990)
Benefícios	(71.752)	(22.679)	(441.122)	(463.114)
FGTS	(22.124)	(22.679)	(134.495)	(143.647)
Outros	(8.811)	(7.259)	(46.600)	(57.840)
	(311.625)	(419.461)	(2.146.644)	(2.632.581)
<b>Impostos e taxas</b>				
Federação	2.684.429	(1.347.795)	2.312.677	(2.346.357)
Estaduais	(1.946.207)	(1.440.455)	(5.375.123)	(6.449.891)
Municipais	(20.703)	(45.451)	(309.176)	(410.492)
	1.415.359	(2.653.592)	(5.367.422)	(8.126.400)
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>				
Juros e demais encargos financeiros	(3.706.470)	(9.963.542)	(4.406.102)	(9.945.888)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(536.570)	(538.110)	(4.200.212)	(4.162.629)
	(4.243.040)	(10.501.652)	(8.606.314)	(14.008.517)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Participações de acionistas não controladores				
Prejuízo líquido	(24.591.140)	6.393.019	(24.591.140)	6.393.019
	(24.591.140)	6.393.019	(24.591.140)	6.393.019
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(27.890.246)</b>	<b>(4.207.786)</b>	<b>(26.813.855)</b>	<b>(16.002.264)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 28 de Março de 2019 às 02:22:06 -0300.

A assinatura não possui validade quando impressa.







COMPANHIA ABERTA - CNPJ 78.535.784/0001-4

[illegible]



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Homologação Judicial do Plano aceita a jurisvalutação monetária congelada, anualmente durante o período de aplicação e a correção monetária de 12% ao ano, em relação ao principal. Cabe - E. Cristóvão, com Genivaldo Reis. Os credores da Cia. devem ser pagos com correção. Recurso do rateio da dívida original pelo Cid, e casto no Prej. do Credor, com o plano de jurisvalutação monetária congelado. O pagamento do principal deve ser feito de seguinte forma: 1/2 meses de carência de principal decorrente de parte do Cid. Homologação Judicial do Plano: O principal deve ser pago em 120 parcelas mensais, com desconto no table planar.

[illegible]

Semestre	Porcentagem de rejeição a ser eliminado por semestre
0 ao 10 <sup>o</sup>	0,0%
11 <sup>o</sup> ao 20 <sup>o</sup>	2,0%
21 <sup>o</sup> ao 30 <sup>o</sup>	5,7%
31 <sup>o</sup>	6,8%

Semestres	Porcentual do valor a ser amortizado por semestre
0 ao 10 <sup>a</sup>	0,0%
11 <sup>a</sup> ao 20 <sup>a</sup>	2,0%
21 <sup>a</sup> ao 30 <sup>a</sup>	5,7%
31 <sup>a</sup>	5,0%

Período	Porcentagem de votos em favor da proposta
01 a 12	0,0%
13 a 18	0,0%
19 a 22	0,0%
23	0,0%

9% do total anual pago de dividendos semestrais, e os 6% restantes correspondem semestralmente a pagos no 3º mês após a data de emissão das Novas "Homes", e a partir do 7º ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente em parcelas iguais às das Novas Ações Ordinárias I são devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos; O Fórum entendeu que o valor de 13,94 milhões das Novas Ações Ordinárias I com um preço unitário de R\$ 200, do modo que o montante total foi de 10.900.007,221,00; A forma de subscrição: foram emitidas até 111.480 ações da Subscrição Em 13 de junho de 2014.

[illegible]

\_\_\_\_\_

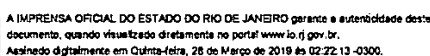
Empresas	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta e Indireta
			2018	2018	2017
Di Hesperto	Operação de fundos no mercado Internacional	Holanda	100%		100%
Portugal Telecom Internacional		Holanda			
Financo D.V	Obtenção de fundos no mercado Internacional	Holanda	100%		100%
CVTEL BV	Cartão de Investimentos	Luxemb	100%		100%
Campagna Finance S.A.r.l.	Gestão de Investimentos	Burgo	100%		100%
Capnet S	Investimentos em propriedades	Brazil	100%		100%
Rio Alca Gestão de Créditos e Participações S.A. (Rio Alca)	Gestão de carteira de diversos credítores e participação em outras sociedades	Brazil	100%		100%
Di Serviços Financeiros S.A. (Di Serviços Financeiros)	Serviços financeiros	Brazil	90,87%	0,13%	90,87%
Di Participações S.A. (Di Part)	Investimentos em propriedades	Brazil	99,80%	0,20%	99,80%
Di Serviços BP Participações Ltda.	Telefonia Fixa - Regio I	Brazil	100%		100%
Di Telecom	Telefonia móvel - Regio I, II e III	Brazil	100%		100%
Di Móvel	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brazil	100%		100%
Pagopa Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brazil	100%		100%
Pagopa Acquire Gestão de Meios de Pagamento Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brazil	100%		100%
Pagopa Administradora Ltda. (Pagopa Administradora)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brazil	100%		100%
Pagopa (Pagopa Administradora)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brazil	100%		100%
Sendas - Serviços de Receb S.A. (Sendas)	Serviços de rece	Brazil	173,1%	82,48%	165,7%
Brazil Telecom Comunicação	Integração de dados	Brazil	100%		100%
Multimedia Ltda. (Multimedia)	Investimentos em propriedades	Brazil	100%		100%
Opnet 4		Brazil	100%		100%
Domino Empreendimentos	Compra e venda de imóveis	Brazil	100%		100%
Imobiliários Ltda.	Serviços de controle de documentação e gerenciamento	Brazil	100%		100%
Brazil Telecom Center S.A. (Brazil Telecom Center)		Brazil	100%		100%
BT Card Serviços Financeiros Ltda. (BT Card)	Serviços financeiros	Brazil	100%		100%
Polmar Mercadorias S.A. (Polmar)	Internet VDI	Brazil	100%		100%
Polmar Peru S.A.C.	Internet VDI	Peru	100%		100%
VEY Venezuela S.A.	Internet VDI	Venezuela	100%		100%
		Estados Unidos			
		União da América			

		Direto		Indireto	
Empresa	Atividade	Pais sede	2018	2018	2017
...	...	...	...	...	...

Empresa	Atividade	País sede	2016		2017	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Companhia AX of Participações (NIX)	Tráfego de dados	Brasil	20%	60%		60%
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A.						

"Págo Social"	Brasil	50%	50%
Garcempro S.A. ("Páncorop")	Operação de Satélites	28,00%	22,00%
Hagener Satélites S.A. ("Páncorop")	Operação de Satélites	19,00%	19,00%

Os dados apresentados no Quadro 13 são de caráter informativo e não representam uma garantia de que a Companhia não esteja sujeita a sanções ou penalidades por não apresentar a documentação necessária para comprovar a existência de uma operação de recuperação judicial em conformidade com a legislação aplicável em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo possibilitar a continuidade da empresa e a preservação dos empregos e a manutenção da atividade econômica, bem como a satisfação dos credores, e não a extinção da empresa. A recuperação judicial é um processo legal que envolve a intervenção do Poder Judiciário e a aprovação dos credores. A recuperação judicial é um processo que pode levar meses ou anos para ser concluído. A recuperação judicial é um processo que pode ser interrompido a qualquer momento. A recuperação judicial é um processo que pode ser concluído com sucesso ou não. A recuperação judicial é um processo que pode ser concluído com sucesso ou não. A recuperação judicial é um processo que pode ser concluído com sucesso ou não.





COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43


**Imprensa Oficial**  
 Governo do Estado do Rio de Janeiro  
 Rua da Assembleia, 1 - 20060-000 - Rio de Janeiro, RJ  
 Telefone: (21) 250-2100 - Fax: (21) 250-2101  
 E-mail: imprensa@rio.rj.gov.br


**Rio de Janeiro**  
 Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro  
 Rua da Assembleia, 1 - 20060-000 - Rio de Janeiro, RJ  
 Telefone: (21) 250-2100 - Fax: (21) 250-2101  
 E-mail: imprensa@rio.rj.gov.br

documento assinado digitalmente

A assinatura não possui validade jurídica garantida

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.iorj.gov.br](http://www.iorj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 28 de Março de 2019 às 02:22:16 -0300.



- 22 - continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPARTELA ABERTA - CNPJ 75.536.754/0001-43

como os valores registrados no resultado. Previsões: A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências obrigadas exclusivamente no seu âmbito administrativo, com natureza tributária, tributária e civil, conforme detalhada na Nota 22. Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informações, avaliações de risco interno e externo e métodos estatísticos que levam em consideração a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no âmbito a ser possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas. Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao Investimento na Unilever e Cabot Telfon foram inicialmente avaliados a valor justo de acordo com as informações constantes das laudas internas usadas no âmbito do aumento de capital da PT. Essas estimativas são calculadas e revisadas pela Administração da Companhia com base em pressupostos transacionados no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), considerando estimativas sobre a mudança dos fluxos de caixa futuros (cash flows) e qualidades (credibilidade dos projetos) das futuras empresas controladas - Total 29). As estimativas apresentadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicativo do montante de caixa que a Companhia receberá ou pagará no caso de liquidação dessas transações, pois os estimados foram levantados num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter efeito material nos valores estimados. Impacto de vendas e contribuições sociais devidas: A Companhia reconhece a liquidez dos tributos sociais e renda com base nas estimativas das operações acordadas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando a prevenção da legislação fiscal, que não significativamente afeta os valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece as receitas e passivos tributários decorrentes das suas operações comerciais em função das diferenças temporárias existentes no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), considerando estimativas sobre a mudança dos fluxos de caixa futuros (cash flows) e qualidades (credibilidade dos projetos) das futuras empresas controladas - Total 29). As estimativas apresentadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicativo do montante de caixa que a Companhia receberá ou pagará no caso de liquidação dessas transações, pois os estimados foram levantados num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter efeito material nos valores estimados. Impacto de vendas e contribuições sociais devidas: A Companhia reconhece a liquidez dos tributos sociais e renda com base nas estimativas das operações acordadas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando a prevenção da legislação fiscal, que não significativamente afeta os valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece as receitas e passivos tributários decorrentes das suas operações comerciais em função das diferenças temporárias existentes no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), considerando estimativas sobre a mudança dos fluxos de caixa futuros (cash flows) e qualidades (credibilidade dos projetos) das futuras empresas controladas - Total 29). As estimativas apresentadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicativo do montante de caixa que a Companhia receberá ou pagará no caso de liquidação dessas transações, pois os estimados foram levantados num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter efeito material nos valores estimados.

**IFRS 9**  
**Estimativas em IFRS 15**  
A adoção das normas, alterações e interpretações acima, tiveram impacto na posição financeira da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018. De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia reconhece a liquidez dos tributos sociais e renda com base nas estimativas das operações acordadas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando a prevenção da legislação fiscal, que não significativamente afeta os valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece as receitas e passivos tributários decorrentes das suas operações comerciais em função das diferenças temporárias existentes no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), considerando estimativas sobre a mudança dos fluxos de caixa futuros (cash flows) e qualidades (credibilidade dos projetos) das futuras empresas controladas - Total 29). As estimativas apresentadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicativo do montante de caixa que a Companhia receberá ou pagará no caso de liquidação dessas transações, pois os estimados foram levantados num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter efeito material nos valores estimados.

Classificação original de acordo com IAS 39	Classificação de acordo com IFRS 9	Controlados		Controlado	
		31/12/2018	01/01/2018	31/12/2018	01/01/2018
Equivalente de caixa	Moedas para negociação	1.518.805	3.758.092	4.077.808	8.855.184
Aplicações financeiras	Moedas para negociação	195.639	44.497	233.982	136.289
Derivativos com partes relacionadas	Emprestimos e recebíveis	11.990.760	4.017.700		
Derivativos e partes relacionadas	Emprestimos e recebíveis	1.733.087	1.254.138	8.514.566	6.094.485
Ativos de curto prazo a receber	Emprestimos e recebíveis			354.370	
Ativo financeiro a receber	Disponível para venda	1.843.778	1.955.972	1.843.778	1.955.972
Passivos de curto prazo a receber	Emprestimos e recebíveis	2.508.535	2.012.145	2.508.535	2.012.145

Na que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas reconheceram, em 1º de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de crédito de clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, no montante líquido de R\$ 372 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconhece a liquidez dos tributos sociais e renda com base nas estimativas das operações acordadas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando a prevenção da legislação fiscal, que não significativamente afeta os valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece as receitas e passivos tributários decorrentes das suas operações comerciais em função das diferenças temporárias existentes no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), considerando estimativas sobre a mudança dos fluxos de caixa futuros (cash flows) e qualidades (credibilidade dos projetos) das futuras empresas controladas - Total 29). As estimativas apresentadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicativo do montante de caixa que a Companhia receberá ou pagará no caso de liquidação dessas transações, pois os estimados foram levantados num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter efeito material nos valores estimados.

2018 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)	2018 (R\$ mil)
Receitas de vendas e serviços	22.040.014	15.388	22.040.014	22.179.054	
Outros resultados operacionais	(15.584.561)		(15.584.561)	(14.966.250)	
Lucro líquido	6.455.453	15.388	6.455.453	8.855.184	
Despesas (despesas) operacionais	(13.402)		(13.402)	(633)	
Despesas com juros e despesas com juros	(4.124.032)	(119.214)	(4.124.032)	(4.442.837)	
Despesas com juros e despesas com juros	(2.738.718)		(2.738.718)	(3.136.309)	
Outras despesas operacionais	(7.081.815)		(7.081.815)	(5.500.450)	
Lucro (Prejuízo) antes de resultado financeiro e de tributos	(11.743.622)	(119.214)	(11.743.622)	(11.844.422)	
Despesas financeiras	(30.650.461)		(30.650.461)	(30.650.461)	
Despesas financeiras	(4.341.605)		(4.341.605)	(4.341.605)	
Resultado financeiro	28.608.969		28.608.969	(31.992.071)	
Lucro (Prejuízo) antes de despesas tributárias	21.540.808	(119.214)	21.540.808	(31.992.071)	
Despesas de renda e despesas de renda	(3.274.847)		(3.274.847)	(3.274.847)	
Lucro (Prejuízo) do exercício	24.815.533	(119.214)	24.815.533	(31.992.071)	

(O) Necessidade e interpretação que anterior ao valor posteriorizado a 31 de dezembro de 2018. Na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, as partes envolvidas e as partes interessadas não apresentaram nenhuma objeção obrigatória. A Companhia não adotou nenhuma interpretação ou interpretação que tenha sido emitida, cuja aplicação não é obrigatória.

## Normas e alterações a normas

Melhorias anuais na IFRS

IFRS 18

IFRS 22

Alteração na IFRS 9

Alteração na IAS 28

Alteração na IFRS 15 e IAS 28

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

e sua aplicação ao "joint venture"

## Aplicações obrigatórias em IFRS

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019

1º de janeiro de 2019



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

E389835606912313  
servicos/chanceladigital, informe o n° de protocolo

66821A69781E0BFB8F23AADBCB429DB676CD75521B169CB4  
documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/s>

-----

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 51/71

---



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.536.764/0001-43

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Controlado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos privados	180.156	30.107	213.653	114.839
Títulos públicos	15.480	14.398	25.369	21.447
Total	195.636	44.505	239.022	136.286
Corrente	190.778	14.288	219.675	11.457
Não corrente	4.860	30.107	19.367	114.839

O Controlador e seus Controlados possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, em moeda nacional e estrangeira, incluindo, mas não limitado a, ações e derivativos de ações, bem como "derivativos" do CDI no Brasil, a LIBOR para o período de maturação em Dólares e a EURIBOR para a Europa, emitidos em Euros. Os valores de aplicações de caixa e aplicações financeiras são, automaticamente, indexados anualmente de acordo com o movimento inflacionário, sendo a rubrica parte do controle composta de Títulos Públicos, com resgate antecipado, devido à taxa fixa. O portfólio encontra-se alocado, predominantemente, em instrumentos no mercado à vista, possando liquidez imediata para todos os investimentos.

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Controlado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços Ativos	5.922.596	2.014.625	7.478.122	7.478.125
Serviços a futuro	463.895	444.246	394.062	634.241
Apurados, adiantados e outros ativos	1.871.878	1.256.646	6.389.805	8.729.653
Total	117.832	110.546	61.821	59.297
Partes estimadas em outros de liquidação futuras	(6.656)	(20.000)	(1.870.350)	(134.211)

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(161.388)	(777.116)
Contas a receber de clientes com prazo de pagamento	55.339	6.120.200

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.rio.rj.gov.br](http://www.rio.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 28 de Março de 2018 às 02:22:23 -0300.

A assinatura não possui validade quando impressa

**JUCERJA**  
assinado digitalmente ✓



- continuado -

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 16.836.764/0001-43

no valor de aproximadamente R\$ 25.802.453 e R\$ 14.432.380, e correspondem a R\$ 10.005.454 e R\$ 3.606.005 de tributos diversos, respectivamente, que não exigem a que poderão ser compensados no futuro.

## 11. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo			
	Controladas		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar (i)	280.166	327.335	1240.353	141.138
PIS e COFINS	100.181	117.230	215.890	244.853
Outros	23	53.661	83.015	52.754
Total	380.370	498.646	1.539.258	1.709.145
Circulante	232.961	273.251	863.252	161.987
Não circulante	147.409	155.185	715.976	627.558

	Controladas		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.506	277.970	510.693	810.947
ICMS Convênio nº 68/1998	23.800	22.585	34.118	27.566
PIS e COFINS (i)	23.731	31.802	235.318	184.472
JUSTINTEL/Redução (ii)	139.538	105.285	655.022	963.239
Outros (iii)	12.242	302.585	181.437	530.153
Total	488.709	744.140	1.682.586	2.311.389
Circulante	233.714	753.670	1.053.868	1.443.693
Não circulante	254.995	30.514	628.718	867.696

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos controlados na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com os créditos fiscais, nem sempre ocorre em até 60 dias, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. (ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre tratamento, receita financeira e outras receitas. A Companhia e suas controladas mantêm ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo de contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional. Em março de 2018, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis à Companhia em duas das três principais processos da Companhia relativos à decisão sobre o não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS. O terceiro processo ainda se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O montante total atualizado dessas decisões em 31 de dezembro de 2018, considerando os três processos, é de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões. Em relação aos dois processos em que se encontra a decisão judicial final, os valores montam a aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Para dar início à utilização dos créditos reconhecidos judicialmente para compensar débitos relativos a tributos federais vinculados a Companhia, vem realizando minutas antes obtendo quitação das ordens e adotando todas as medidas necessárias para habilitar o acesso à Receita Federal. (iii) A Companhia e suas controladas, Telenor e O Movel, adquiriram ações para resgatar o controle de uma subsidiária controlada por O Movel, a qual possui ações de capitalização de R\$ 12,00 por ação, em troca da emissão de novas ações de capitalização de R\$ 12,00 por ação. A Companhia e suas controladas, Telenor e O Movel, adquiriram ações para resgatar o controle de uma subsidiária controlada por O Movel, a qual possui ações de capitalização de R\$ 12,00 por ação, em troca da emissão de novas ações de capitalização de R\$ 12,00 por ação. (iv) Refere-se a valores relativos a processos judiciais em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em decorrência de ações de cobrança de valores relativos a processos judiciais em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em decorrência de ações de cobrança de valores relativos a processos judiciais em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

	Controladas		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis	3.745.025	4.563.585	5.819.978	6.849.344
Tributárias	909.340	755.214	2.307.508	2.690.152
Trabalhistas	383.725	875.844	1.107.144	1.027.658
Subtotal:	5.131.888	5.999.743	9.234.630	11.466.144
Passivos sociais (a)	(444.407)	(947.329)	(849.910)	(1.033.034)
Total	4.686.881	5.052.414	8.384.720	10.433.110
Circulante	1.548.700	688.787	1.715.934	1.052.348
Não circulante	3.137.981	2.363.627	6.668.786	9.380.762

(a) Este valor representa a soma de passivos sociais de natureza trabalhista, tributária e cível.

Os dados são relativos ao exercício de 2018, DESEMPENHO FINANCEIRO

Os dados são relativos ao exercício de 2018, DESEMPENHO FINANCEIRO

(i) Este valor representa a parte setimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos oficiais. 12. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladas		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Quotas incorridas no cumprimento de contratos (IFRS 15)	258.618	612.538		
Publicidade e propaganda	580	540	135.049	105.431
Despesas antecipadas contratadas	18.185	56.977	41.771	17.127
Seguros	22.458	25.869	48.863	60.722
Planejamento financeiro	15.840	22.625	40.650	60.722
Outros	10.873	1.042	81.590	80.844
Total	334.944	108.763	288.623	336.414
Circulante	191.067	95.296	73.593	347.102
Não circulante	143.877	11.467	215.030	93.299

	Controladas		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores	382.783	210.435	621.376	643.201
Valores a receber	211.786	580.203	202.634	181.871
Valores a receber com venda de imobilizado	85.034	63.848	302.165	303.152
Adiantamentos e empréstimos	15.948	18.514	83.635	83.863
Outros	110.819	152.476	131.522	118.854
Total	807.350	1.025.476	1.341.326	1.329.901
Circulante	787.119	1.027.629	1.070.670	1.020.845
Não circulante	19.231	21.845	270.656	259.056
INVESTIMENTOS				

	Controladas		Consolidada	
	2018	2017	2018	2017
Investimentos em controladas	16.971.150	5.591.127	31.488	42.545
Negócios em andamento				
Investimentos em coligadas			44.124	42.135
Incentivos fiscais, liquidez das provisões para perdas	10.273	10.273	31.076	31.578
Agio "Goodwill"	3.759	3.759		
Outros investimentos			10.352	20.475
Total	16.971.222	5.708.617	117.540	136.510

Saldo em 01/01/2017	Controladas	Controlado
Equivalência patrimonial (Nota 5)	10.536.195	155.652
Equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	(5.538.900)	(433)
Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	1.949	1.949
Reclassificação da equivalência patrimonial para provisões para patrimônio líquido negativo	66.230	(560)
Dividendos de controladas	500.864	500.864
Redução de capital em controlada	(178.909)	(178.909)
Outros	(924)	(924)
Saldo em 2017	5.708.817	136.510
Equivalência patrimonial (Nota 5)	10.536.195	136.510
Equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	(5.538.900)	(433)
Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	149	149
Reclassificação da equivalência patrimonial para provisões para patrimônio líquido negativo	500.864	500.864
Aumento de capital em controladas (*)	3.000.000	3.000.000
Dividendos e JSCP	(33.939)	(33.939)
Outros	78.825	(6.399)
Saldo em 2018	10.531.222	117.542

(\*) Refere-se ao aumento de capital na controlada Telenor com capitalização de créditos no montante de R\$ 1.035.358 e R\$ 1.954.642 em dinheiro. O aumento de capital ocorreu com a anulação prévia do ANATEL. Os princípios de direito relativos às participações de controladas ajustadas para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	18.951.231	7.983.197	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	5.178	1.020	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	14.154.410	(1.154.552)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	1.050	6.749	799	100	100	100
PTIF	(2.202.736)	(777.366)	0.042	100	100	100
CVTEL	(902)	(343)	18	100	100	100
Carigems	106		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	3.721.549	(82.802)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(132.598)		153.184	100	100	100

(i) Refere-se ao resultado da equivalência patrimonial e valor do investimento devido nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	5.643.643	(4.294.667)	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	50.193	9.982	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(866.827)	(236.864)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	9.184	799	100	100	100
PTIF	(24.323)	(24.323)	0.042	100	100	100
CVTEL	(431)	(172)	18	100	100	100
Carigems	94		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	2.552.861	(859.813)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(747.951)	(355.717)	18.236.257	18,57	18,57	18,57

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	5.643.643	(4.294.667)	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	50.193	9.982	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(866.827)	(236.864)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	9.184	799	100	100	100
PTIF	(24.323)	(24.323)	0.042	100	100	100
CVTEL	(431)	(172)	18	100	100	100
Carigems	94		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	2.552.861	(859.813)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(747.951)	(355.717)	18.236.257	18,57	18,57	18,57

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	5.643.643	(4.294.667)	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	50.193	9.982	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(866.827)	(236.864)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	9.184	799	100	100	100
PTIF	(24.323)	(24.323)	0.042	100	100	100
CVTEL	(431)	(172)	18	100	100	100
Carigems	94		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	2.552.861	(859.813)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(747.951)	(355.717)	18.236.257	18,57	18,57	18,57

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	5.643.643	(4.294.667)	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	50.193	9.982	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(866.827)	(236.864)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	9.184	799	100	100	100
PTIF	(24.323)	(24.323)	0.042	100	100	100
CVTEL	(431)	(172)	18	100	100	100
Carigems	94		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	2.552.861	(859.813)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(747.951)	(355.717)	18.236.257	18,57	18,57	18,57

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	5.643.643	(4.294.667)	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	50.193	9.982	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(866.827)	(236.864)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	9.184	799	100	100	100
PTIF	(24.323)	(24.323)	0.042	100	100	100
CVTEL	(431)	(172)	18	100	100	100
Carigems	94		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	2.552.861	(859.813)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(747.951)	(355.717)	18.236.257	18,57	18,57	18,57

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	5.643.643	(4.294.667)	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	50.193	9.982	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(866.827)	(236.864)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	9.184	799	100	100	100
PTIF	(24.323)	(24.323)	0.042	100	100	100
CVTEL	(431)	(172)	18	100	100	100
Carigems	94		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	2.552.861	(859.813)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(747.951)	(355.717)	18.236.257	18,57	18,57	18,57

(i) Refere-se ao resultado da equivalência patrimonial e valor do investimento devido nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Participação - %
Telenor	5.643.643	(4.294.667)	154.032.213	189.400.782	100	100
Rio Alto	50.193	9.982	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(866.827)	(236.864)	100	100	100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	9.184	799	100	100	100
PTIF	(24.323)	(24.323)	0.042	100	100	100
CVTEL	(431)	(172)	18	100	100	100
Carigems	94		0.100	100	100	100
PT Participações (i)	2.552.861	(859.813)	1.000.000	100	100	100
Sunde	(747.951)	(355.717)	18.236.257	18,57	18,57	18,57



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal [www.io.rj.gov.br](http://www.io.rj.gov.br).  
Assinado digitalmente em Quinta-feira, 28 de Março de 2019 às 02:22:25-0300.

A assinatura não possui validade quando impressa.



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

A assinatura não conta a validade quando impressa







(1) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.





COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

century)



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 75.535.764/0001-43

..... documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

..... documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.704/0001-43

[illegible]



COMPANHIA ABETLA - CNPJ 79.535.794/0001-42

**PROTEÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do C.R.A., em sua Reunião Ordinária de 09 de Janeiro de 2018 e suas respectivas deliberações, aprovou o seguinte:

a) a aprovação e a expedição pela Assembleia Geral das Ações, em conformidade com o disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, do C.R.A., para fins exclusivamente internos à aprovação das referidas Demonstrações Financeiras;

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019

Alexandre Bressan  
Pedro Wagner Martins Coelho (Presidente)  
Danielle Maria Padilha  
Domenice Eleniseires Noronha

[illegible][illegible]

Conforme Nota Explicativa nº 211, Reconhecimento dos efeitos da homologação do Plano de Recuperação Judicial, e Administração da Companhia constitui que os termos e condições previstas no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado na Assembleia Geral de Credores em 12 e 20 de dezembro de 2017, tornam-se vigentes a partir de 05 de fevereiro de 2018.

[illegible][illegible]

Conforme Nota Explicativa nº2, a Companhia e suas controladas estão parte integrante em processos judiciais e administrativos nas instâncias cíveis, tributárias e societárias, que surgiram em decorrência das operações realizadas em 2016 e 2017, e que não foram objeto de demonstrações consolidadas. A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação em processo judicial ou administrativo, com montante total de R\$ 30.375.570,45 mil e R\$ 10.162.453 mil, respectivamente, sendo que R\$ 450.293,03 mil e R\$ 293.145 mil, respectivamente, são passíveis de avaliação razoável e não representam risco material para a Companhia e suas controladas. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2018 possuem saldos de depósitos judiciais nos seguintes montantes: R\$ 4.088.691 mil e R\$ 734.720 mil, respectivamente, por determinação judicial, sob o fundamento de que a Companhia e suas controladas não possuem obrigação de indenizar os danos materiais e morais causados por terceiros e/ou a terceiros, a Companhia e suas controladas implementaram nos últimos meses nos controles internos durante o exercício de 2018, visando capacitar, promover e reforçar continuamente os efeitos das transações sobre os depósitos judiciais, bem como a identificação e a avaliação dos riscos envolvidos. A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação estimada sobre as transações que estão em fase de conclusão das instâncias cíveis. Considerando a relevância das valores envolvidos, no âmbito legal e da legislação citada anteriormente é recomendável a posteriori observação nas demonstrações em andamento, a Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação em processo judicial ou administrativo, com montante total de R\$ 30.375.570,45 mil e R\$ 10.162.453 mil, respectivamente, sendo que R\$ 450.293,03 mil e R\$ 293.145 mil, respectivamente, são passíveis de avaliação razoável e não representam risco material para a Companhia e suas controladas. Os processos em andamento, considerando os seus aspectos mais significativos em termos de exposição, são os seguintes:

[illegible]

**Cronograma descrito no Nota Explicativa nº 12, à Contabilidade e suas demonstrações por registro** com avulsos, transgêneos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, os montantes de R\$ 3.670.044 mil e R\$ 3.844.445 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018, referentes, predominantemente, à contribuição de registros realizados em anos anteriores. Com o decorrer do exercício, a administração realizou procedimentos de auditoria e controle interno, com o objetivo de assegurar a elaboração de Balanço e DRE que sejam produzidos, utilizando dados de fontes não controláveis, desenvolvidos internamente pela administração, as quais envolvem julgamentos significativos para a determinação premissa que fundamentam os resultados lidos de suas operações, com também consideração a sucessão na administração do PJI com o novo grupo. Como resultado do processo de auditoria e controle interno, a administração concluiu que os dados utilizados para elaboração do Balanço e DRE, conforme descrito no Nota Explicativa nº17 Considerando que qualquer atividade não prevista ou realizada pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

**Resposta da autoridade sobre o assunto:**

Nosso procedimento de auditoria incluiu: o Revisão dos dados financeiros de valor em uso apoiado no plano de negócios da Companhia e no balanço patrimonial; o levantamento dos dados estatísticos que ateste a existência e a sustentabilidade dos projetos apresentados e o cruzamento das informações com a Administração com o intuito de avaliar o cumprimento de longo prazo das premissas, por meio da comparação com previsões econômicas e estatísticas, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital da Companhia e a comparação com as projeções de fluxo de caixa da PSU no momento; o Revisão dos cálculos financeiros sobre o reconhecimento de perda com impáctos do tipo de energia, no caso não circulante; o Revisão das atividades realizadas pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos ser razoável afirmar que a Administração da Companhia não apresentou informações que possam induzir a erro a respeito das demonstrações contábeis.

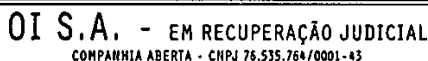
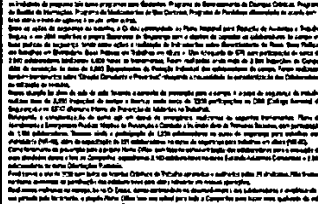
Em consonância com o *Notas Explicativas nº 1*, Informações Gerais, a Companhia e sua controladora não incluem no segmento de telecomunicações operando serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de banda larga fixa e móvel e o *TV Multicabele* controladas e administradas para além do plano de desenvolvimento estratégico de longo prazo. A inclusão desses segmentos no balanço consolidado da Companhia poderia gerar uma distorção na avaliação da estrutura de negócios da Informação envolvendo análises complexas que envolvam uma grande variedade de informações decorrentes de suas operações. Adicionalmente, devido à Companhia operar diversas tecnologias de serviços de telefonia fixa e móvel e operar estas tecnologias em diferentes regiões comerciais, a falta de comparação e auditoriação que ocorre a nível do seu histórico de transações e a partir de suas operações, a alta instabilidade de preços e a falta de controle de custos, a falta de padronização de procedimentos e a falta de controle de qualidade e a complexidade do ambiente de controle interno e de tecnologia da informação, uma especialização que dizem respeito ao reconhecimento da realidade da Companhia, que envolve a existência de controle automatizados e manual, combinado com um

Rua de Jurema, 26 de março de 2019. IBDO PDS Autônomos Independentes 55  
 Contato: 21 39134607  
 E-mail: [contato@ibdo.org.br](mailto:contato@ibdo.org.br)  
 Contador CRC: 1 SP 100626-O-0 - R - RJ

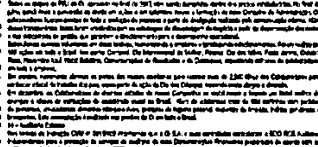






[illegible][illegible]

## 53 PROJETOS EM 11 ESTADOS



Il prefetto di Caserta metteva in allarme la sua polizia per la nascita di una nuova setta di fanatici, che si batteva per la liberazione della Campania e per la restaurazione della monarchia. Il prefetto di Caserta, che era stato a lungo in carcere, era stato liberato e si era recato a Napoli. Il prefetto di Caserta, che era stato a lungo in carcere, era stato liberato e si era recato a Napoli.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO, CHICAGO, ILLINOIS 60637

[illegible]



[illegible][illegible]



SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
29520-8 Protocolo: 00-2019/263666-9  
ARQUIVAMENTO em 13/05/2019 SOB O NÚM.  
66821260781E0BED8E23A1DDCB420DB67E

---

\_\_\_\_\_





# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.769/0001-43

**Quarta-feira, 28 de março de 2019 | Valor | C15**

**1. Identificação do Devedor:**

Razão Social: OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
 CNPJ: 76.535.769/0001-43  
 Endereço: Rua ... nº ... - ... - ...  
 Cidade: ... - Estado: ... - CEP: ...

**2. Identificação do Credor:**

Razão Social: ...  
 CNPJ: ...  
 Endereço: ... - Cidade: ... - Estado: ... - CEP: ...

**3. Descrição do Objeto:**

...

**4. Valor da Dívida:**

Valor da Dívida: R\$ ...

**5. Data de Vencimento:**

Data de Vencimento: ...

**6. Assinatura do Devedor:**

Assinatura: ...

**7. Assinatura do Credor:**

Assinatura: ...

**8. Assinatura do Juiz:**

Assinatura: ...

**9. Assinatura do Promotor:**

Assinatura: ...

**10. Assinatura do Advogado:**

Assinatura: ...

**11. Assinatura do Cartório:**

Assinatura: ...

**12. Assinatura do Tabelião:**

Assinatura: ...

**13. Assinatura do Oficial:**

Assinatura: ...

**14. Assinatura do Escrivão:**

Assinatura: ...

**15. Assinatura do Secretário:**

Assinatura: ...

**16. Assinatura do Auxiliar:**

Assinatura: ...

**17. Assinatura do Estágio:**

Assinatura: ...

**18. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**19. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**20. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**21. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**22. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**23. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**24. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**25. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**26. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**27. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**28. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**29. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**30. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**31. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**32. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**33. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**34. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**35. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**36. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**37. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**38. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**39. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**40. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**41. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**42. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**43. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**44. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**45. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**46. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**47. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**48. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**49. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**50. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**51. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**52. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**53. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**54. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**55. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**56. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**57. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**58. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**59. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**60. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**61. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**62. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**63. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**64. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**65. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**66. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**67. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**68. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**69. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**70. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**71. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**72. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**73. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**74. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**75. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**76. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**77. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**78. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**79. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**80. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**81. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**82. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**83. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**84. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**85. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**86. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**87. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**88. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**89. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**90. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**91. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**92. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**93. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**94. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

**95. Assinatura do Estagiário:**

Assinatura: ...

**96. Assinatura do Internauta:**

Assinatura: ...

**97. Assinatura do Visitante:**

Assinatura: ...

**98. Assinatura do Funcionário:**

Assinatura: ...

**99. Assinatura do Colaborador:**

Assinatura: ...

**100. Assinatura do Voluntário:**

Assinatura: ...

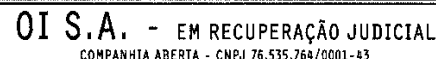


cooling—air









Copyright © 2004 John Wiley & Sons, Ltd.

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos em andamento em relação às expectativas de parte da classificação como positivas no âmbito de seus controles internos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

**Tratamiento**  
 La infección crónica asociada al VIH puede tratarse con los siguientes fármacos:

As cores, credenciais de bens de alto fim, desaparecem sobre o colapso do coeficiente de credenciamento (CICAP), entre outros, no momento específico de R\$ 12.523.402 (2017 - R\$ 21.730.162).

AB) PIS/PSS - autuações versando sobre a edição de rubricas no âmbito de competência supostamente devidas pela Companhia no montante aproximado de R\$ 565.248 (2017 - R\$ 573.119) e

**Civil**  
To win down rather than to overcome members, despite having no outside support, is another example of the power of the majority.

*Aplicar seus conhecimentos para encontrar o erro e corrigi-lo. É uma tarefa desafiadora, mas também é uma ótima oportunidade para aprender mais sobre o funcionamento do Excel e melhorar suas habilidades de análise de dados.*

esta volta que envia o retorno; e acabou chegando ao Sítio através da aproximação de telecomunicações de código Sistar e Talaris.

R\$ 5.312,744 (20x7 - R\$ 5.475,185) na correatória e R\$ 13.755,739 (2017 - R\$ 14.847,243) no consórcio. Os

	2016	2017	2018	2017
Obtención energía (1)	1.220.831		4.403.804	

Contribuição a partir de recursos	1.536	13.583	88.332	2.283
Procedimentos para desmembramento de ativos	8.045	6.579	12.355	16.718
<b>Total</b>	<b>953.234</b>	<b>926.618</b>	<b>936.928</b>	<b>100.000</b>

7) A Companhia e seus controlados mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de energia elétrica com a Companhia de Energia Elétrica do Estado de São Paulo (CESP).

29. PRÍMÁČENÉ ÚČINNÉ  
Zaokrúhlené na 2 desiatich miestach

Conforme mencionado na Nota 35, em 26 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu a unidade e a unidade de E&S

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.038.471 (20\*7 + R\$ 21.438.374), com 600 mil ações ordinárias em valor nominal.

Capital living and systems		
Agenda coordination	2,248,247	200,034
Agenda coordination	2,248,247	200,034

Αγορά επένδυσης	1.812	1.812
<b>Σύνολο</b>	<b>33.843</b>	<b>156.004</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adiou suas atividades no montante de R\$ 24.393.142, considerando:

legis de 203 (das ações) de capital social se aplica em direito a voto no caso de emissão de novas ações primárias.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, 44% valor nominal, não sendo obrigatório este ser exercido de control, de 10 milhões nominalmente, sendo 400

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovada a destinação de parte do lucro líquido de 2017 no montante de R\$ 6.315,01 - conforme consta da resolução da assembleia.

as "Bondholders" qualificadas, como parte da reestruturação das "Bond" qualificadas (Nida 1, 9). O valor justo médio é a conversão das "Senior Notes" ligadas com arrego de ações em tesouro, bem como o valor contábil das ações

PT Petróleo BRAS, S.A. (PT Petróleo) em maio de 2014.

Entrada de ações em circulação	(116,252)	(2.722.642)		
Súltos em 2018	32.830	3.081.384	1.875	68.378

	2016		2017	
	Amortization	Industria	Amortization	Industria

Seja o novo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor dos ações em favoristas dos sócios da assema

Ações em indisponibilidade	(2.801.267)	(5.531.002)
Subsídio líquido das ações em indisponibilidade	8.728.345	17.1.282

**Estatística estatística de Incidência - agente biológico:** representado por dióxido líquido incorporado pela Compartilha

Qualificações Acadêmicas: a) Graduação e especialização, no balanço patrimonial, deve constar em português.

\* Novas Ações Ordinárias lançadas em razão do aumento de capital, mediante a capitalização de lucros que resultaram em 10.416.000.000 (dez bilhões e dez milhões) de ações.

[illegible]

Em julho de 2018, os artigos são selecionados de "Senior Note" Qualificados, conforme estabelecido no PRJ, e

**Mendocinças de Fibra de Célulose**

Atuação de equipes de "Buddy Bots" (ambulâncias)	(10.049)
Entrega de ações em inscrução	(77.2072)

continua  $\rightarrow$

-----

405 / 2010

[illegible]

/chanceladigital informe o r

/ chance is a great, informal 5 1

continuous  $\rightarrow$   $\frac{1}{2}$







[illegible]



Divulgue o balanço anual da sua empresa para quem interessa, anunciando nos veículos de maior impacto e cobertura no mercado.

**Valor+ O GLOBO+ Valor+ RI**

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • [www.valor.com.br/valor-ri](http://www.valor.com.br/valor-ri)





33.3.0029520-8

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

Eventos

201

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
251	1	Arquivamento de Publicações de Atos de Sociedade / Demonstrações Financeiras
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX
xxx	xx	XX

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR APARECIDA MARIA PEREIRA DA SILVA LOPES, BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER E CLAUDIO DA CUNHA VALLE SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Município	Estado
00003582394	76.535.764/0001-43	Rua DO LAVRADIO 71	Centro	Rio de Janeiro	RJ
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX
XXXXXXXXXX	XX.XXX.XXX/XXXX-XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

Deferido em 16/04/2019 e arquivado em 16/04/2019

  
Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2019/211936-2

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

71

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/71









## Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

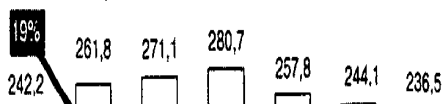
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - Mensagem aos Acionistas: A Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Companhia") manteve em 2018 sua atuação em frentes estruturantes e aprofundou seus esforços para a evolução do negócio. A Companhia continuou focada em melhoria de qualidade, transformação digital, controle de custos, gestão do caixa e reestruturação da sua dívida, direcionando esforços também para sua retomada comercial e para a modernização de sua rede. Além disso, a Oi seguiu cumprindo todos os compromissos previstos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado em dezembro de 2017. A Companhia deu sequência ao consistente avanço nos seus indicadores de qualidade, como a redução das reclamações na ANATEL, e do número de processos nos Juizados Especiais Cíveis. Por meio da digitalização, a Oi também avançou na otimização de processos internos e no aprimoramento da jornada do cliente. A Companhia lançou produtos inovadores que melhoram a experiência dos usuários, como funcionalidades inéditas de produtos de telefonia móvel e TV por assinatura, e ofertas com mais dados, conteúdo, autonomia e transparência para os clientes. Para mudar seu patamar de mercado, a Oi também desenvolveu um plano granular de investimentos focado na expansão da rede de fibra ótica e da rede móvel em áreas onde a Companhia tem as maiores perspectivas de crescimento. Parte das iniciativas previstas já foi implementada com foco na modernização da infraestrutura, a partir de parcerias com fornecedores globais. Em 2019, esse movimento será acelerado a partir dos recursos disponibilizados pela conclusão do aumento de capital no valor de R\$ 4 bilhões em dinheiro novo, concluído em janeiro deste ano e previsto no PRJ da Oi. Esses recursos serão destinados à ampliação da infraestrutura da Companhia em frentes estratégicas como fibra ótica e rede 4G, também conforme o PRJ. Assim, o investimento incremental será fundamentalmente direcionado para ampliação da oferta de banda larga de alta velocidade e da cobertura móvel, contribuindo para que a Oi volte a crescer e conquiste participação de mercado. Com esse movimento, a Companhia também se prepara para a tecnologia 5G, que ainda não está disponível no país, e para as soluções de Internet das Coisas (IoT). Ao longo do ano, a Oi concluiu outras importantes etapas previstas no PRJ, que foi aprovado em dezembro de 2017 e homologado em janeiro de 2018. Em julho, a Companhia concluiu conversão da dívida com os bondholders em ações, reduzindo a dívida financeira de R\$ 55 bilhões para R\$ 16 bilhões. Em setembro do mesmo ano, a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Chapa Consensual Indecida pela administração da Companhia para composição do Novo Conselho de Administração, composto por 11 integrantes, todos membros independentes, conforme previsto no PRJ. 2 - Conjuntura Econômica: O ano de 2018 foi marcado por eleições presidenciais no Brasil e, como consequência, por incertezas e volatilidades típicas deste processo. No auge das incertezas eleitorais, o Dólar atingiu a máxima histórica de R\$ 4,1879 em setembro. A consolidação da vitória do candidato com agenda mais liberal e pró-reformas favoreceu a performance dos ativos brasileiros, e o Real recuperou parte das perdas acumuladas até então. O Dólar encerrou o ano cotado a R\$ 3,6748, o que representou uma desvalorização de 11,2% em 2018. A despeito desta desvalorização, a recuperação ainda lenta da economia (também impactada pela greve dos caminhoneiros em meio), com desemprego em níveis elevados, contribuiu para a manutenção da inflação em patamares controlados e permitindo que o COPOM reduzisse a Selic em 50bps, encerrando a 6,5%. O PIB (Produto Interno Bruto) apresentou crescimento de 1,1% em 2018, e a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 3,75%, abaixo do centro da meta de 4,5%. Já no cenário global, a despeito de algumas incertezas ao longo do ano, o balanço foi positivo em 2018, seja pela pouca elevação de juros nos Estados Unidos, pela trégua entre este país e a China nas questões comerciais, seja pela expectativa de crescimento deste último. A economia americana apresentou crescimento de 2,9% em 2018, motivado, principalmente, pelos cortes de impostos implementados pelo governo norte americano e pela manutenção da taxa de desemprego em menos de 4,0%. Na Europa, mesmo com os riscos políticos iminentes, a recuperação da economia seguiu em curso em 2018, porém em ritmo mais lento e gradual. Já na China, o crescimento se manteve estável em 6,6% em 2018. Para a economia brasileira em 2019, espera-se um maior crescimento do PIB quando comparado a 2018. A velocidade e a profundidade da agenda de reformas propostas pelo novo governo deverão diluir o ritmo do cenário cambial, influenciando inflação e juros. O cenário esperado aponta para aprovação da reforma da previdência e, portanto, cenário comportado para câmbio, inflação e juros. Contribuindo para isso, espera-se um cenário externo benigno, contemplando a manutenção de juros nos EUA, nova rodada de estímulos na China, bem como expectativa de um acordo comercial entre estes dois países. 3 - O Setor de Telecomunicações em 2018: Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2018, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 316,1 milhões, representado por 38,3 milhões de linhas fixas em serviço, 229,2 milhões de usuários móveis, 31,0 milhões de acessos de internet em banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) e 17,6 milhões de usuários de TV por assinatura. A queda de 2,5% que corresponde a 8,1 milhões de acessos em relação a 2017 foi motivada principalmente pelas expressivas desconexões de 19,0 milhões de acessos do pré-pago no segmento de mobilidade, em função da contínua queda das tarifas de interconexão e do crescimento do uso de aplicativos como WhatsApp, que reduziram os incentivos para que os clientes utilizem múltiplos chips. Telefonia Fixa: O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2018, 38,3 milhões de linhas em serviço segundo os dados da ANATEL, redução de 2,5% sobre dez/17. Este encontra-se maduro, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel e para dados. As concessionárias de telefonia fixa representavam 55,8% do total dos acessos fixos em serviço em 2018. Telefonia Móvel: Com 229,2 milhões de usuários em dezembro de 2018 e teleadensidade de 109,9% sobre a população. As desconexões líquidas em 2018 somaram 7,3 milhões de usuários, refletindo recuo de 3,1% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 36,5% do total de usuários móveis em dezembro de 2018 (62,8% em 2017), enquanto no pós-pago os usuários representaram 43,5% do total da base móvel.

de telecomunicações considerando a convergência tecnológica e também das ofertas. De acordo com a Agenda Regulatória vigente, a Consulta Pública sobre o tema, aberta para Comentários da sociedade até 9 de abril de 2018, havia uma previsão de publicação do novo regulamento no primeiro semestre de 2018, fato que não se concretizou até o momento. Reavaliação da regulamentação sobre o controle de bens reversíveis (ação 10): Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº. 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à anulação prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desvinculação de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros. De acordo com a Agenda Regulatória, a Consulta Pública deveria ter ocorrido no segundo semestre de 2017, não tendo sido publicada até o momento. Contudo, como a reavaliação da regulamentação do tema está intrinsecamente relacionada à já mencionada proposta de revisão da prestação do STFC em regime público, é provável que o tema seja discutido em conjunto com a mesma. Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (ação 24): Revisão dos mercados relevantes e das medidas assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº. 600, de 8 de novembro de 2012, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquela Plano. O tema foi tratado pela Consulta Pública 35/2016 da ANATEL, e estava prevista para ser publicada a nova regulamentação até o final de 2017, fato que não se concretizou, sendo a Resolução 694/2018 publicada apenas em julho de 2018. A maior inovação do novo PGMC foi a divisão dos mercados de varejo em quatro categorias de nível de competição, com a flexibilização das medidas assimétricas impostas pelo Regulamento em mercados mais competitivos. 4 - Perfil da Empresa: A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 57,1 milhões de Unidades Geradoras de Receita (UGR) ao fim de 2018. A Companhia atua em todo o território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (interconexão), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (televisões também através de pacotes double-play, triple-play e quadruple-play), serviços de internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. A Companhia conta com aproximadamente 362,9 mil km de fibra ótica instalada, detendo o maior backbone do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrange aproximadamente 94% da população brasileira. A Companhia possui, aproximadamente, 16,4% do market share em telefonia móvel a cerca de 32,4% em telefonia fixa. A Companhia disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, mais de 2 milhões de hotspots wi-fi mantidos inclusive em locais públicos tais como aeroportos e shopping centers. 5 - Estratégia da Companhia e Novos Negócios: Em 2018, com o PRJ aprovado e homologado pela Justiça, a Oi manteve sua estratégia de focar na sua reestruturação operacional, lançando as bases para um crescimento sustentável, buscando serviços inovadores, alto padrão de qualidade e modernização do negócio. A atuação da Companhia foi norteada pelos seguintes pilares: • Antecipação dos investimentos previstos no Plano de CAPEX incremental, aprovado no PRJ, permitindo elevar a robustez e a capacidade da rede. • Expansão do serviço de banda larga em fibra até a casa do cliente e expansão da cobertura 4G e 4,5G. • Intensificação comercial com abordagem mais regionalizada. • Abordagem inovadora de reuso de rede para a modernização de fibra, elevando a estratégia estruturante para crescimento da banda larga de alta velocidade. • Continuidade no processo de melhoria da eficiência operacional e controle de custos. • Fortalecimento do processo de transformação digital da Companhia, como digitalização de processos de atendimento e venda (e-care, e-billing, e-commerce), além de robótica e inteligência artificial. Novos Negócios: Em 2018 a Oi continuou o seu comprometimento no desenvolvimento de iniciativas ligadas à inovação. A partir do contínuo investimento em projetos de inovação e P&D que totalizaram aproximadamente R\$ 67 milhões no ano, a Companhia continuou sua atuação junto a Instituições de Ciência e Tecnologia e Incubadoras para a exploração de oportunidades de negócios ligadas a verticais de elevado potencial não relacionadas ao seu core business como Mobile Advertising, Saúde e aplicações em IoT (Oi Smart - Casa Conectada e Campo Conectado). Utilizando a Estrela de Inovação, a Oi continuou o desenvolvimento de projetos de vanguarda junto com seus parceiros, permitindo a criação de ofertas pioneiras no mercado de Telecom. Foi implantado projeto piloto do Novo Telefone de Uso Público incentivado pelo programa INOVA TELECOM da FINEP. O novo aparelho, que utiliza cartões com tecnologia NFC, bem como os novos sistemas de monitoramento, foram desenvolvidos em parceria com o CPqD e indústrias locais. Dentro do mesmo programa da FINEP foi desenvolvido um protótipo de equipamento concentrador (gateway) IoT multi-tecnologia (várias interfaces) para aplicações internas da Oi e com potencial para projetos de cidades inteligentes. Além dessas, soluções como a Oi Smart e a Oi Saúde mostram que uma estratégia de inovação aberta, que estreita o relacionamento da Oi com o ecossistema de startups, permite a exploração de oportunidades associadas ao core business da empresa com maior rapidez e efetividade. Evidenciando o compromisso com seu programa de inovação, a Incubadora Oi lançou no final de 2017, se consolidou como novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas, desenvolvimento de startups e suporte a iniciativas sociais. 6 - Recuperação Judicial: Em 8 de janeiro de 2018, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação Judicial") proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi. A referida decisão foi publicada em 5 de fevereiro de 2018 ("Homologação do Plano"), iniciando-se o prazo para que os credores das Empresas Oi pudessem escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ, o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018, exceto para detentores de bonds, cujo prazo foi estendido até o dia 8 de março conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de fevereiro de 2018. É esperado que as Empresas Oi permaneçam sob supervisão judicial pelo prazo de até 2 (dois) anos contados da Homologação do Plano ou até que sejam cumpridas as obrigações previstas no PRJ com vencimento no prazo de 2 (dois) anos contados a partir da Homologação do Plano. Recuperação Judicial - Reconhecimento nos EUA: Em 17 de abril de 2018, as Devedoras Chapter 15 apresentaram à Corte de Falências dos Estados Unidos um pedido de *lift force and effect* ("FFE Motion"), de modo que o PRJ, tal como homologado pela Justiça brasileira, seja reconhecido e executado em território norte-americano, o qual foi concedido no dia 14 de junho de 2018 pela Corte de Falências dos Estados Unidos. Recuperação Judicial - Aprovação na Holanda dos Composition Plans da PTIF e da Oi Holanda: Em 10 de abril de 2018, a PTIF e a Oi Holanda apresentaram perante o Tribunal holandês seus Composition Plans - cujos termos são semelhantes

### Evolução do Mercado de Telefonia Móvel



229 2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/201936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

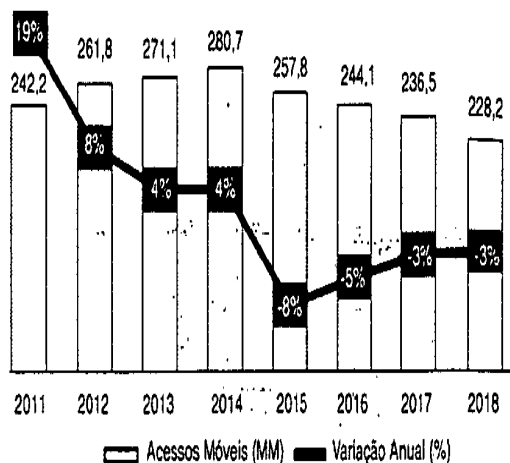
Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 3/71





## Evolução do Mercado de Telefonia Móvel

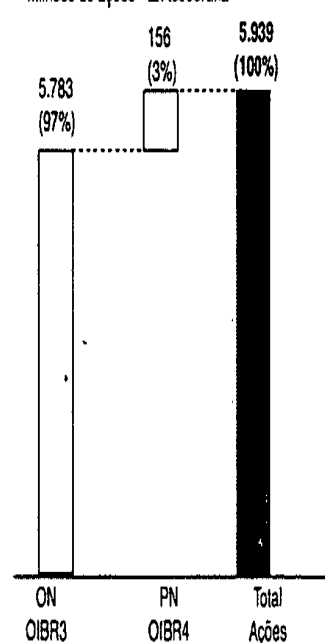


**Banda Larga Fixa (SCM):** Segundo os dados da ANATEL, o mercado de acesso à Internet através da banda larga fixa (SCM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2018. Ao final de 2018, a base de usuários atingiu 31,0 milhões de acessos, revelando crescimento de 2,1% frente a 2017, o que representou 2,1 milhões de novos usuários. TV por Assinatura: Em 2018, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma queda de 0,5 milhão, uma variação de -3,0% no ano de 2018 (-3,6% em 2017). Ao fim de dezembro de 2018, os acessos de TV por assinatura totalizaram 12,8 milhões de assinantes. A taxa de penetração relativamente ao total de domicílios atingiu 25,3% (26,2% em 2017), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país. Os acessos através da tecnologia DTH (Direct to Home) foram responsáveis por 54,0% dos usuários (perda de base anual do mercado), seguido pela tecnologia a cabo, com 42,0%. Cabe ressaltar que as novas entradas do mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH. **Contratos de Concessão, PGU e Instrumentos relacionados:** A ANATEL lançou em 2013 uma Consulta Pública com perguntas à sociedade sobre temas relevantes para avaliação do ambiente econômico e regulatório do STFC a fim de recolher subsídios à revisão dos Contratos de Concessão para o período 2016 a 2020, cujo encerramento ocorreu em 31/01/14. Em junho de 2014 houve uma nova Consulta Pública, para tratar especificamente da revisão dos Contratos de Concessão propriamente ditos, cujo prazo para contribuições terminou em 26/12/14, devendo ocorrer ainda a revisão das metas de Universalização (também colocado em Consulta Pública) e de Qualidade do STFC que entrou em Consulta Pública em novembro de 2017. A assinatura dos novos termos dos contratos de concessão, prevista inicialmente para o final do ano de 2015, foi prorrogada para o dia 30 de junho de 2017 e, posteriormente, foi descartada pela ANATEL, permanecendo o termo do Contrato o mesmo até a próxima revisão em 2020 ou uma possível alteração legislativa que modifique o modelo vigente. Nesse sentido, atualmente, o Projeto de Lei da Câmara 79/2016, que altera a Lei Geral de Telecomunicações, continua em tramitação pelo Congresso Nacional. Em paralelo, a ANATEL publicou a Consulta Pública 2/2017, que propõe alterações no Plano Geral das Outorgas. O prazo para Comentários dessa Consulta já se encerrou, mas a análise da futura regulamentação está em compasso de espera, aguardando a aprovação do PL 79/2016 para ser concluída. Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº 8.619/2018 que aprova o novo Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Fio Conectado prestado no Regime Público – PGU. O Decreto atualiza as metas de universalização das concessionárias de STFC. No novo documento a principal alteração diz respeito à troca das obrigações de densidade e distanciamento de Terminais de Uso Público - TUP pela obrigação de implementação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte de acesso à banda larga em localidades definidas pelo Decreto. **Plano Geral de Atualização da Regulamentação:** A ANATEL, em dezembro de 2015, publicou a Resolução nº 658, que revogou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação - PGR. O PGR foi substituído pelo Plano Estratégico 2015/2024, instituído pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015. Para o período compreendido entre os primeiros e segundos semestres de 2017 e 2018, a ANATEL, por meio da Portaria nº 491/2017, de 10 de abril de 2017, elegu a suas prioridades por meio da divulgação da sua Agenda Regulatória, que contém 81 ações que deverão ser executadas pela Agência durante esse período. Entre tais ações, destacam-se: Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (ação 1.1) e Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações – Regulamento de Adaptação (ação 1.2) Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Nesse sentido, incluem-se neste projeto a proposição de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral das Outorgas PGU, e elaboração de um modelo de Termo de Autorização único e a elaboração da normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes. Este projeto inclui também a revisão Consulta Pública Aprovação final dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Conectado STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização PGU, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados, entre outras datas, em 30 de junho de 2017, para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época. No final de 2018 a ANATEL lançou a Consulta Pública nº 48/2018 com a Proposta da Agenda Regulatória da ANATEL para o biênio de 2019/2020. O prazo para contribuições já foi encerrado, mas o texto permanece em análise pela ANATEL. Entre as ações propostas pela ANATEL, destacam-se: (i) Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (item 1.2); (ii) revisão do Regulamento de Bens Reversíveis (item 3.2); (iii) disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações (item 2); (iv) reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória (item 12.1); (v) reavaliação da regulamentação sobre aplicação de sanções administrativas (item 12.2); e (vi) reavaliação do Regimento Interno da ANATEL. Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações (ação 2); Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações, atualmente regida pela Resolução nº 274, de 5 de dezembro de 2001, considerando as determinações da Lei nº 11.834, de 5 de maio de 2009, em especial seu artigo 10, e da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015. A aprovação final do Regulamento sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações ocorreu no segundo semestre de 2017. Reavaliação do modelo de gestão de qualidade de serviços de telecomunicações (ação 4); Reavaliação do arcabouço normativo ateto à qualidade dos diversos serviços de telecomunicações, avaliando a viabilidade de concentrar esforços em um número reduzido de indicadores estratégicos que melhor atendam aos anseios dos usuários destes serviços e ao mesmo tempo minimizem os custos administrativos e operacionais aplicáveis à ANATEL e às prestadoras. Ademais, busca-se avaliar a possibilidade de convergência destes indicadores e metas para os diversos serviços

vermento no prazo de 2 (dois) anos contados a partir da Homologação do Plano, Recuperação Judicial – Reconhecimento nos EUA: Em 17 de abril de 2018, as Devedoras Chapter 15 apresentaram à Corte de Falências dos Estados Unidos um pedido de full force and effect (FFE Motion), de modo que o PRJ, tal como homologado pela Justiça brasileira, seja reconhecido e executado em território norte-americano, o qual foi concedido no dia 14 de junho de 2018 pela Corte de Falências dos Estados Unidos. Recuperação Judicial – Aprovação na Holanda dos Composition Plans da PTIF e da Oi Holanda: Em 10 de abril de 2018, a PTIF e a Oi Holanda apresentaram perante o Tribunal holandês seus Composition Plans – cujos termos são semelhantes aos do PRJ (Composition Plan ou Composition Plans) – bem como requereram que fossem designadas as datas para submissão de créditos e votação dos Composition Plans, o que foi deferido pelo Tribunal holandês na mesma data, tendo sido designadas as datas de 17 de maio de 2018 para a submissão de créditos e a data de 1 de junho de 2018 para a deliberação sobre cada um dos Composition Plans em assembleia de credores da PTIF e da Oi Holanda. Em 1 de junho de 2018, os desertores da PTIF e Oi Holanda votaram a favor dos Composition Plans. Em 11 de junho de 2018, o Tribunal de Amsterdã confirmou a aprovação dos Composition Plans da PTIF e da Oi Holanda (Decisão de Homologação). Como não houve a interposição de recurso e a Decisão de Homologação se tornou definitiva, a partir de 20 de junho de 2018, os Composition Plans começaram a surtir efeito no território holandês e, de acordo com a Lei Holandesa, a PTIF e a Oi Holanda saíram do estado de falência. Recuperação Judicial – Conclusão da Reestruturação da Dívida: Em virtude da Homologação do Plano, os prazos, encargos e demais condições dos instrumentos de dívida limados pelas Empresas Oi antes da Recuperação Judicial foram renovados a partir da Homologação do PRJ, passando a vigorar na forma do PRJ e dos instrumentos próprios das dívidas renovadas executadas no âmbito do processo de reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, conforme aplicável e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do Plano e da Lei nº 11.101/2005. Destaca-se que o processo de reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, incluindo o Aumento de Capital com a Capitalização de Créditos previsto no PRJ, foi concluído em 31 de julho de 2018. Recuperação Judicial – Reconhecimento em Portugal: Em 30 de julho de 2018, o Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 2 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa indeferiu o pedido de reconhecimento, em Portugal, da decisão em que o Juízo de Recuperação Judicial homologou, no Brasil, o PRJ das Empresas Oi. Na ocasião, o entendimento foi que seria necessário o trânsito em julgado da decisão de homologação para que pudesse haver o seu reconhecimento em Portugal. Em 25 de outubro de 2018, o Tribunal da Relação de Lisboa deu provimento ao Recurso de Apelação interposto pelas Empresas Oi para, reformando a sentença de origem, reconhecer, em Portugal, a decisão de Homologação do PRJ das Empresas Oi no Brasil e ordenar a sua publicidade. Recuperação Judicial – Aprovação de Novo PGU: Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Para maiores informações acerca do Novo PGU, vide informações na Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item de “Recuperação Judicial”. Recuperação Judicial – Aumento de Capital Novos Recursos: Ao longo de 2018, foram tomadas as medidas necessárias para a emissão privada de novas ações ordinárias, no valor de R\$ 4 bilhões, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano (Aumento de Capital – Novos Recursos), tendo sido emitidas em 26 de outubro de 2018 112.598.610 ações ordinárias (“Ações Ordinárias”) e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus dentro do prazo determinado. Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia confirmou a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 25 de outubro de 2018 até o dia 3 de dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 662.849 American Depositary Receipts (cada um representativo de cinco ações ordinárias – “ADRs”) exercidos a partir do dia 19 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018. Em 4 de janeiro de 2019, a Companhia confirmou a emissão de 275.985 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 2 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADRs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 25 de dezembro de 2018. Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADRs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiraram e não podem mais ser exercidos, tendo sido concluído o Aumento de Capital – Novos Recursos em 25 de janeiro de 2019.

## Composição Acionária (Pós Aumento de Capital)

Milhões de ações - Ex tesouraria



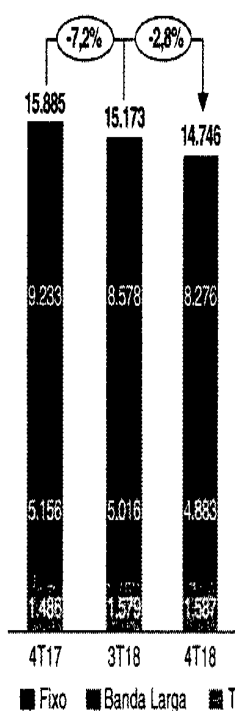
7 – Desempenho Operacional: A Companhia encerrou 2018 com 57,1 milhões de unidades geradoras de receita (UGRs), sendo 14.746 mil no segmento Residencial, 35.033 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 6.727 no segmento B2B, além de 640 mil telefones públicos. Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga): Fim: A Oi terminou o ano de 2018 com 8.276 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 10,4% em relação ao 2017, refletindo a tendência de mercado de queda de demanda por voz e substituição pelo móvel. Com o intuito de frear a queda de base, a Companhia tem como estratégia o foco na convergência, para aumentar a proposta de valor dos serviços, além de uma abordagem mais segmentada na rentabilização



-☆- continuação

**Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

**UGR's residencial**  
Milhares

**Banda Larga:** A Companhia fechou o ano com 4.883 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial, redução de 5,3% versus 2017. A queda se justifica principalmente pela maior competição de players locais que oferecem serviços de banda larga em pequenas cidades, fora dos grandes centros urbanos. Como já dito, a Companhia vem intensificando a atividade comercial com diferenciação de mercado regionalizada e adotando medidas pontuais para adequar as ofertas para cada tipo de cliente. Além disso, mesmo antes da entrada dos recursos provenientes do aumento de capital aprovado no PRJ, a Oi já está realizando investimento em fibra, com a estratégia do "Rêus" da rede, entregando banda larga de 50 Mbps, 100 Mbps e 200 Mbps. TV Paga: No produto de TV Paga, a Companhia apresentou o melhor desempenho do mercado no ano. De acordo com dados da ANATEL, foi a única a apresentar crescimento de base em 2018. Enquanto o mercado registrou queda do total de acessos de 321,1 mil (-3%) ao longo do ano, a Oi apresentou aumento de 92,3 mil clientes (+6%) na sua base de TV, mantendo taxas de crescimento anual e sequenciais pelo 11º trimestre consecutivo, alcançando um total de 1,6 milhões de clientes ao final do período. Vale destacar que em novembro de 2018 a Oi se tornou a terceira maior operadora de TV do país (a segunda considerando apenas aquelas com tecnologia DTH). A Oi TV vem contribuindo diretamente para a expansão das vendas e da base do Oi Total, reforçando o sucesso da estratégia de convergência do segmento Residencial. Informações ANATEL para a data-base de 31/12/2018: Oi TV é um produto diferenciado, que oferece um amplo leque de conteúdo, com canais HD (incluindo canais abertos) em todos os planos, sendo que a oferta mais completa inclui até 192 canais, sendo 70 em HD. Também oferece serviços como o PerViR (serviço de gravação de conteúdos e live/pause via pen drive disponível para contratação em qualquer plano) e iPPV (compra de eventos Pay Per View pelo controle remoto). Além disso, a Oi também disponibiliza o serviço de TV Everywhere, na qual os clientes podem assistir ao conteúdo on demand e ao vivo de diversos programadores através de dispositivos como tablets, smartphones e outros dispositivos como Google Chromecast, por exemplo. A oferta de TV Everywhere contempla o acesso a plataforma virtual "Oi Play", agregador de conteúdos da Oi, reforçando o posicionamento da Companhia em oferecer uma melhor experiência e maior autonomia aos seus clientes por meio da digitalização dos serviços. **Mobilidade Pessoal:** A Oi fechou 2018 com 35.033 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal, uma redução de 4,4% quando comparado a 2017. Nos últimos doze meses, essa redução é representada por 1.615 mil UGRs, sendo 2.824 mil UGRs de pré-pagos e adição de 1.010 mil UGRs de pós-pagos. A redução do Pré é reflexo da tendência do mercado de consolidação de chips. Ainda assim, a base da Oi caiu menos que o mercado, levando a um aumento do Market Share no Pré. Por outro lado, no Pós, impulsionado pelos investimentos em 4,5G que propiciaram o lançamento de um novo portfólio de ofertas, a Oi reverteu a tendência dos últimos anos e conseguiu adicionar mais de 1MM de clientes à sua base. O Pré-pago foi marcado pelo foco em recarga e consumo de dados através do uso das ferramentas de marketing ativo e pelo lançamento da nova versão da oferta Oi Livre, que inclui minutos para falar com qualquer operadora, pacote de dados e aplicativo de navegação para ajudar a base por meio de uma oferta completa e consolidar os custos do cliente no chip Oi Pré. No Pós-pago,

**9 - Endividamento:**

R\$ Milhões	Dez/18	Dez/17	% Dívida Bruta
<b>Endividamento</b>			
Curto Prazo	673	54.320	4,1%
Longo Prazo	15.777	-	95,9%
<b>Dívida Total</b>	<b>16.450</b>	<b>54.620</b>	<b>100,0%</b>
Em moeda nacional	7.633	14.835	46,4%
Em moeda estrangeira	8.817	39.681	53,6%
Swap	-	105	0,0%
(-) Caixa	(4.624)	(6.999)	-28,1%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>11.826</b>	<b>47.621</b>	<b>71,9%</b>

A Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 16.450 milhões em dezembro/18. Quando comparada com dezembro/17, a dívida bruta consolidada foi reduzida em 69,9% ou R\$ 38.170 milhões. A redução no comparativo anual, conforme mencionado anteriormente, é resultado da conclusão do processo de Recuperação Judicial da Companhia. Uma vez que os efeitos contábeis das condições contratuais das novas dívidas passaram a valer a partir de 5 de fevereiro de 2018, data da homologação do Plano. Ao final de dezembro/18, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 53,7% da dívida a valor justo e o prazo médio consolidado encontrava-se em cerca de 12 anos. A Companhia encerrou dezembro/18 com caixa de R\$ 4.624 milhões, uma redução de 33,9% quando comparado a dezembro de 2017, resultando em uma dívida líquida de R\$ 11.826 milhões na data-base analisada. A redução no caixa no exercício ocorreu, principalmente, em função da aceleração do Capex no período, além de obrigações pontuais relacionadas à implementação do Plano, incluindo pagamentos aos credores. Cabe ressaltar que, em janeiro de 2019, a Companhia concluiu o aumento de capital, conforme previsto no PRJ, reforçando o caixa consolidado no montante de R\$ 4,0 bilhões. 10 - Investimentos (\*)

R\$ Milhões	2018	2017
<b>Investimentos</b>		
Rede	5.096	4.643
Serviços de TI	614	622
Outros	368	364
<b>Total</b>	<b>6.078</b>	<b>5.629</b>

(\*) Considera somente os investimentos no Brasil: Os investimentos realizados nas operações brasileiras ao longo de 2018 totalizaram R\$ 6.078 milhões, um acréscimo de 8,0% em relação ao ano de 2017, demonstrando a preocupação com a manutenção da qualidade dos seus serviços, mantendo a disciplina financeira que a Companhia vem perseguindo para a aplicação de seus recursos, utilizando análises mais granulares, priorização de investimentos e novos modelos de contratação de fornecedores. No ano de 2018, a Companhia investiu 83,9% do montante total na rede, representando R\$ 5,1 bilhões distribuído principalmente na (i) melhoria da rede fixa para o serviço de fibra e banda larga, (ii) melhoria da qualidade da rede móvel, (iii) implantação e expansão da rede 4G e 4,5G e (iv) investimento em equipamentos de transmissão de voz e dados. Mesmo um cenário de reduzida flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi expandiu os investimentos em infraestrutura e no core da rede em 2018. Neste período, a Companhia investiu na infraestrutura de acesso, na infraestrutura de transmissão, na rede IP e na expansão dos sistemas de suporte a operação, dentre outras ações. Desta forma, foi possível aumentar a robustez, a qualidade e a capacidade do core da rede, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio. No quarto trimestre de 2018 a Companhia já iniciou a aceleração dos investimentos previstos no PRJ e que serão financiados pelo aumento de capital de R\$ 4 bilhões, concluído em janeiro/2019. Os investimentos incrementais seguirão uma estratégia de foco no cliente e serão direcionados para o acesso, para a ampliação da cobertura móvel 4,5G e massificação da fibra para a oferta da banda larga de alta velocidade. • **Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento:** A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras. Em novembro de 2017, em parceria com empresas e centros de pesquisa, a Oi realizou o lançamento da incubadora Oito, novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, lançado para ser referência no Rio de Janeiro na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas e desenvolvimento de startups. O projeto da incubadora Oito visa a apoiar uma lacuna no ambiente de inovação do RJ, que é a ausência de um centro de referência e intercâmbio para empreendedores e entidades vinculadas ao tema. O objetivo da iniciativa é ser um ambiente para estimular a criação de novas soluções digitais, inspirar ideias e conectar pessoas, empresas e centros de pesquisa, além de reunir em um só lugar diversas abordagens no tema da inovação e acesso a um dos laboratórios de IoT mais modernos da América Latina. O início do programa foi marcado com o lançamento do edital de incubação de empresas (junior startups) que definiu os objetivos do programa, as verticais de interesse, as parcerias já definidas e o investimento previsto. As soluções e produtos desenvolvidos na incubadora Oito terão o suporte da área de inovação da Oi para serem testados e potencialmente adotados pela Companhia, tanto para uso interno quanto para se tornarem parte do portfólio de soluções da empresa oferecido ao mercado. Dos sete projetos inicialmente selecionados seis seguem o processo de "tração" (acesso ao mercado) tendo o Oito realizado o seu primeiro Exit vendendo os direitos que tinha em uma das startups incubadas. Um ano depois da inauguração da incubadora Oito, o sucesso do programa é reconhecido, ratificando que o diferencial está na capacidade da Oi de validar e dar escala às soluções desenvolvidas e disponibilizar canais para o crescimento relevante das startups. A incubadora Oito iniciou um novo ciclo em dezembro de 2018,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC51474327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

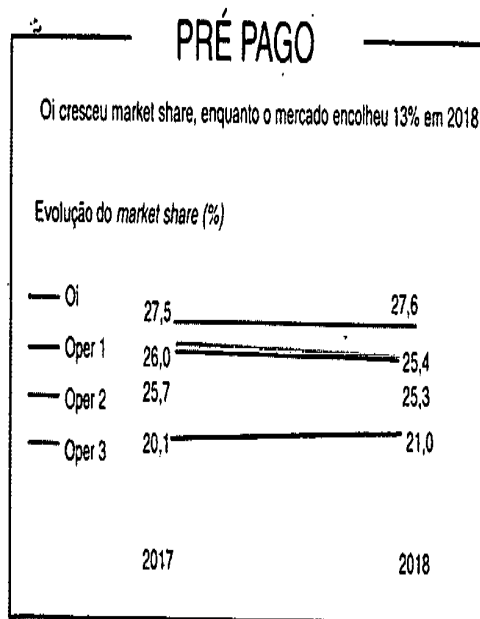
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 5/71

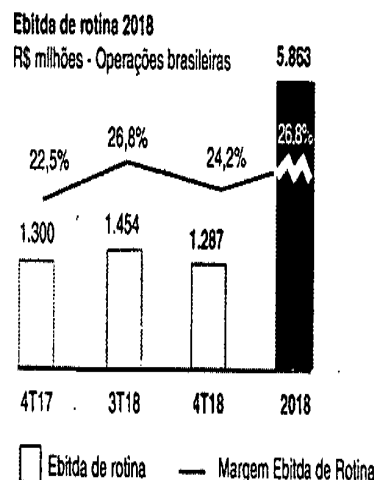




operadoras diferentes para evitar o pagamento de tarifas elevadas em chamadas fora da rede Oi ou DDD. As ofertas lançadas também são compostas por altas franquias de internet, sem restrição de uso e SVAs (Serviços de Valor Agregado). A partir desse ano, os dependentes dos planos Pós-Pagos (Oi Mais) são empacotados com dados, ou seja, compartilham a voz com o titular e tem sua própria franquia de internet. Outra novidade no Pós, são os conteúdos de vídeo embarcados nas ofertas. Com este movimento, a Oi oferece planos com benefícios e preços competitivos no mercado. Seguindo estratégia de digitalização e melhoria de experiência do cliente, desde abril de 2017, clientes Pré-pago na oferta Oi Livre e clientes Controle conseguem converter parte de sua franquia de voz em dados e/ou de dados para voz, quantas vezes quiser e sem cobrança, através do aplicativo Minha Oi. Em agosto de 2017 lançamos também plano Controle com Boleto Digital, no qual o cliente recebe fatura digital diretamente em seu celular. Em abril de 2018, lançamos a redistribuição e transferência de dados, onde o cliente pode gerenciar sua franquia de acordo com a necessidade de cada linha do plano. Além disso, também pode comprar pacotes de internet adicionais no aplicativo.



**B2B:** A Oi encerrou 2018 com 6.727 mil (6.512mil em 2017) UGRs no segmento B2B, um aumento de 3,3%, impulsionado pelo aumento da base móvel. A estratégia para o B2B foi dar continuidade nas estratégias do Empresarial e do Corporativo, garantindo, assim, a melhoria da experiência do cliente através da simplificação dos processos e da automação da cadeia de entrega e convergência do serviço pós-venda (TI e Telecom). Para o segmento Corporativo, os esforços continuaram na venda dos serviços de Dados e de TI para capturar novas e crescentes demandas do mercado e reduzir a dependência dos serviços de voz. No Empresarial, a Companhia manteve o posicionamento do Oi Mais Empresas, com simplificação dos portfólios de telefonia Fixa, Móvel e de Banda Larga, além de fortalecer o relacionamento digital com o cliente, através da Web e de APP. Como resultado dessa estratégia, a Oi apresentou melhorias na qualidade do serviço prestado e na experiência de uso do cliente. 8 - **Desempenho Econômico-Financeiro:** A receita líquida consolidada totalizou R\$ 22.060 milhões no ano de 2018. Desse montante, R\$ 8.402 milhões correspondem ao segmento Residencial, R\$ 7.250 milhões ao segmento de Mobilidade Pessoal, R\$ 5.881 milhões ao segmento B2B e outras receitas de R\$ 227 milhões. A receita líquida das outras operações internacionais encerrou o ano em R\$ 200 milhões. A queda anual da receita de telefonia fixa, foi parcialmente compensada pelo crescimento da receita da TV paga no segmento residencial e das receitas de dados e de clientes do segmento Pós Pago + Controle na Mobilidade. Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) totalizaram R\$ 16.501 milhões em 2018, sendo os principais custos: R\$ 5.825 milhões com serviços de terceiros, R\$ 4.200 milhões com alugueis e seguros, R\$ 2.594 milhões com pessoal, R\$ 1.104 milhões em serviço de manutenção da rede, e R\$ 658 milhões com custos de interconexão. 2018 foi mais um ano de rígido controle de custos. Baseado em diversas iniciativas de eficiência operacional, melhoria de qualidade e transformação digital, a Companhia reduziu custos em R\$ 1,4 bilhões, o que significa uma queda real de mais de 10%, considerando a inflação do período. Em 2018, o EBITDA da operação nacional da Companhia totalizou em R\$ 5.863 milhões, com uma margem de 26,8%. O lucro líquido anual de R\$ 24.616 milhões, no período findo em 31 de dezembro de 2018, foi impactado principalmente, pelo resultado financeiro positivo oriundo do reconhecimento contábil dos ajustes inerentes à aprovação do PRJ e do registro de provisão para contrato oneroso.



para solucionar problemas que foram apresentados pela Oi em quatro vertentes: operações, de negócios, transações ou open telecom, categoria destinada para soluções que possam atacar problemas ou explorar oportunidades relacionadas ao setor de telecomunicações. Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem este ecossistema no Brasil, com destaque para as parcerias junto à fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de iniciativas inovadoras e de P&D junto aos parceiros do seu sistema. Os investimentos em inovação e P&D nos projetos desenvolvidos em 2018 totalizaram aproximadamente R\$ 679 milhões em 18 projetos, sendo que 9 foram realizados em parceria com Institutos de Ciência e Tecnologia e empresas incubadas em Centros de Tecnologia. 11 -  **Mercado de Capitais:** Ao final de 2018, o capital da Companhia era representado por 2,5 bilhões de ações, sendo 2,3 bilhões de ações ordinárias e 157 milhões de ações preferenciais.

	Ações do Capital Social	Em tesouraria
Ordinárias	2.298.246.659	22.830.585
Preferenciais	157.272.241	1.811.755
<b>Total</b>	<b>2.455.518.900</b>	<b>24.642.340</b>

• **Nossas Ações:** As ações da Oi S.A. são negociadas no Brasil na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, doravante B3) sob os códigos de negociação OIBR3 (ordinárias) e OIBR4 (preferenciais). A Companhia também tem um programa de American Depositary Receipts (ADRs) nos EUA, onde os papéis são atualmente negociados sob os códigos OIBR.C ("DR Ordinário") e OIBR.Q ("DR Preferencial"). A OIBR.C é negociada na New York Stock Exchange (NYSE), enquanto a OIBR.Q é negociada no mercado balcão (OTC Markets). Na B3, as ações da Oi encerraram o ano de 2018 cotadas a R\$ 1,25 para OIBR3 e a R\$ 1,26 para OIBR4, apresentando desvalorização em 2018 em relação ao final de 2017 de 65,6% e 63,7%, respectivamente. O índice Ibovespa encerrou o ano em 87.887,3 pontos, apresentando um aumento de 15,0% no período. Nos EUA, o DR Ordinário da Companhia (OIBR.C) encerrou o ano de 2018 cotado a US\$ 1,60, apresentando uma desvalorização de 71,6% em relação ao final de 2017, ao passo que o DR Preferencial (OIBR.Q) encerrou o período cotado a US\$ 0,29, uma desvalorização de 71,0% neste mesmo período. • Em 2018, o volume médio diário negociado das ações ordinárias (OIBR3) foi de R\$ 18,5 milhões (crescimento de 117,6%) e das ações preferenciais (OIBR4) de R\$ 5,5 milhões (queda de 63,8%). No mesmo período, o volume médio diário do DR Ordinário (OIBR.C) foi de US\$ 1,4 milhões, crescimento anual de 256,1%. • **Dividendos:** No ano de 2015, 2016, 2017 e de 2018, não houve distribuição de dividendos. Atualmente, em adição e não obstante as disposições estatutárias e legais a respeito da distribuição de dividendos, as Empresas Oi estão sujeitas a determinadas restrições à declaração e ao pagamento de dividendos, previstas no PRJ das Empresas Oi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (Clausula 10). Sugerimos a leitura do Plano para maiores informações a respeito, assim como a leitura do item 6 deste relatório e da Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item "Recuperação Judicial". 12 - **Governança Corporativa:** O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas, e também as disposições previstas no PRJ das Empresas Oi, aprovado pelos Credores em Assembleia Geral de Credores realizada em dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 2018. O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2018, caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) conversibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos da Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo pela mesma pessoa; (iv) obrigatoriedade de o Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado. De setembro de 2015 até março de 2018, a Oi possuía três comitês não-estatutários e um comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Eram eles: Comitê de Governança Corporativa e Finanças; Comitê de Riscos e Contingências; Comitê de Engenharia, Tecnologia e Redes; e Comitê de Gente, Nomeações e Remuneração (comitê estatutário). Em março de 2018, o Conselho de Administração aprovou alterações na estrutura de seus comitês de assessoramento, com o objetivo de aperfeiçoar sua governança e alinhá-la aos desígnios e necessidades que se apresentaram na época, passando a Companhia a ter dois comitês não-estatutários e um comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Eram eles: Comitê de Auditoria, Riscos e Contingências; Comitê para Acompanhamento da Implementação da RJ e Comitê de Gente, Nomeações e Remuneração (comitê estatutário). Com a reforma do Estatuto Social da Companhia e a eleição do Novo Conselho de Administração previsto no PRJ, ambos em setembro de 2018, o Conselho de Administração definiu uma nova estrutura para seus comitês de assessoramento, com a extinção, em setembro de 2018, do Comitê para Acompanhamento da Implementação da RJ e a criação, em outubro de 2018, de dois novos comitês. Dessa forma, existem atualmente os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, todos não-estatutários: Comitê de Auditoria, Riscos e Contingências; Comitê de Investimento e Infraestrutura; Comitê de Estratégia e Comitê de Gente, Nomeações e Governança. Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos American Depositary Receipts ("ADRs"), realizando a primeira convocação para as Assembleias Gerais com, no mínimo, 30 dias de antecedência e, ainda, também visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, passou a disponibilizar em seu website e no website da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações. De forma continuada, a Companhia manteve seu empenho quanto à evolução do gerenciamento de riscos. Em 2018, a Companhia iniciou um amplo processo de revisão de sua Política e metodologia de gestão de riscos visando maior aderência a normas e melhores práticas relacionadas, tais como "COSO ERM 2017", "ISO 31000 2018", "Caderno 19 de Governança Corporativa do IBGC" e "CVM 568", bem como, atuou firmemente na consolidação e expansão das melhores práticas de Compliance com foco na mitigação de riscos corporativos, anticorrupção e otimização de processos de negócio. No âmbito da continuidade operacional, nosso Comitê de Continuidade de Negócios, buscou o aprimoramento dos processos associados diretamente ao aumento da resiliência da Companhia. Em 2018 a Oi fortaleceu seu compromisso com o modelo de gestão de riscos e com a manutenção do funcionamento do Comitê de Continuidade de Negócios implementado em 2012. Sua atuação estruturada está em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 22301:2013, e tem por objetivo mitigar possíveis riscos com impactos não só em suas operações, mas principalmente na sociedade ou no meio ambiente. A Oi manteve em 2018 seu compromisso com o desenvolvimento do país e com suas práticas de sustentabilidade. A Companhia permanece prestando serviços convergentes das telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania à milhões de brasileiros. A Oi atua na área de responsabilidade social corporativa por meio do Oi Futuro, entidade sem fins lucrativos que detém a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, o Oi Futuro é um instituto de inovação e criatividade que estimula o potencial dos indivíduos e das redes para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Com atuação nas áreas de Cultura, Educação, Inovação Social e Esporte, o instituto promove e desenvolve soluções colaborativas para transformar a vida das pessoas e da sociedade.



Juros sobre empréstimos com terceiros (iv)	622.237	(968.783)	1.239.094	(3.122.166)
Juros sobre debêntures (vi)	596.279	(467.265)	483.833	(472.173)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos com partes relacionadas (vii)	(1.857.517)	(3.335.208)		
Sub-total:	(2.271.458)	(5.183.553)	(1.460.888)	(6.514.794)
<b>b) Outros encargos</b>				
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	292.079		292.700	(267.008)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(422.319)	(133.896)	(870.488)	(512.003)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(267.234)	(83.888)	(789.454)	(1.553.745)
Atualização monetária de provisões/reversões	52.901	(174.394)	(226.870)	(574.668)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(20.657)	(17.736)	(28.079)	(27.294)
Outras despesas (viii)	(842.107)	(513.525)	(1.258.506)	(783.458)
Sub-total:	(1.227.347)	(923.539)	(2.880.707)	(3.818.177)
Total	(3.498.805)	(6.107.092)	(4.341.595)	(10.332.971)
Resultado financeiro	26.819.404	(2.441.356)	26.608.886	(3.186.512)

(i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da Homologação do PRJ (Nota 2 (f)). Em 2017, refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ. (ii) Refere-se, substancialmente, ao impacto positivo da novação das dívidas provenientes dos "Senior Notes" qualificados, calculados de acordo com o PRJ (Nota 2 (f)). (iii) Na controladora em 2018, inclui R\$ 18.672 milhões de ajuste a valor justo dos empréstimos com partes relacionadas. (iv) No consolidado em 2018, representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior a Homologação do PRJ no montante de R\$ 3.013 milhões e ajuste a valor presente de fornecedores e oferta geral no montante de R\$ 877 milhões. (v) Em 2018, inclui R\$ 555 milhões relativos ao ganho cambial associado à novação das dívidas provenientes das partes relacionadas. (vi) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias, financeiras e despesas associadas ao PRJ. 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO: Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(24.557)	(137.754)	115.706	(906.080)
Tributos diferidos (Nota 10)	2.610.352	(1.091.576)	3.159.241	(192.542)
Total	2.585.795	(1.229.330)	3.274.947	(1.098.622)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL	22.005.345	(5.135.669)	21.340.608	(5.557.540)
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	(748.181)	1.746.134	(725.807)	1.889.564
Equivalência patrimonial	(1.031.582)	(1.883.226)	(4.587)	(147)
Eleito tributário dos juros sobre o capital próprio		(2.210)		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	62	251	3.058	14.008
Excluídos permanentes (ii)	8.351.671	44.485	13.285.260	148.424
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	2.747.461	(1.134.764)	(2.757.044)	(2.717.594)
Eleito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)		4.057	(432.907)	
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	2.585.795	(1.229.330)	3.274.947	(1.098.622)

(i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. (ii) Em 2018 os principais efeitos tributários de exclusão permanentes estão representados pela reestruturação dos passivos incluídos no PRJ. (iii) Refere-se a reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10). (iv) Refere-se, a efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis. 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e contas bancárias	152.454	116.239	287.491	277.500
Equivalentes de caixa	1.516.605	3.758.902	4.097.838	6.585.184
Total	1.669.059	3.875.141	4.385.329	6.862.684

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações compromissadas	868.834	3.489.969	2.742.731	6.225.547
Títulos privados	364.014		895.073	
CDB - Certificado de Depósito Bancário	127.885	265.811	301.632	348.318
"Time Deposits"	153.428	393	154.514	1.307
Outros	2.644	2.626	3.886	10.012
Equivalentes de caixa	1.516.605	3.758.902	4.097.838	6.585.184

Total não circulante	2.576.813			3.076.923
----------------------	-----------	--	--	-----------

Vide quadro de movimentação abaixo. (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente. (ii) Referem-se a créditos do IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Saldo em 2017	Reconhe- cido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhe- cido direta- mente no Patrimônio Líquido	Saldo em 2018

Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.047.640	(310.733)		736.907
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	22.655	(2.286)		20.369
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	210.507	(188.920)	(36.349)	(14.762)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	112.467	61.279		173.766
Participação nos lucros	22.036	(3.921)		18.115
Variações cambiais (i)	1.651.330	(1.118.352)		732.978
Juros da dívida (i)	1.096.156	(1.096.156)		
Ágio incorporado (ii)	1.922.368	(231.861)		1.690.507
Outras adições e exclusões temporárias	307.605	(94.676)		212.929
Obrigação onerosa		417.123		417.123
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	6.592.784	(2.568.503)	(36.349)	3.987.932
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.118.176	2.004.924		2.810
Total de tributos diferidos ativos	6.710.960	(563.579)	(36.349)	2.810
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.576.813)	426.470		(2.150.343)
Provisão ao valor de recuperação (iv)	(8.710.960)	2.747.461		(5.963.499)
Total de tributos diferidos	(2.576.813)	2.610.352	(36.349)	2.810

	Consolidado			
	Saldo em 2017	Reconhe- cido no resultado de IR/CS diferidos	Adi- ções/Transfe- rências	Saldo em 2018
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.882.599	(538.353)		1.244.246
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	109.071	(79.516)		29.555
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	209.678	(189.156)	(34.817)	(14.095)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	693.315	(214.488)		478.827
Participação nos lucros	101.993	(7.489)		94.504
Variações cambiais (i)	2.185.370	(782.177)		1.403.193
Juros da dívida (i)	1.640.765	(1.640.765)		
Ágio incorporado (ii)	1.822.368	(231.860)		1.690.508
Outras adições e exclusões temporárias	783.289	41.889	(658.093)	177.085
Obrigação onerosa		1.527.924		1.527.924
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	9.538.448	(2.213.991)	(34.817)	6.631.747
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	5.484.052	8.191.727	27.750	13.703.529
Total de tributos diferidos ativos	15.022.500	5.977.736	(34.817)	20.335.276
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(3.076.823)	(113.852)		(3.232.682)
Provisão ao valor de recuperação (iv)	(15.022.500)	(2.757.044)		(17.779.544)
Total de tributos diferidos	(3.076.823)	3.106.840	27.750	(34.817)

(i) Em decorrência da novação das dívidas no âmbito da Homologação do PRJ, os créditos fiscais diferidos de juros e variação cambial sobre passivos financeiros foram desreconhecidos na data da novação em 5 de fevereiro. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de créditos fiscais sobre variações cambiais refere-se ao período subsequente a homologação do Plano. (ii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágio pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do Imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágio pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. ("TmarPart") e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015. A fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025. (iii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos Imobilizado e Intangível, incorporados da TmarPart. (iv) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação. O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas



-2- continuação

**OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 75.535.754/0001-43

no exterior é de aproximadamente R\$ 29.692.453 e R\$ 14.432.380, e correspondem a R\$ 10.095.434 e R\$ 3.608.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

**11. OUTROS TRIBUTOS**

	Ativo		Passivo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar (i)	280.166	327.535	1.240.353	1.411.538
PIS e COFINS	100.181	117.230	215.860	244.853
Outros	23	13.681	63.015	52.754
Total	380.370	458.446	1.519.228	1.709.145
Circulante	232.961	273.257	803.252	1.081.587
Não circulante	147.409	185.189	715.976	627.558

	Ativo		Passivo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.806	277.970	556.693	610.847
ICMS Convênio nº 69/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iii)	189.528	109.385	658.022	963.259
Outros (iv)	12.242	302.588	18.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.326
Circulante	233.714	704.626	1.033.868	1.443.662
Não circulante	222.995	39.514	628.716	867.664

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens de imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. (ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas. A Companhia e suas controladas mantêm ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional. Em março de 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS. O terceiro processo ainda se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O montante total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2018, considerando os três processos, é de aproximadamente R\$ 3,05 bilhões. Em relação aos dois processos em que se obtivera a decisão judicial final, os valores montam a aproximadamente R\$ 2,05 bilhões. Para dar início à utilização dos créditos reconhecidos judicialmente para compensar débitos relativos a tributos federais vincendos, a Companhia vem realizando minuciosa análise objetivando quantificar tais créditos e adotando todas as medidas necessárias para habilitá-lo perante a Receita Federal. (iii) A Companhia e suas controladas, Telemar e Oi Móvel, ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos. (iv) Composto principalmente da atualização monetária de exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP, 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS: Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cíveis	3.746.025	4.563.585	5.849.978	6.948.344
Tributárias	801.340	755.214	2.337.508	2.660.132
Trabalhistas	583.723	673.944	1.197.144	1.637.668
Subtotal:	5.131.088	5.992.743	9.384.630	11.246.144
Perda estimada (i)	(444.407)	(952.939)	(649.910)	(1.933.034)
Total	4.686.681	5.039.804	8.734.720	9.313.110
Circulante	1.348.700	686.787	1.715.934	1.023.348
Não circulante	3.337.981	4.353.017	7.018.786	8.289.762

(i) Este valor representa a perda estimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos obtidos. 13. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15)	238.648		912.538	
Publicidade e propaganda	580	249	135.049	105.434
Despesas antecipadas contratuais	16.195	56.977	47.771	56.977
Total	22.458	25.659	48.855	61.424

	Controladora					
	2017					
	Quantidade em milhares de ações			Participação - %		
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Telemar	5.643.943	(4.296.667)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	30.193	5.892	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(869.827)	(336.864)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	6.897	8.194	799		100	100
PTIF	25.578	(24.933)	0,042		100	100
CVTEL	(491)	(172)	18		100	100
Carigans	94	0,100			100	100
PT Participações (i)	3.553.581	(659.813)	1.000.000		100	100
Seride	(747.951)	(335.717)	19.238.257		18,57	18,57

	Controladora		
	2017		
	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para patrimônio líquido negativo
Controladas			
Telemar	(4.296.667)	5.643.943	
Rio Alto	(728)	30.193	
Oi Holanda	(336.864)		999.827
Oi Serviços Financeiros	9.194	6.897	
PTIF	(24.933)		256.652
CVTEL	(172)		491
Carigans		94	
Seride	(62.342)		138.895
Resultado não realizado com investidas	(164.991)		
Subtotal:	(4.877.503)	5.681.127	1.365.865
PT Participações (i)	(661.397)	3.553.581	
Total	(5.538.900)	9.234.708	1.365.865

(i) Refere-se à resultado de equivalência patrimonial e valor do investimento devido nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda. Informações financeiras resumidas

Controladas	2018		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	33.718.348	16.766.817	6.818.068
Oi Holanda (i)	549.905	4.704.324	
PTIF (i)	685.409	739.147	
Rio Alto	5.269	90	
Oi Serviços Financeiros	22.853	21.803	966
CVTEL	95	897	
Seride	1.049.482	1.182.178	1.782.086

Controladas	2017		
	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	31.394.813	25.750.870	7.694.026
Oi Holanda (i)	23.341.457	24.311.284	
PTIF (i)	16.899.995	16.874.416	
Rio Alto	30.393	200	58.924
Oi Serviços Financeiros	75.159	68.262	3.045
CVTEL	91	582	
Seride	994.869	1.742.820	1.580.865

(i) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

**16. IMOBILIZADO**

	Controladora					
	Equipamentos					
	Obras em andamento	Equipamentos de transmissão automática	Equipamentos de transmissão e outros (i)	Infraestrutura	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2017	387.311	6.299.295	23.449.249	5.028.909	1.910.926	39.278.189
Adições	953.250	920	118.883	152.201	6.264	1.247.789
Baixas	(15.450)		(2.303)	(35.802)		(66.490)
Transferências	(687.796)	1.007	302.430	370.753	39.078	(25.481)
Saldo em 2017	647.305	6.301.222	23.868.268	5.515.961	1.956.268	40.459.498
Adições	1.054.281		94.134	171.948	2.694	1.326.504
Baixas	(4.458)		(3.553)	(87.616)	(3.344)	(100.530)
Transferências	(1.236.873)	3.882	478.311	729.435	7.057	120.288



10



COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	Consolidado			
	2018			2017
	Principal	Multas	Juros	
COFINS	42.921		196.674	199.595
Imposto de renda	5.873		39.094	44.967
PIS	44.043		35.842	79.885
INSS - SAT	1.018	1.342	2.414	4.774
Contribuição social	754	323	11426	12.503
CPMF	19.014	2.142	28.978	50.132
PRT - Demais débitos - RFB	26.685	2.374	25.469	54.528
PRT - Previdenciários - INSS				5.790
PERT - Demais débitos - RFB	1.146		1.292	2.438
Outros	29.150	4.433	70.801	104.384
Total	170.604	10.614	371.588	553.206

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2019		
2020	86.154	142.036
2021	55.312	85.070
2022	55.312	85.070
2023	55.312	85.070
2024 e 2025	55.312	85.070
Total	46.094	70.890
	353.496	553.206

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial. (I) Programa de Regularização Tributária - PRT: A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 765/2017 (PRT), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa. A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a quitação de 76% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, no montante de R\$ 1.033 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 327 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concluídos dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigorava a MP nº 765/2017. Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôr de modo distinto. Ressalta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 765/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 (PERT), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos pagamentos e requisitos para adesão. (II) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) a que se refere o artigo 3º, da Lei nº 13.496/2017. Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento destrutivo, demandariam discussão judicial – com todos os custos a ela atrelados – razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie). 22. **PROVISÕES:** Composição do saldo

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas				
(i) Horas extras	193.343	208.650	602.673	588.030
(ii) Adicionais diversos	35.720	42.101	166.963	228.244
(iii) Indenizações	46.513	59.590	187.498	185.330





Instituição Financeira Moeda Nacional	13.262	54.251	Dez/2033	Mensal
Oferta Geral	1.200.274	4.332.352		
			Fev/2038 a	Parcela
Moeda nacional	151.989	207.035	Fev/2042	Única
			Fev/2038 a	
Moeda estrangeira	1.048.285	4.125.317	Fev/2042	
Mútuo e Debêntures com controladas				
(Nota 27)	18.610.408	22.305.968		
Subtotal	33.938.996	40.428.253	30.390.692	54.813.597
Custo de transação incorrido	(10.629)	(154.439)	(12.126)	(298.364)
Ajuste a valor justo (**)	(23.593.369)	(13.928.660)		
Total	10.334.998	40.273.814	16.449.906	54.515.233
Circulante	660.172	20.503.919	672.894	54.515.233
Não circulante	9.674.826	19.769.895	15.777.012	
(*) Os créditos dos "Bondholders" Não Qualificados foram renovados na forma de um contrato de financiamento conforme a cláusula 4.3.3.1 do PRJ. (**) Calculado levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.				
Custos de transações por natureza				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Instituições financeiras	10.298	152.016	11.481	295.941
Debêntures públicas	331	2.423	645	2.423
Total	10.629	154.439	12.126	298.364
Circulante	1.290	154.439	1.290	298.364
Não circulante	9.339		10.836	
Composição da dívida por moeda (Nota 3.2.1)				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Euro	252.659	13.741.007	198.831	21.989.680
Dólar Norte Americano	6.878.691	13.056.571	8.617.835	17.991.034
Reais	3.293.648	13.476.236	7.633.140	14.834.318
Total	10.334.998	40.273.814	16.449.906	54.515.233
Composição da dívida por indexador				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. - 10,00% a.a.	6.708.094	27.533.646	8.562.117
CDI	0,75% a.a. - 1,83% a.a.	2.235.675	10.653.197	3.949.639
Libor			742.348	
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	924.957	778.871	3.614.820
IPCA			565.752	
TR	2,43% a.a.	10.593		14.430
Outros	0%	455.679		308.900
Total		10.334.998	40.273.814	16.449.906
Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação				
	Dívida de Longo Prazo		Custo de Transação	
	Controladora		Consolidado	
	2018		2018	
2020	4.833	10.858	1.461	1.562
2021	2.029	3.953	1.461	1.562
2022	219	970	1.461	1.562
2023	111.644	295.155	1.461	1.562
2024 e exercícios seguintes	33.158.809	29.405.472	3.495	4.588
Total	33.277.534	29.716.508	9.339	10.836
Garantias: Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta avel a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.691 milhões. "Covenants": De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos. 20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
SMP			1.025	4.649
Concessões do STFC		22.925	84.594	16.261
Total		22.925	85.619	20.910
Circulante		22.925	85.619	20.906
Não circulante				604
Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licitações. 21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL: O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:				

(x) Vínculo empregatício	275	242	15.952	24.269
(xi) FGTS	3.843	5.139	10.804	12.489
(xii) Subordinabilidade	135	240	889	901
(xiii) Demais ações	28.656	33.549	67.254	87.792
Total	458.512	531.629	1.457.191	1.596.418
Tributária				
(i) ICMS	67.786	114.308	503.332	539.588
(ii) ISS	1.269	1.195	76.389	73.320
(iii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	442	430	23.100	20.388
(iv) Demais ações	14.373	12.000	47.262	27.006
Total	83.870	127.934	650.083	660.302
Cível				
(i) ANATEL	152.445	787.177	580.182	2.806.557
(ii) Societário	1.124.037	1.574.595	1.124.037	1.574.595
(iii) Juizado Especial	108.503	130.088	191.839	260.966
(iv) Demais ações	604.100	401.945	1.035.398	884.276
Total	1.989.085	2.893.805	2.931.456	5.526.414
Total das provisões	2.531.467	3.553.368	5.038.720	7.783.134
Circulante	428.075	610.748	680.542	963.460
Não circulante	2.102.392	2.942.620	4.358.178	6.819.674
¹ Inclui R\$ 157.809 relativos ao acordo firmado com a Pharol, conforme descrito na Nota 31.				
Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente. Detalhamento do passivo contingente, por natureza: A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhista	232.854	313.810	770.982	849.799
Tributária	5.481.243	5.052.797	27.586.094	26.175.239
Cível	693.149	305.092	1.723.110	1.142.027
Total	6.407.246	5.671.699	30.080.186	28.167.065
Resumo das movimentações dos saldos de provisões:				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 01/01/2017	676.248	49.543	2.486.121	3.211.912
Atualização monetária	(10.064)	50.732	133.726	174.394
Adições / (Reversões)	(27.125)	27.964	2.551.280	2.552.119
Baixas por pagamentos / encerramentos (i)	(107.430)	(305)	(665.330)	(773.065)
Ajuste a valor presente			(1.611.992)	(1.611.992)
Saldo em 2017	531.629	127.934	2.893.805	3.553.368
Atualização monetária (i)	24.056	(13.469)	(63.488)	(52.801)
Adições / (Reversões) (i)	49.198	(20.936)	(47.717)	(19.455)
Baixas por pagamentos / encerramentos (ii)	(146.371)	(9.659)	(780.515)	(949.545)
Saldo em 2018	458.512	83.870	1.989.085	2.531.467
	Consolidado		Consolidado	
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2017	1.285.513	576.132	3.936.330	5.807.975
Atualização monetária	339.718	99.902	235.048	674.668
Adições / (Reversões)	200.242	49.616	7.112.446	7.362.304
Baixas por pagamentos / encerramentos (i)	(239.055)	(65.348)	(884.410)	(1.188.813)
Ajuste a valor presente			(4.873.000)	(4.873.000)
Saldo em 2017	1.596.418	660.302	5.526.414	7.783.134
Atualização monetária (i)	184.112	77.697	(34.839)	226.970
Adições / (Reversões) (i)	99.805	(49.659)	42.734	92.880
Baixas por pagamentos / encerramentos (ii)	(423.154)	(38.257)	(2.602.753)	(3.064.164)
Saldo em 2018	1.457.191	650.083	2.931.456	5.038.720
(i) A Companhia vem realizando o monitoramento contínuo dos seus processos, assim como o reprocessamento do modelo de estimativas da provisão considerando o novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto da aprovação e homologação do PRJ. Neste sentido, procedeu à reversão de provisão para contingência e sua correspondente atualização monetária. (ii) Esta rubrica inclui essencialmente valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos para rubrica de fornecedores e serão pagos nos termos do PRJ. Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes: Provisões: Trabalhista: A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais. (i) Horas extras - referem-se ao pleito do pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada; (ii) Adicionais diversos - referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 83.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência; (iii) Indenizações - referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória; (iv) Estabilidade/Reintegração - refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato				



- continuação

**Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

de trabalho sem justa causa; (v) Complemento de aposentadoria - diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas; (vi) Diferenças salariais e reflexos - referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado; (vii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial; (viii) Verbas rescisórias - referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças; (ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas; (x) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta; (xi) Complemento de multa FGTS - decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários. A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que foram pagos a esse titular; (xii) Subsolidariedade - refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos; (xiii) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros. Tributária: As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial. (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias. (ii) ISS - A Companhia e a Telemar mantêm provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos. (iii) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias. (iv) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social. Cível: (i) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 14,5 bilhões, os quais foram inscritos no PRJ como elegíveis para pagamento na forma do Plano (Vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 8,4 bilhões em processos líquidos e R\$ 6,1 bilhões em processos ilíquidos. No que diz respeito aos processos inscritos no PRJ, e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para estas contingências regulatórias, passando a considerar a melhor estimativa de saída de caixa futura descontada associada a cada uma das duas formas de pagamento previstas no PRJ para esta categoria de créditos (Vide Nota 1). Em 31 de dezembro de 2018 o valor desta provisão era de R\$ 580 milhões. Para as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos. A Companhia discorda e questiona a existência de alguns dos descumprimentos, bem como questiona a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável. O PRJ estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. É de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que a ANATEL interps o agravo de instrumento nº 001058-32.2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRJ, sustentando a inatividade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia, recurso esse que foi desprovido pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando pendentes de apreciação, no momento, os embargos de declaração opostos pela ANATEL contra o referido acórdão. Além disso, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão determinando a conversão em renda de depósito judicial realizado pela Telemar com o objetivo de que fossem quitadas as 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, na forma do PRJ. Diante da proximidade do vencimento da sétima parcela, a Oi apresentou petição requerendo a mesma providência em relação às próximas 6 (seis) parcelas (sétima a décima segunda) do crédito de titularidade da ANATEL. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro/2017, relativamente, a ANATEL, foram transferidos para o contas a pagar (não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ. (ii) Societário - Contratos de Participação Financeira - os contratos de participação financeira surgiram, regidos pelas portarias ministeriais nº 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 681/1990, 881/1991 e 1.028/1996. O promitente-assinante, ao celebrar contrato de participação financeira para aquisição de linha telefônica, participava financeiramente da empresa concessionária. Integrando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajustadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, e demais operadoras locais, integrantes do sistema Telebrás, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira. A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do exercício de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau do risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas a contratos de participação

R\$ 10.600.097 com a emissão de 1.514.239 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme mencionado na Nota 31, em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares, tendo sido emitidas 115.914 novas ações ordinárias. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019 foram cancelados. O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.038.471 (2017 - R\$ 21.438.374), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2018	2017
<b>Capital total em ações</b>		
Ações ordinárias	2.298.247	668.034
Ações preferenciais	157.727	157.727
<b>Total</b>	<b>2.455.974</b>	<b>825.761</b>
<b>Ações em tesouraria</b>		
Ações ordinárias	32.030	148.282
Ações preferenciais	1.812	1.812
<b>Total</b>	<b>33.842</b>	<b>150.094</b>
<b>Ações em circulação</b>		
Ações ordinárias	2.266.217	518.752
Ações preferenciais	155.915	155.915
<b>Total em circulação</b>	<b>2.422.132</b>	<b>675.667</b>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 24.591.140. Consoante a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 38.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito. Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações. O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriamente, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas. Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures convertíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações. Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2017 no montante de R\$ 6.365.019 para a conta de prejuízos acumulados. (b) Ações em tesouraria: Entrega de ações em tesouraria: Em 27 de julho de 2018, a Companhia entregou 116.251.405 ações ordinárias, anteriormente detidas pela PTIF, para os "Bondholders" Qualificados, como parte da reestruturação dos "Bonds" qualificados (Nota 1). O valor justo relativo à conversão das "Senior Notes" liquidadas com entrega de ações em tesouraria, bem como o valor contábil das ações em tesouraria baixadas, correspondem a R\$ 773.072 e R\$ 2.727.842, respectivamente, reconhecidos em contrapartida a reserva de capital. A movimentação das ações em tesouraria abaixo não considera reclassificação derivada de participação recíproca, no montante de R\$ 263.028, decorrente do aumento de capital realizado pela Pharo SGPS, S.A. ("Pharo") em ativos da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal") em maio de 2014.

Ações ordinárias (*)	Valor	Ações preferenciais (*)	Valor
Saldo em 01/01/2017	148.282	5.208.946	1.812
Saldo em 2017	148.282	5.208.946	1.812
Entrega de ações em tesouraria	(116.252)	(2.727.842)	
Saldo em 2018	32.030	2.481.104	1.812

(\*) Quantidade em milhares de ações

Valor de mercado das ações em tesouraria: O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2018		2017	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	32.030	1.812	148.282
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	1,26	1,25	3,47	3,63
Valor de mercado	2.283	40.039	6.288	538.264

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem à recompra:

	2018	2017
Saldo contábil das reservas de capital	11.532.895	13.242.374
Ações em tesouraria	(2.803.250)	(5.531.082)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	8.729.645	7.711.292

(c) Reservas de capital: As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas: Reserva especial de ações não incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999. Reserva especial de incorporação - ativo líquido: representado por: (i) ativo líquido incorporado pela



principalmente, (i) as referidas lesões acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese, (iii) o valor médio das perdas históricas estruturadas por cada tese e (iv) os efeitos do pagamento destas contingências no âmbito de recuperação judicial homologada em 8 de janeiro de 2018. Além desses critérios, no exercício de 2013, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição virtualizada e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desnecessária a constituição de provisão. Ao final de 2010, foi divulgada notícia pela site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo ficou critério de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balanço mensal da CRT na data da respectiva integralização, (ii) após apuração a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPCA/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucesso, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora. Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2018. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia. (iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos; e a Companhia enfrenta um elevado volume de contingências de juizados especiais cíveis calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados, o parecer técnico dos assessores legais e os efeitos do Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018. (iv) Demais ações - refere-se a questionamentos em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais. As provisões destas contingências são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Passivo contingente: A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais. Na opinião da Administração, baseada em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo. Trabalho: Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 770.982 (2017 - R\$ 849.799). Tributária: As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos: (i) ICMS - teor de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-misto, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem franquia ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de credenciamento (CIAF), entre outros, no montante aproximado de R\$ 12.523.402 (2017 - R\$ 11.730.162); (ii) ISS - suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 118/2003, no montante aproximado de R\$ 3.505.356 (2017 - R\$ 3.387.630); (iii) INSS - autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 695.249 (2017 - R\$ 573.619); e (iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativos, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 10.862.077 (2017 - R\$ 10.483.828). Cíveis: As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de falência, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.723.110 (2017 - R\$ 1.142.027). Ações cíveis propostas pela Fenapes perante a 5ª Vara Empresarial do RJ, onde consta como réis, além da Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cotação do plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cedido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás. Garantias: A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e litigações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 5.312.744 (2017 - R\$ 5.675.185) na controladora e R\$ 13.750.739 (2017 - R\$ 14.847.243) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado. 23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigação onerosa (*)	1.226.833		4.493.894	
Receitas a apropriar	542.798	488.039	1.916.570	1.772.810
Adiantamentos de clientes	15.778	4.092	215.228	469.917
Provisões para indenizações a pagar	676.984	607.559	676.984	607.559
Consignação a favor de terceiros	17.528	13.583	56.302	35.293
Provisão para desmobilização de ativos	6.846	6.579	17.385	16.716
Outros	255.876	270.355	510.867	436.168
Total	2.742.643	1.390.207	7.887.240	3.338.463
Circulante	505.784	321.846	1.381.819	1.024.846
Não circulante	2.236.859	1.068.361	6.505.321	2.313.617

(\*) A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/AS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente. 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Aumento do capital social: (a) Capital social: Em AGE realizada em 17 de setembro de 2018, foi aprovado o Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, no valor de

características e a forma de liquidação dos "Senior Notes" Qualificados Reestruturados, a classificação e apresentação, no balanço patrimonial, deste instrumento financeiro composto, na data da novação das referidas dívidas em 5 de fevereiro de 2018, foi realizada parte no passivo financeiro e parte no patrimônio líquido, no grupo de reserva de capital. Abaixo destacamos, as principais características que se qualificaram como instrumento de patrimônio (Nota 1): Ações ordinárias emitidas pela Oi e devidas pela PTTF: • Novas Ações Ordinárias I devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos que serão emitidas até 1.756.054.163 Novas Ações Ordinárias I; • Bônus de Subscrição de ações - emissão de até 135.081.089. Considerando a existência de um instrumento financeiro composto após o reconhecimento dos efeitos contábeis, dos termos e condições acima descritos, a Companhia reconheceu, na data de novação das referidas dívidas em 5 de fevereiro de 2018, as transações que se qualificam como instrumento de patrimônio, conforme classificação prevista no CPC 39/IAS 32, que são: (i) As Novas Ações Ordinárias I; (ii) Bônus de subscrição de ações; (iii) Entrega de ações em tesouraria. Para fins de mensuração do valor reconhecido para cada uma das transações qualificáveis como instrumento de patrimônio, mencionadas acima, a Companhia contratou uma empresa de consultoria especializada e independente que estimou, mediante metodologia de fluxo de caixa descontado (hierarquia de valor justo nível 3), o valor de R\$ 6,65 (seis Reais e sessenta e cinco centavos) por ação ordinária I. Em julho de 2018, foi entregue aos detentores de "Senior Notes" Qualificados, conforme estabelecido no PRJ, as respectivas novas ações e as ações em tesouraria. Consequentemente, os registros associados a este instrumento de patrimônio foram reclassificados como aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 10.800.097, e realizada baixa de ações em tesouraria, líquida do valor justo das ações, com correspondente redução da reserva de capital no valor de R\$ 1.854.770.

#### Movimentação da Reserva de capital

"Senior Notes" reestruturados convertíveis em instrumentos de capital	11.624.028
Conversão do instrumento patrimonial em capital	(10.800.097)
Diferença no valor justo do preço das ações transferido para reserva de capital	529.981
Redução da reserva de "Senior Notes" reestruturados	(10.048)
Entrega de ações em tesouraria	(773.072)
Bônus de subscrição de ações	(767.073)
Saldo em 2018	3.719

(d) Outros resultados abrangentes: Os efeitos incluídos em outros resultados abrangentes são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 01/01/2017	(262.117)	(377.429)	3.916	(635.630)
Redução de participação em controlada			(145.787)	(145.787)
Ganho atuarial, líquido de impostos	20.129			20.129
Perda atuarial reflexa	(247)			(247)
Variação cambial sobre investimento no exterior	141.824			141.824
Saldo em 2017	(100.411)	(377.429)	(141.871)	(619.711)
Ganho atuarial, líquido de impostos	70.560			70.560
Perda atuarial reflexa	(920)			(920)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(35.717)			(35.717)
Saldo em 2018	(66.488)	(377.429)	(141.871)	(585.788)

(e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	24.591.140	(6.365.019)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	22.036.074	(4.896.241)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	2.555.066	(1.468.778)

#### Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)

Ações ordinárias - básicas e diluídas	1.344.686	518.752
Ações preferenciais - básicas e diluídas	155.915	155.915

#### Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):

Ações ordinárias - básicas e diluídas	16,39	(9,42)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	16,39	(9,42)

As ações preferenciais adquiriram direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social. 25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS: (a) Planos de pensão: A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2018.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel e BT Multimídia	FATL
BT/PREV (*)	Oi, Oi Móvel e BT Multimídia	FATL
TelemarPrev	Oi, Telemar e Oi Móvel	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	Telemar e Oi	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TMC	Oi Móvel	FATL
CEL/PREV	Oi Móvel	FATL
PAMA	Oi e Telemar	Sistel

(\*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018. Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social: FATL - Fundação Aliança de Seguridade Social: A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada "Patrocinadora". Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVIC Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuidade da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão



-2- continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos. Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras. Provisões para planos de pensão: Reterem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigações financeiras - Plano BTPREV (i)	574.725	472	574.725	472
Planos BTPREV (i)		628.735		628.120
Plano PAMEC	4.397	3.300	4.397	3.300
Total	579.122	632.507	579.122	632.892
Circulante		61.868		61.922
Não circulante	579.122	570.639	579.122	570.970

(i) Representado por contrato de obrigações financeiras, firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento da provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. A referida obrigação representa o compromisso nos termos do PRJ (Nota 1). Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras: A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Plano TCSPREV	68.619	97.815	68.634	101.680
Plano CELPREV			199	
Total	68.619	97.815	69.133	101.680
Circulante	4.366	990	4.880	1.080
Não circulante	64.253	96.825	64.253	100.600

Características dos planos de previdência complementar patrocinados: 1) FATL: A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras. Planos: (i) PBS-Telemar: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0015-56. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (ii) TelemarPrev: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0085-74. A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que representa múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (iii) TCSPREV: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0028-38. Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BTPREV (CNBP nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PRAVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018. Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação. A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundado/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar o maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes

	Controladora						
	2018						
	Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica		
	BTPREV (*)	TCSPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.523.181	622.688	7.450	159.771	985.337	3.300	557.799
Juros sobre obrigações atuariais	217.971	77.967	700	15.179	92.665	317	53.759
Custo do serviço corrente	58	166		118			170
Contribuições de participantes veridas no ano	12	2					
Benefícios pagos líquidos	(177.138)	(61.505)	(690)	(10.758)	(88.947)	(688)	(42.143)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	60.969	(12.453)*	955	12.631*	24.309	1.468	41.343
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	(2.625.053)	2.625.053					
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.251.918	8.415	176.941	1.013.364	4.397	610.928	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.894.446	1.945.911	8.735	173.034	1.572.791		577.278
Rendimentos dos ativos do plano	161.317	199.717	826	16.483	150.411		55.673
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	22	4				688	
Pagamento de benefícios	(177.138)	(61.505)	(690)	(10.758)	(88.947)	(688)	(42.143)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	36.601	(383.419)	848	12.765	(93.275)		19.661
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	(1.915.248)	1.915.248					
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.615.956	9.719	191.524	1.540.980			610.469
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(354.038)	(1.304)	(14.583)	(527.616)	4.397	459	
Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	295.419	1.304	14.583	527.616			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(*)</sup>	(68.619)					4.397	459

(\*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

	Controladora						
	2017						
	Planos de Pensão				Planos de Assistência Médica		
	BTPREV	TCSPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.305.320	569.781	7.011	145.145	936.916	3.276	456.030
Juros sobre obrigações atuariais	260.476	64.615	791	16.586	105.837	378	51.571
Custo do serviço corrente	80	402		38			81
Contribuições de participantes veridas no ano	17						
Benefícios pagos líquidos	(205.791)	(54.968)	(677)	(10.204)	(91.923)	(122)	(36.841)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	163.079	42.858	325	8.206	34.505	(232)	86.958
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.523.181	622.688	7.450	159.771	985.337	3.300	557.799
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.804.838	1.836.676	7.698	160.216	1.451.050		527.644
Rendimentos dos ativos do plano	210.445	214.489	872	18.369	166.659		59.842
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	33					122	
Pagamento de benefícios	(205.791)	(54.968)	(677)	(10.204)	(91.923)	(122)	(36.841)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	84.921	(50.286)	942	4.653	47.005		26.633

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 14/71





Plano TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social. A Contribuição Voluntária de Participantes do TCSPREV e BTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, conforme o Plano TCSPREV ou BTPREV, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPBT (Unidade Previdenciária B-T), respectivamente. Não há contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Esporádicas do Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (iv) PBS-TNC: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPB sob o nº 2009.0013-18. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 0,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio. A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. (v) CELPREV: É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNPB sob o nº 2004.0009-29. Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões. A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença). A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor. A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição. A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, efetuada em frequência por ela determinada. A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004. A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização. 2) SISTEL: A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL. Planos: (i) PBS-A: O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000. As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2018, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária. (ii) PAMA: O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido, administrados pela Sistel. Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes. No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida. Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional a parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695). 3) PAMEC-B-T - Plano assistencial administrado pela Companhia: É um plano assistencial, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Plano de Benefício TCSPREV/Plano de Benefício este administrado pela FATL. As contribuições para o PAMEC-B-T foram pagas integralmente em julho de 1998, através de doação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia. Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social: Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

ativo / passivo oneroso	1.225.408	1.285	13.263	587.454	19.479		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(*)</sup>	628.735	(97.815)		3.300			
<b>Consolidado</b>							
<b>2018</b>							
<b>Planos de Pensão</b>				<b>Planos de Assistência Médica</b>			
<b>PBS-</b>							
<b>BTPREV (*)</b>	<b>TCSPREV</b>	<b>Telemar</b>	<b>TelemarPrev</b>	<b>PBS-A</b>	<b>PBS-TNC</b>	<b>CELPREV</b>	<b>PAMEC PAMA</b>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.524.728	625.266	307.658	3.825.053	4.675.447	31.938	41 3.300 3.113.772
Juros sobre obrigações atuariais	218.105	78.223	29.113	362.886	439.285	3.027	4 317 299.881
Custo do serviço corrente	74	196	41	1.870		55	3 273
Contribuições de participantes vertidas no ano	12	2	34			1	
Benefícios pagos líquidos	(177.215)	(61.605)	(23.441)	(272.271)	(422.312)	2.527	(688) (237.744)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	60.942	(12.212)	14.725	247.746	118.912	(2.506)	(22) 1.468 246.220
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano(2.626.646)	2.626.646						
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.256.516	328.130	4.165.284	4.811.932	35.043	26	4.397 3.422.402
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.895.608	1.953.967	360.700	4.142.553	7.462.931	59.723	3.030 3.243.093
Rendimentos dos ativos do plano	161.415	200.469	34.332	394.097	713.294	5.759	298 312.593
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	11						
Contribuições normais recebidas pelo plano	12	4	100			3	1 688
Patrocinadora		2	66			2	
Participantes	12	2	34			1	
Pagamento de benefícios	(177.215)	(61.605)	(23.441)	(272.271)	(422.312)	(2.506)	(688) (237.744)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	36.579	(388.177)	7.309	244.191	(437.518)	(2.918)	11 126.002
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano(1.916.410)	1.916.410						
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.621.068	379.000	4.508.570	7.316.395	60.062	3.340	3.443.944
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(384.552)	(50.870)	(343.286)	(2.505.063)	(25.019)	(3.314)	4.397 (21.542)
Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	295.618	50.870	343.286	2.505.063	25.019	3.115	21.542
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(*)</sup>	(68.934)					(199)	4.397

(\*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.



continuação

**OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	Consolidado										Principais premissas atuariais adotadas								
	2017																		
	Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica										
	BT-TPREV	TC-SPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA										
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.306.858	572.477	286.158	3.491.343	4.423.687	29.204	133	3.276	2.531.164	Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Juros sobre obrigações atuariais	260.660	64.927	32.488	39.7842	489.262	3.328	15	378	286.006	Taxa estimada de inflação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Custo do serviço corrente	102	457	33	1.545	48	7			170	Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	4,00%	patrocinadora	N/A	4,84%	3,58%	N/A	N/A
Contribuições de participantes verificadas no ano	17		41			7				Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Benefícios pagos líquidos	(205.878)	(54.979)	(23.158)	(263.493)	(436.179)	1.705		(122)	(206.968)	Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	162.980	42.384	12.086	19.7816	188.677	(2.354)	(114)	(232)	503.431	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.524.728	625.266	307.658	3.825.053	4.675.447	31.938	41	3.300	3.113.772	Basic	Basic	Basic	AT-2000 Basic	Basic	Basic	Basic	Basic	Basic	Basic
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.805.042	1.845.367	314.203	3.853.594	6.811.650	54.694	2.553		2.926.463	suevizada em 15%	suevizada em 15%	suevizada em 20%	suevizada em 20%	suevizada em 15%	suevizada em 15%	suevizada em 15%	suevizada em 15%	suevizada em 15%	suevizada em 15%
Rendimentos dos ativos do plano	210.590	215.509	35.818	440.697	781.757	6.343	301		331.699	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	N/A	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	15									Ávero	Ávero	Ávero	Ávero	Ávero	Ávero	Ávero	Ávero	Ávero	Ávero
Contribuições normais recebidas pelo plano	17		114		19	2	122			Vindes	Vindes	Vindes	Ávero Vindes	Vindes	Vindes	Vindes	Vindes	Vindes	Vindes
Participantes	17		41		7					agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	N/A	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%
Pagamento de benefícios	(205.878)	(54.979)	(23.158)	(263.493)	(436.179)	(2.354)		(122)	(206.968)	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	84.883	(5.130)	33.723	111.755	305.702	1.030	174		19.898	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo	N/A	segragada por sexo	segragada por sexo	segragada por sexo
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.895.608	1.953.967	360.700	4.142.553	7.462.330	59.722	3.030		3.243.092	Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	628.120	(1.228.701)	(53.042)	(317.500)	(2.787.483)	(2.784)	(2.989)	3.300	(129.320)	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso		1.227.021	53.042	317.500	2.787.483	2.784	2.989		129.320	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.
(=) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>1</sup>	628.120	(101.680)						3.300		Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Beneficiário
<sup>1</sup> A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado aos Planos TCSPREV e CELPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 69.133 (2017 - R\$ 101.680), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.																			
<b>Componentes da despesa (receita) dos benefícios</b>																			
	Controladora																		
	2018																		
	Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica										
	BT-TPREV	TC-SPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA												
Custo do serviço corrente	58	166		118			170												
Juros sobre obrigações atuariais	217.971	77.967	700	15.179	92.664	317	53.758												
Rendimentos dos ativos do plano	(161.317)	(199.717)	(826)	(16.483)	(150.411)		(55.674)												
Juros sobre o passivo oneroso		112.417	126	1.304	5.747		1.915												
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido					(118)		(170)												
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	56.712	(9.167)				317													

Principais premissas atuariais adotadas

	Consolidado								
	2018								
	Planos de Pensão							Planos de Assistência Médica	
	BTSPREV	TCSPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa estimada de inflação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	4,00%	patrocinadora	N/A	4,84%	3,59%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%	sujeitada em 15%
segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo
Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas	Ativo Vindas
agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%	agravada em 100%
segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo	segurada por sexo
Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por	Por
patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora	patrocinadora
nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício	nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício
Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Por patrocinadora
57 anos	57 anos	57 anos	57 anos	57 anos	57 anos	57 anos	57 anos	57 anos	57 anos
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	7,43%	7,43%
N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.	N/A = Não aplicável.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2018:** a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2018. b) Os dados cadastrais utilizados para os planos administrados pela FATL e SISTEL são de 31 de julho de 2018, e para o PAMEC é de 30 de setembro de 2018, ambos projetados para 31 de dezembro de 2018. Política de investimentos dos planos: A estratégia de investimento dos Planos de Benefícios está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da editabilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as taxas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	17,00%	17,00%	17,00%	7,00%	17,00%	10,00%	
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%	0,50%	20,00%	20,00%	
Investimentos no exterior	5,00%	2,00%	5,00%		5,00%	2,00%	
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%	
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%	3,00%	15,00%	15,00%	

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Renda fixa	86,17%	90,49%	92,51%	93,70%	83,87%	88,80%	100,00%
Renda variável	12,80%	1,30%	1,61%	0,77%	15,13%	11,20%	



Controladora								
2017								
Planos de Pensão							Planos de Assistência Médica	
PBS-								
BrTPREV	TCSPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMEC	PAMA		
Custo do serviço corrente	79	402		38		81		
Juros sobre obrigações atuariais	260.476	64.615	790	16.586	105.837	378		
Rendimento dos ativos do plano	(210.445)	(214.489)	(871)	(18.369)	(166.659)	(59.842)		
Juros sobre o passivo oneroso		136.626	81	1.783	60.822	8.271		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				(38)		(81)		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	50.110	(12.846)				378		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	78.157	27.016				(232)		
Total da despesa (receita) reconhecida	128.267	14.170				146		
Consolidado								
2018								
Planos de Pensão							Planos de Assistência Médica	
PBS-								
BrTPREV	TCSPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	74	196	41	1.870		55	3	274
Juros sobre obrigações atuariais	218.103	78.222	28.114	362.887	439.285	3.027	4	317
Rendimento dos ativos do plano	(161.415)	(200.469)	(34.332)	(384.037)	(713.295)	(5.759)	(298)	(312.583)
Juros sobre o passivo oneroso		112.564	5.214	31.210	274.010	2.731	284	12.712
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(37)	(1.870)		(54)	(3)	(274)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	56.762	(9.487)						317
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	24.364	(668.000)						1.469
Total da despesa (receita) reconhecida	81.126	(677.487)						1.786
Consolidado								
2017								
Planos de Pensão							Planos de Assistência Médica	
PBS-								
BrTPREV	TCSPREV	Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Custo do serviço corrente	102	457	33	1.545		48	7	170.184
Juros sobre obrigações atuariais	260.649	64.827	32.488	397.842	489.261	3.328	15	378
Rendimento dos ativos do plano	(210.578)	(215.508)	(35.817)	(440.696)	(781.757)	(6.343)	(301)	(331.699)
Juros sobre o passivo oneroso		136.800	3.317	42.854	282.496	3.014	286	45.664
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(21)	(1.545)		(47)	(7)	(170.184)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	50.172	(13.325)						378
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	78.147	28.149						(232)
Total da despesa (receita) reconhecida	128.319	14.824						146

Investimentos no exterior	0,85%	0,82%	0,79%			
Imóveis	0,43%	0,38%	0,67%	4,67%	0,27%	1,15%
Empréstimos a participantes	0,42%	0,26%	0,21%	0,83%	0,51%	0,37%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas de cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 64.021 (2017 - R\$ 85.209) na controladora e R\$ 265.753 (2017 - R\$ 309.744) no consolidado. (c) Remuneração baseada em ações: O Programa de Incentivo de Longo Prazo (2015 - 2017), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2015, buscou maior alinhamento com o ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. O Programa consistiu no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Os beneficiários não terão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. Em janeiro de 2018, ocorreu o pagamento da última parcela desse programa, referente ao exercício de 2017. 26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO: A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil. Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA - Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014. A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias: \* Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura; \* Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e \* Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte. Telecomunicações no Brasil: Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	2018	2017
Residencial	8.401.599	9.170.835
Mobilidade pessoal	7.250.462	7.644.515
Empresarial / Corporativo	5.980.807	6.485.899
Outros serviços e negócios	226.985	255.691
Receita de vendas e/ou serviços	21.859.853	23.556.940
Despesas operacionais	(5.740.079)	(5.031.477)
Depreciação e amortização	(653.867)	(771.212)
Interconexão	(2.554.375)	(2.749.038)
Pessoal	(5.833.570)	(6.149.189)
Serviços de terceiros	(1.102.809)	(1.235.760)
Serviços de manutenção de rede	(185.436)	(214.102)
Custo de aparelhos e outros	(378.676)	(410.495)
Publicidade e propaganda	(4.194.135)	(4.152.521)
Aluguéis e seguros	(202.122)	(468.440)
Provisões / Reversões	(589.735)	(740.576)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(291.758)	4.747.141
Reversão / Despesa de perda com imparidade	(201.296)	(475.018)
Tributos e outras despesas	(5.016.358)	(8.196.415)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.185.363)	(2.291.162)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	30.850.746	6.917.975
Despesas financeiras	(4.339.053)	(9.246.160)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	21.326.330	4.618.347
Imposto de renda e contribuição social	3.270.890	(1.137.715)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	24.597.220	(5.757.062)

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	2018	2017
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	21.859.853	23.556.940
Receitas relativas a outros negócios	200.161	232.714
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	22.060.014	23.789.654



-2- continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

## Resultado antes do resultado financeiro e tributos

	2018	2017
Telecomunicações no Brasil	(5.185.363)	(2.291.182)
Outros negócios	(62.895)	(69.866)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	(3.268.258)	(2.361.028)

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

	2018				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	60.514.610	42.015.116	28.425.563	6.948.446	5.211.774
Outros, principalmente África	4.923.187	526.870	108.768	47.601	34.467

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - Transações com partes relacionadas consolidadas

	Controladora	
	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Contas a receber	174.788	596.614
BR Call Center	38.610	38.609
Oi Internet		45.955
BR Multimídia	46.447	94.895
Oi Móvel	7.880	135.985
Telemar	81.160	260.673
Seride	591	746
Rede Conecta		19.751
<b>Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)</b>	<b>11.960.680</b>	<b>4.017.080</b>
Telemar		3.064.056
Oi Móvel		75.652
PTIF	7.555.189	
Oi Holanda	4.066.221	
PT Participações	338.270	877.372
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>		<b>884.379</b>
Telemar		848.041
Oi Serviços Financeiros		36.338
<b>Outros</b>	<b>525.013</b>	<b>735.953</b>
Telemar	110.678	294.896
Oi Móvel	148.058	222.552
Oi Holanda	47.602	10.058
PTIF	209.184	135.686
Seride	9.442	72.702
Dommo	49	49
<b>Passivo</b>		
<b>Fornecedores</b>	<b>399.758</b>	<b>577.580</b>
BR Call Center	43.723	61.867
Oi Internet		147.349
BR Multimídia	136.963	119.301
Oi Móvel	111.745	30.013
Telemar	26.267	121.174
Paggo Administradora	25.370	22.882
Seride	55.870	50.146
Rede Conecta		24.858
<b>Empréstimos e financiamentos e debêntures (i)</b>	<b>377.184</b>	<b>22.305.968</b>
Telemar	19.161	1.185.952
Oi Móvel		4.619.604
Oi Holanda	358.023	16.500.283
Oi Internet		129
<b>Demais obrigações</b>	<b>115.328</b>	<b>67.986</b>
BR Call Center	396	396
Oi Internet		24.375
BR Multimídia	13.539	14.371
Oi Móvel	13.095	10.520

## Receita

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita dos serviços prestados			347	119
Outras entidades			347	119
Receita financeira			430	
Outras entidades			430	

## Custos/Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos e despesas operacionais	(4.041)	(3.553)	(236.087)	(215.079)
Hispamar	(4.041)	(3.553)	(207.271)	(185.223)
Outras entidades			(28.816)	(29.856)
Despesa financeira		(3)	(167)	
Hispamar		(3)	(158)	
Outras entidades			(9)	

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades. Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 72.955 (2017 - R\$ 45.702) na controladora e R\$ 81.244 (2017 - R\$ 49.688) no consolidado. A homologação judicial do PPL, após sua votação e aprovação pelos credores em assembleia, ensejou o pagamento de remuneração excepcional à diretoria estatutária, pontual e não recorrente, de até R\$ 15,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os diretores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da Companhia. 28. SEGUROS: Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos à propriedade, que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão e seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e a continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão. As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	Consolidado	
	2018	2017
<b>Modalidade de seguro</b>		
Riscos operacionais e lucros cessantes	700.000	700.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	309.984	264.640
Inchendo - estoques	150.000	150.000
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	2.000	3.000

(\*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2018 (taxa: R\$ 3,8748 = US\$ 1,00). 29. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA: Alienação das Ações da PT Portugal para a Allice: Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou o contrato para venda à Allice da integralidade das ações da PT Portugal, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria. Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Pharol aprovaram a operação, nos termos e condições do contrato de compra e venda de ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada. No dia 2 de junho de 2015, foi efetuada a alienação das ações, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes. Pela aquisição da PT Portugal, a Allice desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.920 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e pela PTIF e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. O preço pago pela Allice está sujeito a um mecanismo de ajuste estabelecido em contrato, existindo ainda a previsão de um pagamento diferido ("earn-out") de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O reconhecimento deste último montante dependerá do atingimento dos indicadores previstos em contrato. Além disso, a Oi deu ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos. Nos termos dos contratos celebrados entre a Companhia e a Pharol com vista à união de bases acionárias, certos ativos, passivos e responsabilidades da Pharol foram transferidos para a Companhia, tendo esta assumido a obrigação de indenização ou pagamento de eventuais contingências incorridas. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia pagou a terceiros contingências incorridas pela Pharol no montante de € 5,5 milhões e, em 31 de dezembro de 2018, mantinha depósitos judiciais e depósito de penhor a favor de terceiros no montante de € 21,6 milhões, além de configurar como garantidor de certas garantias bancárias da Pharol, por conta de processos judiciais, no montante de € 187,4 milhões. Aprovação de medidas preparatórias à venda da Allice: Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Allice, representativa à época de 75% do capital social da Allice, e/ou



financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

	Controladora	
	2018	2017
<b>Receitas</b>		
<b>Receita dos serviços prestados</b>	69.881	111.854
OI Internet	133	1.357
B/T Multimídia	552	596
OI Móvel	40.254	47.540
Telemar	28.392	61.106
Serde	544	1.155
Rede Conecta	6	
<b>Outras receitas operacionais</b>	61.588	40.709
B/T Multimídia	13.778	3.002
OI Móvel	38.716	37.707
Bri Call Center	2.821	
Serde	6.473	
<b>Receitas financeiras</b>	20.026.653	1.058.013
OI Móvel	2.448	19.702
Telemar	1.033.569	345.260
Serde	10.821	
Rede Conecta	4.914	
B/T Multimídia	25.549	
Bri Call Center	6.339	
OI Internet		344
OI Holanda	18.028.792	556.500
PTIF	842.566	4.156
PT Participações	70.634	132.051
<b>Custos e despesas operacionais</b>	(922.295)	(1.020.155)
B/T Multimídia	(4.890)	(4.879)
OI Móvel	(68.192)	(122.193)
Telemar	(26.327)	(51.178)
Paygo Administradora	(4.192)	(4.883)
Bri Call Center	(450.349)	(471.508)
Serde	(368.345)	(365.513)
<b>Despesas financeiras</b>	(1.857.517)	(3.335.208)
OI Móvel	751.262	(477.492)
Telemar	(335.727)	(111.540)
Serde		
Bri Call Center		
B/T Multimídia		
OI Holanda	(1.707.395)	(2.708.000)
PTIF	(557.120)	(14)
OI Internet	20	(13)
PT Participações	1.808	(38.149)

**Linhas de créditos:** A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2017 - 115% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos "intercompany" em favor para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras. As linhas de crédito "intercompany" vigentes em 31 de dezembro de 2018 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos "intercompany" não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a OI Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias. Aluguel de infraestrutura de transmissão: As transações realizadas com a Telemar e OI Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD. Garantias: A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto. Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Contas a receber e outros ativos</b>			6.359	5.929
Outras entidades			6.359	5.929
<b>Contas a pagar e outros passivos</b>				
Hispaner	915	930	74.210	67.654
Outras entidades			915	930
			66.704	62.084
			7506	5.560

de 100% da Unidade e a sua participação de 100% na Unidade e a sua participação de 100% na Unidade. A Unidade é detida indiretamente pela Afritel GmbH & Co. KG ("Afritel GmbH"), detentora direta do Investimento da OI no capital da Afritel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Afritel ("Put"), segundo o Acordo de Acionistas dessa empresa. Nos termos da correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Afritel, antes detidas indiretamente pela Phanol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alegou estar exercendo o suposto direito e, por consequência, exigiu que a Afritel GmbH adquirisse as suas ações da Afritel. A Companhia julgou que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Afritel, pudesse dar lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia sempre depositou na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Afritel GmbH decidiu disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco, nos termos do Acordo de Acionistas da Afritel, o que foi devidamente informado em resposta da Afritel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014. Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional de Câmara Internacional de Comércio notificou a Afritel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Afritel GmbH para aplicar o pretenso direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Afritel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Afritel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015. Ao mesmo tempo em que pretendia defender decisivamente a Afritel GmbH neste processo, a OI também focou seus esforços na venda da Afritel e/ou de seus ativos, uma vez que acreditava que, caso este objetivo fosse alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem iniciada perderia seu objeto. Em 16 de junho de 2016, PT Participações, Afritel GmbH e Afritel, todas subsidiárias da Companhia, celebraram uma série de instrumentos contratuais com a Samba Luxco, com o principal objetivo de resolver e extinguir o procedimento arbitral. Dentre os instrumentos celebrados, incluem-se aditivos ao Acordo de Acionistas da Afritel e um Contrato de Resolução e Permuta de Ações (Settlement and Share Exchange Agreement - "SSEA"), pelo qual a Samba Luxco deveria, quando da implementação do acordo: (i) encerrar o procedimento arbitral em curso e dar quitação às subsidiárias da OI com relação a todas as demandas pretéritas e atuais relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Afritel e suscitadas na arbitragem; (ii) renunciar a certos direitos de aprovação que possuía segundo o Acordo de Acionistas da Afritel; e (iii) transferir para a Afritel 11.000 ações representativas do capital social da Afritel, cada uma com valor nominal de € 1,00, reduzindo-se a participação da Samba Luxco na Afritel de 25% para 14%. Em contrapartida, a Afritel deveria transferir para a Samba Luxco sua participação de aproximadamente 34% no capital social da operadora nambiana de telecomunicações Mobile Telecommunications Limited ("MTC"). Em 31 de janeiro de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações regulatórias e anticoncorrenciais necessárias e o cumprimento das demais condições contratuais, ocorreu a implementação das transações previstas nos instrumentos contratuais celebrados em 16 de junho de 2016. Com isso, a Samba Luxco reduziu sua participação acionária na Afritel para 14.000 ações e esta última transferiu para a Samba Luxco a totalidade de sua participação na MTC. A Samba Luxco também liberou a Afritel GmbH, Afritel, Phanol e suas filiais e sucessoras de todas as reclamações apresentadas na arbitragem, de forma irrevogável e incondicional. As partes requereram ao tribunal arbitral constituído segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional que emitisse uma Sentença por Consentimento com o objetivo de registrar os termos do acordo previsto no SSEA, de modo que a arbitragem foi encerrada e as subsidiárias da OI receberam quitação com relação a todas as demandas pretéritas e atuais da Samba Luxco relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Afritel, suscitadas na arbitragem. Posteriormente, em 29 de março de 2017, a Afritel GmbH e a Samba Luxco aprovaram, por meio de Resolução de Acionistas, o cancelamento das 11.000 ações de emissão da Afritel que a Samba Luxco havia transferido para esta última e que vinham sendo mantidas em tesouraria. Também aprovaram o cancelamento adicional de 1.791 ações de emissão da Afritel, detidas pela Samba Luxco, de modo que as participações da Afritel GmbH e da Samba Luxco na Afritel passaram a ser de 86% e 14%, respectivamente. Os efeitos da transação entre sócios de cessão/transferência da participação da Afritel de 34% na controladora MTC - Mobile Telecommunications Limited, em contrapartida da redução da participação de acionista não controlador Samba Luxco na Afritel foi de R\$ 145.787 no patrimônio líquido atribuído à participação dos controladores e de R\$ 228.343 na participação de não controladores. No que diz respeito à participação indireta da Afritel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estas, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana. Em 14 de outubro de 2016, a PT Ventures apresentou suas alegações iniciais, acompanhadas de relatório de especialista financeiro. O valor demandado pela PT Ventures neste processo arbitral era de aproximadamente US\$ 3 bilhões, acrescido de juros até a data do pagamento efetivo pelos referidos acionistas, totalizando aproximadamente US\$ 3,4 bilhões em 14 de outubro de 2016, conforme o relatório do especialista financeiro. Entre os dias 7 e 16 de fevereiro de 2018, foi realizada audiência de julgamento da arbitragem, na qual cada parte apresentou seus argumentos, e as testemunhas factuais e os peritos de cada lado foram ouvidos. Uma audiência foi realizada em 9 de maio de 2018, e as partes apresentaram suas alegações pós-audiência e as respostas às alegações das outras partes em 13 de junho e 1 de outubro de 2018, respectivamente. Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declaratória de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento dos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como dos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013. Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendam que a venda pela Phanol de uma participação minoritária na Afritel à Samba Luxco em 2007, assim como a transferência indireta das ações da Unitel, antes detidas indiretamente pela Phanol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014, constituíram uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Phanol de participação minoritária na Afritel à Samba Luxco. Em 27 de fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral no âmbito da arbitragem movida em face dos demais acionistas da Unitel. O Tribunal Arbitral entendeu que os demais acionistas da Unitel violaram diversas previsões do Acordo de Acionistas da Unitel, o que acarretou uma redução significativa do valor da participação da PT Ventures na Unitel. Também entendeu que os demais acionistas da Unitel deveriam assegurar, depois de novembro de 2012, que a PT Ventures recebesse o mesmo montante de dividendos em moeda estrangeira que o outro acionista estrangeiro da Unitel. Em função disso, o Tribunal determinou que os demais acionistas paguem à PT Ventures, de forma conjunta e solidária, o valor de US\$ 339,4 milhões mais juros (contados a partir de 20 de fevereiro de 2019, com taxa LIBOR Dólar Americano 12 meses mais 2 pontos percentuais), correspondentes à perda do valor da Participação da PT Ventures, além de US\$ 314,8 milhões acrescidos de juros (juros simples de 7% contados a partir de diferentes datas em que eles deveriam ter sido recebidos), com respeito aos dividendos não recebidos, somados ainda ao reembolso líquido dos custos



- \* continuação

**Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

do processo, de cerca de US\$ 12 milhões. O Tribunal rejeitou os pedidos reconventionais dos outros acionistas da Unitel em sua integralidade. A decisão resulta em uma reafirmação dos direitos da PT Ventures como acionista detentora de 25% do capital da Unitel, nos termos do Acordo de Acionistas. A PT Ventures retém todos os seus direitos previstos no Acordo de Acionistas, incluindo o de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da Unitel e o direito a receber dividendos passados e futuros da Unitel. O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultado da Companhia desde 5 de maio de 2014. Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para vendas das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	2018	2017
Ativos mantidos para venda	4.923.187	4.675.216
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	82.839	156.128
Contas a receber	108.343	123.109
Dividendos a receber (i)	2.566.935	2.012.146
Ativo mantido para venda (ii)	1.843.778	1.865.972
Outros ativos	145.709	178.405
Investimentos	19.414	42.217
Imobilizado	108.788	149.176
Intangível	47.601	48.063
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	526.870	354.127
Empréstimos e financiamentos	188	260
Fornecedores	52.064	34.407
Provisões para planos de pensão		366
Outros passivos	474.818	319.094
Participação de não controladores (iii)	243.491	293.457
Total dos ativos mantidos para vendas, líquido dos passivos correspondentes		
- Consolidado	4.152.826	4.027.632
Eliminações intragrupo	(431.277)	(474.051)
Total de ativos mantidos para venda - Controladora	3.721.549	3.553.581
Investimentos na África	3.721.549	3.553.581

(i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. A Companhia registra os dividendos ainda não recebidos com base no valor estimado de recuperação, considerando nessa avaliação a existência de processos judiciais para cobrança desses valores e respectivos juros em USD, a expectativa da decisão favorável desses processos no tempo, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos resultados consolidados de 2005 e às reservas livres de 2006 a 2009, bem como aos exercícios fiscais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017, no total nominal bruto de US\$ 821 milhões; (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro da participação indireta detida pela PT Ventures, correspondente a 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo provisões de fluxo de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de uma taxa de desconto adequada, calculada com base no custo médio de capital ponderado de 17,6%, considerando o ambiente de negócios da Unitel. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios. Em 31 de dezembro de 2018, e no âmbito da atualização das premissas acima mencionadas, o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 1.760 milhões (2017 - R\$ 1.820 milhões). (iii) Representada, principalmente, pela participação de 14% da Samba Luxo no capital social da Africatel e, consequentemente, nos seus ativos líquidos. 30. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Títulos da Rio Forte: Em 30 de junho de 2014, a Companhia tornou conhecimento, por meio de comunicado ao mercado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal, sociedades controladas pela Pharol à Oi no aumento de capital da Companhia em maio de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investimentos S.A. (respectivamente, "Títulos" e "Rio Forte"), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo ("GES"), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol. De acordo com o referido comunicado, os Títulos haviam sido emitidos no valor total de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações ou renovações desse tipo de investimentos. Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, "Subsidiárias da Oi") se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência de totalidade das ações de emissão de PT Portugal à Companhia, por parte da Pharol, em virtude da integralização, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014. Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pago o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 8 de dezembro de 2014. Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte: Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram os seguintes acordos relativos aos investimentos feitos nos Títulos. Os acordos resultam em determinadas obrigações contradas pelo Contrato de Opção. Em 31 de março de 2015, o Contrato de Opção foi aditado para prever: (i) a possibilidade de a Pharol ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da Oi, desde que tal cessão ou transferência abranja no mínimo 1/4 das Ações Objeto da Opção, podendo a Pharol utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações; (ii) a possibilidade de a Pharol, mediante o prévio e expresso consentimento da Oi, criar ou outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção; e (iii) a concessão de direito de preferência à Oi para a aquisição da Opção, caso a Pharol desejasse vender, ceder, transferir, conter ao capital de outra sociedade, transmitir ou, de qualquer forma, alienar ou dispor da Opção. O referido aditamento foi firmado sob condição suspensiva e só terá eficácia e passará a produzir efeitos após ter sido obtida autorização da CVM para a efetivação da alteração do Contrato de Opção. Entretanto, em reunião realizada no dia 16 de dezembro de 2015, o Colegiado da CVM decidiu indeferir integralmente o pedido formulado pela Companhia para a dispensa dos requisitos das Instruções CVM nºs 10/880 e 130/2003 para a alteração do Contrato de Opção. Tais Instruções determinam que a aquisição e alienação de ações de uma companhia aberta deverão ser realizadas em bolsa e que as operações com opções de compra de ações de uma companhia aberta sejam realizadas nos mercados em que as ações da companhia são negociadas, sendo vedadas as operações privadas. A dispensa de tais requisitos possibilitaria a aplicação das disposições do aditivo ao Contrato de Opção relativas (i) à possibilidade de transferência da Opção, de forma privada, da Pharol para a Oi; (ii) à atribuição de direito de preferência à Oi para adquirir a Opção; e (iii) à possibilidade de realização do pagamento do preço de aquisição da Opção em ações de emissão da própria Oi, no caso de exercício do direito de preferência. Em 31 de dezembro de 2018, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 3 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de "Black-Scholes" e pressupostos técnicos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Recalcula prevista no Item B10 e B11 do CPC 46/FRS 13 - Mensuração a Valor Justo. Em dezembro de 2018, tomamos conhecimento de que a Superintendência de Processos Sancionadores e o Procuradoria Federal Especializada da CVM emitiram Relembros de Processos Administrativos Punitivos propondo a responsabilidade de determinados executivos, diretores e acionistas, por supostas violações da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976) em conexão com fatos relacionados à reestruturação entre a Oi e a Pharol (então denominada Portugal Telecom) anunciada em outubro de 2013 e a oferta pública de distribuição de ações da Oi concluída em maio de 2014. A Companhia não é parte nestes processos. Em relação aos executivos citados, se os mesmos forem considerados responsáveis nestes Processos Administrativos Punitivos, eles estarão sujeitos a uma penalidade, que pode variar de uma advertência à desqualificação, por um período de até 20 anos, por atuar como membro do Conselho de Administração ou Diretoria de companhias abertas no Brasil. b) Incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel: No dia 1 de março de 2018 foi realizada a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, ambas subsidiárias indiretas da Companhia, em cumprimento ao disposto nas cláusulas 3.1.8 e 7.1 do PRJ de Oi e de suas subsidiárias Oi Móvel, Telemar, Copert 4, Copert 5, PTIF e Oi Holanda. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas previsto expressamente no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços. c) Incorporação da Rede Conecta pela Serede: No dia 1 de novembro de 2018 foi realizada a incorporação da Rede Conecta pela Serede, ambas subsidiárias indiretas da Companhia. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi e tem como objetivo a otimização das operações. Além disso, a unificação das operações destas subsidiárias, mediante a consolidação das atividades realizadas, trará benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na prestação de serviços. 31. EVENTOS SUBSEQUENTES: Processo na Câmara de Arbitragem do Mercado: Em 28 de fevereiro de 2018, um dos acionistas da Companhia, a Briel, apresentou petição junto à Câmara de Arbitragem do Mercado da B3, argumentando, que determinadas cláusulas do PRJ, incluindo o Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, o Aumento de Capital - Novos Recursos e as mudanças na estrutura de governança da Companhia deviam ter sido submetidos e aprovados em AGE, o que não ocorreu antes da Homologação Judicial do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial. Em 7 de março de 2018, a Companhia apresentou uma petição de conflito de competência junto à Segunda Turma do Tribunal Superior de Justiça questionando, entre outros pontos, a competência da Câmara de Arbitragem para decidir nas matérias sob apáida do Juízo da Recuperação Judicial. Em 10 de outubro de 2018, a referida Segunda Turma decidiu por maioria que a Câmara de Arbitragem do Mercado tinha competência para resolver disputas entre a Companhia e seus acionistas. Em 26 de outubro de 2018, um árbitro de apoio nomeado pela Câmara de Arbitragem do Mercado (Árbitro de Apoio) emitiu uma ordem que suspendeu a autorização do aumento de capital pelo Conselho de Administração da Companhia nessa data até à próxima decisão a ser proferida por esse Árbitro. Em 6 de novembro de 2018, o Árbitro de Apoio reconsiderou a sua decisão anterior de suspender a autorização do aumento de capital, permitindo assim que a Companhia continuasse a implementá-la. Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias Telemar e PT Participações, de um lado, e, de outro lado, a Pharol e sua subsidiária integral Briel celebraram um acordo para encerramento e extinção de todos e quaisquer litígios judiciais e extrajudiciais envolvendo sociedades dos dois grupos, no Brasil e no exterior. Os termos e condições dos instrumentos, aprovados pelos Conselhos de Administração de ambas as partes, seguem resumidos abaixo: I. Condições a serem cumpridas pela Companhia: a) Pagamento à Pharol de EUR 25 milhões; b) Entrega à Pharol de 33,6 milhões de ações da Companhia mantidas em tesouraria; c) A Companhia assumirá custos com garantias judiciais relativas a processos judiciais da Pharol em Portugal, conforme obrigação assumida; d) Em caso de venda de participação da Companhia na Unitel, a Companhia fará depósito em conta garantida da Pharol para fazer frente a eventual condenação em contingências tributárias avaliadas como prováveis, conforme obrigação prevista. II. Condições a serem cumpridas pela Pharol: a) Utilização de no mínimo EUR 25 milhões na subscrição do Aumento de Capital - Novos Recursos da Companhia, previsto no seu PRJ; b) Comprometimento e voto favorável em quaisquer Assembleias Gerais de acionistas da Companhia que tenham como objeto a aprovação ou ratificação de qualquer ato ou medida prevista no PRJ; c) Manutenção de alinhamento com a Companhia e apoio à implementação do seu PRJ, aprovado e homologado em todas as instâncias; d) Autorização para utilização pela Companhia de qualquer valor devolvido à Pharol pela Autoridade Tributária Portuguesa e partir de 24 de março de 2015 com o custo de garantias e contingências tributárias, para fins de extinção do Item 1, alínea 3ª e 4ª acima. Em 21 de dezembro de 2018, a Pharol e a Briel celebraram o

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC51474327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 20/71



preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol ("Opção"). Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado de CVM para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão proferida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção. No dia 31 de março de 2015, a Companhia publicou Fato Relevante relativo à consumação da Permuta, pela qual a Pharol entregou à PTIF ações livres de emissão da Oi correspondentes a 47.434.872 OIBR3 e 94.869.744 OIBR4 ("Ações Permutadas"); e a Oi, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Pharol, no valor total principal de € 897 milhões, sem taxa. Com a implementação da Permuta, a Pharol passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Pharol para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos. Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Pharol na Oi passou de 104.580.393 ações ordinárias e 172.025.273 ações preferenciais, representativas de 37,66% do capital votante (ex-tesouraria) e 22,82% do capital social total da Oi (ex-tesouraria) para 57.145.521 ações ordinárias e 77.155.529 ações preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (ex-tesouraria) e 19,17% do capital social total da Oi (ex-tesouraria). Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Opção"): Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 8 de setembro de 2014 entre a Pharol, a PTIF, a PT Portugal, a Oi e a TmarPart, a Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos. Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolverá 47.434.872 ações ordinárias e 94.869.744 ações preferenciais de emissão da Oi ("Ações Objeto da Opção") e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

<p><b>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar</b></p>	
<b>Data de Redução</b>	<b>sujeitas à Opção</b>
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(i) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do grupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% a.a., calculada "pro rata temporis" desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção. Até 31 de dezembro de 2018, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das Ações Objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; e (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 25.614.831 ações ordinárias e 51.229.662 ações preferenciais. A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações. Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão da Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção. A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol; (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuam; (iii) a Pharol viole

de acordo com o CPC 24/IAS 10, itens 8 e 9 (vide Nota 22). **Conclusão das Etapas previstas no PRJ:** Conforme descrito na Nota 1, em 8 de janeiro de 2018, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018. Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira, incluindo o primeiro aumento de capital previsto no PRJ (Aumento de Capital - Capitalização de Créditos), foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ. Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (Aumento de Capital - Novos Recursos), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os Investidores "Backstoppers". **Aumento do capital: Exercício de Bônus de Subscrição e ADWs:** Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados. **Oferta preferencial e conclusão do Aumento de Capital - Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso:** Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Companhia iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto à SEC nos termos do "Securities Act", no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADSs e o The Bank of New York Mellon, na qualidade de depositário do programa de ADSs preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial devida a partir de 19 de novembro de 2018. Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro de 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de sobras de ações ordinárias. O produto dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões. Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu para os Investidores "Backstoppers", em uma colocação privada, 1.604.268.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data a Companhia emitiu 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinadas aos Investidores "Backstoppers" e pagou US\$ 13 milhões a esses investidores a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato. **Recompra de ações preferenciais de emissão da Companhia:** Em reunião realizada em 7 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a aquisição, pela Oi, de até 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria Companhia, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades em 8 de janeiro de 2019. A aquisição foi realizada mediante a aplicação de parte do saldo disponível da conta de reserva de capital, por meio de operações em mercado organizado de bolsa da B3 ainda no mês de fevereiro de 2019, com a intermediação da instituição BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. **Decisão Arbitral - Unitel:** Em 27 de fevereiro de 2019, a Companhia tomou conhecimento da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral no âmbito da arbitragem movida em face dos demais acionistas da Unitel. O Tribunal Arbitral entendeu que os demais acionistas da Unitel violaram diversas previsões do Acordo de Acionistas da Unitel entre outros assuntos. Este Tribunal determinou que os demais acionistas paguem à PT Ventures cerca de US\$ 653 milhões, acrescidos de juros, a título de reparação pelos danos sofridos (vide mais detalhes na Nota 29). **Novo Conselho de Administração da Unitel:** Em Assembleia Geral de Acionistas da Unitel realizada em 19 de março de 2019, foi eleito um novo Conselho de Administração da sociedade, composto por cinco membros, dos quais dois foram indicados pela PT Ventures, sendo que um deles exercerá o cargo de Diretor Geral da Unitel. **Aumento de Capital - Empresas Holandesas:** Conforme previsão do PRJ aprovado em 19 e 20 de dezembro de 2017, as dívidas das sociedades recuperandas do grupo representadas pelos "Bonds" foram consolidadas na Oi S.A. Adicionalmente, como parte do pagamento do crédito aos "bondholders" foram entregues ações da controladora (Oi S.A.), sejam novas ações, sejam ações já existentes devida pela PTIF. Por esta razão, para a correta tradução contábil destes movimentos, foi necessária a celebração de mútuos, em 31 de julho de 2018, entre Oi S.A. e Oi Coop, bem como entre Oi S.A. e PTIF. Tais instrumentos previam a possibilidade de pagamento e quitação do total devido por meio de aumento de capital, a qual foi a forma exercida pela Oi S.A. em 31 de janeiro de 2019, no valor de EUR 665.639.602,32 na Oi Coop e no valor de EUR 1.100.259.843,00 na PTIF. **Incorporação da Copart 4 pela Telemar e da Copart 5 pela Companhia:** No dia 2 de janeiro de 2019 foi realizada a incorporação da Copart 4 pela Telemar, subsidiária da Companhia e, no dia 19 de março de 2019 foi realizada a incorporação da Copart 5 pela Companhia. A incorporação destas empresas constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi descritos no PRJ e, tem como objetivo a otimização das operações. Além disso, a unificação das operações destas subsidiárias mediante a consolidação das atividades realizadas, trará benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência do negócio da Companhia.



-2- continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	
Eleazar de Carvalho Filho (Presidente) Marcos Grodzky (Vice-Presidente) Henrique José Fernandes Luz José Mauro Matrua Carneiro da Cunha Marcos Bastos Rocha Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana Paulino do Rego Barros Junior Ricardo Reisen de Pinho Rodrigo Modesto de Abreu Roger Solé Rabós Wallim Cruz de Vasconcellos Junior	Eurico de Jesus Teles Neto - Diretor Presidente e Jurídico Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão - Diretor de Finanças e Relações com Investidores José Claudio Moreira Gonçalves - Diretor Bernardo Kos Wink - Diretor	EFETIVOS Pedro Wagner Pereira Coelho (Presidente) Álvaro Bandeira Daniela Mahul Pfeiffer Domenica Eisenstein Noronha (Preferencialistas)	SUPLENTE (Vago) William da Cruz Leal Elvira Baracruhy Cavalcanti Presta Maurício Rocha Alves de Carvalho (Preferencialistas)
	CONTADOR Marcelo Antônio Leal Gomes CRC-RJ 083.182	DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO David Tavares Neves Nunes CRC-RJ 069.013	DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO Sílvia Almeida

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da OI S.A. - Em Recuperação Judicial examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da BDO RCS Auditores Independentes e fundamentado na emissão do Relatório de Auditoria Externa, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas

à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. Em consonância com o disposto no art. 163 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas Demonstrações Financeiras.  
Rio de Janeiro, 25 de março de 2019.

Pedro Wagner Pereira Coelho (Presidente)  
Álvaro Bandeira Daniela Mahul Pfeiffer Domenica Eisenstein Noronha

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da OI S.A. - Em Recuperação Judicial, Rio de Janeiro - RJ. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da OI S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OI S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideramos o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº 11.101/2005. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

## Reconhecimento dos efeitos contábeis da homologação do Plano de Recuperação Judicial

Conforme Nota Explicativa nº 2(f), Reconhecimento dos efeitos da homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Administração da Companhia concluiu que os termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), aprovado na Assembleia Geral de Credores em 19 e 20 de dezembro de 2017, tornam-se vigentes a partir de 05 de fevereiro de 2018, data em que ocorreu a publicação da homologação proferida pelo Juízo da 7ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Consequentemente, como ocorreu mudança substancial dos termos dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial, estes passivos concursais foram extintos e um novo passivo financeiro, mensurado inicialmente ao valor justo, foi reconhecido naquela data, respeitando as condições estabelecidas no PRJ para cada categoria de credores, conforme previsto na CPC 48 (IFRS 9). Como resultado do reconhecimento inicial deste novo passivo financeiro ao valor justo, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sofreram alterações significativas na sua posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, bem como o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data. Considerando a

relevância para o processo de fechamento e elaboração das demonstrações contábeis; • Avaliação dos aspectos ligados com a segurança da informação, que envolvem gestão de acessos, rotinas, privilégios, segregação de perfis e gestão de mudanças de softwares; Aplicação de testes de integridade dos lançamentos contábeis, incluindo os registros automatizados e manuais, com impacto nas demonstrações contábeis. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos que o ambiente de controles internos e de tecnologia da informação, definido e mantido pela administração da Companhia e suas controladas, fornece uma base razoável no processamento das informações contábeis e financeiras relevantes para elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

## Reconhecimento da estimativa da receita a faturar

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2(b), Principais políticas contábeis, subitem "Reconhecimento de receitas", o reconhecimento de receita da Companhia envolve sistemas complexos de faturamento que processam grande volume de dados. As receitas de serviços da Companhia e demais empresas do grupo se concentram, substancialmente, nos serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de banda larga fixa e móvel e TV, incluindo, também, cobranças de serviços de interconexão de outros operadores, sendo as receitas reconhecidas quando os serviços são efetivamente prestados. Neste contexto, o reconhecimento de receita dos serviços pós-pagos é realizado no período de competência, conforme os ciclos de fechamento mensal da Companhia, antes do evento de faturamento ao cliente e classificado no grupo contábil de "serviços a faturar", cujo montante desta receita é mensurado com base em estimativa do valor a ser faturado no próximo ciclo de fechamento mensal. Portanto, as receitas a faturar são estimadas e registradas contabilmente no mês em que os serviços são prestados e são estornados no mês seguinte quando do efetivo faturamento. Considerando a existência de risco de distorção relevante na estimativa do cálculo de receita a faturar, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

## Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Companhia no cálculo da estimativa da receita a faturar; • Aplicação de teste de controles internos relevantes implementados no exercício de 2018; • Revisão do cálculo da estimativa de receita a faturar ao final do exercício de 2018; e • Entendimento e avaliação da razoabilidade da estimativa da receita a faturar, que inclui a comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente, após o encerramento do exercício de 2018. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando os controles internos e as estimativas, definidos e mantidos pela Administração, para fundamentar sua conclusão sobre o reconhecimento de receita, refletidas nas demonstrações contábeis.

## Contrato oneroso de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações

Conforme Nota Explicativa nº 23, a Companhia reconheceu em 2018 uma provisão para contrato oneroso nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nos montantes de R\$ 1.226.833 mil e R\$ 4.493.894 mil, respectivamente, cujo acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações ("capacidade de transmissão") prevê, dentre outros aspectos, o fornecimento de capacidade mínima de transmissão com preço definido, cujo pagamento é realizado independentemente da capacidade de transmissão real utilizada. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou as projeções de uso de capacidade de transmissão referente a este contrato e constatou que, dadas as novas condições de mercado, a estimativa de uso de capacidade de transmissão projetada até o término do contrato não demonstrava equilíbrio com a capacidade mínima contratada. Como resultado desta avaliação, considerando que as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam receber ao longo do contrato e pela existência de custos inevitáveis previstos nas condições contratuais, a Companhia e suas controladas estimaram e reconheceram provisão para contrato oneroso pelo seu valor presente, conforme previsto na CPC 25 (IAS 37). Considerando a relevância dos valores envolvidos e do julgamento crítico referente ao reconhecimento de provisão para contrato oneroso, onde qualquer mudança de projeção pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis,



deverem ser reconhecidos após a publicação da homologação do PRJ; Avaliação dos efeitos tributários sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis de novação dos passivos concursais ("hair cut"); Avaliação do atendimento das condições precedentes contidas no PRJ homologado; Avaliação da representação dos assessores jurídicos da Companhia acerca da validade dos efeitos legais da aprovação e homologação do PRJ; Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

#### Provisão para contingências e depósitos judiciais

Conforme Nota Explicativa nº 22, a Companhia e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas civil, trabalhista e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuem assuntos da natureza tributária e civil em discussão em várias esferas processuais, no montante total de R\$ 39.375.570 mil e R\$ 10.162.455 mil, respectivamente, sendo que R\$ 650.083 mil e R\$ 2.931.456 mil, respectivamente, estão provisionados, referentes a processos com provável saída de recursos, com base na opinião de seus assessores jurídicos. Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 12, a Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2018, possuem saldos de depósitos judiciais nos montantes de R\$ 4.686.681 mil e R\$ 8.734.720 mil, respectivamente, por determinação legal, judicial ou para garantir a continuidade dos processos em discussão. Em decorrência do elevado número de depósitos judiciais de natureza civil e trabalhista, a Companhia e suas controladas implementaram novos mecanismos nos controles internos durante o exercício de 2018, visando capturar, processar e reconhecer tempestivamente os efeitos das transações sobre os depósitos judiciais nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, foram estabelecidas e aplicadas premissas para mensuração da perda estimada sobre as transações que estão em fase de conciliação dos extratos obtidos. Considerando a relevância dos valores envolvidos, do ambiente legal e do julgamento crítico referente à probabilidade de perda destacada nas discussões em andamento, qualquer mudança de prognóstico elou julgamento pode trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Entendimento da política de constituição de provisão, bem como aplicação de testes dos controles internos, com o envolvimento dos nossos especialistas de Tecnologia da Informação; Avaliação das premissas e dos critérios utilizados pela Companhia para reconhecimento e mensuração dos saldos de depósito judiciais e provisão para contingências; Obtenção de carta de confirmação externa junto aos assessores jurídicos externos para confirmar a existência de processos e seu estágio atual, bem como a respectiva avaliação de perda envolvida, quando aplicável; Aplicação de teste, por meio de amostragem, para avaliação da base dos processos com grande volume, cuja mensuração dos processos é realizada pelo sistema interno da Companhia; Aplicação de teste, por meio de amostragem, para avaliação das edições/alterações realizadas na base dos depósitos judiciais; Revisão do cálculo da atualização monetária reconhecida sobre o saldo dos depósitos judiciais; Revisão das divulgações realizadas pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando os controles internos e práticas contábeis aplicados, bem como a documentação suporte, definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

#### Avaliação da recuperabilidade de ativos de vida útil definida e de longa duração

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas possuem registrados como ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, os montantes de R\$ 5.070.040 mil e R\$ 6.848.446 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018, referentes, substancialmente, à combinação de negócios realizadas em anos anteriores. Com a publicação da homologação do PRJ aprovado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2(f), a Companhia reuniu condições de elaborar o fluxo de caixa projetado, por meio de fluxo de caixa descontado, utilizando dados de fontes não observáveis, desenvolvidas internamente pela administração, as quais envolvem julgamento significativo para determinadas premissas que fundamentam os resultados futuros de suas operações, como também considera o sucesso na implementação do PRJ como um todo. Como resultado do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, a Companhia reconheceu uma redução ao valor recuperável ("impairment"), conforme descrito na Nota Explicativa nº 17. Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Revisão dos cálculos aritméticos do valor em uso apurado no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, com o envolvimento dos nossos especialistas, que envolve avaliação e questionamentos das principais premissas e critérios adotados pela Administração com relação às taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital da Companhia e a comparação com as projeções de fluxo de caixa do PRJ homologado; Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento de perda com imparidade do saldo do intangível, no ativo não circulante; Revisão das divulgações realizadas pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

#### Ambiente complexo de controles internos e de tecnologia da informação

Em consonância com a Nota Explicativa nº 1, Informações gerais, a Companhia e suas controladas atuam no segmento de telecomunicações operando serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de banda larga fixa e móvel e TV mediante concessões e autorizações para todos elou parte de determinadas regiões do Brasil, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas. Nesse contexto, a Companhia é altamente dependente de sua estrutura de tecnologia da informação envolvendo sistemas complexos que processam um grande volume de transações decorrentes de suas operações. Adicionalmente, devido a Companhia operar distintas tecnologias de serviços de telefonia fixa e móvel e operar essas tecnologias em diferentes regiões conforme os contratos de concessão e autorização que opera, e em função do seu histórico de aquisições e porte de suas operações, a sua estrutura é composta por mais de um ambiente de tecnologia, envolvendo processos e controles automatizados e manuais. Considerando a complexidade do ambiente de controles internos e de tecnologia da informação, em especial aqueles que dizem respeito ao reconhecimento de receita da Companhia, que envolve a existência de controles automatizados e manuais, combinado com um grande volume de transações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

#### Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram: Entendimento e avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo testes dos controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes necessários para a geração de informação para o processo de fechamento e elaboração das demonstrações contábeis; Aplicação de testes de desenho e de efetividade dos controles internos dos ciclos significativos para controles relevantes envolvendo controles automatizados e manuais, considerados

em 31 de dezembro de 2018; Revisão das divulgações realizadas pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte dos cálculos realizados, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (IVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a efetividade dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019.

**IBDO**

BDO RCS Auditores Independentes GS  
CRC 2 SP 013846/F  
Esmir de Oliveira  
Contador CRC 1 SP 1696280-0 - S - RJ

Id: 2171257

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 23/71





\* continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## Telecomunicações no Brasil

Na prestação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	2018	2017
Residencial	8.491.599	9.170.855
Mobilidade pessoal	7.250.492	7.644.515
Empresarial / Corporativo	5.980.807	6.485.899
Outros serviços e negócios	226.865	255.591
<b>Receita de vendas e/ou serviços</b>	<b>21.659.853</b>	<b>23.556.860</b>
<b>Despesa operacional</b>		
Depreciação e amortização	(5.740.079)	(5.031.477)
Interconexão	(653.967)	(771.212)
Pessoal	(2.554.375)	(2.749.038)
Serviços de terceiros	(5.033.570)	(5.149.189)
Serviços de manutenção de rede	(1.102.369)	(1.235.760)
Custo de aparelhos e outros	(185.436)	(214.102)
Publicidade e propaganda	(379.878)	(410.495)
Alugueiros e seguros	(4.194.135)	(4.152.521)
Provisões / Reservas	(202.122)	(469.440)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(688.735)	(740.576)
Reversão / Despesa de perda com imparidade	(291.759)	4.747.141
Tributos e outras despesas	(201.296)	(475.018)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(5.016.358)	(8.196.415)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>	<b>(5.185.363)</b>	<b>(2.291.162)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Receitas financeiras	30.850.745	6.317.975
Despesas financeiras	(4.339.053)	(9.246.163)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>21.306.337</b>	<b>(4.618.347)</b>
Imposto de renda e contribuição social	3.270.890	(1.137.715)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>24.577.227</b>	<b>(5.756.062)</b>

## Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	2018	2017
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	21.659.853	23.556.860
Receitas relativas a outros negócios	200.161	232.714
<b>Receita de vendas e/ou serviços consolidada (Nota 5)</b>	<b>22.060.014</b>	<b>23.789.574</b>

Nos exercícios finais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	2018	2017
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(5.185.363)	(2.291.162)
Outros negócios	(82.895)	(68.869)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)</b>	<b>(5.268.258)</b>	<b>(2.360.031)</b>

O total do ativo, do passivo e dos ativos líquidos e líquidos por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2018, são como segue:

	2018	2017
Total do ativo	80.514.610	42.015.116
Total do passivo	42.015.116	28.425.563
Ativos líquidos	38.499.494	13.589.553
Ativos líquidos por mercado geográfico		
Brasil	80.514.610	42.015.116
Outros, principalmente África	4.923.187	526.870
<b>27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>		
Transações com partes relacionadas consolidadas		

Ativo

	2018	2017
Contas a receber	174.788	599.514
BT Call Center	38.610	38.609
BT Internet	45.955	45.955
BT Multimídia	46.447	34.635
BT Móvel	7.980	135.935
Telefonia	81.160	260.673
Serviços	591	749

	Controladora	Consolidado
	2018	2017

Receita		
Receita dos serviços prestados		347
Outras entidades		347
Receita financeira		430
Outras entidades		430

	Controladora	Consolidado
	2018	2017

Custos/Despesas		
Custos e despesas operacionais	(4.041)	(3.553)
Hispamer	(4.041)	(3.553)
Outras entidades		(28.816)
Despesa financeira	(3)	(167)
Hispamer	(3)	(158)
Outras entidades		(9)

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, necessariamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia e essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 72.955 (2017 - R\$ 45.702) na controladora e R\$ 91.244 (2017 - R\$ 49.598) na consolidada. A homologação judicial de PPL após sua aprovação e aprovação pelos credores em assembleia, ensejou o pagamento de remuneração excepcional à diretoria estatutária, portanto, não recente, de até R\$ 15,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os credores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da Companhia.

28. SEGUNDO Durante o período de concessão compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "tudo os riscos" para danos materiais relativos à propriedade, que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão e seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes não estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguros garantindo danos materiais, perda de receitas decorrentes de danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros possuem as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza das bases:

	Controlado	2018	2017
Mobilidade de seguro			
Riscos operacionais e lucros cessantes	700.000	700.000	
Responsabilidade civil - terceiros (*)	309.984	264.640	
Incêndio - estoques	150.000	150.000	
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000	
Responsabilidade civil - veículos	2.000	3.000	

(\*) conforme cotado no âmbito do dia 31 de dezembro de 2018 (valor: R\$ 3.874,88 - US\$ 1,00)

## 28. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

## Ativação das Apólices de PT Portugal para a África

Em 4 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou o contrato para venda à África da integralidade das apólices de PT Portugal, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da Phairal aprovaram a operação, nos termos e condições do contrato de compra e venda de apólices. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua efetivação foi implementada.

No dia 2 de junho de 2015, foi efetivada a alienação das apólices, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes. Pela aquisição de PT Portugal, a África desembolsou o valor total de 5.789 milhões de Euros, dos quais 4.500 milhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela OI e pela PTIF e 1.289 milhões de Euros foram destinados a quitar dívidas da PT Portugal em Euros. O preço pago pela África está sujeito a um mecanismo de ajuste estabelecido em contrato, existindo ainda a previsão de um pagamento futuro ("earn-out") de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O reconhecimento deste último montante dependerá do atingimento dos indicadores previstos em contrato. Além disso, a OI deve ao comprador um conjunto de garantias e representações usuais neste tipo de contratos.

Nos termos dos contratos celebrados entre a Companhia e a Phairal com vista à venda de bases aéreas, centros de dados, passagens e responsabilidades da Phairal foram transferidos para a Companhia, tendo esta assumido a obrigação de indenização ou pagamento de eventuais contingências incógnitas. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia pagou a terceiros contingências incógnitas pela Phairal no montante de € 5,5 milhões e em 31 de dezembro de 2018, mantinha depósitos judiciais e depósitos de penhor a favor de terceiros no montante de € 21,5 milhões, além de configurar como garantidor de certas garantias bancárias da Phairal, por conta de processos judiciais, no montante de € 187,4 milhões.

## Aprovação de medidas necessárias à venda da África

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da OI foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na África, representativa à época de 75% do capital social da África, após seu envio à OI via Internet o processo de venda, não obstante acreditasse ser no melhor interesse de ambos os acionistas da África, para a maximização do valor dos seus investimentos, que a venda fosse realizada de uma forma consistente com a Samba Lucco, uma coligada da Helios Investimentos LP, que detinha na época 25% restante do capital social da África. A OI estava empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a

sendo que, desde 28 de abril de 2014, não haviam sido realizadas quaisquer aplicações ou renovações desse tipo de investimentos.

Tanto a PT Portugal como a PTIF (em conjunto, "Subsidiárias da OI") se tornaram controladas da Companhia em razão da conferência da totalidade das apólices de emissão de PT Portugal à Companhia, por parte da Phairal, em virtude da integração, em 5 de maio de 2014, do aumento de capital da Companhia aprovado em 28 e 30 de abril de 2014.

Em julho de 2014, ocorreu o vencimento dos Títulos e, posteriormente, o encerramento do período de cura para pagamento dos Títulos, sem que a Rio Forte tenha pago o valor devido. Em 17 de outubro de 2014, a Rio Forte teve seu pedido de gestão controlada rejeitado pelo Tribunal do Comércio de Luxemburgo, tendo sua falência sido declarada em 6 de dezembro de 2014. Acordos celebrados entre a Companhia, TinerPart e a Phairal relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte.

Em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, a Companhia, as Subsidiárias da OI, a TinerPart e a Phairal celebraram os contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta ("Permuta") na qual as Subsidiárias da OI transferiram os Títulos à Phairal em troca de apólices preferenciais e ordinais de emissão da Companhia e de filialidade da Phairal, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da OI de uma opção de compra de apólices de emissão da Companhia em favor da Phairal ("Opção").

Em 26 de março de 2015, a fim de cumprir as condições apresentadas pelo Colegiado do CNV para a concessão das dispensas necessárias à implementação das operações de Permuta e Opção, conforme decisão emitida em 4 de março de 2015, foi realizada Assembleia Geral da Companhia, na qual restaram aprovados os termos e condições dos contratos de Permuta e de Opção.

No dia 31 de março de 2015, a Companhia publicou Fato Relevante relativo à consumação da Permuta, pela qual a Phairal entregou à PTIF apólices livres de emissão da OI correspondentes a 47.434.872 OIGR e 34.866.744 OIGRA ("Apólices Permutadas"), e a OI, em contrapartida, por meio da PTIF, entregou os Títulos à Phairal. O valor total principal de 869 milhões, sem taxa. Com a implementação da Permuta, a Phairal passou a ser a titular dos Títulos e a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas despesas relacionadas aos Títulos, cabendo à Companhia somente prestar o suporte documental à Phairal para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos. Como resultado da consumação da Permuta, a participação direta da Phairal na OI passou de 104.580.393 apólices ordinais e 172.025.273 apólices preferenciais, representativas de 37,96% do capital votante (presecutório) e 32,82% do capital social total da OI (presecutório), para 57.145.521 apólices ordinais e 77.555.521 apólices preferenciais, representativas de 24,81% do capital votante (presecutório) e 17% do capital social total da OI (presecutório).

## Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Apólices e Outras Avenças ("Contrato de Opção")

Nos termos do Contrato de Opção celebrado em 6 de setembro de 2014 entre a Phairal, a PTIF, a PT Portugal, a OI e a TinerPart, a Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos.

Nos termos do Contrato de Opção, a Opção envolvia 47.434.872 apólices ordinais e 34.866.744 apólices preferenciais de emissão da OI ("Apólices Objeto da Opção") e poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Phairal é (seja) ação, observado que o direito da Phairal de exercer a Opção sobre as Apólices Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

Data de Redução	% das Apólices Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção
A partir do dia 31/03/2016	10%
A partir do dia 31/03/2017	18%
A partir do dia 31/03/2018	18%
A partir do dia 31/03/2019	18%
A partir do dia 31/03/2020	18%
A partir do dia 31/03/2021	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,5529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, entre o grupamento de apólices aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acumulada de 1,5% a.a., calculada "pro rata temporis", desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de emissão, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Apólices Objeto da Opção.

Até 31 de dezembro de 2018, a Phairal não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Apólices Objeto da Opção.

Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 apólices ordinais e 4.866.744 apólices preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das Apólices Objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 apólices ordinais e 170.765.544 apólices preferenciais, equivalentes a 18% das Apólices Objeto da Opção; e (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 apólices ordinais e 170.765.544 apólices preferenciais, equivalentes a 18% das Apólices Objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 25.614.431 apólices ordinais e 51.225.666 apólices preferenciais.

A OI não está obrigada a manter as Apólices Permutadas em liquidação. Caso a PTIF e/ou qualquer das subsidiárias da OI não possam, em liquidação, Apólices da Opção livres em número suficiente para entregar à Phairal, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da OI do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado médio das Apólices Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas apólices.

Enquanto regular a Opção a Phairal não poderá comprar apólices de emissão da OI, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Phairal não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da OI. Caso a Phairal exerça, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou relacionados em apólices de emissão da OI, deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros autorizados, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Apólices Objeto da Opção.

A OI poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Phairal para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Phairal; (ii) a Phairal passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela OI ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a Phairal viole determinadas obrigações contratuais pelo Contrato de Opção.

Em 31 de março de 2015, o Contrato da Opção foi atualizado para prever (i) a possibilidade de a Phairal ceder ou transferir a Opção, independentemente de consentimento prévio da OI, desde que tal cessão ou transferência atinja no mínimo 10 das Apólices Objeto da Opção, podendo a Phairal utilizar livremente os recursos decorrentes de tais operações; (ii) a possibilidade de a Phairal, mediante o prévio e expresso consentimento da OI, ceder ou outorgar quaisquer direitos decorrentes de Opção ou, ainda, outorgar garantias sobre a Opção; e (iii) a concessão de direito de preferência à OI para a aquisição da Opção, caso a Phairal deseje







7 e 16 de fevereiro de 2010, foi realizada audiência de julgamento da arbitragem, na qual cada parte apresentou seus argumentos e as testemunhas locais e os peritos de cada lado foram ouvidos. Uma audiência foi realizada em 5 de maio de 2010, as partes apresentaram suas alegações finais e as respostas às alegações das outras partes em 13 de julho e 1º de outubro de 2010, respectivamente.

Além disso, em 23 de outubro de 2015, a PT Ventures apresentou apelo decorrente de condenação em favor da Unitel, junto ao Tribunal Arbitral, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento dos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como dos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmam à PT Ventures que entendem que a venda pela Phoré de uma participação minoritária na Alnicel à Samba Lucos em 2007, assim como a transferência indireta das ações da Unitel, antes de então indolentemente pela Phoré, para a Companhia em integração do aumento de capital concluído em 2014, constituem uma violação dos termos do acionista da Unitel. PT Ventures contesta essas alegações das disposições referentes ao caso de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Além disso, entende também, e Companhia não tem sido noticiada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Phoré de uma participação minoritária na Alnicel à Samba Lucos.

Em 27 de fevereiro de 2016, a Companhia buscou conhecimento de decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral no âmbito da arbitragem movida em favor dos demais acionistas da Unitel. O Tribunal Arbitral entende que os demais acionistas da Unitel violaram diversas previsões do Acordo de Acionistas da Unitel, o que resultou em uma redução significativa do valor da participação da PT Ventures na Unitel. Também entende que os demais acionistas da Unitel deixaram de assegurar, desde novembro de 2012, que a PT Ventures receberia o mesmo montante de dividendos em moeda estrangeira que o outro acionista estrangeiro da Unitel. Em função disso, o Tribunal determinou que os demais acionistas paguem à PT Ventures, de forma oportuna e sólida, o valor de US\$ 334,3 milhões mais juros (jontos a partir de 20 de fevereiro de 2016) com base LIBOR 30 dias Americano 12 meses mais 2 pontos percentuais, correspondente à paridade de valor da Participação da PT Ventures, além de US\$ 314,3 milhões correspondentes a juros (juros simples de 7% anuais a partir de diferentes datas em que eles deveriam ter sido recebidos), com respeito aos dividendos não recebidos, somados ainda ao reembolso líquido dos custos do processo, de cerca de US\$ 12 milhões. O Tribunal repetiu os pedidos reconhecimentos dos outros acionistas da Unitel em sua integralidade.

A decisão resultou em uma realignação dos ativos da PT Ventures como acionista detentora de 25% do capital da Unitel e dos termos do Acordo de Acionistas. A PT Ventures retribui todos os seus direitos previstos no Acordo de Acionistas, incluindo o nome formal de acionista da Unitel.

maioria dos membros do Conselho de Administração da Unilever e o direito a receber dividendos passados e futuros da Unilever. O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultado da Companhia de 5 de maio de 2014.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	2018	2017
<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>4.923.187</b>	<b>4.675.216</b>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	82.639	156.128
Contas a receber	108.343	123.109
Dividendos a receber (i)	2.656.935	2.012.148
Ativo mantido para venda (ii)	1.843.778	1.965.972
Outros ativos	145.709	178.435
Investimentos	19.414	42.217
Imobilizado	106.768	149.178
Intangível	47.621	48.083
<b>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</b>	<b>\$26.870</b>	<b>\$34.127</b>
Empréstimos e financiamentos	188	260
Fornecedores	52.064	34.407

maioria dos membros do Conselho de Administração da Unilever e o diretor e ex-pósitor divididos passados e futuro da Unilever.

O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultado da Companhia desde o 1º de janeiro de 2014.

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	2018	2017
<b>Ativos mantidos para venda</b>	<b>4.923.187</b>	<b>4.675.216</b>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	82.639	156.129
Contas a receber	128.343	123.109
Dividendos a receber (i)	2.566.935	2.012.146
Ativo mantido para venda (ii)	1.843.779	1.965.972
Outros ativos	145.709	178.405
Investimentos	15.414	42.217
Imobilizado	126.768	149.176
Intangível	47.651	48.083
<b>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</b>	<b>526.870</b>	<b>354.127</b>
Empréstimos e financiamentos	188	260
Fornecedores	52.064	34.407
Provisões para planos de pensão		366
Outros passivos	474.618	319.054
Participação de não controladores (ii)	243.491	293.457
<b>Total dos ativos mantidos para vendas, líquido dos passivos correspondentes</b>	<b>4.396.317</b>	<b>4.021.089</b>
- Consolidando	4.132.826	4.022.692
Eliminações intragrupos	263.491	474.051
<b>Total de ativos mantidos para venda - Controladora</b>	<b>3.712.549</b>	<b>3.550.581</b>

Provisões para planos de pensão		300
Outras passivas	474.618	319.068
Participação de não controladores (ii)	243.461	263.457
Total das ativos mantidos para vendas, líquido das passivas correspondentes		
- Consolidado	4.192.826	4.022.632
Eliminações intragrup	(33.277)	(474.016)
Total de ativos mantidos para venda - Controladora	3.721.548	3.550.581
Investimentos na África	3.721.548	3.550.581

(i) Refere-se a dividendos a receber da Unilab. A Companhia registra os dividendos ainda não recebidos com base no total recebido de negociação, considerando sempre avaliação a existência de processos judiciais para cobrança desses valores e respectivos juros em US\$), a expectativa de decisão favorable desses processos no tempo, bem como a existência de ação na Unilab em relação aos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unilab à PT Ventures são relativos aos resultados transferidos de 2006 e os pagamentos de 2009 a 2013, bem como os exercícios locais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017, no total nominal bruto de US\$ 421 milhões.

(ii) Refere-se principalmente, ao valor justo do investimento financeiro (a participação indireta detida pela PT Ventures correspondente a 2,5% da capital social da Unilab) a considerar como mercado não líquido. O valor justo deste investimento

[illegible]

calculo e base em estimativas relativas aos resultados potenciais e retrospectivos dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em análise interna, incluindo previsão de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de uma taxa de desconto adequada, calculado com base no custo médio de capital das companhias de 17,61% do setor de energia elétrica no Brasil. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente o ambiente de negócios da Unibac A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera a essa análise eventual mudança de circunstâncias que possam impactar no valor justo.

de caixa e a definição de uma taxa de desconto adequada, calculada com base no custo médio de capital ponderado de 17,6%<sup>1</sup>, considerando o ambiente de negócios da Unilever. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera a possível avaliação eventual dos impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unilever e seus filiais. Em 31 de dezembro de 2018, e no âmbito da avaliação das transações acima mencionadas, o valor justo do investimento em ações da Unilever foi estimado em R\$ 1.050 milhões.

(f) Representar, principalmente, pela participação de 14% da Santa Luz no capital social da Aficel e, consequentemente nos seus resultados financeiros;

**30. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Titulares da Informação**

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, por meio de comunicado ao mercado divulgado pela Pison, da aplicação de recursos da PTF e da PTF Portugal, sociedades controladas pela PTF no aumento do capital da Companhia em maio de 2014, em papel garantido pela Pison Investimentos S.A. (respectivamente, "Pison" e "PTF Portugal"), sociedades integrantes do grupo português Espírito Santo ("GES"), na época em que a PTF e a PTF Portugal eram controladas pela Pison. De acordo com o evento comunicado, os Titulares acima analisados no valor total de 837 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,5% e vencimento em 15 de 7 de 2014 e 47 e 50 milhões de Euros, respectivamente.

continua →





\* continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleazar de Carvalho Filho (Presidente)  
 Marcos Góndim (Vice-Presidente)  
 Henrique José Fernandes Luz  
 José Mauro Mouton Carneiro da Cunha  
 Marcos Bastos Rocha  
 Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana  
 Paulino do Rego Barros Junior  
 Ricardo Páez de Pinho  
 Rodrigo Modesto de Abreu  
 Roger Solé Rabot  
 Welfm Cruz de Vasconcelos Junior

## DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Eurico de Jesus Teles Neto - Diretor Presidente e Jurídico  
 Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão - Diretor de Finanças e Relações com Investidores  
 José Claudio Moreira Gonçalves - Diretor  
 Bernardo Koz Wink - Diretor

## CONTADOR

Márcio Antônio Leal Gomes  
 CRC-RJ 083.182

## DIRETOR DE CONTABILIDADE E ARRECADAÇÃO

David Tavares Neves Nunes  
 CRC-RJ 083.013

## CONSELHO FISCAL

## EFETIVOS

Pedro Wagner Pereira Coelho (Presidente)  
 Álvaro Bandeira  
 Daniela Mauf Pfeffer  
 Domenica Eisenstein Noronha (Preferencialistas)

## SUPLENTE

(Vago)  
 William da Cruz Leal  
 Elvira Baracchi Cavalcanti Presta  
 Maurício Rocha Alves de Carvalho (Preferencialistas)

## DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Silvio Almeida

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da OI S.A. - Em Recuperação Judicial examinou as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da BDO RCS Auditores Independentes e fundamentado na emissão do Relatório de Auditoria Externa, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação pela Assembleia Geral de Ações. Em consonância com o disposto no art. 163 da Lei 6.404/76, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas Demonstrações Financeiras.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019.

Pedro Wagner Pereira Coelho  
 (Presidente)

Álvaro Bandeira

Daniela Mauf Pfeffer

Domenica Eisenstein Noronha

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**As**  
 Administradoras e Administradores da  
 OI S.A. - Em Recuperação Judicial  
 Rio de Janeiro - RJ

**Objeto** sobre as demonstrações contábeis  
 Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da OI S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OI S.A. - Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

**Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**  
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 2 seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**  
 Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e atendimento dos requisitos previstos na Lei nº 11.101/2008. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

**Principais aspectos de auditoria**  
 Principais aspectos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos a seguir são os principais aspectos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

**Reconhecimento das receitas contábeis de homologação do Plano de Recuperação Judicial**  
 Conforme Nota Explicativa nº 20, o reconhecimento das receitas de homologação do Plano de Recuperação Judicial, a Administração da Companhia concluiu que os termos e condições previstos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado na Assembleia Geral de Credores em 19 e 20 de dezembro de 2017, tornam-se vigentes a partir de 05 de fevereiro de 2018, data em que ocorreu a publicação da homologação proferida pelo Juízo da 7ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Consequentemente, como ocorreu mudança substancial dos termos dos passivos concursuais submetidos à Recuperação Judicial, estes passivos concursuais foram extintos e um novo passivo financeiro, mensurado inicialmente ao valor justo, foi reconhecido naquela data, respeitando as condições estabelecidas no PRJ para cada categoria de credores, conforme previsto na CPC 43 (IFRS 9). Como resultado do reconhecimento inicial deste novo passivo financeiro ao valor justo, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentaram alterações significativas na sua posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, bem como o desempenho, individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados.

**Revisão das divulgações realizadas pela Companhia**  
 Com base no resultado das procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando os controles internos e práticas contábeis aplicados, bem como a documentação suporte, definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

**Atenuação da recuperabilidade de ativos de longo prazo**  
 Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas possuem registros com ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, os montantes de R\$ 5.070.040 mil e R\$ 6.348.446 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018, referentes, substancialmente, à combinação de negócios realizados em anos anteriores. Com a publicação da homologação do PRJ aprovado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20, a Companhia reuniu condições de elaborar o plano de recuperação, por meio de fluxo de caixa descontado, utilizando dados de fontes não observáveis desenvolvidas internamente pela administração, as quais envolvem julgamento significativo para determinar pressões que fundamentam os resultados futuros de suas operações, que também considere o sucesso na implementação do PRJ como um todo. Como resultado do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis, a Companhia reconheceu uma redução ao valor recuperável ("impairment"), conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.

Considerando que qualquer alteração nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**  
 Nossa procedência de auditoria incluiu:  
 • Revisão dos cálculos aritméticos do valor em uso aplicado no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, com o envolvimento dos nossos especialistas, que envolve avaliação e questionamentos dos principais pressupostos e critérios adotados pela Administração com relação às taxas de crescimento de longo prazo nos períodos por meio da comparação com perspectivas econômicas e setoriais, e o teste de desconto, avaliando o custo de capital à Companhia e a comparação com as projeções de fluxo de caixa do PRJ homologado;  
 • Revisão dos cálculos aritméticos sobre o reconhecimento de perda com impacto de saldo de intangível, no ativo não circulante;  
 • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado das procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte das projeções, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

**Ambiente complexo de controles internos e de tecnologia da informação**  
 Em consonância com a Nota Explicativa nº 1, informações gerais, a Companhia e suas controladas atuam no segmento de telecomunicações operando serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de banda larga fixa e móvel e TV mediante concessões e autorizações para todos os tipos de determinadas regiões do Brasil, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas. Nesse contexto, a Companhia é altamente dependente de um ambiente de tecnologia da informação envolvendo sistemas complexos que possuem um grande volume de transações decorrentes de suas operações. Adicionalmente, devido à Companhia operar diversas tecnologias de serviços de telefonia fixa e móvel e operar essas tecnologias em diferentes regiões conforme os contratos de concessão e autorização que opera, e em função do seu histórico de aquisições e parte de suas operações, a sua estrutura é composta por mais de um ambiente de tecnologia, envolvendo processos e controles automatizados e manuais.

Considerando a complexidade do ambiente de controles internos e de tecnologia da informação, em especial aqueles que dizem respeito ao reconhecimento de receita da Companhia, que envolve a existência de controles automatizados e manuais, combinados com um grande volume de transações, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíam:  
 • Entendimento e avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo testes dos controles automatizados dos sistemas aplicados, visando proporcionar uma análise de efetividade para a obtenção da informação necessária para a elaboração das demonstrações contábeis.

**Resposta da auditoria sobre o assunto**  
 Nossos procedimentos de auditoria incluíam:  
 • Avaliação do contrato de fornecimento de capacidade de transmissão firmado entre a Companhia e suas controladas e o fornecedor;  
 • Avaliação dos requisitos previstos nas normas brasileiras e internacionais de contabilidade, em especial a CPC 25 (IAS 37), que orientam o reconhecimento do contrato oneroso, a mensuração e divulgação nas demonstrações contábeis;  
 • Revisão da avaliação técnica preparada pela Companhia, suportada por parecer técnico de especialistas externos, sobre a fundamentação da existência de contrato oneroso a partir do exercício de 2016;  
 • Revisão, com o envolvimento dos nossos especialistas, dos cálculos da projeção do valor presente da provisão com contrato oneroso reconhecida em 31 de dezembro de 2018;  
 • Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, julgamos serem razoáveis os saldos e as divulgações sobre este assunto, considerando as práticas contábeis e a documentação suporte dos cálculos realizados, definidas e mantidas pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações contábeis.

**Outros assuntos**  
 Demonstrações do valor adicionado  
 As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (VA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram auditadas e procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

Para a formação de nossa opinião, analisamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tratadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor  
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, se, em qualquer caso, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, apresenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. Não temos nada a retrair a esse respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**  
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Da responsabilidade pela governança da Companhia e suas controladas são aquelas com responsabilidade pela supervisão do

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 27/71



**BDO** BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/F  
Esmir de Oliveira  
Contrador CRC 1 SP 10962810-0 - S - RJ



-continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## (d) Outros resultados abrangentes

Os efeitos incluídos em outros resultados abrangentes são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 01/01/2017	(262.117)	(377.429)	3.916	(635.630)
Redução de participação em controlada			(145.787)	(145.787)
Ganho atuarial líquido de impostos	20.129		20.129	40.258
Perda atuarial reflexa	(247)		(247)	(494)
Variação cambial sobre investimento no exterior	141.824		141.824	283.648
Saldo em 2017	(100.411)	(377.429)	(141.871)	(619.711)
Ganho atuarial líquido de impostos	70.560		70.560	141.120
Perda atuarial reflexa	(920)		(920)	(1.840)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(35.717)		(35.717)	(71.434)
Saldo em 2018	(65.488)	(377.429)	(141.871)	(584.788)

## (e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

A seguir são apresentados os resultados do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2018	2017
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores da Companhia	24.591.140	(5.365.019)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	22.038.074	(4.898.241)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	2.555.066	(1.466.778)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	1.344.686	519.752
Ações preferenciais - básicas e diluídas	155.915	155.915

## Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):

Ações ordinárias - básicas e diluídas	16,39	(9,42)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	16,39	(9,42)

As ações preferenciais adquiriram direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

## 25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

## (a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") aos seus empregados, desde que estes optem pelos respectivos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2018.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	OI, Oi Móvel e BIT Multimídia	FATL
BITPREV (1)	OI, Oi Móvel e BIT Multimídia	FATL
Telemar-Prev	OI, Telemar e Oi Móvel	FATL
PAVEC	OI	OI
PBS-A	Telemar e OI	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNC	OI Móvel	FATL
CELPREV	OI Móvel	FATL
PAMA	OI e Telemar	Sistel

(1) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVIC Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a existência de estatuto dos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a

mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, elevada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial da Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004.

A Contribuição de Plano, mensal e obrigatória da Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

## 2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de prestações ou de rendas, de benefícios complementares ou semelhantes da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

## Planos

## (i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2018, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

## (ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido, administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma equiparada de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.650/1996 e, consequentemente, não se enquadrando como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento da determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solução da PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, reatados de forma proporcional à parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

## 3) PAVEC-BIT - Plano assistencial administrado pela Companhia

É um plano assistencial, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Plano de Benefício TCSPREV. Plano de benefício este administrado pela FATL.

As contribuições para o PAVEC-BIT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de doação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Contribuições						
	2018						
	Planos de Pensão						
	PMA						
	BITPREV (1)	TCSPREV	Telemar	PBS-A	PAVEC	PAMA	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.523.191	622.888	2.453	163.771	885.337	1.800	5.877.939
Juros sobre obrigações atuariais	210.371	71.967	700	15.179	92.655	317	337.799
Custo do serviço corrente	59	165		113			337
Contribuições de participantes retirados no ano	12	2					14
Benefícios pagos líquidos	(177.138)	(5.345)	(500)	(10.755)	(28.547)	(500)	(42.145)
Resultado de obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	61.365	(12.433)	955	12.531	24.209	1.468	41.343

Averbas de contribuição do plano em decorrência de rescisão

## Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

	Contribuições						
	2018						
	Planos de Pensão						
	PMA						
	BITPREV	TCSPREV	Telemar	PBS-A	PAVEC	PAMA	
Custo do serviço corrente	59	165		113		170	
Juros sobre obrigações atuariais	210.371	71.967	700	15.179	92.655	317	337.799
Rendimentos dos ativos do plano	(16.217)	(139.717)	(925)	(18.403)	(150.414)	(56.674)	
Juros sobre passivo financeiro		12.417	125	1.204	57.247	1.915	
Efeito do plano atuarial líquido não reconhecido				(115)		(170)	
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	66.712	(5.187)				17	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	24.269	(57.045)				1.468	
Total da despesa (receita) reconhecida	90.981	(62.232)				178	

	Contribuições						
	2017						
	Planos de Pensão						
	PMA						
	BITPREV	TCSPREV	Telemar	PBS-A	PAVEC	PAMA	
Custo do serviço corrente	79	422		113		81	
Juros sobre obrigações atuariais	261.476	64.815	730	12.555	105.257	378	5.157.511
Rendimentos dos ativos do plano	(210.445)	(214.485)	(871)	(18.369)	(155.559)	(52.843)	
Juros sobre passivo financeiro		135.225	81	1.170	60.822	6.271	
Efeito do plano atuarial líquido não reconhecido				(38)		(51)	
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	50.110	(12.845)				378	
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	78.157	23.016				(22)	
Total da despesa (receita) reconhecida	128.267	14.170				145	

	Contribuições						
	2018						
	Planos de Pensão						
	PMA						
	BITPREV	TCSPREV	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAVEC
Custo do serviço corrente	74	195	41	1.870	55	3	274
Juros sobre obrigações atuariais	218.103	78.222	23.114	36.897	435.265	3.897	4
Rendimentos dos ativos do plano	(161.415)	(220.459)	(24.322)	(394.897)	(710.555)	(5.355)	(256)
Juros sobre passivo financeiro		122.554	5.214	31.210	274.800	2.701	284
Efeito do plano atuarial líquido não reconhecido		(37)	(1.073)		(54)	(3)	(274)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	56.782	(14.057)					17
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	24.354	(66.000)					1.468
Total da despesa (receita) reconhecida	81.136	(80.057)					178

	Contribuições						
	2017						
	Planos de Pensão						
	PMA						
	BITPREV	TCSPREV	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAVEC
Custo do serviço corrente	102	457	33	1.545	45	7	170.184
Juros sobre obrigações atuariais	261.545	64.827	32.458	37.842	459.261	1.320	15
Rendimentos dos ativos do plano	(210.519)	(215.528)	(24.617)	(440.895)	(710.573)	(5.343)	(251)
Juros sobre passivo financeiro		135.800	3.317	42.854	282.495	3.074	286
Efeito do plano atuarial líquido não reconhecido		(21)	(1.543)		(47)	(7)	(170.184)



o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVIC Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e de patrocinadores estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigações financeiras - Plano BITPREV (i)	574.725	472	574.725	472
Planos BITPREV (ii)		628.735		628.120
Plano PAMEC	4.397	3.300	4.397	3.300
Total	579.122	632.507	579.122	632.892
Circulante		61.868		61.922
Não circulante	579.122	570.639	579.122	570.970

(i) Representado por contrato de obrigações financeiras, firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. A referida obrigação representa o compromisso nos termos do RJU (Nota 1).

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora. O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Plano TCSPREV	68.619	97.815	68.334	101.680
Plano CELPREV			199	
Total	68.619	97.815	68.533	101.680
Circulante	4.569	990	4.580	1.030
Não circulante	64.050	96.825	63.953	100.650

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

(i) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipilar, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciárias e não lucrativas, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e localizada no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios, previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNPS sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPS sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Padrão. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a periodicidade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNPS sob o nº 2000.0028-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BITPREV (CNPS nº 2002.0014-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BITPREV tornaram-se automaticamente Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BITPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a periodicidade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado ao BITPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 6,3% incidente

	2018	2017	2018	2017
Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes	61.869	(12.463)	55	12.531
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	(2.825.053)	2.825.053		
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.251.916	1.415	176.941	1.011.364
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.094.446	1.046.911	1.735.034	1.571.791
Resultados dos ativos do plano	151.917	(39.717)	826	16.403
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	22	4		
Pagamento de benefícios	(177.136)	(15.505)	(840)	(10.758)
Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes	36.869	(283.419)	346	12.765
Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	(1.915.248)	1.915.248		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.515.559	9.719	195.234	1.540.380
(+) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(343.638)	(1.304)	(14.302)	(571.641)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	285.419	1.304	14.302	571.641
(+) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido*			4.397	459

(\*) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

Controladora

2017

Planos de

Assistência Médica

PBS

Telemar

PBS-A

PAMEC

PAMA

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício 2.385.220 | 969.791 | 2.011 | 145.145 |

Ativo sobre obrigações atuariais 292.475 | 64.616 | 791 | 15.536 |

Custo de serviço corrente 80 | 412 | 38 | 81 |

Contribuições de participantes recebidas no ano (235.791) | (4.500) | (377) | (10.202) |

Benefícios pagos líquidos  |  |  | (122) |

Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes 131.079 | 42.833 | 325 | 1.208 |

Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício 2.321.191 | 622.688 | 7430 | 139.771 |

Valor justo dos ativos do plano no início do exercício 1.834.538 | 1.338.678 | 7698 | 158.218 |

Resultados dos ativos do plano 210.445 | 214.498 | 872 | 18.339 |

Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora 31 |  |  |  |

Pagamento de benefícios (235.791) | (4.500) | (377) | (10.202) |

Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes 84.921 | (34.288) | 842 | 4.933 |

Valor justo dos ativos do plano no final do exercício 1.954.446 | 1.546.911 | 8.735 | 173.844 |

(+) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido 538.735 | (1.322.222) | (1.285) | (13.267) |

Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso  | 1225.438 | 1.285 | 13.267 |

(+) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido\* 538.735 | (570.919) |  | 3.000 |

Consolidado

2018

Planos de

Assistência Médica

PBS

Telemar

PBS-A

PAMEC

PAMA

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício 2.574.725 | 955.296 | 1.025.053 | 4.075.447 |

Ativo sobre obrigações atuariais 218.105 | 72.221 | 28.113 | 382.266 |

Custo de serviço corrente 74 | 116 | 41 | 1870 |

Contribuições de participantes recebidas no ano 12 | 2 | 34 | 1 |

Benefícios pagos líquidos (177.215) | (61.605) | (24.441) | (272.271) |

Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes 50.842 | (22.213) | 14.725 | 247.746 |

Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano (2.826.645) | 2.826.645 |  |  |

Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício 1.251.916 | 328.130 | 4.165.284 | 4.011.332 |

Valor justo dos ativos do plano no início do exercício 1.095.508 | 1.051.867 | 360.700 | 4.142.553 |

Resultados dos ativos do plano 161.415 | 230.493 | 34.302 | 394.097 |

Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora 11 |  |  |  |

Pagamento de benefícios (177.215) | (61.605) | (24.441) | (272.271) |

Resultado da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes 36.739 | (388.177) | 7209 | 244.191 |

Aumento/(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano (1.914.419) | 1.914.419 |  |  |

Valor justo dos ativos do plano no final do exercício 1.515.559 | 973.040 | 4.594.370 | 7316.395 |

(+) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido (343.638) | (504.070) | (34.286) | (2.365.053) |

Efeito do limite máximo de reconhecimento  | 1.285.438 | 1.285 | 13.267 |

Ativo sobre o passivo oneroso	138.800	2.317	12.254	282.495	1.014	28	53.004
Efeito do ativo sobre o passivo reconhecido	(21)	(1.545)	(47)	(7)	(173.194)		
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	58.172	(13.225)			378		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	78.147	28.143			(225)		
Efeito do ativo atuarial líquido reconhecido							
Total da despesa (receita) reconhecida	136.319	14.918			148		

Principais premissas atuariais adotadas:

Consolidado

Planos de

Assistência Médica

BITPREV

TCSPREV

PBS-Telemar

TelemarPrev

PBS-A

PBS-TNC

CELPREV

PAMEC

PAMA

Taxa de desconto de obrigação atuarial 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% |

Taxa estimada de redução 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |

Índice de aumento salarial nominal estimado 4,00% | 4,00% | 4,00% | patrocinadora | NA | 4,54% | 5,35% |

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | NA |

Taxa de rendimento nominal real esperada sobre os ativos do plano 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% | 3,25% |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |

Ativo sobre o passivo oneroso 138.800 | 2.317 | 12.254 | 282.495 | 1.014 | 28 | 53.004 |



[illegible]



continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	Controladora		Consolidado		Vencimento contratual	Principal	Juros
	2018	2017	2018	2017			
"Senior Notes"							
Moeda nacional	7.068.263	10.220.023	7.068.263	10.220.023			
Moeda estrangeira	1.727.307	1.727.307	1.727.307	1.727.307			
"Bondholders" Não Qualificados (*)							
Creditos com Garantia Real	326.376	326.376	326.376	326.376	Mar/2021 a	Semestral	
DADES	923.371	972.065	3.616.074	3.636.704	Mar/2021 a	Semestral	
Reestruturação I	825.271	972.065	3.616.074	3.636.704	Mar/2021 a	Semestral	
Moeda nacional	5.786.142	6.220.197	14.893.376	15.340.722	Mar/2021 a	Semestral	
	4.890.589	5.437.578	14.840.054	15.732.598	Mar/2021 a	Semestral	
Debitores (I)							
Outros	4.369.366	4.840.305	6.788.519	4.908.059	Mar/2021 a	Semestral	
Moeda estrangeira	532.223	587.941	1.851.535	1.850.430	Mar/2021 a	Semestral	
	904.534	792.211	3.633.322	5.992.214	Mar/2021 a	Semestral	
Instituição Financeira Moeda Nacional							
Outra Geral	11.262	54.251	54.251	54.251	Mar/2021 a	Semestral	
	1.200.271	4.322.252	4.322.252	4.322.252	Mar/2021 a	Semestral	
Moeda nacional							
	15.989	207.025	207.025	207.025	Mar/2021 a	Semestral	
Moeda estrangeira							
	1.048.265	4.125.317	4.125.317	4.125.317	Mar/2021 a	Semestral	
Mutuo e Debitores com contrapartida (Nota 27)							
Subtotal	16.610.408	22.306.950	22.306.950	22.306.950	Mar/2021 a	Semestral	
Custo de transação incorrido	33.838.996	40.428.253	30.390.692	34.813.597	Mar/2021 a	Semestral	
Ajuste a valor justo (*)	110.629	154.439	110.629	154.439	Mar/2021 a	Semestral	
Total	22.591.363	13.820.689	13.820.689	13.820.689	Mar/2021 a	Semestral	
Circulante	10.334.998	40.273.814	16.449.306	54.515.223	Mar/2021 a	Semestral	
Não circulante	650.172	28.503.919	672.884	54.515.223	Mar/2021 a	Semestral	
	8.674.826	19.769.895	15.777.012	15.777.012	Mar/2021 a	Semestral	

(\*) Os créditos dos "Bondholders" Não Qualificados foram renovados na forma de um contrato de financiamento conforme a cláusula 4.3.3.1 do PRL.

(\*\*) Calculado levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRL, descontados por taxas que variam entre 12,8% a.a. e 16,4% a.a. e dependem das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Instituições financeiras	10.298	152.016	11.481	255.941
Debitores públicos	331	2.423	645	2.423
Total	10.629	154.439	12.126	258.364
Circulante	1.290	154.439	1.290	258.364
Não circulante	9.339		10.836	

Composição da dívida por moeda (Nota 3.2.1)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Euro	252.659	13.741.027	198.931	21.989.880
Dólar Norte Americano	6.670.591	13.066.571	8.617.235	17.691.034
Reais	3.203.648	13.476.236	7.533.140	14.834.319
Total	10.334.998	40.273.814	16.449.306	54.515.223

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. - 10,00% a.a.	6.708.094	27.533.646	6.582.117	36.559.787
CDB	0,75% a.a. - 1,25% a.a.	2.225.675	10.653.197	3.949.539	7.530.723
LCP			742.348		4.992.233
IFCA	2,95% a.a. + TLP	924.957	778.871	3.614.820	3.409.914
TR			565.752		1.812.576
Outros	2,43% a.a.	10.593		14.430	
Total	0%	455.679		308.900	
		10.334.998	40.273.814	16.449.306	54.515.223

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de Longo Prazo		Custo de Transação	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2020	4.833	10.958	1.461	1.582
2021	2.029	3.963	1.461	1.582
2022	219	970	1.461	1.582
2023	11.644	285.155	1.461	1.582

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registrada contabilmente, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	232.854	313.610	770.982	849.799
Tributária	5.481.243	5.682.797	27.596.034	25.175.239
Outros	690.149	305.092	1.720.110	1.142.027
Total	6.404.246	6.001.499	30.093.126	28.167.065

Resumo das movimentações dos saldos das provisões:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 01/01/2017				
Atualização monetária	676.246	49.543	2.486.121	3.211.912
Adições / (Reversões)	10.705	133.728	174.394	(21.054)
Baixas por pagamentos / encerramentos (I)	(27.125)	27.964	2.551.289	2.552.119
Ajuste a valor presente	(167.430)	(306)	(665.303)	(773.085)
Saldo em 2017	531.629	127.934	2.893.896	3.553.368
Atualização monetária (I)	24.056	(13.459)	(53.480)	(52.301)
Adições / (Reversões) (I)	49.198	(20.936)	(47.717)	(19.455)
Baixas por pagamentos / encerramentos (I)	(146.371)	(9.653)	(730.515)	(949.545)
Saldo em 2018	458.512	83.870	1.993.885	2.531.467

Saldo em 01/01/2017

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Atualização monetária	1.295.513	576.132	3.936.330	5.807.875
Adições / (Reversões)	339.718	99.992	235.048	674.663
Baixas por pagamentos / encerramentos (I)	20.242	49.616	7.112.446	7.362.304
Ajuste a valor presente	(229.165)	(55.349)	(884.410)	(1.088.813)
Saldo em 2017	1.596.418	660.362	5.526.414	7.763.134
Atualização monetária (I)	184.112	77.897	(34.339)	226.670
Adições / (Reversões) (I)	99.805	(49.659)	42.734	92.880
Baixas por pagamentos / encerramentos (I)	(423.154)	(38.257)	(2.592.573)	(3.054.154)
Saldo em 2018	1.457.181	660.362	2.893.458	5.088.720

(I) A Companhia vem realizando o monitoramento contínuo dos seus processos, assim como o reprocessamento do modelo de estimativas da provisão considerando o novo perfil e histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto da aprovação e homologação do PRL. Neste sentido, procedeu à reversão de provisão para contingência e sua correspondente atualização monetária.

(II) Esta rubrica inclui essencialmente valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos para rubrica de fornecedores e serão pagos nos termos do PRL.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Trabalhistas

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculado a partir de uma base numérica estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais.

(I) Horas extras - referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;

(II) Adicionais diversos - referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 3.363/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1996, em razão de suposto risco por contato de empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobressolado, adicional de transferência;

(III) Indenizações - referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, reclusão locadora, doença de trabalho, danos morais e estabilidade provisória;

(IV) Estabilidade/Reintegração - refere-se ao pleito de reintegração de emprego em decorrência de condição especial de emprego, garantida pela impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

(V) Complemento de aposentadoria - diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;

(VI) Diferenças salariais e reflexos - referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente desfavoráveis. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;

(VII) Honorários advocatícios - relativos a honorários advocatícios.

As provisões destas contingências são calculadas de forma individual considerando a análise de risco da Administração e dos seus assessores legais.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujos efeitos de perda são classificados como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseada em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhistas

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 770.982 (2017 - R\$ 849.799).

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(I) ICMS - decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes certos, assinatura sem franque ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de crescimento (CJAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 12.523.402 (2017 - R\$ 11.730.102);

(II) ISS - suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 119/2003, no montante aproximado de R\$ 3.505.366 (2017 - R\$ 3.387.630);

(III) INSS - autuações versando sobre a adoção de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 685.249 (2017 - R\$ 573.619); e

(IV) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativos, principalmente, a glosas elevadas na apuração dos tributos, entre no preenchimento de obrigações acessórias; repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 10.862.077 (2017 - R\$ 10.493.825).

Civil

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de falência, entre outros. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 1.722.110 (2017 - R\$ 1.142.027).

Ações civis propostas pela Ferapes perante a 5ª Vara Empresarial do RJ, onde consta como réu, além da Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação do risco de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existente à época da criação. O valor é estimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexistência, tendo em vista que envolve retorno e oneroso crédito da Sistel relativo às operações de telecomunicações do antigo Sistema Teletelvis.

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantidos com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL.

O valor atualizado de fianças, segundo garantia contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R\$ 5.312.744 (2017 - R\$ 5.675.185) na controladora e R\$ 13.750.739 (2017 - R\$ 14.847.243) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

23. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Obrigação onerosa (\*)

Recebíveis a apropriar

Ajustamentos de clientes

Provisões para indenizações a pagar

Conservação a favor de locatários

Provisões para desmobilização de ativos

Outros

Total

Circulante

Não circulante

(\*) A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que (I) as obrigações do contrato consistem em benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (II) os custos



	Dívida de Longo Prazo		Custo de Transação	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
			2018	
2020	4.833	10.958	1.461	1.582
2021	2.029	3.953	1.461	1.582
2022	219	970	1.461	1.582
2023	11.644	295.155	1.461	1.582
2024 e exercícios seguintes	33.158.809	29.435.472	3.495	4.598
Total	33.277.534	29.716.596	9.339	10.836

## Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telcel e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telcel e Oi Móvel para os financiamentos no montante de R\$ 2.651 milhões.

## "Covenants"

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos.

## 20. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
SMP		1.025
Concessões do STFC	22.925	84.594
Total	22.925	85.619
Circulante	22.925	85.619
Não circulante		604

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL, pelas outorgas de reforço de frequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licitações.

## 21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.665/2013	322.554	367.641
REFIS II - PLES	4.336	4.336
PRF (MP nº 766/2017) (i)	29.404	114.469
PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)	2.438	10.022
Total	358.696	496.468
Circulante	86.154	146.617
Não circulante	267.342	349.851

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.496/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), lavradas a efeito pelas Leis nº 12.665/2013 e 12.990/2014, são compostos como segue:

	Principal	Multas	Juros	Total
COFINS	42.921	156.674	199.595	299.533
Imposto de renda	5.873	39.094	44.967	89.934
PIS	44.043	35.842	79.885	159.769
INSS - SAT	1.018	1.342	2.414	4.774
Contribuição social	754	323	11.428	12.503
CPMF	19.014	2.142	28.976	50.132
PRF - Demais débitos - RFB	25.685	2.374	25.469	53.528
PRF - Provisões - INSS				5.730
PERT - Demais débitos - RFB	1.146		1.292	2.438
Outros	29.150	4.433	70.801	104.384
Total	170.694	10.614	371.988	553.296

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
2019	86.154	142.038
2020	55.312	65.070
2021	55.312	65.070
2022	55.312	65.070
2023	55.312	65.070
2024 e 2025	46.094	70.890
Total	353.496	553.206

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

## (i) Programa de Regularização Tributária - PRF

A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 (PRF), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa.

A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a quitação de 75% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.035 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 327 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRF foram concluídos dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017.

Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão de sua

(iv) Estabilidade/Reintegração - refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

(v) Complemento de aposentadoria - diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;

(vi) Diferenças salariais e reflexos - referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;

(vii) Honorários advocatícios/periciais - pensão a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando for o caso, para a instrução processual, de prova técnica pericial;

(viii) Verbas rescisórias - refere-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;

(ix) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinados verbos do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;

(x) Vínculo empregatício - reclamações de empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;

(xi) Complemento de multa FGTS - decorrente de depósitos infracionais, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da reconposição das contas desse fundo por depósitos infracionais.

A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que foram pagos a esse titular;

(xii) Subsistência - refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;

(xiii) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

(i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e

(c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

(ii) ISS - A Companhia e a Telcel mantêm provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iii) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(iv) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais da IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

## Cível

(i) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontraram-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 14,5 bilhões, os quais foram inscritos no PRJ como elegíveis para pagamento na forma do Plano (vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 8,4 bilhões em processos líquidos e R\$ 6,1 bilhões em processos ilíquidos.

No que diz respeito aos processos inscritos no PRJ, e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para estas contingências regulativas, associada a considerar a melhor estimativa de saída de caixa futura descontada, levando em conta uma das duas formas de pagamento previstas no PRJ para esta categoria de créditos (vide Nota 1). Em 31 de dezembro de 2018 o valor desta provisão era de R\$ 380 milhões.

Para as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos.

A Companhia discorda e questiona a existência de alguns dos descumprimentos, bem como questiona a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável.

O PRJ estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. É de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Destaques, ainda, que a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 001088-32.2018.9.0000 contra a decisão que homologou o PRJ, sustentando a ilegalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia, recurso esse que foi desprovido pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando pendentes de apreciação, no momento, os embargos de declaração opostos pela ANATEL contra o referido acórdão. Além disso, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão determinando a conversão em renda de depósito judicial realizado pela Telcel com o objetivo de que fossem quitados as 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, na forma do PRJ. Diante da proximidade do vencimento da sétima parcela, a Oi apresentou petição requerendo a mesma providência em relação às próximas 6 (seis) parcelas (sétima a décima segunda) do crédito de titularidade da ANATEL. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro/2017, relativamente, a ANATEL, foram transferidos para o balanço a pagar (não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ.

(ii) Societário - Contratos de Participação Financeira - os contratos de participação financeira supram, regidos pelas portarias ministeriais nº 415/1972, 1.611/1974, 1.351/1976, 861/1990, 851/1991 e 1.026/1996. O promitente-assinante, ao celebrar contrato de participação financeira para aquisição de linha telefônica, participa financeiramente da empresa concessionária, integrando o determinado quanto que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajustadas contra a CRT - Companhia

Flamenguesa de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, e demais operadoras locais, integrantes do sistema telefônico, decorrem de forma utilizada para realizar a entrega de serviços de telecomunicações.

Outros	255.876	270.355	510.867	436.168
Total	2.742.943	1.394.207	7.867.240	3.338.463
Circulante	505.784	321.946	1.361.919	1.024.945
Não circulante	2.236.659	1.068.361	6.505.321	2.313.517

(\*) A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, conforme o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

## 24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## Aumento do capital social

## (a) Capital social

Em AGE realizada em 17 de setembro de 2018, foi aprovado o Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, no valor de R\$ 10.600.057 com a emissão de 15.142.999 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Conforme mencionado na Nota 31, em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de Bônus de Subscrição e ADVs exercidos por seus titulares, tendo sido emitidas 115.914 novas ações ordinárias. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019 foram cancelados.

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.038.471 (2017 - R\$ 21.438.374), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2018	2017
Capital total em ações		
Ações ordinárias	2.298.247	668.034
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	2.455.974	825.761
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	32.030	146.282
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	33.842	148.094
Ações em circulação		
Ações ordinárias	2.266.217	519.752
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	2.422.132	675.667

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 24.591.140. Conforme a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o lucro do exercício foi absorvido pelos prejuízos acumulados.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 38.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriamente, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovada a destinação do prejuízo do exercício de 2017 no montante de R\$ 8.365.019 para a conta de prejuízos acumulados.

## (b) Ações em tesouraria

## Entrega de ações em tesouraria

Em 27 de julho de 2018, a Companhia entregou 116.251.405 ações ordinárias, anteriormente emitidas pela PTTF, para os "Bondholders" Qualificados, como parte da reestruturação dos "Bonds" qualificados (Nota 1). O valor justo relativo à conversão das "Senior Notes" liquidadas com entrega de ações em tesouraria, bem como o valor contábil das ações em tesouraria balanceadas, correspondem a R\$ 773.072 e R\$ 2.727.842, respectivamente, reconhecidos em contrapartida a reserva de capital.

A movimentação das ações em tesouraria abaixo não considera reclassificação demandada por participação recíproca, no montante de R\$ 263.028, decorrente do aumento de capital realizado pela Pharo SGPS, S.A. ("Pharo") em ativos da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal") em maio de 2014.

	Ações ordinárias (*)	Valor	Ações preferenciais (*)	Valor
Saldo em 01/01/2017	148.282	5.208.946	1.812	59.117
Saldo em 2017	148.282	5.208.946	1.812	59.117
Entrega de ações em tesouraria	(116.252)	(2.727.842)		
Saldo em 2018	32.030	2.481.104	1.812	59.117

(\*) Quantidade em milhares de ações

## Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2018		2017	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	32.030	1.812	148.282
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	1,26	1,25	3,47	3,63
Valor de mercado	2.283	40.038	6.268	538.264



CPMF	18.014	2.142	28.376	30.132	48.286
PTT - Demais débitos - RFB	26.685	2.374	25.468	54.528	22.261
PTT - Previdenciários - INSS					5.790
PERT - Demais débitos - RFB	1.146	1.292	2.438	12.981	
Outros	29.150	4.433	70.301	104.384	108.916
Total	170.604	10.614	371.989	553.206	888.777

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2019	86.154	142.036
2020	55.312	85.070
2021	55.312	85.070
2022	55.312	85.070
2023	55.312	85.070
2024 e 2025	46.094	70.890
Total	353.486	553.206

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

#### (i) Programa de Regularização Tributária - PRT

A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 (PRT), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa.

A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permite a quitação de 78% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.035 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 327 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concluídos dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017.

Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, sob os casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôs de modo distinto.

Resulta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 763/2017 (PERT), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão.

#### (ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) a que se refere o artigo 3º, da Lei nº 13.490/2017.

Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial - com todos os custos a ela atrelados - razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

## 22. PROVISÕES

### Composição do saldo

	Controladora	Consolidado
Natureza	2019	2017
<b>Tributária</b>		
(i) Horas extras	193.343	208.650
(ii) Adicionais diversos	35.721	42.101
(iii) Indenizações	46.513	59.590
(iv) Estabilidade / Reintegração	52.144	61.523
(v) Complemento de aposentadoria	44.883	60.737
(vi) Diferenças salariais	24.473	27.048
(vii) Honorários advocatícios/periciais	18.492	20.823
(viii) Verbas rescisórias	6.700	7.057
(ix) Multas trabalhistas	3.335	4.930
(x) Vínculo empregatício	275	242
(xi) FGTS	3.943	5.139
(xii) Substituinte	135	240
(xiii) Demais ações	28.656	33.549
Total	498.512	631.629
<b>Tributária</b>		
(i) ICMS	67.786	114.306
(ii) ISS	1.269	1.196
(iii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	442	430
(iv) Demais ações	14.373	12.000
Total	83.870	127.934
<b>Cível</b>		
(i) ANATEL	152.445	781.177
(ii) Societário	1.124.037	1.574.595
(iii) Juízo Especial	108.593	130.088
(iv) Demais ações	604.100	401.945
Total	1.989.085	2.893.805
Total	2.511.467	3.553.368
Total das provisões	429.075	610.748
Circulante	2.102.392	2.942.620
Não circulante	409.075	610.748

Inclui R\$ 157.809 relativos ao acordo firmado com a Pharo, conforme descrito na Nota 31

individual de cada descumprimento, baseados em pareceres de renomados advogados.

A Companhia discorde e questiona a existência de alguns dos descumprimentos, bem como questiona a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável.

O PRT estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. É de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que a ANATEL interpus o agravo de instrumento nº 001086-32.2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRT, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, a que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia, recurso esse que foi desprovido pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, estando pendentes de apreciação, no momento, os embargos de declaração opostos pela ANATEL contra o referido acórdão. Além disso, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão determinando a conversão em renda de depósito judicial realizado pela Telemar com o objetivo de que fossem quitadas as 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, na forma do PRT. Diante da proximidade do vencimento da sétima parcela, a Oi apresentou petição requerendo a mesma providência em relação às próximas 6 (seis) parcelas (sétima a décima segunda) do crédito de titularidade da ANATEL. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro/2017, relativamente, a ANATEL, foram transferidos para o contas a pagar (não circulante) como parte dos registros oriundos do PRT.

(j) Societário - Contratos de Participação Financeira - os contratos de participação financeira surgiram, regidos pelas portarias ministeriais nº 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 861/1990, 861/1991 e 1.028/1996. O promitente-assinante, ao celebrar contrato de participação financeira para aquisição de linha telefônica, participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, e demais operadoras locais, integrantes do sistema Teletelbras, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acréscimos mencionados nos contratos de participação financeira.

A Companhia provisionou o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas.

Apesar do exercício de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a reaver a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese, (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese e (iv) os efeitos do pagamento destas contingências no âmbito da recuperação judicial homologada em 8 de janeiro de 2018. Além desses critérios, no exercício de 2009, por meio de vários julgados, o Judiciário reconheceu a prescrição vintidosa e, para as ações enquadradas nessa condição, a Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, entende que a possibilidade de perda é remota, portanto desconsidera a constituição de provisão.

Apesar do exercício de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com o referido notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, atrelando-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da CRT na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passe-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a capitalizá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPCANPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de pagamento será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2018. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

(k) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos; e

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências de juizados especiais cíveis causando e provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados, o parecer técnico dos assessores legais e os efeitos do Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018.

(l) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo respectivamente: certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de outros contratos.

## (b) Ações em tesouraria

### Entrega de ações em tesouraria

Em 27 de julho de 2018, a Companhia entregou 116.251.405 ações ordinárias, anteriormente decaídas pela PTTF, para os "Bondholders" Qualificados, como parte da reestruturação dos "Bonds" qualificados (Nota 1). O valor justo relativo à conversão das "Senior Notes" liquidadas com entrega de ações em tesouraria, bem como o valor contábil das ações em tesouraria balavadas, correspondem a R\$ 773.072 e R\$ 2.272.642, respectivamente, reconhecidos em contrapartida a reserva de capital.

A novimentação das ações em tesouraria abaixo não considera reclassificação demandada de participação recíproca, no montante de R\$ 283.028, decorrente do aumento de capital realizado pela Pharo SGPS, S.A. ("Pharo") em ativos da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal") em maio de 2014.

	Ações ordinárias (*)	Valor	Ações preferenciais (*)	Valor
Saldo em 01/01/2017	148.282	5.208.946	1.812	59.117
Saldo em 2017	148.282	5.208.946	1.812	59.117
Entrega de ações em tesouraria	(116.252)	(2.727.942)		
Saldo em 2018	32.030	2.481.004	1.812	59.117

### (\*) Quantidade em milhares de ações

#### Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:				
	2018		2017	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	1.812	32.030	1.812	148.282
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	1,26	1,25	3,47	3,63
Valor de mercado	2.283	40.039	6.286	538.264

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem à recompra:

	2018	2017
Saldo contábil das reservas de capital	11.532.995	13.242.374
Ações em tesouraria	(2.803.250)	(5.331.092)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	8.729.745	7.911.282

### (c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

**Reserva especial de ação na incorporação:** representa o valor líquido de contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

**Reserva especial de incorporação - acervo líquido:** representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmaPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

**"Senior Notes" reestruturados convertíveis em instrumentos de capital:**

Conforme apresentado na Nota 2 (f), dadas as condições, características e a forma de liquidação dos "Senior Notes" Qualificados Reestruturados, a classificação e apresentação, no balanço patrimonial, deste instrumento financeiro composto, na data da novação das referidas dívidas em 5 de fevereiro de 2018, foi realizada parte no passivo financeiro e parte no patrimônio líquido, no grupo de reserva de capital.

Abaixo destacamos as principais características que se qualificaram como instrumento de patrimônio (Nota 1):

- Ações ordinárias emitidas pela Oi e decaídas pela PTTF;
- Novas Ações Ordinárias (i) devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos que serão emitidos até 1.756.054.163 Novas Ações Ordinárias;
- Bônus de subscrição de ações - emissão de até 135.081.089.

Considerando a existência de um instrumento financeiro composto após o reconhecimento dos efeitos contábeis, dos termos e condições acima descritos, a Companhia reconheceu, na data da novação das referidas dívidas em 5 de fevereiro de 2018, as transações que se qualificam como instrumento de patrimônio, conforme classificação prevista no CPC 28/IAS 32, que são: (i) As Novas Ações Ordinárias; (ii) Bônus de subscrição de ações; (iii) Entrega de ações em tesouraria. Para fins de mensuração do valor reconhecido para cada uma das transações qualificáveis como instrumento de patrimônio, mencionadas acima, a Companhia contratou uma empresa de consultoria especializada e independente que estimou, mediante metodologia de fluxo de caixa descontado (hierarquia de valor justo nível 3), o valor de R\$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos) por ação ordinária.

Em julho de 2018, foi entregue aos detentores de "Senior Notes" Qualificados, conforme estabelecido no PRT, as respectivas novas ações e as ações em tesouraria. Consequentemente, os registros associados a este instrumento de patrimônio foram reclassificados como aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 10.800.097, e realizada baixa de ações em tesouraria, líquida do valor justo das ações, com correspondente redução da reserva de capital no valor de R\$ 1.854.770.

### Novimentação da Reserva de capital

"Senior Notes" reestruturados convertíveis em instrumentos de capital	11.624.028
Conversão do instrumento patrimonial em capital	(10.800.097)
Diferença no valor justo do preço das ações transferido para reserva de capital	529.981
Redução da reserva de "Senior Notes" reestruturados	(10.048)
Entrega de ações em tesouraria	(773.072)
Bônus de subscrição de ações	(767.073)
Saldo em 2018	3.719



-continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

### 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à previsão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(24.557)	(137.754)	(115.708)	(306.080)
Tributos diferidos (Nota 10)	2.610.352	(1.091.576)	3.159.241	(192.542)
Total	2.585.795	(1.229.330)	3.274.947	(1.098.622)
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL	22.005.345	(5.135.889)	21.340.898	(5.557.540)
IRPJ-CSLL sobre o resultado tributável	(7.461.817)	1.746.134	(7.255.807)	1.889.584
Equivalência patrimonial	(1.031.582)	(1.883.226)	(4.587)	(147)
Eleito tributário dos juros sobre o capital próprio			(2.210)	
Incentivos fiscais (passivamente, lucro da exploração) (i)	82	251	3.068	14.008
Exclusões permanentes (ii)	8.351.671	44.483	13.285.260	148.424
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	2.747.461	(1.134.754)	(2.757.044)	(2.717.584)
Eleito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			4.057	(432.307)
Eleito de IRPJ-CSLL na demonstração de resultado	2.585.795	(1.229.330)	3.274.947	(1.098.622)

(i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Em 2018 os principais efeitos tributários de exclusão permanentes estão representados pela reestruturação dos passivos incluídos no PRL.

(iii) Refere-se a reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).

(iv) Refere-se, a efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentem histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

### 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e contas bancárias	152.454	116.229	287.491	277.300
Equivalentes de caixa	1.516.605	3.758.902	4.087.838	6.585.184
Total	1.669.059	3.875.131	4.385.329	6.862.484

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações compromissadas	868.834	3.489.969	2.742.731	6.225.547
Títulos privados	364.014		885.073	
CDB - Certificado de Depósito Bancário "Time Deposit"	127.685	265.911	301.832	348.318
Outros	153.428	393	154.514	1.307
Equivalentes de caixa	1.516.605	3.758.902	4.087.838	6.585.184

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos privados	180.159	30.109	213.553	114.839
Títulos públicos	15.480	14.388	25.339	21.447
Total	195.639	44.497	238.892	136.286
Circulante	190.779	14.388	201.975	21.447
Não circulante	4.860	30.109	36.917	114.839

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

#### 9. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos privados	180.159	30.109	213.553	114.839
Títulos públicos	15.480	14.388	25.339	21.447
Total	195.639	44.497	238.892	136.286
Circulante	190.779	14.388	201.975	21.447
Não circulante	4.860	30.109	36.917	114.839

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

histórico de rentabilidade, e no confronto da estimativa das perdas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 29.892.433 e R\$ 14.432.280, e correspondem a R\$ 10.085.434 e R\$ 3.908.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

### 11. OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar (i)	280.166	327.535	12.403.953	1.411.538
PIS e COFINS	100.181	117.230	215.860	244.653
Outros	23	13.681	63.015	52.754
Total	380.370	458.446	15.619.228	1.708.945
Circulante	232.961	273.257	803.252	1.061.587
Não circulante	147.409	185.189	715.976	627.358

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	556.893	610.847
ICMS Convênio nº 68/1998	23.602	22.595	34.113	22.595
PIS e COFINS (ii)	23.731	31.602	235.319	184.472
FUST/FUNTEL/Realidade (iii)	190.528	108.385	655.022	953.259
Outros (iv)	12.242	302.588	181.437	530.153
Total	456.709	744.140	1.662.584	2.311.226
Circulante	233.714	704.825	1.033.660	1.443.692
Não circulante	222.995	39.314	628.924	867.534

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	197.808	277.970	55	







IR a pagar	705	2.182,28	4.103,00	Saldo em 2017	5.704,81	13.482,10	Transferências	(2.387)	2.001	386
CS a pagar	258	5.598	15.104,9	Equivalência patrimonial (Nota 5)	(3.054.064)	(13.482)	Saldo em 2018	12.656	2.526.470	14.477.394
CS sobre diferenças temporárias	963	27.026	567.129	Equivalência reativa em controladas e coligadas	251.682	(2.271)	Amortização acumulada			
Tributos diferidos a reconhecer				Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	89.802	5.461	Saldo em 01/01/2017	(2.410.310)	(13.061.237)	(457.960)
IR e CS sobre diferenças temporárias	2.576.813	3.076.923		Reclassificação da equivalência patrimonial para provisão para patrimônio líquido negativo	10.864.056		Despesas de amortização	(82.155)	(159.318)	(36)
Total não circulante	2.576.813	3.076.923		Aumento de capital em controlada (*)	3.000.000		Reversão de perdas com imparidade	4.747.141	4.747.141	
Vide quadro de movimentação abaixo				Dividendos e JSCP	(23.859)		Saldo em 2017	(2.472.465)	(8.473.474)	(457.960)
(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.				Outros	76.828	(8.398)	Despesas de amortização	(38.320)	(750.737)	(1.981)
(ii) Referem-se a créditos de IRPF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuos, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS revida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.				Saldo em 2018	16.931.222	117.040	Despesa de perdas com imparidade	(291.758)	(291.758)	
Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos				(*) Referem-se ao aumento de capital na controlada Telemar com capitalização de créditos no montante de R\$ 1.035.358 e R\$ 1.984.042 em dinheiro. O referido aumento de capital contou com a anuência prévia da ANATEL.			Saldo em 2018	(2.510.785)	(9.515.968)	(459.387)
				Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:			Intangível líquido			
							Saldo em 2017	12.773	52.004	6.003.920
							Saldo em 2018	12.656	15.585	4.961.425
							Taxa anual de amortização (média)	20%	20%	16%

Controladora				Controladas				Consolidado			
Saldo em 2017	Reconhecido em 2017	Reconhecido em 2018	Adições em 2018	Saldo em 2018	Saldo em 2017	Reconhecido em 2017	Reconhecido em 2018	Adições em 2018	Saldo em 2018	Saldo em 2017	Reconhecido em 2017
2017	2017	2018	2018	2018	2017	2017	2018	2018	2018	2017	2017
Tributos diferidos ativos com relação a:					Tributos diferidos passivos						
Diferenças temporárias					Diferenças temporárias						
Provisões	104.740	(510.753)		706.907	Provisões	104.740	(510.753)		706.907		
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	22.555	(2.286)		20.269	Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	22.555	(2.286)		20.269		
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 35 (R)					Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 35 (R)						
(IAS 19 R)	210.507	(188.920)	(36.349)	(14.762)	(IAS 19 R)	210.507	(188.920)	(36.349)	(14.762)		
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	112.487	61.279		173.766	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	112.487	61.279		173.766		
Participação nos lucros	22.036	(3.921)		18.115	Participação nos lucros	22.036	(3.921)		18.115		
Variações cambiais (i)	1.651.330	(1.118.352)		732.978	Variações cambiais (i)	1.651.330	(1.118.352)		732.978		
Juros da dívida (ii)	1.095.156	(1.096.156)			Juros da dívida (ii)	1.095.156	(1.096.156)				
Agio incorporado (ii)	1.922.368	(231.851)		1.690.517	Agio incorporado (ii)	1.922.368	(231.851)		1.690.517		
Outras adições e exclusões temporárias	307.695	(94.678)		213.017	Outras adições e exclusões temporárias	307.695	(94.678)		213.017		
Obrigação orçamentária		417.123		417.123	Obrigação orçamentária		417.123		417.123		
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	6.582.794	(2.568.503)	(36.349)	3.977.942	Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	6.582.794	(2.568.503)	(36.349)	3.977.942		
Provisões fiscais e base negativa de CSLL	2.118.176	2.004.324		2.810.410	Provisões fiscais e base negativa de CSLL	2.118.176	2.004.324		2.810.410		
Total de tributos diferidos ativos	8.710.960	(563.579)	(36.349)	2.810.410	Total de tributos diferidos ativos	8.710.960	(563.579)	(36.349)	2.810.410		
Tributos diferidos passivos					Tributos diferidos passivos						
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.576.813)	426.470		(2.150.343)	Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.576.813)	426.470		(2.150.343)		
Provisão ao valor de recuperação (ii)	(8.710.960)	2.747.451		(5.963.499)	Provisão ao valor de recuperação (ii)	(8.710.960)	2.747.451		(5.963.499)		
Total de tributos diferidos	(2.576.813)	2.610.532	(36.349)	2.810	Total de tributos diferidos	(2.576.813)	2.610.532	(36.349)	2.810		

Controladora				Controladas				Consolidado			
Saldo em 2017	Reconhecido em 2017	Reconhecido em 2018	Adições em 2018	Saldo em 2018	Saldo em 2017	Reconhecido em 2017	Reconhecido em 2018	Adições em 2018	Saldo em 2018	Saldo em 2017	Reconhecido em 2017
2017	2017	2018	2018	2018	2017	2017	2018	2018	2018	2017	2017
Tributos diferidos ativos com relação a:					Tributos diferidos passivos						
Diferenças temporárias					Diferenças temporárias						
Provisões	1.682.559	(638.353)		1.044.206	Provisões	1.682.559	(638.353)		1.044.206		
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	138.071	(79.216)		58.855	Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	138.071	(79.216)		58.855		
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 35 (R)					Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 35 (R)						
(IAS 19 R)	239.679	(188.155)	(34.617)	(14.089)	(IAS 19 R)	239.679	(188.155)	(34.617)	(14.089)		
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	693.315	(314.468)		378.847	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	693.315	(314.468)		378.847		
Participação nos lucros	101.993	(7.469)		94.524	Participação nos lucros	101.993	(7.469)		94.524		
Variações cambiais (i)	2.165.370	(792.177)		1.403.193	Variações cambiais (i)	2.165.370	(792.177)		1.403.193		
Juros da dívida (ii)	1.940.765	(1.940.765)			Juros da dívida (ii)	1.940.765	(1.940.765)				
Agio incorporado (ii)	1.922.368	(231.851)		1.690.517	Agio incorporado (ii)	1.922.368	(231.851)		1.690.517		
Outras adições e exclusões temporárias	791.269	41.869		833.138	Outras adições e exclusões temporárias	791.269	41.869		833.138		
Obrigação orçamentária		1.527.934		1.527.934	Obrigação orçamentária		1.527.934		1,527.934		
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	5.538.446	(2.213.391)	(34.617)	(3.339.562)	Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	5.538.446	(2.213.391)	(34.617)	(3.339.562)		
Provisões fiscais e base negativa de CSLL	5.494.032	8.191.727		13.685.759	Provisões fiscais e base negativa de CSLL	5.494.032	8.191.727		13.685.759		
Total de tributos diferidos ativos	15.022.500	5.977.276	277.90	(34.617)	Total de tributos diferidos ativos	15.022.500	5.977.276	277.90	(34.617)		
Tributos diferidos passivos					Tributos diferidos passivos						
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(3.076.923)	(113.352)		(3.190.275)	Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(3.076.923)	(113.352)		(3.190.275)		
Provisão ao valor de recuperação (ii)	(15.022.500)	(2.757.044)		(17.779.544)	Provisão ao valor de recuperação (ii)	(15.022.500)	(2.757.044)		(17.779.544)		
Total de tributos diferidos	(3.076.923)	(3.190.275)	277.90	(34.617)	Total de tributos diferidos	(3.076.923)	(3.190.275)	277.90	(34.617)		

(i) Em decorrência da renovação das dívidas no âmbito da Homologação do PRL, os créditos fiscais diferidos de juros e variações cambiais sobre passivos financeiros foram desapropriados na data da renovação em 5 de fevereiro. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de créditos fiscais sobre variações cambiais refere-se ao período subsequente à homologação do Plano.

(ii) Referem-se a (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob o regime de benefício fiscal originado dos ágio pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização de crédito fiscal decorre da amortização do valor de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágio pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. ("TimePart") e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágio está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.

(iii) Referem-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizados e intangíveis, incorporados da TimePart.

(iv) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo



- continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	2018 (com IFRS 15 e 9)	Ajustes IFRS 15	2018 (sem IFRS 15 e 9)	2017
Receitas de vendas e serviços	22.080.074	15.588	22.075.602	23.789.464
Custo dos bens e serviços vendidos	(15.564.650)		(15.584.650)	(14.996.250)
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.415.344</b>	<b>15.588</b>	<b>6.490.952</b>	<b>8.853.404</b>
Receitas (despesas) operacionais				
Resultado de equitativa patrimonial	(13.492)		(13.492)	(433)
Despesas com vendas	(4.134.030)	(118.214)	(4.112.165)	(4.442.837)
Despesas gerais e administrativas	(2.738.718)		(2.738.718)	(3.136.858)
Outras receitas operacionais	2.224.134		2.204.134	1.985.101
Outras despesas operacionais	(708.151)		(708.151)	(5.563.455)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(5.268.258)</b>	<b>(118.214)</b>	<b>(5.239.795)</b>	<b>(2.361.029)</b>
Receitas financeiras	30.561.461		30.561.461	7.136.459
Despesas financeiras	(4.341.585)		(4.341.585)	(10.332.971)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26.219.876</b>		<b>26.219.876</b>	<b>(3.196.512)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>21.340.808</b>	<b>(118.214)</b>	<b>21.378.071</b>	<b>(5.557.940)</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.279.547	35.223	(47.970)	(1.088.522)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>24.615.555</b>	<b>(83.383)</b>	<b>21.119.241</b>	<b>(6.656.162)</b>

(e) Novas normas e interpretações que entrarão em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018:

Na data de elaboração desta Demonstração Financeira, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronúncia-mento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Normas e emendas a normas	Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017
IFRS 16	Arrendamentos
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda
Alteração na IFRS 9	Procedimentos de pré-pagamento com compensação negativa
Alteração na IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures"
Alteração na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture"
Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que a IFRS 16 / CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial.	1 de janeiro de 2019
IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos	
A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 "Leases" (CPC 06 (R1)), a IFRIC 4 "Determining whether an Arrangement Contains a Lease" (ICPC 03), o SIC-15 "Operating Leases-Incentives" e o SIC-27 "Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease". A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas exceções de reconhecimento para arrendamentos: arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão revelar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento com um ajuste do ativo de direito de uso.	1 de janeiro de 2019
Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na norma anterior.	
A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas simplificações.	
Durante o exercício de 2018, a Companhia e suas subsidiárias avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como:	
i) Levantamento dos contratos;	
ii) Abordagem de transição;	
iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial;	
iv) Avaliação da taxa de desconto e prazo estimado;	
v) Impactos na adoção inicial.	

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Mensuração contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos		
Caixa e contas bancárias	152.454	287.491
Equivalentes de caixa	15.165.905	4.087.338
Aplicações financeiras	195.639	238.982
Créditos com partes relacionadas	11.991.680	11.960.580
Contas a receber (i)	1.193.687	6.516.555
Ativos mantidos para venda		
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber (Nota 29)	2.586.935	2.586.935
Passivos		
Fornecedores (i)	2.244.382	8.818.870
Empréstimos e financiamentos (ii)	1.759.635	7.140.980
Empréstimos e financiamentos	377.184	377.184
Debitos com partes relacionadas	1.892.339	3.103.108
Debitores públicos	6.205.840	6.205.840
"Senior Notes"	5.075	6.168
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22.925	35.619
Autorizações e concessões a pagar (iii)	353.496	553.206
Programa de refinanciamento fiscal (iii)		

a aprovação do PPL, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 46,0% (2017 - 32,9%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas fixas. A exposição mais relevante à taxa de juros para o encerramento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros. Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil
Ativos financeiros		
Equivalentes de caixa	1.363.177	1.363.177
Aplicações financeiras	195.639	195.639
Créditos com partes relacionadas		
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	3.203.648	3.203.648
Empréstimos e financiamentos	11.474.416	11.474.416
Ativos financeiros		
Equivalentes de caixa	3.943.324	3.943.324
Aplicações financeiras	238.982	238.982
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	7.633.140	7.633.140

## Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. Cabe ressaltar que a TJLP se manteve estável em 7,0% a.a. de 1 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março de 2018, 6,6% a.a. de abril a junho de 2018, 6,58% a.a. de julho a setembro de 2018, voltando a sofrer elevação de outubro a dezembro de 2018, para 6,59% a.a. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação, para 7,0% a.a., vigente no período de janeiro a março de 2019.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

	2018	2017
	Cenário provável	Cenário possível
CDI	TJLP	CDI
6,40	6,98	6,00
		6,73
		9,90
		10,47

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2018	2017
Risco	Cenário provável	Cenário possível
Individual	Provável	Provável
Alta do CDI	2.333.436	3.041.407
Alta da TJLP	1.040.782	1.282.356
Total Ativo Passivo	3.374.218	4.323.763
atrelado a taxa de juros	3.374.218	4.323.763
Total (ganho) perda	948.545	1.968.457

3.2.2. Risco de crédito  
A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacional para cada uma das contrapartes. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 94,14% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA.

3.2.3. Risco de liquidez  
A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unilever.

O risco de liquidez surge da possibilidade de Companhia não dispor de recursos suficientes para honrar suas obrigações.



- iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial;  
iv) Avaliação da taxa de desconto e prazo estimado;  
v) Impactos na adoção inicial.

#### Transição

A Companhia planeja adotar a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não haverá representação de informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e a excluir contratos de arrendamento com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso.

#### Rescisões

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

#### Impostos

Em 1º de janeiro de 2019, a Administração da Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão impactos relevantes a serem reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em suas demonstrações financeiras, sendo que ao valor presente tais impactos foram estimados entre R\$ 9,9 a R\$ 6,7 bilhões nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de terras, imóveis, lojas, veículos e sites (segundo valores).

#### (f) Reconhecimento dos efeitos da homologação do Plano de Recuperação Judicial

Como resultado da aprovação do PRJ, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos internos e externos, analisou e concluiu que os termos e condições previstos no PRJ, ora aprovados e homologados como mencionado acima, estão em plena vigência e, consequentemente, os efeitos contábeis originados pela reestruturação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial estão reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos efeitos se tornaram vigentes a partir de 5 de fevereiro de 2019, data da referida homologação do PRJ.

Neste contexto, a posição patrimonial e financeira da Companhia, refletidas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após o reconhecimento dos efeitos do PRJ, sofreram alterações significativas, bem como as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data.

Além disso, demonstramos a movimentação dos passivos concursais reestruturados e os ajustes contábeis realizados para reconhecimento dos termos e condições previstos no PRJ aprovado e homologado, inclusive os efeitos do valor justo destas passivos de acordo com as disposições contidas no IFRS 9/IFPC 40 (tal requerimento não se aplica para as demais mensurações subsequentes conforme Nota 3).

#### Reestruturação dos passivos concursais classificados como Empréstimos e Financiamentos

	“Senior Notes” Qualificados reestruturados	Class II – Créditos com Garania Real	Demais “Senior Notes” Não Qualificados reestruturados	Demais Empréstimos e Financiamentos (i)	Total
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>35.491.192</b>	<b>3.855.312</b>	<b>15.988.729</b>	<b>54.515.233</b>	
Êxito de negociação / Minimização do período	(4.265.755)		595.618	3.568.094	
Reversão de juros e custos de captação	(3.665.771)	(545.687)	(1.594)	(4.212.052)	
“Haircut” / Reversão de Variação Cambial	(1.372.258)		(282.842)	(1.655.100)	
Ajuste de Valor Justo	(816.157)		(146.220)	(962.377)	
Ganho inicial (AU)	(808.364)		(143.330)	(951.694)	
Variação Cambial do Ganho Inicial de AU	(2.207)		(3.912)	(6.119)	
Amortização de AU e IC de Perda Antecipada	9.204		1.022	10.226	
“Senior Notes” Reestruturados Convertidos em Ações (Reserva de Capital)	(11.624.028)			(11.624.028)	
Juros e variação cambial da dívida reestruturada	770.777	777.919	11.534	1.560.230	
<b>Saldos reestruturados em 31/03/2018</b>	<b>4.633.860</b>	<b>3.873.234</b>	<b>156.594</b>	<b>9.663.688</b>	
<b>Atualização após reestruturação dos Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>15.719.028</b>	<b>228.773</b>	<b>15.266</b>	<b>173.861</b>	<b>3.540.928</b>
Juros incorridos no período	594.592	238.817	16.662	849.071	1.558.102
Variação monetária e cambial no período	910.951		42.824	1.310.368	2.264.143
Outros	41.965	(44)	(44.240)	120.346	116.971
<b>Monte total de AU após reestruturação dos Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>(34.740)</b>		<b>9.301</b>	<b>(596.100)</b>	<b>(601.539)</b>
Cartão Variação Cambial do ganho inicial de AU	(133.323)		136	(113.187)	(123.864)
Amortização de AU e variação cambial da parcela amortizada	98.598		9.195	553.059	660.852
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>6.112.148</b>	<b>3.896.197</b>	<b>191.261</b>	<b>6.538.306</b>	<b>16.448.908</b>

1. Comparar o valor que a Companhia não realizou nenhum pagamento de juros da dívida após a reestruturação dos créditos no âmbito do PRJ até a data-base apresentada, uma vez que há geração de juros e de principal em praticamente a totalidade das dívidas novas, a saber, de 4 anos em juros e 5 de principal. Somente os “Bonds” Qualificados não possuem geração de juros e o primeiro evento de pagamento ocorreu em fevereiro de 2019, ou seja, após a data-base de corte que é 31 de dezembro de 2018.

(i) Compreendem os demais passivos financeiros discriminados na Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 1, os termos e condições previstos para categoria destes passivos concursais incluem: (a) Classe II – Créditos com Garantia Real; (b) Reestruturação das “Senior Notes”; e (c) Modalidade de Pagamento Geral.

#### Reestruturação dos demais passivos concursais

	Agências Regulatórias - Provisões (Nota 22)	Possuidores (Nota 18)	Contingências Trabalhistas - Provisões (i)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>2.806.357</b>	<b>2.702.671</b>	<b>877.487</b>
Minimização	(1.886.357)	1.886.357	
Reversão de Juros / Atualização		8.150	
“Haircut”		(172.440)	
Ajuste de Valor Justo		(535.929)	
<b>Saldos reestruturados</b>	<b>920.000</b>	<b>3.498.809</b>	<b>877.487</b>
Monte total (i)	<b>(340.018)</b>		<b>(178.470)</b>
Reversão de Juros / Atualização		134.635	
“Haircut”		12.554	
		(58.612)	

	Controladora		Consórcio	
Hierarquia do valor justo	2018	2017	2018	2017

#### Ativos

Caixa e contas bancárias	Nível 1	152.454	116.239	287.491	277.500
Equivalentes de caixa	Nível 2	15.168.635	3.758.932	4.057.538	5.585.194
Aplicações financeiras	Nível 2	136.639	44.497	238.962	136.266
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3	1.643.778	1.965.972	1.843.778	1.965.972

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017.  
A Companhia e suas controladas procedem a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e, em menor parte, em Euros.  
Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor de última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data do encerramento do exercício e quando não, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

#### (b) Ativo financeiro mantido para o valor justo

Refere-se ao valor justo do investimento financeiro na Unilever e CVT, classificado como ativo financeiro a valor justo pelo meio do resultado e ao valor recuperável dos dividendos a receber da Unilever. O valor justo dos investimentos é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxo de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a deflagração de taxas de desconto e taxas cambiais adequadas à realidade de cada país onde os negócios estão localizados. Para além das premissas financeiras e de negócio acima mencionadas, a Companhia considera ainda na avaliação de valor justo dos investimentos financeiros premissas de caráter qualitativo, incluindo os resultados e desfecho dos processos judiciais interpostos contra entidades terceiras e a opinião dos assessores legais sobre essas premissas. No que se refere à avaliação do valor recuperável dos dividendos a Companhia faz uso de premissas financeiras sobre taxa de desconto no tempo e taxa de câmbio e faz uso de premissas qualitativas baseadas no parecer dos seus assessores legais, referentes ao desfecho dos processos judiciais interpostos contra a Unilever sobre o não pagamento de dividendos e juros.

A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo (Nota 29).

#### (c) Instrumentos financeiros derivativos

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes. Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira, nesta data e no exercício de 2017, não houve movimentações de operações de derivativos, designados ou não designados para fins de constabulação de “Hedge”.

#### 3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas são expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas rotinas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos contratuais ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

As Políticas de “Hedge” e de investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia apresentou ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de 2019. Em linha com os planos de Política de “Hedge”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “covenants” financeiros.

#### 3.2.1. Risco de mercado

##### (a) Risco de taxa de câmbio

##### Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

##### Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 53,6% (2017 – 72,9%) do total dos passivos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (incluindo saldos em empresas do grupo para os valores da Controladora):

	Controladora		Consórcio	
	2018	2017	2018	2017

	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e contas bancárias	39.779	39.779	34.598	34.598
Equivalentes de caixa	153.428	153.428	393	393
Créditos com partes relacionadas	11.960.600	11.960.600	977.372	977.372
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.131.350	7.363.274	28.797.578	20.773.512
<b>Consolidado</b>				
	2018	2017	2018	2017
Valor contábil	70.116	70.116	82.482	82.482
Valor justo	154.514	154.514	1.307	1.307

A Companhia possui recursos de crédito em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018.

#### 3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do montante. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Em virtude da homologação do Plano, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram renovados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com as taxas e condições do Plano, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.

#### 4. RECEITAS DE VENDAS OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas e serviços (*)	6.018.117	6.318.051	30.426.548	36.338.432
Deduções da receita bruta	(1.467.366)	(2.025.875)	(8.366.534)	(12.548.778)
Tributos	(1.480.121)	(1.273.914)	(6.725.553)	(7.707.961)
Outras deduções (i)	(2.257.569)	(297.361)	(16.411.778)	(4.840.817)
<b>Receitas de vendas e serviços</b>	<b>4.330.751</b>	<b>4.892.176</b>	<b>22.660.014</b>	<b>23.789.854</b>

(\*) A Companhia simplificou o detalhamento de suas notas fiscais para seus clientes. A alteração no layout não impacta os tributos incidentes sobre as vendas e serviços e nem a receita líquida.

#### 5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas de vendas e serviços</b>	<b>4.330.751</b>	<b>4.892.176</b>	<b>22.660.014</b>	<b>23.789.854</b>
<b>Despesas (despesas) operacionais:</b>				
Interconexão	(155.869)	(239.043)	(658.068)	(778.083)
Fiscal (i)	(447.970)	(473.629)	(2.594.454)	(2.791.331)
Serviços de terceiros	(117.306)	(121.531)	(3.254.553)	(6.221.058)
Serviço de manutenção da rede	(685.533)	(686.062)	(1.014.015)	(1.251.511)
Custo de aparelhos e outros			(196.347)	(223.335)
Publicidade e propaganda	(87.107)	(80.771)	(382.091)	(413.580)
Aluguéis e seguros	(558.500)	(538.110)	(4.200.212)	(4.182.659)
Provisões / Reversões	(131.530)	(220.231)	(22.269)	(489.440)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(99.822)	(119.528)	(897.324)	(897.087)
Reversão / Perdas com imparidade (ii)	(291.758)	4.725.275	(291.758)	4.700.661
Tributos e outras receitas (despesas) (iii)	(2.611.724)	(5.041.797)	(245.688)	(542.833)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iv)	(119.783)	(2.614.835)	(5.155.358)	(8.195.415)
<b>Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização</b>	<b>(7.437.152)</b>	<b>(6.514.282)</b>	<b>(21.511.148)</b>	<b>(21.041.280)</b>
Depreciação e amortização	(1.702.268)	(1.072.245)	(5.811.123)	(5.169.290)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(9.140.810)</b>	<b>(7.586.507)</b>	<b>(27.322.272)</b>	<b>(26.150.862)</b>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(4.810.059)</b>	<b>(2.694.331)</b>	<b>(5.262.258)</b>	<b>(2.361.028)</b>

#### Resultado financeiro:

Receitas financeiras	30.118.295	3.665.734	30.950.461	7.136.459
Despesas financeiras	(3.498.905)	(6.107.092)	(4.134.555)	(10.302.371)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>26.619.390</b>	<b>(2.441.358)</b>	<b>26.815.906</b>	<b>(3.165.912)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>22.016.345</b>	<b>(5.135.689)</b>	<b>21.640.960</b>	<b>(5.557.543)</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.535.795	(1.228.330)	3.274.947	(1.088.622)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>24.552.140</b>	<b>(6.364.019)</b>	<b>24.915.907</b>	<b>(6.646.165)</b>
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	24.552.140	(6.364.019)	24.915.907	(6.646.165)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		24.415		(281.143)

(i) Considera despesas de tratamento de funcionários no montante de R\$ 9.778 (2017 – R\$ 8.319) no consolidado.

(ii) Em 2018, a Companhia reconheceu um ajuste complementar da provisão com perda de imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida. Em 2017, refere-se a reversão parcial de perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida, devido à evolução nos cenários e indicadores financeiros considerados nos fluxos de caixa do plano de recuperação judicial.

(iii) Inclui resultado de equivalência patrimonial.

(iv) Em 2018, refere-se, substancialmente, a (i) reconhecimento de contrato oneroso de fornecimento de capacidade, no montante de R\$ 1.333.228 na controladora e R\$ 4.883.820 no consolidado e (ii) reversão de provisão para contingência, no montante de R\$ 15.085 na controladora e R\$ 139.242 no consolidado, decorrente do processamento do modelo de estimativas da provisão considerando o novo perfil de histórico de encerramento dos processos judiciais, em função do novo contexto pós aprovação e homologação do PRJ. Em 2017, R\$ 2.042.422 na controladora e R\$ 6.482.485 no consolidado, refere-se a provisão adicional decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2019.

#### 6. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>	<b>5.256.401</b>	<b>1.611.992</b>	<b>19.290.262</b>	<b>4.873.000</b>
Ajuste a valor presente (i)	441.863		1.388.584	
Variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	3.259.929		11.054.800	
Ganho de reestruturação de empréstimos com terceiros (ii)	474.278	437.017	808.764	1.049.923
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	(126.740)	363.024	316.880	702.171
Recebimentos de aplicações financeiras				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos com partes relacionadas (iii)	20.025.653	1.058.013		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(8.033)	4.542	1.329	11.105
	530.598	121.146	(4.079.832)	501.280



<b>Atividade após reestruturação da</b>					
<b>Emprestimos e Financiamentos</b>	157.328	238.773	15.256	1.759.361	3.540.328
Juros recebidos no período	54.992	238.773	16.682	334.947	1.153.138
Variação monetária e cambial no período	910.361		42.824	1.313.366	2.267.143
Outros	4.195	(44)	(44.240)	128.046	110.047
<b>Monte da restituição da</b>					
<b>Emprestimos e Financiamentos</b>	(54.700)		9.301	(396.100)	(654.540)
Ganho/Liquidação: Cálculo do ganho inicial do AJU	(135.528)		106	(1.152.152)	(1.285.594)
Amortização do AJU e variação cambial da					
parte amortizada	98.888		9.155	553.359	661.142
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>6.112.148</b>	<b>1.636.107</b>	<b>19.125</b>	<b>6.533.330</b>	<b>16.448.906</b>

\* Cumpre ressaltar que a Companhia não realizou nenhum pagamento de juros das dívidas após a reestruturação dos créditos no âmbito do PRJ, sob a base apresentada, uma vez que há carência de juros e de principal em praticamente a totalidade das dívidas renovadas, a saber, de 4 anos em juros e 5 de principal. Somente os "Bonds" Qualificados não possuem carência de juros e o primeiro evento de pagamento ocorreu em fevereiro de 2019, ou seja, após a data base de corte que é 31 de dezembro de 2018.

(i) Compreendem os demais passivos financeiros discriminados na Nota 19 - Empréstimos e Financiamentos. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 1, os termos e condições previstos para categoria destes passivos concursais incluem: (i) Classe II - Créditos com Garantia Real; (ii) Reestruturação das "Senior Notes"; e (iii) Modalidade de Pagamento Geral.

Reestruturação dos demais passivos concursais

	Agências Reguladoras - Provisões (Nota 22)	Fornecedores (Nota 18)	Contingências Trabalhistas - Provisões (i)	Ativos financeiros
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>2.806.557</b>	<b>2.702.671</b>	<b>877.487</b>	
Monte da restituição	(1.886.357)	1.886.357		
Reversão de Juros / Atualização "Hedged"		8.150		
Ajuste de Valor Justo		(172.440)		
<b>Saldo reestruturação</b>	<b>920.200</b>	<b>3.486.809</b>	<b>877.487</b>	
Monte da restituição	(340.016)		(178.470)	
Reversão de Juros / Atualização "Hedged"		134.635		
Ajuste de Valor Justo		12.554		
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>580.182</b>	<b>3.794.610</b>	<b>699.017</b>	

(i) Considera, R\$ 574.725 em 31 de dezembro de 2018 (2017: R\$ 560.046), relativos ao montante referente ao Fundo de Pensão do Plano BTPPRV que foi incluído no PRJ.

(ii) A Companhia reverteu parte da provisão existente com base em revisão dos respectivos critérios de cálculo destas provisões. Vide Nota 22.

Conforme mencionado na Nota 1, os termos e condições previstos para categoria destes passivos concursais incluem: (i) Classe I - Créditos Trabalhistas; (ii) Agências Reguladoras; (iii) Fornecedores; e (iv) Contingências.

### 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

#### 3.1. Mensuração do valor justo

O CPC 46/IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40/IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A Companhia e suas controladas procedem a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 8 de janeiro de 2019 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da nomeação desses passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente.

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são resumidos como segue:

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da

Atividade após reestruturação da



- continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

As participações em negócios em conjunto e participação em coligações são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresas	Atividade	País sede	2016	2017	2018	2019
Companhia AIX de Participações (AIX)	Telogo de dados	Brasil	50%	50%		
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. (Pago Soluções)	Financeira	Brasil	50%	50%		
	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras	Brasil	29,90%	29,90%		
Gamecorp S.A. (Gamecorp)	Operação de Satélites	Brasil	18,04%	18,04%		
Hispamer Satélites S.A. (Hispamer)						

## Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas no preceito de continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas OI. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Referência decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial e em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação.

Em 27 de julho de 2018, a Companhia concluiu a capitalização de parte dos Créditos Quinqüenários dos "Bondholders" Qualificados, na forma prevista no PRJ, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2018. As novas ações ordinárias emitidas foram entregues aos acionistas da Companhia que exerceram o seu direito de preferência e aos titulares de Créditos Quinqüenários dos "Bondholders" Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia conduziu o aumento de capital previsto no PRJ através da emissão de 3.225.906.451 ações ordinárias ao valor de subscrição agregado de R\$ 4.000.000. A Companhia acredita que tem recursos suficientes para continuar com suas operações e cumprir com suas obrigações nos próximos doze meses. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas OI.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias por sua própria natureza indicam a existência de incerteza que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas OI de continuarem em operação. Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 22.895.811 (R\$ 22.652.320 na Controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 24.615.555 (R\$ 24.591.140 na Controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 10.624.025 (R\$ 13.706.450 na Controladora). Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido negativo montava a R\$ 13.512.523 (R\$ 13.805.980 na Controladora), o prejuízo líquido do exercício montava a R\$ 6.556.182 (R\$ 8.365.019 na Controladora) e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 44.143.859 (R\$ 10.787.282 na Controladora).

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como nas de suas controladas.

### (a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (c) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

### Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2018, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração do resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como "operação descontinuada" em conformidade com o IFRS 5.

Os ativos e passivos da Copart 1 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

### Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias associadas a mais valia incorporada, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC. As demais licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

### Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre: valor justo do ativo menos o custo de vender o seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificável de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da contribuição do negócio da qual o ágio se originou.

### Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste a valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícitas, e em certos casos implícitas dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PRJ, certos saldos de fornecedores e provisões para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados a valor presente, considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de linhas fixas são ajustadas a valor presente.

### Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas de redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

A Companhia adotou a opção de valor justo com relação ao registro dos compromissos de empréstimos e financiamentos, no momento da reclassificação dos passivos financeiros que foram originados pela reestruturação/novação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial. O valor justo de cada um dos passivos financeiros foi calculado com base em uma avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e as premissas relativas a taxas de desconto, consistente com o prazo e a moeda de cada um desses passivos financeiros.

O ajuste a valor justo reconhecido no balanço patrimonial com relação a cada passivo financeiro novado é amortizado linearmente no resultado, em base mensal, ao longo do prazo de maturação do passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

### Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

### Provisões

### Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os critérios a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pelo ANATEL.

### Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitam aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

### Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

### Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode afetar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos.

Para mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa aprovado no PRJ. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2018, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,55% (2017 - 11,1%), o qual é revisado anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

### Valor justo de passivos financeiros

As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem como os valores registrados no resultado.

### Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 22.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação do risco interno e externo e métodos estatísticos que entende serem adequados, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

### Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unil e Cabo Verde Telecom foram inicialmente valorizados a valor justo de acordo com as informações constantes dos laudos externos usados no âmbito do aumento de capital da PT. Essas estimativas são calculadas e revisadas pela Administração da Companhia com base em premissas financeiras observáveis no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), operacionais (estimativas sobre a evolução dos fluxos de caixa futuro de cada negócio) e qualitativas (destreza dos processos jurídicos interpretados contra terceiros - Nota 29).

As estimativas preparadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicador



balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como "operação descontinuada" em consonância com o IFRS 5.

Os ativos e passivos da Copel 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

#### (b) Principais políticas contábeis

##### Críticas de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício;
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

##### Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

##### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto quando qualificados como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

##### Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração de resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ajuiz e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2018	2017	2018	2017
Euro	4,4390	3,9693	4,3094	3,6089
Dólar Norte Americano	3,8748	3,3080	3,6538	3,1925
Escudo de Cabo Verde	0,0403	0,0361	0,0391	0,0327
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000165	0,000162	0,000177	0,000149
Xelim Queniano	0,0381	0,0321	0,0361	0,0309
Dólar de Namíbia	0,2598	0,2587	0,2754	0,2401
Mical de Moçambique	0,0827	0,0565	0,0801	0,0499
Kwenz	0,0126	0,0200	0,0147	0,0193

##### Informações por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente no que toca os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

##### Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

##### Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, como bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

##### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com

o ajuste a valor justo reconhecido no resultado patrimonial com base no custo justo mensurado inicialmente e amortizado linearmente no resultado, em base mensal, ao longo do prazo de maturação do passivo financeiro.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no balanço, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

##### Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contábil da transação.

##### Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e civis (PEX e JLC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégicas.

O aumento da obrigação em decorrência de passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

##### Obrigação Onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato; e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensuradas sempre que ocorram mudanças significativas dessas premissas.

##### Benefícios e empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para uma fundação, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito da unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

##### Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos foram satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplicou os julgamentos que afetam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho. Obrigações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (i).

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas e apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e a venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os

##### Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Uniel e Cabo Verde Telecom foram inicialmente valorizados a valor justo de acordo com as informações constantes dos laudos externos usados no âmbito do aumento de capital da PT. Essas estimativas são calculadas e revistas pela Administração da Companhia com base em premissas financeiras observáveis no mercado (para de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), operacionais (estimativas sobre a evolução dos fluxos de caixa futuro de cada negócio) e qualitativas (desfecho dos processos judiciais interpostos contra terceiros - Nota 29).

As estimativas preparadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicador do montante de caixa que a Companhia receberá ou pagará no caso de liquidar essas transações, pois as estimativas foram realizadas num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter um efeito material nos valores estimados.

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apuradas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

##### Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção da nível de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revistas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

##### (c) Normas novas, alterações e interpretações de normas

###### Normas:

IFRS 9	Instrumentos financeiros
IFRS 15	Receita de contratos com clientes
Esclarecimentos às IFRS 15	Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2018
A adoção das normas, alterações e interpretações citadas acima, tiveram impacto na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2018. Conforme detalhamento a seguir:	
Instrumentos Financeiros "IFRS 9" - CPC 48	

A IFRS aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) a maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco.

A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação/mensuração de seus ativos financeiros que impacte o patrimônio líquido.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018:

Classificação original de acordo com IAS 39	Classificação de acordo com IFRS 9	31/12/2018			
		31/12/2018	01/01/2018	31/12/2018	01/01/2018
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	15.616.605	3.758.902	4.097.938	6.585.164
	Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras relacionadas	Emprestimos e recebíveis	11.560.680	4.017.060		
Créditos com partes relacionadas	Emprestimos e recebíveis	1.193.587	1.954.139	6.516.555	6.994.465
Contas a receber	Emprestimos e recebíveis				
Dívidas e juros sobre o capital próprio a receber	Emprestimos e recebíveis			694.379	
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	Disponível para venda	1.843.778	1.955.872	1.843.778	1.965.972
Dívidas a receber (Nota 29)	Emprestimos e recebíveis				
	Custo amortizado	2.566.935	2.012.145	2.566.935	2.012.146

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 373 mil.

Em 1 de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedge" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "hedge".

A Companhia adotou a opção que permite não representar os períodos comparativos ao ano da adoção inicial.

##### Receita de Contratos com Clientes "IFRS 15" - CPC 47

A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com



As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente no que toca os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

#### Contratantes de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as contratações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma contraprestação é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma contratação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido o mais baixo dos valores adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

#### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos autorizados, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

#### Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das faturas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação divida é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação divida é elaborado com base no novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

#### Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda da Companhia são ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e classificados a valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. A Companhia utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos esses não negociados em mercado ativo.

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas  
Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ativo, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

#### Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduções de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

#### Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificados são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possuem ser médios de forma contável. O saldo residual do ativo substituído é benefício. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado durante o período em que ocorrem.

outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

#### Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplica os julgamentos que estimam significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfatória a obrigação de desempenho. Obrigações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (d).

As receitas de serviços são reconhecidas quando estas são prestadas. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estas são entregues e aceitas pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a conta definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidos no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

#### Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber líquidas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras são representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na adequação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

#### Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33).

#### (e) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas necessariamente requer julgamentos relacionados e assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas e seguem:

Classificação original de acordo com IAS 39	Classificação de acordo com IFRS 9	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Ativos					
Ativos para negociação		15.16.605	3.758.902	4.097.838	6.585.194
Ativos até o vencimento					
Ativos disponíveis para venda		195.639	44.497	238.952	135.286
Ativos financeiros					
Empréstimos e recebíveis		11.990.680	4.017.880		
Contas a receber		1.193.687	1.954.138	5.616.555	6.994.465
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber				884.379	
Ativo financeiro líquido		1.843.776	1.965.972	1.843.776	1.965.972
Ativos para venda (Nota 29)					
Dividendos a receber					
Empréstimos e recebíveis		2.566.935	2.012.145	2.566.935	2.012.145

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 733 milhões.

Em 1 de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedging" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "hedging".

A Companhia adotou a opção que permite não representar os períodos comparativos ao ano da adoção inicial. Receita de Contratos com Clientes "IFRS 15" - CPC 47

A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS.

A Companhia optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 1 de janeiro de 2018.

A administração apurou os seguintes impactos na adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018:

#### Venda de aparelhos celulares com desconto

A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços ou ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como o equipamento (aparelho celular) não é condição essencial para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de determinado aparelho, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com a IFRS 15 é devido realizar a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos e a compra de mobilidade e a compra de aparelhos deve aumentar o reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia não identificou impacto financeiro significativo para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser materialmente relevante no universo das receitas da Companhia.

#### Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço

A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato é não restituível e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ele, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que geraram o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 138 milhões.

#### Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato

A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perdas por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos, substancialmente comissões sobre vendas, que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecidos ao resultado em base sistêmica que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 793 milhões que geraram o diferimento dos custos incorridos no cumprimento dos contratos reconhecidos ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn").

A Companhia adotou as IFRS 15 e 9, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.



- continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 29 de outubro de 2018, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano, ficando a Companhia autorizada a proceder com os atos necessários à efetivação do Aumento de Capital - Novos Recursos.

No dia 13 de novembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas sobre os termos, prazos e condições do Aumento de Capital - Novos Recursos, incluindo as condições do exercício do direito de preferência na subscrição de Novas Ações Ordinárias, bem como Aviso aos Detentores de ADS sobre as condições da oferta de direitos de preferência realizada nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, com relação ao Aumento de Capital - Novos Recursos ("Rights Offer").

Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 26 de outubro de 2018 até o dia 3 de dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 662.945 ADWs exercidos a partir do dia 19 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018.

No dia 11 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas e Aviso aos Detentores de ADS informando a prorrogação do prazo para exercício do direito de preferência no Aumento de Capital - Novos Recursos até 4 de janeiro de 2019, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Detentores de ADS informando que alterou determinados termos da "Rights Offer". A Companhia celebrou um aditamento ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por meio do qual os Investidores "Backstoppers" detentores de mais de 50% do valor total dos Compromissos de "Backstop" ("Maioria dos Investidores Backstoppers") concordaram em prometer certas datas de término e renunciar determinadas condições precedentes pendentes para financiar seus Compromissos de "Backstop", incluindo o requerimento de publicação do Plano Geral de Metas de Universalização (Novo PGMU) atualizado. A Companhia informou, ainda, que pagará ao Depositário de ADS a taxa de emissão de ADS relativa às Novas ADSs Ordinárias. Como resultado, o Valor do Depósito de Novas ADSs Ordinárias não será mais utilizado para pagar a taxa de emissão de ADS, o que aumentará a parcela devolvida aos detentores dos Direitos de ADSs Ordinárias que exerceram seus Direitos de ADSs Ordinárias para subscrever Novas ADSs Ordinárias iniciais ou Sobras de Novas ADSs Ordinárias.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destacam-se os seguintes pontos: (i) o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público ("TUP"), tendo em vista que não mais considera questões de densidade de terminais por habitantes e nem distanciamento mínimo entre os terminais; (ii) os TUPs instalados em localidades com até 300 habitantes deverão ser mantidos, ainda que sem demanda; (iii) em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passaram a ter nova obrigação, referente à implantação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga; (iv) os sistemas de acesso fixo sem fio devem viabilizar economicamente, em regime de exploração industrial, também a oferta de conexão e internet por meio de tecnologia de quarta geração (4G) ou superior; (v) a obrigação será atendida com a instalação de uma Estação Rádio Base - ERB por localidade e tal infraestrutura será reversível; (vi) a Companhia deverá atender a 800 localidades na Região 1 e 289 localidades na Região 2 e estará sujeita a um cronograma progressivo de atendimento, que iniciará com 10% de atendimento em 2019, chegando a 100% de atendimento em 2020; (vii) a ANATEL irá avaliar a equivalência entre a redução da obrigação do TUP e a nova obrigação de sistemas de acesso fixo sem fio para manter o equilíbrio entre as obrigações, sendo que caso verifique a existência de saldo, deverá indicar novas localidades para atendimento com sistemas de acesso fixo sem fio; (viii) a ANATEL deverá elaborar e apresentar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC proposta de plano para a futura utilização dos eventuais saldos decorrentes da exclusão das obrigações de Postos de Serviços Multifuncionais - PSM e do saldo da meta de "Backhaul" do PGMU anterior e (ix) não há obrigação de oferta de SMP pelas concessionárias. Em 4 de janeiro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 275.885 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADWs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018. O Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADWs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiram e não podem mais ser exercidos.

Em 11 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia verificou e confirmou a emissão de 1.500.457.256 Novas Ações Ordinárias que foram subscritas durante o prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, totalizando o montante de R\$ 1.867.761.121,44, das quais R\$ 218.969.453,00 foram destinados ao capital social e R\$ 1.678.798.658,44 à reserva de capital da Companhia. Do total de Novas Ações Ordinárias emitidas, (i) 856.519.080 Novas Ações Ordinárias foram entregues aos Custodiários de ADS para que sejam emitidos as ADSs correspondentes às tais Novas Ações Ordinárias, as quais serão entregues aos titulares de ADSs que exerceram seus direitos de preferência, e (ii) 673.938.276 Novas Ações Ordinárias serão entregues aos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais que exerceram seus respectivos direitos de preferência.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Companhia verificou o resultado dos pedidos de subscrição de sobras de Novas Ações Ordinárias ("Sobras de Novas Ações Ordinárias") não subscritas durante o período de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, tendo sido solicitado pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo o Custodiário de ADS, um total de 31.222.933 Sobras. O Conselho de Administração da Companhia confirmou, ainda, que tendo em vista o número de Sobras de Novas Ações Ordinárias solicitadas ser inferior ao total de Sobras de Novas Ações Ordinárias disponíveis, os pedidos de Sobras de Novas Ações Ordinárias apresentadas pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e detentores de ADSs seriam atendidos integralmente.

(AGU), em 240 (duzentas e quarenta) parcelas, a contar de 30 de junho de 2019, da seguinte forma: (i) da 1ª a 60ª prestação: 0,160%; (ii) da 61ª a 120ª prestação: 0,330%; (iii) da 121ª a 180ª prestação: 0,500%; (iv) da 181ª a 239ª prestação: 0,660%; e (v) a 240ª prestação: o saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas mediante a conversão em renda de valores depositados judicialmente para garantia desses créditos, a ser complementado, caso necessário, em moeda corrente. A partir do mês subsequente, a OI pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação SELIC;

Os demais créditos concursais não tributários das agências reguladoras, objeto de questionamento administrativo, por serem liquidos até esta data, serão pagos nos termos da cláusula 4.3.6 do PRJ, modalidade geral de pagamento de créditos quinquenários.

O Plano ainda prevê a possibilidade de a Companhia aderir a nova regra legal que venha a ser publicada no sentido de equacionar os créditos das agências reguladoras não tributários e sujeitos ao Plano. Destaque-se, contudo, que a ANATEL, integrante o grupo de instrumento nº 0010162-32.2018.8.01.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito de referência autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento.

Desta forma, as decisões judiciais em vigor estabelecem que os créditos não tributários da ANATEL em face do Grupo OI se submetem ao processo de recuperação judicial e serão pagos na forma prevista para os Créditos Concursais Agências Reguladoras (Cláusula 4.3.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado), tudo conforme deliberado pelos credores do Grupo OI na AGC, e decidido pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Por essa razão, com o vencimento da primeira parcela do crédito de titularidade da ANATEL, o Grupo OI requereu ao Juízo da Recuperação Judicial que fosse expedido ofício, direcionado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aos autos da medida cautelar nº 000554-7/2018.4.02.5.0101, em fase de apelação, para que fossem convertidos em renda os valores depositados judicialmente, nas datas de vencimento respectivas, os valores das 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, pelo que se faz requerer.

**Propostas de Pagamento do PRJ aprovado em AGC em 26 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018**

Os Credores do Grupo OI passaram a ser credores de dívida(s) emitida(s) pela Recuperanda que era a sua respectiva dívida original.

## Plano para Credores

Este item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Plano para pagamento aos Credores do Grupo OI, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, favor consultar os termos do PRJ disponibilizado no site [www.rejudi.org.br](http://www.rejudi.org.br). Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ deverá prevalecer o PRJ.

Nota-se que, conforme definido no Anexo 1.1 do PRJ, considera-se, para fins de contagem do prazo das condições de pagamento, a data de publicação da decisão de homologação judicial do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, no diário oficial, da decisão de primeiro grau concessiva da Recuperação Judicial, ocorrida em 8 de janeiro de 2018, tendo sido publicada no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, contra a qual não haja recurso com atribuição de efeito suspensivo.

## Classe I - Credores Trabalhistas

O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo:

Regra geral: o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, devem ser pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido.

Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de seus reclamamentos:

• Pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo.

• Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo OI, o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo OI deve levantar a diferença a seu favor.

O pagamento dos Credores Trabalhistas sem depósito em garantia de seus reclamamentos será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo.

## Crédito da Fundação Atlântico

• Pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.

• Juros/atualização monetária: 5 anos de carência de juros, INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/atualização monetária capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal.

## Classe II - Credores com Garantia Real

Os credores da Classe II devem ser pagos conforme abaixo:

Recebimento do valor da dívida original pelo Credor, o qual constou na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros/atualização monetária conforme abaixo:

• O pagamento do principal deve ser feito da seguinte forma:

• 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano;

• O principal deve ser pago em 106 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

ações, a diluição das participações dos atuais acionistas, o aumento de capital e a alteração do quadro de capital da Companhia. A ANATEL realizou a determinação de que qualquer alteração no Conselho de Administração da Companhia deve ser submetida previamente para análise do Regulador.

Em 18 de junho de 2018, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por meio do Despacho SG nº 753/2018, decidiu não conhecer da operação de reestruturação dos "Bônus" qualificados, a qual havia sido notificada, por cautela, à referida autoridade exclusivamente para garantir o cumprimento do PRJ dentro dos prazos acordados. De acordo com o entendimento da Superintendência-Geral do CADE, a operação não foi conhecida em razão do não preenchimento do requisito de faturamento previsto na Lei nº 12.529/2011. Não houve manifestações contrárias à referida decisão.

Com a confirmação da decisão do CADE, e considerando a decisão do Conselho Diretor da ANATEL que concedeu a anuência prévia solicitada pela Companhia para a realização do aumento de capital previsto na Cláusula 4.3.2 do PRJ, foram devidamente verificadas ou dispensadas todas as condições precedentes estabelecidas no Plano para o encerramento da formalização societária para a realização do referido aumento de capital, cujos efeitos da conversão da dívida em instrumento patrimonial ocorreu após a Homologação do PRJ, ocorrida em 5 de fevereiro de 2018 - Nota 2 (i).

## Classe 4: Modalidade de Pagamento Geral

Esta oferta é aplicada aos credores que não se enquadraram nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, alinhem seus limites e o credor ainda não tenha sido pago.

• O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo de carência de 20 anos.

• Juros/atualização monetária:

• TR ao ano, em caso de créditos quinquenários que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal.

• Sem juros em caso de créditos quinquenários que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

• A Companhia terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e juros capitalizados.

• Limite de pagamento: R\$ 70.000.000.000, subtraído o valor dos créditos concursais que foram reestruturados de outra forma nos termos do plano.

## Credores Fornecedores Parcelas

• Credores Fornecedores Parcelas, fornecedores de bens ou serviços que mantiveram termos e condições pactuados anteriores à data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, tiveram seus créditos não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Grupo OI pagos até o limite de R\$ 150 mil, em até 20 dias (deis) contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento.

Caso estes fornecedores possuam créditos em montante superior a R\$ 150 mil, receberão o saldo remanescente com desconto de 10% em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% em caso de créditos em Reais, e (ii) 0,5% ao ano em caso de créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

## Credores de partes relacionadas

Credores referentes a mútuos realizados entre as empresas Recuperandas do Grupo OI, mútuos estes realizados com recursos decorrentes de operações realizadas no mercado internacional pelas Recuperandas, devem ser pagos conforme descrição abaixo:

• O principal será pago a partir do 29º ano após a quitação dos créditos da Modalidade de Pagamento Geral. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas.

• Atualização monetária: TR para créditos "intercompany" em Reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. Sem juros para créditos "intercompany" em Dólares Norte-Americanos ou Euros. As Empresas OI podem convencionar forma alternativa de extinção dos créditos "intercompany" nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas estabelecido na forma da lei.

## Geração de Caixa Excedente ("Cash Sweep")

Os Credores Quinquenários, MEPP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de seus créditos contra o Grupo OI com o "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente entre os créditos, conforme as seguintes condições:

• Nos primeiros 5 anos após a Homologação Judicial do Plano, o Grupo OI destinará o equivalente a 100% do montante da receita líquida da venda de ativos que excederem US\$ 20 milhões para investimentos em suas atividades.

• A partir do 6º ano após a Homologação Judicial do Plano, o Grupo OI destinará o montante equivalente a 70% do Saldo de Caixa que exceder o Saldo de Caixa Mínimo.

• O Saldo de Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre:

(i) 25% da soma de OPEX e CAPEX do ano anterior; ou

(ii) R\$ 5 bilhões.

• Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo de Caixa Mínimo.

## Aumento de Capital - Novos Recursos

Respeitado o direito de preferência dos acionistas e cumpridas ou dispensadas as condições precedentes previstas no Contrato de "Backstop" ou no PRJ, a Companhia se obriga a realizar o Aumento de Capital - Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000.

O Prazo de Emissão das Novas Ações Ordinárias (I) será estabelecido pela decisão do Juízo de R\$ 3.000.000.000, e



de Sobras de Novas Ações Ordinárias ("Sobras de Novas Ações Ordinárias") não inscritas durante o período de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, tendo sido solicitado pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo o Custodiante de ADS, um total de 91.322.333 Sobras. O Conselho de Administração da Companhia confirmou, ainda, que tendo em vista o número de Sobras de Novas Ações Ordinárias solicitadas ter sido inferior ao total de Sobras de Novas Ações Ordinárias disponíveis, os pedidos de Sobras de Novas Ações Ordinárias apresentados pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e detentores de ADSs foram atendidos integralmente.

Em 21 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia verificou o resultado da integração das Sobras de Novas Ações Ordinárias e confirmou a emissão de 91.322.333 Sobras de Novas Ações Ordinárias inscritas pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo 49.156.550 Sobras de Novas Ações Ordinárias inscritas pelo Custodiante de ADS de acordo com as instruções recebidas dos titulares de ADSs, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor de R\$ 113.000.000,00. Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Companhia confirmou que as 169.268.162 Novas Ações Ordinárias não inscritas durante o período de exercício do direito de preferência e subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias serão inscritas pelos investidores "Backstoppers", nos termos do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). Ainda, nessa mesma data, o referido Conselho de Administração, verificou que investidores "Backstoppers" representando 84,4% do total do compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos optaram, na forma do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por receber o prêmio de compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos em ações ordinárias, na forma da Cláusula 5 do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement") e, dessa forma, aprovou, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement") homologados judicialmente, a emissão de 272.148.705 (Dois de Cem e Setenta e Dois Milhões e Quarenta e Oito Mil e Setecentos e Cinco) ações ordinárias.

Em 28 de janeiro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento ao que prevê o Plano e nos termos do Aumento de Capital - Novos Recursos, foram inscritas e integradas, no dia 25 de janeiro de 2019, 169.268.162 Novas Ações Ordinárias, correspondentes ao saldo de Novas Ações Ordinárias não inscritas pelos administradores durante o período de exercício do direito de preferência e o período de subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias ("Saldo de Novas Ações Ordinárias"). Com isso, foi concluído o Aumento de Capital - Novos Recursos, previsto na Cláusula 6 do Plano, mediante a subscrição e integração da totalidade das 3.225.806.451 Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4.000.000.000,00. Nesse mesmo Fato Relevante, a Companhia informou ainda que, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), os investidores "Backstoppers" que optaram por receber em ações seu prêmio de compromisso, na forma prevista na Cláusula 6.1.1.3 do Plano e no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), subscreveram e integraram as Ações do Compromisso, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, sob a forma de "American Depositary Shares". Tendo em vista o resultado da subscrição e integração das Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.255.001 ações, sendo 5.796.477.790 ações ordinárias e 157.722.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

#### Propostas de Pagamento previstas no PRJ

As propostas de pagamento do PRJ das Empresas Oi são aquelas incluídas no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, nos termos em que foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 3 de janeiro de 2018. O PRJ foi apresentado em 22 de dezembro de 2017 pelo Administrador Judicial, nos autos do processo eletrônico nº 023071-1/2018, 19.0001, e está disponível para consulta no endereço eletrônico da Oi ([www.oirejudicial.com.br](http://www.oirejudicial.com.br)) e no site do Tribunal de Justiça ([www.tjrn.br](http://www.tjrn.br)), e que seguem abaixo resumidas, mas que devem ser lidas em conjunto com o PRJ propriamente dito. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ, deverá prevalecer o disposto no PRJ.

#### Programa para Acordo com Credores

Em 23 de junho de 2017, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que, conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, seria iniciado, programa para acordo com credores das Empresas Oi constantes da Relação de Credores do administrador judicial, publicado em 29 de maio de 2017 ("Credor Oi" e "Programa para Acordo com Credores" ou "Programa", respectivamente), cuja participação foi eleiada mediante acesso da plataforma [www.credoroi.com.br](http://www.credoroi.com.br).

O Programa para Acordo com Credores previa, para o Credor Oi cujo crédito fosse inferior ou igual a R\$ 50.000,00, a antecipação, pelo Grupo Oi, de 30% do valor objeto do programa, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi, sendo os 70% do crédito remanescente recebidos após a Homologação do PRJ, a serem pagos no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores. O Credor Oi cujo crédito fosse superior a R\$ 50.000,00 também teria o direito de participar do Programa para Acordo com Credores, caso em que receberia uma antecipação de R\$ 50.000,00, mediante a aceitação do acordo pelo Credor Oi no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores e o restante do crédito seria pago na forma do Plano. O Programa para Acordo com Credores beneficiou os Credores Oi participantes na medida em que possibilitou a antecipação de parte do valor objeto do Programa.

O Programa foi temporariamente suspenso por força de decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir dessa data, tendo sido encerrado em 8 de dezembro de 2017.

O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 33 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 3 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 360 milhões para o pagamento dos acordos celebrados no âmbito do Programa.

#### Credores Concursuais e Agências Reguladoras

A Companhia entende que a imposição pela ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido de recuperação judicial.

A Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o patrimônio de cerca de R\$ 14,5 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para cálculo desse valor, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo Oi, dos quais vinha-se reconhecendo como provável para contingências os montantes de R\$ 152.445 e R\$ 580.182, contabilizados e consolidados respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (Nota 22). A Companhia discorda e contesta da existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, necessitando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro de 2017, relativamente, a ANATEL, foi transferido para o contra a pagar em razão de uma decisão judicial que anulou parte das multas aplicadas, em processo da PGR.

#### Classe II - Credores com Garantia Real

Os credores da Classe II devem ser pagos conforme abaixo:

Recebimento do valor da dívida original pelo Credor, o qual constou na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros atualizada monetária conforme abaixo:

O pagamento do principal deve ser feito da seguinte forma:

\* 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano;

\* O principal deve ser pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 12*	0,0%
13 a 132*	0,33%
133 a 179*	1,67%
180*	1,71%

\* 4 anos de carência de juros.

Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescida de 2,945732%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal.

#### Classes III e IV - Credores Quingratários e MEIEPP

A proposta de pagamento para os Credores Quingratários e MEIEPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ:

Pagamento linear Credores Quingratários: Credores Quingratários e MEIEPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil Real), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano.

Credores Quingratários e MEIEPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (um mil Real), puderam optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordassem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (um mil Real), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos correlatos, sendo o pagamento feito em até 23 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento.

Credores Quingratários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe III e IV de titularidade dos Credores Quingratários devem ser pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio da tabela abaixo:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20%
R\$ 10.000,01 a R\$ 50.000,00	30%
Acima de R\$ 50.000,00	50%

\* Pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado;

\* Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo deve ser pago após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada;

\* Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável, após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor.

Credores Quingratários e MEIEPP que não sejam pagos nas formas previstas acima puderam optar por pagamentos em apenas uma das formas a seguir descritas, limitadas a um montante máximo por oferta.

#### Opção de Reestruturação 1:

\* Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Real pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolherem esta opção, até o limite máximo de R\$ 10.000.000.000,00, podendo escolher uma das seguintes opções: (i) reestruturação dos créditos; (ii) debêntures privadas; ou (iii) debêntures públicas.

\* Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Dólares Norte-Americanos pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolherem esta opção, até o limite máximo de USD 1.150.000.000,00.

\* 60 meses de carência de principal;

\* O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10*	0,0%
11 a 20*	2,0%
21 a 30*	5,7%
31*	5,9%

\* A taxa de juros é (i) correspondente à taxa anual de 80% do CDI para os créditos em Real; e (ii) 1,75% ao ano para os créditos em Dólares Norte-Americanos, sendo que os juros são capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano;

\* Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, devem ser pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.

#### Opção de Reestruturação 2:

\* Os credores que optaram por essa modalidade de pagamento tiveram seus créditos reestruturados em Dólares Norte-Americanos, em até 6 meses após a Homologação Judicial do Plano, observando o limite máximo de USD 850.000.000,00.

\* 60 meses de carência de principal;

\* O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10*	0,0%
11 a 20*	2,0%
21 a 30*	5,7%
31*	5,9%

\* Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano, sendo que:

\* Durante o período de carência de principal devem ser pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes devem ser capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros devem ser pagos semestralmente.

\* Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.

\* A cessação de direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da Oi.

#### Reestruturação dos "Bonds"

Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados:

Caixa Mímino.

#### Aumento de Capital - Novos Recursos

Respeitado o direito de preferência dos acionistas e cumpridas ou dispensadas as condições precedentes previstas no Contrato de "Backstop" ou no PRJ, a Companhia se obriga a realizar o Aumento de Capital - Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000.

O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações da Oi em circulação no dia útil imediatamente anterior ao aumento de capital, observados eventuais ajustes previstos no Contrato de "Backstop".

Observadas as condições previstas naquele contrato, será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações ordinárias de emissão da Companhia aos investidores identificados que se comprometeram a fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do aumento de capital nos termos definidos no contrato. Determinados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologar o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinada a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados.

#### Obrigações Adicionais e outras situações relevantes:

**Restrição a Pagamentos de Dividendos:** O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperação), exceto nas hipóteses previstas no Plano.

As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma:

(i) até o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente líquido líquido consolidado da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante.

**Suspensão de Obrigações:** Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão") no que se refere aos Créditos Concursuais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concursuais a serem negociados e pagos na forma do Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas"):

\* Resgate anual antecipado com Garantia de Caixa Excedente;

\* Restrição a Pagamento de Dividendos.

As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos tomados ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos).

Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelarem os "ratings" de grau de investimento ou reduzirem os "ratings" de Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltarão a ser aplicáveis.

**Condições Precedentes:** O PRJ estabelece um conjunto de condições precedentes resolúveis e suspensíveis que precisam ser verificadas ou formal e expressamente dispensadas pelos credores quingratários qualificados para a realização do Aumento de Capital - Novos Recursos. Em 31 de dezembro de 2018, todas as Condições Precedentes tinham sido verificadas ou dispensadas.

**Alienação de Bens do Ativo Patrimonial:** O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia vem desenvolvendo esforços no sentido da alienação de alguns investimentos financeiros, não tendo ainda concluído qualquer operação.

**Reorganização Societária:** O PRJ, no anexo da cláusula 7.1.1, lista um conjunto de operações de reorganização societária que a Administração pode implementar com vista a otimizar e incrementar os resultados da Companhia, contribuindo para o cumprimento das obrigações do PRJ. Em 1 de março de 2018 foi concluída a incorporação da Oi Internet na Oi Móvel.

#### Empresas subsidiárias da Companhia

As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

#### Empresas relacionadas às operações continuadas

Empresa	Atividade	País sede	2016	2017	2017
Oi Holanda	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%	100%	
Portugal Telecom Internacional		Portugal	100%	100%	
France B.V.	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%	100%	
CYTEL BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%	100%	
Carriagis Finance S.A.L	Gestão de investimentos	Luxemburgo	100%	100%	
Copart S	Investimentos em propriedades	Brasil	100%	100%	
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. ("Rio Alto")	Gestão de carteira de dívidas creditícias e participação em outras sociedades	Brasil	100%	100%	
Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros")	Serviços financeiros	Brasil	99,67%	0,13%	99,67%
Bryophy SP Participações Ltda.	Investimentos em propriedades	Brasil	99,80%	0,29%	99,80%
Telepar	Telefonia Fixa - Região I	Brasil	100%	100%	
Oi Móvel	Telefonia móvel - Região I, II e III	Brasil	100%	100%	
Pago Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamento e de crédito	Brasil	100%	100%	
Pago Acquire Gestão de Meios de Pagamento Ltda.	Sistemas de pagamento e de crédito	Brasil	100%	100%	
Pago Administradora Ltda. ("Pago Administradora")	Sistemas de pagamento e de crédito	Brasil	100%	100%	
Serde - Serviços de Rede S.A. ("Serde")	Serviços de rede	Brasil	17,51%	82,48%	18,57%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BT Multimídia")	Tráfego de dados	Brasil	100%	100%	
Copart 4	Investimentos em propriedades	Brasil	100%	100%	
Domino Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Compras e venda de imóveis	Brasil	100%	100%	
Brasil Telecom Call Center S.A.	Serviços de centrais de atendimento a	Brasil	100%	100%	



O Programa, para Acordo com Credores, previa, para o Credor OI cujo crédito fosse inferior ou igual a R\$ 50.000,00, a antecipação, pelo Grupo OI, de 90% do valor objeto do programa, mediante a antecipação do acordo pelo Credor OI, sendo os 10% do crédito remanescente recebidos após a homologação do PRL, a serem pagos no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores. O Credor OI cujo crédito fosse superior a R\$ 50.000,00 também teria o direito de participar do Programa para Acordo com Credores, caso em que receberia uma antecipação de R\$ 50.000,00, mediante a antecipação do acordo pelo Credor OI no prazo e nas condições previstas no Programa para Acordo com Credores e o restante do crédito seria pago na forma do Plano O Programa para Acordo com Credores beneficiou os Credores OI participantes na medida em que possibilitou a antecipação de parte do valor objeto do Programa.

O Programa foi temporariamente suspenso por decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir desta data, tendo sido encerrado em 8 de dezembro de 2017.

O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 35 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 5 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 350 milhões para o pagamento dos acordos celebrados no âmbito do Programa.

#### Credores Concursuais Agências Reguladoras

A Companhia entende que a imposição pela ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo OI que culminou, consequentemente, com o pedido de recuperação judicial.

A Companhia afirma que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o patrimônio de cerca de R\$ 14,5 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para o Grupo OI, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo OI, dos quais viria-se reconhecendo como provável para contingências os montantes de R\$ 152.445 e R\$ 380.182, corroborados e consolidados respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 (Nota 22). A Companhia discorda e contesta da existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, ressaltando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço. Cumpre mencionar que, parte do montante registrado em dezembro de 2017, relativamente, a ANATEL foi transferido para o contas a pagar (circulante e não circulante) como parte dos registros oriundos do PRL.

Cumpre ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo OI, insurge-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como contra a instauração de procedimentos de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL, por meio dos atos de instrumento nº 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0008963-13.2016.8.19.0000. Quanto ao agravo nº 0043065-84.2016.8.19.0000, interposto contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o recurso foi julgado no sentido de manter-se a submissão dos créditos da ANATEL à recuperação. O agravo interposto contra a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL aguarda julgamento. De qualquer sorte, tendo em vista a ausência de interesse da ANATEL no procedimento de mediação em questão, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, em 25 de fevereiro de 2018, na qual determinou a suspensão do procedimento de mediação entre a ANATEL e a Companhia.

Passante-se, ainda, que além do parecer do Administrador Judicial sobre a concursalidade dos créditos da ANATEL, a Companhia pediu a elaboração de mais três pareceres de renomados juristas nacionais, todos no sentido da manutenção dos créditos da ANATEL no âmbito da recuperação judicial.

A ANATEL se insurge, ainda, contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial, por meio do agravo de instrumento nº 0070448-83.2017.8.19.0000, interposto contra a decisão proferida nos autos de sua impugnação de crédito, por meio da qual o Juízo da Recuperação Judicial reafirmou o entendimento sobre a concursalidade dos créditos não tributários da agência reguladora. Ao apreciar o pedido de tutela recursal formulado pela ANATEL, o Desembargador César Augusto Rodrigues Costa, Peleitor, na ocasião, determinou que fosse mantida a submissão à recuperação judicial e concedeu parcial efeito suspensivo para determinar a exclusão de eventuais créditos tributários tributizados pela ANATEL, assim como os encargos legais provenientes de sua cobrança e as respectivas multas punitivas por infrações tributárias. Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interno interposto pela ANATEL contra a decisão, bem como o julgamento do mérito recursal pela 8ª Câmara Cível. Some-se a isso, o entendimento firmado pelo Ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Conflito de Competência nº 154.977/RJ, apoiado por parecer do Ministério Público Federal, o qual, em decisão monocrática, reconheceu que a submissão do crédito da ANATEL deverá ser discutida nos autos da recuperação judicial, por meio de recurso próprio. Além dos recursos citados, a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 0048871-12.2017.8.19.0000, contra a decisão que recebeu, sem apreciar o mérito, sua objeção ao plano de recuperação judicial. Nesse recurso foi concedido, parcialmente, pelo Desembargador César Augusto, da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o efeito suspensivo requerido pela Agência, para determinar a suspensão da aplicação à ANATEL das cláusulas 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRL que então havia sido apresentado pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL, e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A OI, de todo modo, modificou os termos do PRL, que mantêm previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL e foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, e homologado, no dia 8 de janeiro de 2018, pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A ANATEL também interpôs o agravo de instrumento nº 0055283-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos autos da recuperação judicial, por meio da qual foi designada a realização da Assembleia Geral de Credores do Grupo OI sem que fosse acolhido o pedido da ANATEL de exclusão de todos os seus créditos. O recurso não foi conhecido e, posteriormente, foi negado provimento ao agravo interno interposto pela ANATEL e rejeitados os embargos de declaração opostos.

O Novo Plano apresentado e aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o qual restou homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, prevê a seguinte forma de pagamento dos Créditos Concursais Agências Reguladoras, o que inclui os créditos não tributários da ANATEL no valor de cerca de R\$ 14,5 bilhões, em 30 de junho de 2016:

• Pagamento dos créditos concursais não tributários, cuja gestão seja de competência da Advocacia Geral da União

0 a 10%	0,0%
11% a 20%	2,0%
21% a 30%	5,7%
31%	5,9%

• A taxa de juros é (i) correspondente à taxa anual de 60% do CDI para os créditos em Reais, e (ii) 1,75% ao ano para os créditos em Dólares Norte-Americanos, sendo que os juros são capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 6º mês da Homologação do Plano;

• Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, devem ser pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.

#### Opção de Reestruturação 2:

• Os credores que optaram por esta modalidade de pagamento tiveram seus créditos reestruturados em Dólares Norte-Americanos, em até 6 meses após a Homologação Judicial do Plano, observado o limite máximo de USD 650.000.000,00.

• 60 meses de carência de principal;

• O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10º	0,0%
11º a 20º	2,0%
21º a 30º	5,7%
31º	5,9%

• Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 6º mês da Homologação do Plano, sendo que:

• Durante o período de carência de principal devem ser pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes devem ser capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros devem ser pagos semestralmente.

• Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.

• A cessão de direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da OI.

#### Reestruturação dos "Bonds":

##### Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados:

• Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos de até USD750.000,00, sendo que o limite máximo desse oferta é de USD300.000.000,00.

• Deságio de 50%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal.

• Carência do principal: 6 anos a partir da homologação do Plano.

• O principal é equivalente a 50% dos créditos dos "Bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 12º	0,0%
13º a 18º	4,0%
19º a 23º	12,50%
24º	12,70%

• Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizados anualmente ao valor do principal e pago a partir do 7º mês contado da homologação judicial do Plano.

##### Reestruturação dos "Bonds" qualificados:

• Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos acima de USD750.000,00, que receberam o seguinte:

• Ações ordinárias emitidas pela OI e deixadas pela PTIF;

• Um pacote com:

• Novas "Notes";

• Novas Ações Ordinárias I, e

• Bônus de Subscrição.

• Razões de troca para cada US\$64.573,98:

• 9.137 ações ordinárias emitidas pela OI e deixadas pela PTIF;

• Novas "Notes", emitidas ao valor de face de USD130.000;

• 119.017 Novas Ações Ordinárias I;

• 9.155 Bônus de Subscrição.

OBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferências de emissão da OI é de 825.760.992.

• As Novas "Notes" foram emitidas em múltiplos de USD1.000, com o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100.167,45.

• Vencimento: 7º ano após a sua data de emissão.

• O principal será pago em parcela única com vencimento no 8º ano após a data de emissão;

• Juros: pode acontecer de uma das duas formas abaixo:

• 10% ao ano, pagos semestralmente; ou

• Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 8% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 3º mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4º ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente.

• As Novas Ações Ordinárias I são devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos:

• Foram emitidas 1.514.299.693 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário de R\$ 100, de modo que o montante total foi de R\$ 10.600.000.000.

• Bônus de subscrição: foram emitidos até 116.490.467 Bônus de Subscrição.

Em 13 de junho de 2018, a ANATEL enviou com a reestruturação dos "Bonds" qualificados, por meio do Acórdão nº 338/2018, autorizando as etapas necessárias para o aumento de capital e as demais medidas necessárias para o cumprimento da Cláusula 4.3.3.2 do PRL. Em específico, a conversão autorizada implicou a emissão de novas

Empresas subsidiárias da Companhia  
As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:  
Empresas relacionadas às operações contínuas

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2016	2016	2017	2017
OI Holanda	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
Portugal Telecom Internacional	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
Finance BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%		100%	
CVTEL BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%		100%	
Carifone Finance S.A.L.	Gestão de investimentos	Luxemburgo	100%		100%	
Coyent5	Investimentos em propriedades	Brazil	100%		100%	
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. (Rio Alto)	Gestão de carteira de créditos e participação em outras sociedades	Brazil	100%		100%	
OI Serviços Financeiros S.A. (OI Serviços Financeiros)	Serviços financeiros	Brazil	99,87%	0,13%	96,87%	0,13%
Eryphya SP Participações Ltda.	Investimentos em propriedades	Brazil	99,80%	0,20%	96,80%	0,20%
Telefonos Fios - Região I	Telefonia Fios - Região I	Brazil	100%		100%	
Telefonos Fios - Região II e III	Telefonia Fios - Região II e III	Brazil	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamento e de crédito	Brazil	100%		100%	
Paggo Acquire Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamento e de crédito	Brazil	100%		100%	
Paggo Administradora Ltda. (Paggo Administradora)	Sistemas de pagamento e de crédito	Brazil	100%		100%	
Sede - Serviços de Rede S.A. (Sede)	Serviços de rede	Brazil	1751%	82,49%	18,57%	81,43%
Brazil Telecom Comunicação	Tráfego de dados	Brazil	100%		100%	
Multimídia Ltda. (BT Multimídia)	Investimentos em propriedades	Brazil	100%		100%	
Coyent 4	Compra e venda de imóveis	Brazil	100%		100%	
Dommo Empreendimentos	Serviços de atendimento e telemarketing	Brazil	100%		100%	
Imobilizos Ltda.	Compra e venda de imóveis	Brazil	100%		100%	
Brazil Telecom Call Center S.A. (BT Call Center)	Serviços financeiros	Brazil	100%		100%	
BT Call Services Financeiros Ltda. (BT Call)	Internet WiFi	Brazil	100%		100%	
Porter Networks S.A. (Porter)	Internet WiFi	Brazil	100%		100%	
Porter Peru S.A.C.	Internet WiFi	Peru	100%		100%	
VEX Venezuela CA	Internet WiFi	Venezuela	100%		100%	
Estados Unidos						
VEX USA Inc.	Internet WiFi	Estados Unidos	100%		100%	
VEX Ukraine LLC	Internet WiFi	Ucrânia	40%		40%	

#### Empresas classificadas como ativos mantidos para venda

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2016	2016	2017	2017
PT Participações, SGPS, S.A. (PT Participações)	Gestão de participações sociais	Portugal	100%		100%	
OI Investimentos Internacionais S.A. (OI Investimentos)	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos	Portugal	100%		100%	
Alicatel GmbH & Co. KG	Gestão de investimentos	Alemanha	100%		100%	
Alicatel GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha	100%		100%	
Alicatel Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda	88%		88%	
PT Ventures, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais	Portugal	88%		88%	
Directel - Listas Telefônicas Internacionais, Ltda.	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal	88%		88%	
TTT - Telecomunicações	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal	88%		88%	
Polifone de Timor, S.A. (TPPT)	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal	88%		88%	
Directel Cabo Verde- Serviços de Comunicação, Ltda.	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Cabo Verde	Cabo Verde	51,60%		51,60%	
Kenya Postel Directories, Ltd.	Produção, edição e distribuição de listas telefônicas e outras publicações	Quênia	51,60%		51,60%	
Ela - Empresa de Listas Telefônicas de Angola, Ltda.	Produção de listas telefônicas	Angola	47,30%		47,30%	
Timor Telecom, S.A.	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor	44%		44%	
CSF - Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. P.L.	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe	43,86%		43,86%	
LTW - Listas Telefônicas de Moçambique, Ltda.	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificações de telecomunicações	Moçambique	43%		43%	



continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (Prejuízo) do exercício	24.591.140	(6.365.018)	24.615.555	(6.656.182)
Gainho atuarial	108.909	30.500	106.515	30.253
Perda atuarial reflexa	(1.394)	(247)		
Variação cambial sobre investimento no exterior	(35.717)	141.824	(110.098)	163.770
Resultado abrangente antes dos impostos	24.660.938	(6.192.942)	24.616.972	(6.482.138)
Exato dos impostos sobre outros resultados abrangentes:				
Perda atuarial	(35.875)	(10.371)	(36.875)	(10.371)
Total do resultado abrangente do exercício	24.625.063	(6.203.313)	24.579.977	(6.472.510)
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	24.625.063	(6.203.313)	24.625.063	(6.203.313)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador			(49.866)	(269.197)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>				
Vendas de serviços e mercadorias	6.018.117	6.918.051	30.426.546	36.358.432
Descontos incondicionais e devoluções	(7.245)	(297.961)	(1.641.178)	(4.840.817)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(98.622)	(119.528)	(897.324)	(691.807)
Outras receitas	693.357	945.684	2.202.793	2.268.169
	6.604.807	7.246.246	30.290.839	33.074.917
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos com intermediação	(155.889)	(239.043)	(658.068)	(778.383)
Materiais e energia	(370.558)	(347.671)	(1.478.994)	(1.387.583)
Custos de mercadorias vendidas			(223.122)	(253.790)
Serviços de terceiros	(1.884.733)	(1.956.683)	(7.344.404)	(7.987.525)
Outros	(39.846)	(63.800)	(633.871)	(768.964)
	(2.450.926)	(2.607.197)	(10.338.459)	(11.173.945)
<b>Valor adicionado bruto</b>	4.153.881	4.739.049	19.952.380	21.898.072
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(1.707.288)	(1.072.245)	(5.611.123)	(5.109.292)
Provisões/Reversões (inclui atualização monetária)	(78.729)	(394.825)	(429.138)	(1.144.108)
Reversões/Perdas com imparidade	(291.758)	4.725.275	(291.758)	4.700.661
Outras despesas	(1.289.975)	(2.714.502)	(5.383.385)	(6.474.073)
	(3.347.760)	543.903	(11.925.414)	(10.026.812)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	806.221	5.282.952	8.026.966	11.871.260
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Equivalência patrimonial	(3.034.084)	(5.538.900)	(13.492)	(403)
Receitas financeiras	30.118.209	3.665.734	30.360.461	7.136.459
	27.084.145	(1.874.168)	30.336.969	7.136.056
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	27.080.366	3.408.786	38.963.355	19.007.296
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	22.005.345	(5.135.689)	21.340.608	(5.557.540)
Itens do resultado que não afetam o caixa				
Escargos, rendimentos financeiros, atualizações monetárias e cambiais	(1.285.288)	3.222.285	(2.043.357)	5.120.203
Gainho na reestruturação de empréstimos com juros	(3.289.809)		(11.054.600)	
Ajuste a valor justo de empréstimos e financiamentos	(22.874.912)		(13.928.659)	
Ajuste a valor presente de outros passivos	(392.373)	(1.611.992)	(1.157.043)	(4.873.000)
Depreciação e amortização	1.072.288	1.072.245	5.611.123	5.109.292
Obrigações onerosas	1.333.228		4.883.620	
Perdas (reversões) com imparidade	291.758	(4.747.141)	291.758	(4.747.141)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	99.629	161.380	85.127	784.403
Provisões/Reversões	(19.455)	2.552.119	93.025	7.382.304
Provisão para fundos de pensão	206	429	267	559
Equivalência patrimonial	3.034.084	5.538.900	13.492	433
Perda na baixa de ativo permanente	88.532	28.938	215.398	211.735
Taxa de promoção do contrato de concessão - ANATEL	22.825	28.994	68.333	88.558
Participação de empregados e administradores	42.402	61.129	237.053	298.789
Atualização monetária de provisões/reversões	(52.907)	174.394	228.070	674.568
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	20.567	17.736	28.079	27.294
Outros	(262.855)	165.041	(637.518)	449.722
	473.563	1.526.736	5.229.721	4.850.379
<b>Mutuações patrimoniais</b>				
Contas a receber	(239.535)	(349.399)	(365.771)	(253.469)
Estoque	(8.883)	(28.321)	(48.280)	173.283
Tributos	97.432	430.769	121.951	477.164
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(536.754)	(64.540)	(1.191.664)	(801.200)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	392.455	47.844	1.103.920	775.456
Fornecedores	(151.096)	(561.059)	(890.900)	(374.003)
Saltos, encargos sociais e benefícios	(63.410)	5.148	(253.932)	(42.727)
Provisões	(148.821)	(85.472)	(434.374)	(425.649)
Variação de ativos e passivos mantidos para venda			(257.843)	701.416
Outras contas ativas e passivas	387.195	(561.342)	525.860	(467.067)
	(331.417)	(1.176.352)	(1.661.803)	(377.96)
Encargos financeiros pagos - Dívida			(19.215)	(1.412)
Encargos financeiros pagos - Outros			(2.854)	(2.515)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(4.155)	(25.485)	(495.038)	(314.162)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros			(188.445)	(192.736)
Dividendos recebidos	60.238	65.742		
	40.087	39.398	(768.562)	(510.823)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	187.333	390.322	2.862.536	4.401.758
<b>Atividades de investimento</b>				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(754.680)	(718.208)	(5.246.241)	(4.344.238)
Créditos com partes relacionadas e debêntures - Liberações	(21.835)			
Créditos com partes relacionadas e debêntures				
- Resgate de debêntures	125.638	15.615		
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	18	4.862	22.276	5.016
Caixa recebido por redução de capital em controlada	15.000	150.000		
Daycofins e bloqueios judiciais	(378.948)	(178.977)	(775.853)	(425.553)
Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	744.138	176.516	1.083.043	343.129
Aumento de capital em controlada	(1.964.042)			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	(2,222.711)	(558.180)	(4,816.875)	(4,421.656)
<b>Atividades de financiamento</b>				
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos			(161.884)	(659)
Debitos com partes relacionadas e debêntures				
- Pagamentos			(110)	

da Recuperação Judicial determinou novamente o adiamento da AGC para os dias 7 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 8 de dezembro de 2017, se necessário, e 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário.

Novamente, em 28 de novembro de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial, determinou o adiamento da AGC para o dia 19 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 20 de dezembro de 2017, se necessário, e em 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário.

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a AGC foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018 ("Homologação do PRJ"), dando início ao prazo para que os credores das Recuperações pudessem escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ, o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018, sendo para detentores de "Bonds", cujo prazo foi estendido até o dia 8 de março, conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de fevereiro de 2018.

Em 10 de abril de 2018, a PTIF e a Oi Holanda apresentaram perante o Tribunal holandês seus "Composition Plans", cujos termos são semelhantes aos do PRJ aprovado pelos credores na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em decisão judicial proferida no dia 8 de janeiro de 2018, com efeitos contados a partir da respectiva publicação no Diário Oficial ocorrida em 5 de fevereiro de 2018 ("Composition Plan" ou "Composition Plans") - bem como requereram fossem designadas as datas para submissão de créditos e votação dos "Composition Plans", o que foi deferido pelo Tribunal holandês na mesma data, tendo sido designadas as datas de 17 de maio de 2018 para a submissão de créditos e a data de 1 de junho de 2018 para a deliberação sobre cada um dos "Composition Plans" em assembleia de credores da PTIF e da Oi Holanda.

Na mesma data, ou seja, em 10 de abril de 2018, a Oi divulgou Comunicado ao Mercado informando sobre a decisão acima, bem como sobre o procedimento de solicitação de consentimento ou "consent solicitation" aos "noteholders" da PTIF e da Oi Holanda para fins de votação do seu "Composition Plan" para os detentores das Notas 6,25% emitidas pela PTIF com vencimento em 2016 (ISIN Nº PTTPTC0MKN08) ("PTIF Retail Notes"), Notas 4,375% emitidas pela PTIF com vencimento em março de 2017 (ISIN Nº XS0215328293(3)), Notas 5,242% emitidas pela PTIF com vencimento em novembro de 2017 (ISIN Nº XS0414179804), Notas 5,875% emitidas pela PTIF com vencimento em 2018 (ISIN Nº XS0483309193), Notas 5,00% emitidas pela PTIF com vencimento em 2019 (ISIN Nº XS0406294343), Notas 4,625% emitidas pela PTIF com vencimento em 2020 (ISIN Nº XS0227581842), Notas 4,50% emitidas pela PTIF com vencimento em 2025 (ISIN Nº XS0221654200), Notas Senior 5,625% emitidas pela Oi Holanda com vencimento em 2021 (ISIN Nº XS1245245045 e XS1245244402), e Notas Senior 5,75% emitidas pela Oi Holanda com vencimento em 2022 (ISIN Nº XS10533MAC03 e XS10533MAC29 e P18445 AG4USP18445AG42) (em conjunto "PTIF e Oi Holanda Notes"). No caso da PTIF, também era objeto do "consent solicitation" a liberação da garantia prestada pela Oi, bem como a autorização para a Citicorp Trustee Limited (na qualidade de "trustee" das Notas) votar o "Composition Plan" da Oi Holanda em nome dos "noteholders".

Em 17 de abril de 2018 as Devedoras "Chapter 15" apresentaram à Corte de Falências dos Estados Unidos um pedido de "full force and effect" ("FFC Motion"), de modo que o PRJ, tal como homologado pela Justiça brasileira, seja reconhecido e executado em território norte-americano, o qual foi concedido no dia 14 de junho de 2018 pela Corte de Falências dos Estados Unidos.

A referida decisão, além de ter conferido plenos efeitos e eficácia ao PRJ, tal como homologado, nos Estados Unidos, também autorizou a realização de toda e qualquer etapa necessária para a implementação do PRJ, no que diz respeito às seguintes séries de dívidas regidas pela Lei de Nova York (i) 9,75% das "Senior Notes" com vencimento em 2016 emitidas pela Oi (CUSIP/ISIN Nº 10553M ACSUS10553MAC35 e P18445 AG4USP18445AG42); (ii) 5,125% das "Senior Notes" com vencimento em 2017 emitidas pela Oi (ISIN Nº XS0568301830 e XS0568301827); (iii) 9,50% das "Senior Notes" com vencimento em 2019 emitidas pela Oi (CUSIP/ISIN Nº 87944L ADIUS87944LAD10 e P9007H AK9USP9007HAK97); (iv) 5,50% das "Senior Notes" com vencimento em 2020 emitidas pela Oi (CUSIP/ISIN Nº 87944L ACUS87944LAE32, P9007H AL7USP9007HAL70 e 87944L AF6US87944LAF68); (v) 5,825% das "Senior Notes" com vencimento em 2021 emitidas pela Oi Holanda (ISIN Nº XS1245245045 e XS1245244402); e (vi) 5,75% das "Senior Notes" com vencimento em 2022 emitidas pela Oi Holanda (CUSIP/ISIN Nº 10553M ACSUS10553MAC29 e P18445 AG4USP18445AG42).

Em 1 de junho de 2018, os detentores das PTIF e Oi Holanda Notes aprovaram os "Composition Plans" da PTIF e Oi Holanda.

Em 11 de junho de 2018, o Tribunal de Amsterdã confirmou a aprovação dos "Composition Plans" da PTIF e da Oi Holanda ("Decisão de Homologação"). Como não houve a interposição de recurso e a Decisão de Homologação se tornou definitiva, a partir de 20 de junho de 2018, os "Composition Plans" começaram a surtir efeito no território holandês e, de acordo com a Lei Holandesa, a PTIF e a Oi Holanda saíram do estado de falência.

Também em 11 de junho de 2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que foi aprovada, em Reunião de Credores realizada em tal data, na forma prevista nas Cláusulas 4.3.3.5 (c) e 8.1.1 do Plano, a dispersa das condições precedentes ao Aumento de Capital - Capitalização de Créditos estabelecidas nos itens (ii) e (iv) do Anexo 4.3.3.5 (c) do Plano.

Em 19 de julho de 2018, foi requerida à ANATEL a anulação prévia para a efetivação do Aumento de Capital - Novos Recursos de que trata a Cláusula 6 do PRJ, em cumprimento à Cláusula 16.1, XVI do Contrato de Concessão de Serviço Telefônico Fixo Consultado celebrado pela Companhia.

Em 20 de julho de 2018, o Conselho de Administração homologou parcialmente o Aumento de Capital - Capitalização



	(39.1425)	(419.451)	(2.314.644)	(2.528.681)
<b>Impostos e taxas</b>				
Federais	2.681.429	(1.347.796)	2.312.877	(2.266.057)
Estaduais	(2.245.297)	(1.480.445)	(5.571.123)	(6.449.391)
Municipais	(20.783)	(45.451)	(308.176)	(410.482)
	1.415.349	(2.863.692)	(3.367.422)	(8.126.420)
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>				
Juros e demais encargos financeiros	(3.796.470)	(5.963.542)	(4.466.102)	(9.846.698)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(558.500)	(538.110)	(4.200.212)	(4.182.659)
	(4.322.970)	(6.501.652)	(8.666.314)	(14.009.347)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Participações de acionistas não controladores		(24.415)	291.143	
Prejuízos retidos	(24.591.140)	6.965.019	(24.591.140)	6.365.019
	(24.591.140)	6.965.019	(24.515.555)	6.656.162
<b>Valor adicionado distribuído</b>	(27.096.366)	(3.408.789)	(34.963.835)	(19.007.286)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Variação cambial sobre equivalentes de caixa	(8.032)	4.542	1.328	11.105	
<b>Fluxo de caixa do exercício</b>	(2.206.082)	(314.886)	(2.477.055)	(700.568)	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>					
Saldo final	1.668.059	3.875.141	4.385.329	6.862.984	
Saldo inicial	3.875.141	4.180.027	6.862.884	7.593.252	
<b>Variação no exercício</b>	(2.206.082)	(314.886)	(2.477.055)	(700.568)	
<b>Obrigações adicionais a demonstração do fluxo de caixa</b>					
Transações não caixa					
		<b>Controlado</b>	<b>Consolidado</b>		
		2016	2017	2018	2017
<b>Variação entre investimento econômico e financeiro (liquidação de imobilizado e intangível)</b>		574.121	530.132	1.034.475	1.451.068
<b>Compensação de depósitos judiciais contra provisões e outras obrigações</b>		(52.200)	314.504	845.088	382.071
<b>Aumento de capital em controle</b>		1.035.958			
<b>Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos</b>					
- No contexto da operação de recuperação judicial, não ocorreram movimentações de caixa decorrentes de passivos resultantes de atividades de financiamentos, sendo a movimentação ocorrida no exercício associada exclusivamente a encargos financeiros e liquidação de dívidas como parte do programa de negociação com pequenos credores.					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 - 2º andar. A Companhia adota, por meio de atos da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. - em Recuperação Judicial ("Telemar") a concessão para prestação de serviços de telefonia local na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e) atos da subsidiária integral Oi Móvel S.A. - em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL, vão até 31 de dezembro de 2025. Esses contratos de concessão possuem revisões quinzenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contando ainda com várias disposições de defesa dos interesses do consumidor, conforme penúltimo parágrafo regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 teria sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio do Conselho Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de novembro de 2016 e novamente por Conselho Deliberativo, a ANATEL promoveu a assinatura dos novos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017. Em 29 de junho de 2017, a ANATEL informou, por meio de ofício, que não mais realizará as alterações nos contratos de concessão nesta oportunidade. Assim, até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, há ainda a oportunidade de revisão em 31 de dezembro de 2022. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 79/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC, portanto, se promulgado na forma que está proposta é possível uma alteração do contrato de concessão fora da data de 31 de dezembro de 2022. Ao longo dos anos, a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como para avaliar a nossa capacidade em relação ao cumprimento das obrigações previstas nos termos dos contratos de concessão. Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ ou "Plano") pelos Credores e posterior homologação pelo juízo competente, a ANATEL, nesse contexto, passou a acompanhar a situação operacional/financeira das empresas integrantes do Grupo OI a partir da suspensão e extinção do referido PRJ.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que renova o Decreto nº 73/2010 e aprovou um Novo PGJM aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGJM, destaca-se o fato de que o Novo PGJM apresenta uma redução significativa na planta de aparelhos de uso público (TUPs), o substituto aos TUPs que deixam de ser obrigações, as concessionárias passando a implantar, dentre outras obrigações, sistemas de acesso não sem fio com suporte para conexão em banda larga. Para maiores detalhes, vide tópico específico nesta nota explicativa no subitem "Recuperação Judicial".

dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindir os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras "Chapter 15" sejam parte.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte da Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo a jurisdição dos tribunais americanos sobre a Telemar e a OI Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos de Lei nº 11.101/2005 com procedimento primeiro estrangeiro sujeito à Legislação Modelo da UNCITRAL, "United Nations Commission on International Trade Law" sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo I do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (SI-2006/101) ("Ortens de Reconhecimento").

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou o prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Companhia, Telemar e OI Móvel estão sujeitos a partir de 23 de junho de 2016.

Os acionistas também autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas OI, bem como ratificaram todos os atos praticados e providências tomadas até esta data.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas OI ("Primeira Lista de Credores"). O total dos credores com pessoas não controladas pela OI, conforme a Primeira Lista de Credores somada, aproximadamente, R\$ 65 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação de crédito (a "Habilitação de Crédito" ou "Habilitação"); se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores; ou (ii) uma divergência (a "Divergência"), se, de acordo com o ordeno, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro de 2016.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. O PRJ aditivo foi apresentado em juízo no dia 11 de outubro de 2017.

Em 17 de setembro de 2018, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na qual foram tomadas as seguintes deliberações: (i) ratificação da eleição do Conselho Administrativo formada por 11 membros independentes e indicada pela administração da Companhia para composição do Novo Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 9.2 e subcláusulas do Plano e aprovação do Presidente do Novo Conselho de Administração; (ii) aprovação da alteração do caput do artigo 9º do Estatuto Social, tendo em vista a homologação parcial do Aumento de Capital – Capitalização de Créditos pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2018, nos termos da Cláusula 4.3.5.5 do Plano; (iii) aprovação da proposta de alteração do limite do capital autorizado da Companhia, com a consequente alteração do artigo 8º do Estatuto Social; (iv) aprovação da proposta de inclusão de novo artigo no capítulo de Disposições Finais e Transições do Estatuto Social com vistas à adaptação do Estatuto Social às disposições do Plano com relação à composição do Novo Conselho de Administração; e (v) aprovação da reforma do Estatuto Social, conforme alterações constantes da Proposta de Administração.

Em 1 de outubro de 2016, por determinação do Juízo da Recuperação Judicial, por meio de decisões proferidas em 20 de agosto de 2016 (fls. 341.970/341.973) e 10 de setembro de 2016 (fls. 344.335/344.340), as Recuperandas deram início a procedimento de mediação com credores concursais que apresentaram incidentes de habilitação à impugnação ainda pendentes de decisão transitada em julgado, com o objetivo de que sejam consensualmente resolvidas as controvérsias existentes com relação ao valor dos créditos concursais por eles devidos.

Em 3 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento à Cláusula 4.3.3.6 do Plano e nos termos do artigo 157, §4º da Lei nº 5.404/1976 e na forma da instrução CVM nº 368/2002, no dia 26 de outubro de 2018 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu para deliberar sobre o aumento de capital da Companhia mediante a emissão privada de novas ações ordinárias, no valor de R\$ 4.000.000.000,00 (Aumento de Capital - Novos Recursos), na forma prevista na Cláusula 6 do Plano.

Em 4 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Comunicado aos Detentores de "American Depositary Warrants" ("ADWs"), em complemento das informações divulgadas no Fato Relevante datado de 3 de outubro de 2018, com relação ao início do período de exercício dos seus ADWs, esclarecendo que (i) de acordo com a legislação brasileira, o exercício dos Bônus de Subscrição que lastreiam os ADWs será irrevogável e não poderá ser objeto de desistência, e (ii) o exercício dos ADWs será irrevogável e não poderá ser objeto de desistência.

Em 11 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Pare Relevante informando que tomou conhecimento de que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou o conflito de competência nº 151096 suscitado pela Companhia em razão de decisões conflitantes entre o Juízo da Câmara de Arbitragem do Mercado e o Juízo da Recuperação Judicial e respeito do PRL. Nos termos do voto proferido na decisão de julgamento pelo Ex. Sr. Ministro Nancy Andrighi, he decerto, por matéria, que as discussões entre a Companhia e seus sócios que versam sobre direitos na Lei das S.A. devem ser submetidas ao Juízo arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, sem prejuízo da preservação da competência do Juízo da Recuperação Judicial, que poderá agir ou não as decisões do juízo arbitral. Neste sentido, as decisões proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial a respeito do Plano ficam mantidas e o Plano permanece inalterado. A decisão tomada nesta data será publicada pela Segunda Seção do STJ e esta seção a reverter.

Em 26 de outubro de 2018, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida em 25 de outubro de 2018 pelo Tribunal da Relação de Lisboa no âmbito do Recurso de Apelação interposto pelas Recuperandas, que revogou a sentença proferida em 30 de julho de 2018 pelo Juízo Português e reconheceu a decisão de Homologação do PRL, além de ordenar a publicidade de tal decisão.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração aprovou o Aumento de Capital - Novos Recursos, dentro do limite do aumento autorizado previsto no Estatuto Social da Oi, por meio da emissão de 3.225.896.451 (três bilhões, duzentas e vinte e cinco milhões, quatrocentas e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, no preço de R\$ 1,24 (um mil e vinte e quatro centavos) por ação (Novas Ações Ordinárias), totalizando R\$ 40 bilhões, em linha com o que prevê o PPL. Serão assegurados aos acionistas titulares de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e às preferências ("Ações Preferenciais") da Companhia, incluindo o agente de custódia do Programa de Depósito de "American Depositary Shares" ("Custodiante das ADSs") representativos de Ações Ordinárias ou Ações Preferenciais, os mesmos direitos e prerrogativas previstos no Estatuto Social da Oi.





Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controladora indireta OI Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("OI Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas localidades locais e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controladora Telemar, até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinzenais a no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses dos consumidores, conforme previsto pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2015, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio de Circulo Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circulo Deliberativo, a ANATEL prorrogou a assinatura dos novos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017. Em 29 de junho de 2017, a ANATEL informou, por meio de ofício, que não mais realizaria as alterações nos contratos de concessão nesta oportunidade. Assim, até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, há ainda a oportunidade de revisão em 31 de dezembro de 2020. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 79/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC, portanto, se promulgado na forma que está proposto, é possível uma alteração do contrato de concessão da data de 31 de dezembro de 2020. Ao longo dos anos, a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como para avaliar a nossa capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ" ou "Plano") pelos Credores e posterior homologação pelo juiz competente, a ANATEL, nesse contexto, passou a acompanhar a situação operacional-financeira das empresas integrantes do Grupo Oi a partir da execução e efetividade do referido PRJ.

Em 21 de dezembro de 2016, foi publicado o Decreto nº 9.619/2016, que revogou o Decreto nº 7512/2011 e aprovou um Novo PGM, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGM, destaca-se o fato de que o Novo PGM apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público ("TUP"), em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passaram a implantar, dentre outras obrigações, sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga. Para maiores detalhes, vide trecho específico nesta nota explicativa no sistema "Recuperação Judicial".

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Alcatel Holdings B.V. ("Alcatel"). A Companhia presta serviços em Moçambique e São Tomé, dentre outros países principalmente através das suas empresas subsidiárias Lites Teleônicas de Moçambique ("LTM") e Companhia Santomense de Telecomunicações S.A. ("COST"). Adicionalmente, a Alcatel possui participação indireta de 25% na Unia S.A. ("Unia") e de 40% na Cabo Verde Telecom S.A. ("CVT"), as quais prestam serviços de telecomunicações em Angola e Cabo Verde, respectivamente.

Na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através de sua subsidiária Timor Telecom.

Os negócios interseccionais acima mencionados estão em processo de venda, conforme Nota 29.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - "Securities and Exchange Commission" dos EUA, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e suas ADR's - "American Depositary Receipts" representativas de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociadas na NYSE - "New York Stock Exchange".

Em reunião realizada em 26 de março de 2019, o Conselho de Administração aprovou e aprovou as Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como autorizou a sua publicação.

**Recuperação Judicial**

Em 29 de junho de 2016, a Oi anunciou, em caráter de urgência, em conjunto com as suas subsidiárias integrais, diretas e indiretas, Oi Móvel, Telemar, Copart 4 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 4"), Copart 5 Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Copart 5"), Portugal Telecom International Finance B.V. - Em Recuperação Judicial ("PTIF") e Oi Brasil Holdings ("Cooperat") U.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Holdings") (em conjunto com a Companhia, "Recuperandas" ou as "Empresas Oi"), pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos órgãos societários competentes.

Conforme amplamente divulgado ao mercado, a Companhia vinha enfrentando estírios e realizando estudos, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, para otimizar sua liquidez e perfil de endividamento. A Companhia considerando os desafios decorrentes da situação econômico-financeira à luz do cronograma de vencimento de suas dívidas financeiras, ameaças ao fluxo de caixa representadas por iminentes perdas ou bloqueios decorrentes de processos judiciais, e tendo em vista a urgência na adoção de medidas de proteção das Empresas Oi, concluiu que a apresentação do pedido de recuperação judicial seria a medida mais adequada, para (i) preservar a continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL, (ii) preservar o valor das Empresas Oi, (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas, e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial foi mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuou trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuam sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas Oi e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi manteve normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi manteve o bom investimento em projetos estruturais que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Flóridas no Distrito Sul de Nova York ("Corte de Flóridas dos Estados Unidos"), deferiu o pedido de tutela provisória requerido pela Companhia, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quais em conjunto designadas como "Devedoras Chapter 15") nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Flóridas dos Estados Unidos.

A decisão de tutela impediu os credores de iniciarem ações contra as Devedoras "Chapter 15" ou seus bens localizados

processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o PRJ fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público interpsu agravo de instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial reconsiderou sua decisão, determinando que o PRJ fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processo da recuperação judicial.

Em 21 de junho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Flórida dos Estados Unidos apressasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Flóridas dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território nacional, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 22 de junho de 2016, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em AGE - Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Os acionistas também autorizaram a administração da Companhia a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos praticados e providências tomadas até essa data.

Em 22 de junho de 2016, o Juízo da Recuperação Judicial nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessora Empresarial Ltda. para exercer a função de administrador judicial financeiro, e o Escritório de Advocacia Arnaldo Wald para exercer a função de administrador judicial legal (em conjunto, o "Administrador Judicial") das Empresas Oi.

Diante da ratificação do Juízo da Recuperação Judicial sobre a forma de contagem do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 5 de setembro de 2016 as Empresas Oi protocolaram o PRJ, no qual foram estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas Oi, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Empresas Oi e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prossecução e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de bens ou ativo permanente.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas Oi ("Primeira Lista de Credores"). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi, conforme a Primeira Lista de Credores somava, aproximadamente, R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (ii) uma habilitação de crédito (a "Habilitação de Crédito" ou "Habilitação"), se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (iii) uma divergência (a "Divergência"), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o próprio fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação e/ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro de 2016.

Em 2 de março de 2017, o Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação à Oi e Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, ativo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. O PRJ ajuizado foi apresentado em juízo no dia 11 de outubro de 2017.

Em 31 de março de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu uma decisão substituindo a PricewaterhouseCoopers Assessora Empresarial Ltda. de sua função de administrador financeiro pelo Consórcio EDOO, o qual deslinou da nomeação. Assim, em 10 de abril de 2017 o Escritório de Advocacia Arnaldo Wald foi nomeado como único administrador judicial da Recuperação Judicial das Empresas Oi.

O Administrador Judicial revisou a Primeira Lista de Credores e, após revisar a mesma, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências, apresentou a relação de credores publicada no Edital de 28 de maio de 2017 ("Relação de Credores").

A partir da publicação da Relação de Credores, tiveram início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Relação de Credores (a "Impugnação"), e (ii) um prazo de 30 dias úteis para os credores apresentarem suas objeções ao Plano de Recuperação Judicial (a "Objeção").

Em 23 de agosto de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial designou a realização da Assembleia Geral de Credores ("AGC") para os dias 4 de outubro de 2017 (em primeira convocação) e 23 de outubro de 2017 (segunda convocação).

Em 27 de setembro de 2017, diante de fatores negociais visando a aprovação do PRJ e tendo em vista aspectos procedimentais relacionados à realização da AGC, os quais poderiam acarretar em alterações no sistema de votação, as Empresas Oi solicitaram ao Juízo da Recuperação Judicial o adiamento da AGC para os dias 23 de outubro de 2017, em primeira convocação, e 27 de novembro de 2017, em segunda convocação, no Rio de Janeiro. Tal requerimento foi deferido no mesmo dia pelo Juízo da Recuperação Judicial, segundo manifestações favoráveis do Administrador Judicial da Recuperação Judicial e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Em 10 de outubro de 2017, os membros do Conselho de Administração da Oi aprovaram, por maioria, nova versão do PRJ.

Em 11 de outubro de 2017, as Recuperandas apresentaram uma nova versão do PRJ, conjunta e consolidada, perante o Juízo da Recuperação Judicial, a ser deliberado em AGC, nas datas mencionadas acima, assim como o laudo do avaliador independente.

Em 20 de outubro de 2017, atendendo aos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou o adiamento da AGC para os dias 5 de novembro de 2017, em primeira convocação, e 27 de novembro de 2017, em segunda convocação.

Em observância ao prazo previsto no artigo 36 da Lei nº 11.101/2008, o Juízo da Recuperação Judicial, diante de um requerimento feito pelo Administrador Judicial, determinou o adiamento de data da AGC, que se realizará no dia 6 de novembro de 2017, em primeira convocação, para o dia 10 de novembro de 2017, tendo sido mantida a data de 27 de novembro de 2017 para a realização da AGC em segunda convocação.

Em 9 de novembro de 2017, atendendo a novos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo

Capitalização de Créditos pelo Conselho de Administração em 20 de junho de 2016, nos termos da Cláusula 4.3.3.5 do Plano; (ii) aprovação da proposta de alteração do limite do capital autorizado da Companhia, com a consequente alteração do artigo 6º do Estatuto Social; (iii) aprovação da proposta de inclusão de novo artigo no capítulo de Disposições Finais e Transitorias do Estatuto Social com vistas à adaptação do Estatuto Social às disposições do Plano com relação à composição do Novo Conselho de Administração; e (iv) aprovação da reforma do Estatuto Social, conforme alterações constantes da Proposta de Administração.

Em 1 de outubro de 2016, por determinação do Juízo da Recuperação Judicial, por meio de decisões proferidas em 20 de agosto de 2016 (fls. 34-37/0341973) e 10 de setembro de 2016 (fls. 344-355/034340), as Recuperandas deram início a procedimento de mediação com credores concursuais que apresentaram incidentes de habilitação e impugnação ainda pendentes de decisão transitada em julgado, com o objetivo de que sejam consensualmente resolvidas as controvérsias existentes com relação ao valor dos créditos concursuais por eles debates.

Em 3 de outubro de 2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento a Cláusula 4.3.3.6 do Plano e nos termos do artigo 157, §4º da Lei nº 6.404/1976 e na norma da Instrução CVM nº 552/2002, no dia 26 de outubro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu para deliberar sobre o aumento de capital da Companhia mediante a emissão prevista de novas ações ordinárias, no valor de R\$ 4.000.000.000,00 ("Aumento de Capital - Novos Recursos"), na forma prevista na Cláusula 6 de Plano.

Em 4 de outubro de 2016, a Companhia divulgou Comunicado aos Detentores de "American Depositary Warrant" ("ADWs") em complemento das informações divulgadas no Fato Relevante datado de 3 de outubro de 2016, com relação ao início do período de exercício dos seus ADWs, esclarecendo que (i) de acordo com a legislação brasileira, o exercício dos Bônus de Subscrição que lastream os ADWs será renovável e não poderá ser objeto de desistência, e (ii) o exercício dos ADWs será renovável e não poderá ser objeto de desistência.

Em 11 de outubro de 2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que tomou conhecimento de que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") julgou o conflito de competência nº 157.059 suscitado pela Companhia em razão de decisões conflitantes entre o Juízo da Câmara de Arbitragem do Mercado e o Juízo da Recuperação Judicial a respeito do PRJ. Nos termos do voto proferido na sessão de julgamento pela Extra Ministra Nancy Andrighi, foi decidido, por maioria, que as discussões entre a Companhia e seus sócios que versam sobre direitos previstos na Lei das S.A. devem ser submetidas ao juízo arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, sem prejuízo da preservação da competência do Juízo da Recuperação Judicial, que poderá ratificar ou não as decisões do juízo arbitral. Neste sentido, as decisões proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial a respeito do Plano ficam mantidas e o Plano permanece inalterado. A decisão tomada nesta data será publicada pela Segunda Seção do STJ e está sujeita a recurso.

Em 26 de outubro de 2016, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida em 25 de outubro de 2016 pelo Tribunal da Relação de Lisboa no âmbito do Recurso de Apelação interposto pelas Recuperandas, que revogou a sentença proferida em 30 de julho de 2016 pelo Juízo Português e reconheceu a decisão de Homologação do PRJ, além de ordenar a publicação de tal decisão.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração aprovou o Aumento de Capital - Novos Recursos, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Oi, por meio da emissão de 3.225.806.451 (três milhões, duzentas e vinte e cinco mil, oitocentas e seis mil, quatrocentas e cinquenta e uma) novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 1,24 (um real e vinte e quatro centavos) por ação ("Novas Ações Ordinárias"), totalizando R\$ 4,0 bilhões, em linha com o que prevê o PRJ. Serão assegurados aos acionistas titulares de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e/ou preferenciais ("Ações Preferenciais") da Companhia, incluindo o agente de custódia do Programa de Depósito de "American Depositary Shares" ("Custodiantes das ADSs"), representativas de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais de emissão da Companhia ("ADSs"), direito de preferência na subscrição das Novas Ações Ordinárias emitidas em decorrência do Aumento de Capital - Novos Recursos, nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976. Toda e qualquer Nova Ação Ordinária que não for suscitada durante o período de exercício dos direitos de preferência pelos titulares de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais será subscrita pelos investidores "Backstoppers", observados os prazos e condições previstos no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). A abertura do prazo para exercício do direito de preferência está prevista para ocorrer após a U.S. Securities and Exchange Commission declarar efetiva a declaração de registro relacionada a proposta de venda de Novas Ações Ordinárias e ADSs na oferta de direito de preferência. Após a obtenção da efetividade da declaração de registro, a Companhia divulgará Aviso aos Acionistas informando as datas relativas ao início do prazo para exercício e as demais condições para o exercício do direito de preferência.

Ainda no dia 26 de outubro de 2016, a Companhia tomou conhecimento (i) de que os membros do Conselho Diretor da ANATEL deliberaram, por unanimidade, conceder anuência prévia para o Aumento de Capital - Novos Recursos; e (ii) da decisão proferida pelo Árbitro de Apelo no procedimento arbitral iniciado contra a Companhia pela acionista Bratel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual determinou a suspensão dos efeitos da aprovação do Aumento de Capital - Novos Recursos, até a próxima decisão a ser proferida por tal Árbitro de Apelo. A Companhia esclarece que tal decisão é provisória e poderá ser alterada, no todo ou em parte, e que a Companhia apresentará manifestação visando a reconsideração dos efeitos naquilo que representar prejuízo para a continuidade do processo de Recuperação Judicial em que está inserida. A Companhia entende ser regular a implementação do Aumento de Capital - Novos Recursos e que a decisão não afeta a validade do Plano que fica mantido em todos os seus termos. Ademais, a Companhia adotará as medidas necessárias para confirmar seu entendimento, especialmente quanto aos limites da jurisdição do Juízo Arbitral.

Adicionalmente, neste mesmo dia, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 3 de outubro de 2016, a Companhia confirmou a emissão de 112.588.510 ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus até o dia 24 de outubro de 2016, inclusive Bônus de Subscrição representados por 22.135.423 ADWs exercidos até 18 de outubro de 2016. A Companhia espera que os "American Depositary Receipts", cada um representativo de cinco ações ordinárias (CUSIP: 67085150X; ISIN: US6708515001), sejam entregues em 29 de outubro de 2016 aos titulares que exerceram seus ADWs até 18 de outubro de 2016.

Em 5 de novembro de 2016, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que tomou conhecimento da decisão proferida pelo Árbitro de Apelo no procedimento arbitral iniciado contra a Companhia pela acionista Bratel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual reconsiderou a sua decisão anterior proferida em 26 de outubro de 2016 que suspendeu os efeitos da aprovação do aumento de capital mediante a emissão prevista de novas ações ordinárias



-continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Na 30, as ações da Oi encerraram o ano de 2016 cotadas a R\$ 1,26 para OIBR4 e a R\$ 1,26 para OIBR4, apresentando desvalorização em 2018 em relação ao final de 2017 de 65,6% e 63,7%, respectivamente. O índice Bovespa encerrou o ano em 82.887,3 pontos, apresentando um aumento de 15,0% no período. Nos EUA, o DR Ordinal da Companhia (OIBR4) encerrou o ano de 2016 cotado a US\$ 1,80, apresentando uma desvalorização de 71,6% em relação ao final de 2017, ao passo que o DR Preferencial (OIBR4) encerrou o período cotado a US\$ 0,28, uma desvalorização de 71,0% neste mesmo período.

• Em 2018, o volume médio diário negociado das ações ordinárias (OIBR4) foi de R\$ 18,5 milhões (crescimento de 117,6%) e das ações preferenciais (OIBR4) de R\$ 5,5 milhões (queda de 63,8%). No mesmo período, o volume médio diário do DR Ordinal (OIBR4) foi de US\$ 1,4 milhões, crescimento anual de 236,1%.

### • Dividendos

No ano de 2015, 2016, 2017 e de 2018, não houve distribuição de dividendos. Atualmente, em adição e não obstante as disposições estatutárias e legais e respeito à distribuição de dividendos, as Empresas Oi estão sujeitas a determinadas restrições à declaração e ao pagamento de dividendos, previstos no PRJ das Empresas Oi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial (Causa 10). Sugere-se a leitura do Plano para maiores informações a respeito, assim como a leitura do item 6 deste relatório e da Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item "Recuperação Judicial".

### 12 - Governança Corporativa

O sistema institucional no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas, e também as disposições previstas no PRJ das Empresas Oi, aprovado pelos credores em Assembleia Geral de Credores realizada em dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 2018.

O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2016, caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) convergência das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo pela mesma pessoa; (iv) obrigatoriedade de o Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de consulta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

De setembro de 2015 até março de 2018, a Oi possuía três comitês não-estatutários e um comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Em 2018, o Conselho de Administração aprovou a extinção dos comitês não-estatutários e a criação de novos comitês. Dessa forma, existem atualmente os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, todos não-estatutários: Comitê de Auditoria, Riscos e Controles; Comitê de Investimento e Infraestrutura; Comitê de Estratégia e Comitê de Gente, Nomeações e Remuneração.

Com a reforma do Estatuto Social da Companhia e a eleição do Novo Conselho de Administração previsto no PRJ, ambos em setembro de 2018, o Conselho de Administração definiu uma nova estrutura para seus comitês de assessoramento, com a extinção, em setembro de 2018, do Comitê para Acompanhamento da Implementação da RJ e a criação, em outubro de 2018, de dois novos comitês. Dessa forma, existem atualmente os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, todos não-estatutários: Comitê de Auditoria, Riscos e Controles; Comitê de Investimento e Infraestrutura; Comitê de Estratégia e Comitê de Gente, Nomeações e Remuneração.

Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos American Depositary Receipts ("ADRs"), realizando a primeira convocação para as Assembleias Gerais com, no mínimo, 30 dias de antecedência e, ainda, também visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, passou a disponibilizar em seu website o link para a CVM e da RJ, a cada convocação, um Manual para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

De forma continuada, a Companhia mantém seu empenho quanto à evolução do gerenciamento de riscos. Em 2016, a Companhia iniciou um amplo processo de revisão de sua Política e metodologia de gestão de riscos visando maior aderência a normas e melhores práticas relacionadas, tais como "COSO ERM 2017", "ISO 31000:2017", "Cadeia 19 de Governança Corporativa do IBGC", "CVM 385", bem como, alavou fortemente na consolidação e expansão das melhores práticas de Compliance com foco na mitigação de riscos corporativos, automação e otimização de processos de negócios. No âmbito da continuidade operacional, nosso Comitê de Continuidade de Negócios, buscou o aprimoramento dos processos associados diretamente ao aumento da resiliência da Companhia.

Em 2018 a Oi fortaleceu seu compromisso com o modelo de gestão de riscos e com a manutenção do funcionamento do Comitê de Continuidade de Negócios implementado em 2012. Sua atuação estruturada está em conformidade com a norma ABNT NBR ISO 22201:2013, e tem por objetivo mitigar possíveis riscos com impactos reais e em suas operações, mas principalmente na sociedade ou no meio ambiente.

A Oi manteve em 2018 seu compromisso com o desenvolvimento do país e com suas práticas de sustentabilidade. A Companhia permanece prestando serviços convergentes de telecomunicações, promovendo a inclusão digital e possibilitando o acesso à cidadania a milhões de brasileiros.

A Oi atua na área de responsabilidade social corporativa por meio do Oi Futuro, entidade sem fins lucrativos que detém a certificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Criado em 2001, o Oi Futuro é um instituto de inovação e criatividade que estimula o potencial dos indivíduos e das redes para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Com atuação nas áreas de Cultura, Educação, Inovação Social e Esporte, o instituto promove e desenvolve soluções colaborativas para transformar a vida das pessoas e da sociedade.

residência de artistas britânicos em dez festivais nacionais de norte a sul do país. Já o "Programa Arte Sônica Ampliada", o ASA, também desenvolvido com a agência britânica, ofereceu a 50 mulheres atuantes no campo da música e do som da periferia do Rio de Janeiro a possibilidade de receberem capacitação de mentorias internacionais. O Oi Kabum! Lab, projeto incentivado pela lei estadual de ICMS RJ e realizado em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e a CECIP (Centro de Criação da Imagem Popular), promoveu a formação de 80 jovens de periferia e a curadoria de projetos de arte, tecnologia e intervenção urbana.

O Centro Cultural Oi Futuro - que abriga, além de galerias e um teatro, o Museu das Telecomunicações - recebeu aproximadamente 100 mil visitantes em 2018. O Museu, único espaço de pesquisa e preservação da história das telecomunicações no Brasil com 130 mil itens em sua Reserva Técnica, iniciou seu projeto de modernização. A primeira fase do projeto, que prevê novas atrações com interatividade e gamificação, está em curso.



Além disso, a programação do Centro Cultural Oi Futuro foi novamente reconhecida pelo público, pela imprensa e pela crítica: cinco espetáculos teatrais que passaram pelos palcos do Oi Futuro receberam, ao todo, 59 indicações e 14 prêmios nacionais. São eles: "Isaac no Mundo das Fortalezas", "Thomas e as 11 mil invenções", "Caramelo-Caramelo", "O Choro de Pinguim" e "Isaac Land". Na área de Educação, o Oi Futuro mista o NAVE, o Núcleo Avançado em Educação, parceria público-privada desenvolvida, desde 2016, com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e de Pernambuco em duas escolas de Ensino Médio Integrado ao Profissional. O programa oferece cursos técnicos de Programação e Multimídia, com foco na preparação dos jovens para a economia criativa e para a execução plena da sua cidadania.

O NAVE já formou mais de 2.500 estudantes e, atualmente, contabiliza 1 mil alunos e 70 educadores nas duas escolas. Para ampliar seu alcance, lançou, em 2018, o livro digital e NAVE: "Guia de Práticas Pedagógicas Inovadoras", publicação gratuita que reúne 40 práticas pedagógicas inovadoras criadas no programa e acessíveis para outras escolas das redes pública e privada. Lançado em maio num evento com autoridades, especialistas e educadores, o livro digital registrou mais de 2 mil downloads. Em 2018, o Oi Futuro, por meio do NAVE, contribuiu também para a formação e a certificação de aproximadamente 500 educadores das redes públicas do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com cursos presenciais e semipresenciais sobre Robótica Educacional, Microeducação, Uso de Novas Tecnologias Educacionais e Educação Integral.

Em 2018, a Oi, com apoio do Oi Futuro, lançou a segunda edição do Gerado Nave, programa de carreira desenhado especialmente para estudantes formados nas escolas. O programa prevê contratação dos jovens profissionais de nível técnico como residentes digitais na Oi. Em 2018, 13 jovens que se formaram no NAVE iniciaram sua carreira profissional na Oi. O objetivo do programa é oferecer a primeira oportunidade profissional para os egressos e, ao mesmo tempo, inspirar a cultura de inovação da Companhia.

Na área de Inovação Social, o Oi Futuro consolidou a reputação do Labore, seu laboratório de Inovação Social, como uma plataforma de conexão e fortalecimento de empreendedores, negócios e organizações comprometidos com o impacto social. Em 2018, o instituto encorajou três ciclos de aceleração de startups e organizações de impacto social, em parceria com parceiros reconhecidos como Startup Firm e Instituto Elos. No total, foram 45 negócios e organizações acelerados, com aproximadamente 300 empreendedores impactados.

Complementando sua contribuição social, a Oi e o Oi Futuro apoiam os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nas esferas nacional, estaduais e municipais, por meio do FIA (Fórum da Infância e da Adolescência). Com esse atuação, a Oi e o Oi Futuro contribuem para o fortalecimento das políticas públicas de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes de todo o país. Em 2018, quatro iniciativas foram apoiadas.

Na frente de Esporte, a Oi, por meio do Oi Futuro, foi reconhecida em 2018 pelo Ministério dos Esportes no Prêmio Empreendedor Amigo do Esporte, na categoria "Mitores Ações do Esporte Educacional", por sua contribuição ao desenvolvimento de projetos socioesportivos que promovem a inclusão, a cidadania, a diversidade e um estilo de vida saudável. Em 2018, sete projetos esportivos foram apoiados pelo instituto, contemplando mais de 1.900 beneficiários.

Além disso, o Oi Futuro conecta os projetos socioesportivos a grandes eventos patrocinados pela Oi, como o WSL (World Surf League) e o Oi STU (Street Tênis Urban), proporcionando a crianças e jovens em formação a oportunidade de contato com atletas

metodologias como ações presenciais e on-line. No ano de 2018 os treinamentos realizados totalizam 365.370 horas. O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2018, os 22 jovens do Programa de Trainee participaram de um programa específico de aceleração do desenvolvimento onde tiveram mais de 4.000 horas de treinamentos técnicos e comportamentais e atuaram liderando ou participando de projetos estratégicos da empresa.

No ano de 2018 concluímos a contratação de 2.643 vagas na Oi, 73% das vagas executivas e 43% das vagas profissionais foram preenchidas por recrutamento interno enquanto as vagas de técnico e linha de vendas foram voltadas principalmente para o público externo. Fechamos a contratação de 45 estágios como colaboradores e realizamos 1.136 promoções, representando 56% do recrutamento interno.

Pensando no bem-estar físico e emocional de seus colaboradores, a Oi deu continuidade ao programa "Oi Vida em Dia", que promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. Foram várias as iniciativas do programa tais como programas para Gestantes, Programa de Gerenciamento de Doenças Crônicas, Programa de Gestão de Interações, Programa de Medicamentos de Uso Contínuo, Programa de Períodos diferenciado de acordo com a faixa etária e risco de agravos à saúde, entre outros.

Entre as ações de segurança do trabalho, a Oi deu continuidade ao Plano Nacional para Redução de Acidentes e Trabalho Seguro, e em 2018 implementou o projeto Supervisor de Segurança com o objetivo de capacitar os colaboradores de campo em boas práticas de segurança, tendo como ações a realização de treinamentos sobre Gerenciamento de Risco, Boas Práticas em Trabalhos em Elevação, Boas Práticas em Trabalhos em Altura e Uso Adequado de EPI, com participação de cerca de 2.500 colaboradores totalizando 9.800 horas de treinamentos. Foram realizadas ainda mais de 3.500 inspeções de Campo, além da renovação de mais de 6.000 Equipamentos de Proteção Individual dos colaboradores do campo. Foram realizados também treinamentos sobre "Direção Consciente e Preventiva", reforçando a necessidade de conscientização dos Colaboradores na utilização de veículos.

Nossa atuação foi além da sala de aula, levando o conceito da prevenção para o campo. A equipe de segurança do trabalho realizou mais de 2.200 inspeções de campo e tivemos ainda cerca de 7500 participações no DSS (Diálogo Semanal de Segurança) e na SIFAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho).

Retornando à conscientização de como agir em casos de emergência, realizamos os seguintes treinamentos: Plano de Atendimento a Emergências: Práticas de Prevenção e Combate a Incêndio além dos Primeiros Socorros, com participação de 1.100 colaboradores. Tivemos ainda a participação de 1.250 colaboradores no curso de segurança para trabalhos com eletricidade (NR-10), além da capacitação de 121 colaboradores no curso de segurança para trabalhos em altura (NR-35). Como ferramenta de prevenção para o projeto Home Office, com foco na conscientização dos colaboradores para a execução de suas atividades dentro e fora da Companhia, capacitamos 2.100 colaboradores no curso: Entendendo Acidentes Domésticos e 2.500 colaboradores no curso Orientações Psicológicas.

Finalizamos o ano de 2018 com todos os Acordos Coletivos de Trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos. Não tivemos nenhuma ocorrência de paralisação dos colaboradores com efeito relevante em nossas operações. Realizamos melhorias na negociação no Oi Educ, dando continuidade no desenvolvimento dos colaboradores e simplificando a sua jornada pela ferramenta, o projeto Home Office teve seu rollout para toda a Companhia para trazer mais qualidade de vida e produtividade às equipes, a cultura do rebo foi fortalecida sendo exibida para facilitar o tratamento de frequência e desligar os canais de atendimento, as adaptações do e-Social foram explicadas e a adequação do time na implantação do e-Social foi decisiva para que o prazo estabelecido pela Receita Federal fosse atendido.

Em 2018, seguimos aperfeiçoando processos para melhorar nosso desempenho e reduzir custos. Apostamos em soluções que usam inteligência artificial para prover uma experiência digital diferenciada de atendimento nos mais variados canais. Todas essas iniciativas foram amplamente divulgadas nos canais internos: noticiários, o lançamento do nosso assistente virtual (chatbot) e sua expansão de utilização para o Facebook e o WhatsApp. Comunicamos o empenho em oferecer cada vez mais rapidez e eficiência nos canais on-line, como foi com a notificação sobre a adoção de biometria para autenticação na Minha Oi e com a automação das respostas nas redes sociais. Também oferecemos o sucesso das nossas soluções digitais, divulgando a conquista de 30M de downloads do aplicativo Técnico Virtual, o sucesso da Minha Oi como app de atendimento mais buscado no Google e o marco de 500 mil interações com o nosso chatbot. Todas essas entregas refletem na qualidade dos nossos serviços, que apresentamos melhores resultados ao longo do ano e foram divulgadas internamente para mostrar ao colaborador o resultado do seu trabalho.

Divulgamos o lançamento do Oi Tecnológico, blog desenvolvido para atrair potenciais clientes de forma inteligente através das plataformas digitais. Realizamos internamente conteúdos relevantes do blog sobre tecnologia, celular, internet, séries e games.

Além disso, o colaborador foi convidado para impulsionar a rede do Oi, que em 2018 promoveu, em parceria com grandes empresas, um calendário de palestras e eventos sobre tendências mundiais em inovação. Tendo como base a transparência, a área de comunicação deu continuidade à estratégia de manter o canal de comunicação interna atualizado com os fatos mais relevantes sobre a recuperação judicial, como a aprovação do Novo PGM, a formação do novo Conselho de Administração e o acordo com a Párola para a extinção dos litígios trabalhistas. Os colaboradores também foram informados sobre os cuidados a serem tomados com divulgações sobre a Oi durante o aumento de capital, para que nenhuma comunicação lesasse as restrições estabelecidas.

Por meio do Lab Oi Futuro, o instituto Oi Futuro também contribui para a construção da cultura de inovação da Companhia. Em 2018, o laboratório proporcionou, para executivos e colaboradores, oportunidades de formação em novas metodologias voltadas para o empreendedorismo e a inovação por meio da colaboração, da empatia e da experimentação.

Em 2018, a Oi lançou ainda a segunda edição do programa Geração NAVE, que funciona como porta de entrada na Companhia para estudantes formados nas escolas do Núcleo Avançado em Educação (NAVE), programa de educação voltado para o mercado digital mantido pelo Oi Futuro em parceria com as Secretarias de Estado de Educação de Pernambuco e Rio de Janeiro. Desta forma, 13 jovens foram contratados como residentes digitais em áreas estratégicas para a inovação do negócio. Os residentes digitais vão integrar equipes multidisciplinares da área digital e trabalharão com metodologias ágeis e técnicas de design thinking.

Em 2016 a Oi patrocinou 55 eventos em todo o Brasil. Na categoria esporte, o principal deles foi o Oi Rio Run, etapa do mundial de triatlo realizada em Saquarema. A Oi foi responsável pela entrega de todos os kits de todos os necessários para operação do evento, o que inclui capine de janelas, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi Wi-Fi, realizou sessões de autógrafos com atletas patrocinados e disponibilizou o transporte para o público presente. Além de promover ações de responsabilidade social, a Oi também atua na área de sustentabilidade.

MATS DO SEU AUDIÊNCIA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

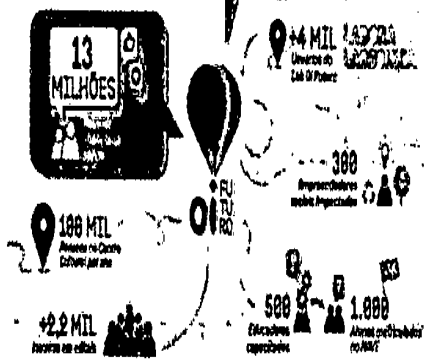
Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 50/71



## MAIS DO QUE AUDIÊNCIA, REDES E IMPACTO

**53 PROJETOS EM 11 ESTADOS**



Em 2018, OI Futuro consolidou publicamente seu posicionamento como um instituto de inovação e criatividade com a inauguração do Lab OI Futuro, um ambiente de conexão, aprendizado e cocriação para empreendedores culturais e sociais, que conectou mais de 4 mil usuários neste período.

No campo da Cultura, o OI Futuro promove a convergência entre arte, ciência e tecnologia. No último ano, o Instituto lançou quatro editais para artistas e produtores culturais que receberam cerca de 2,2 mil inscrições. Por meio do seu principal edital público, o "Programa OI de Patrocínios Culturais Inovadores", foram selecionados 53 projetos em 11 estados.

Para alcançar novos públicos, foram desenvolvidos novos modelos de patrocínio cultural em parceria com outras instituições. Um exemplo é o "Programa Pontos", realizado em conjunto com o British Council, que viabilizou

projetos esportivos foram apoiados pelo Instituto, contemplando mais de 1.900 beneficiários.

Além disso, o OI Futuro conecta os projetos socioeconômicos a grandes eventos patrocinados pela Oi, como o WSL (World Surf League) e o OI STU (State Total Ute), proporcionando a crianças e jovens em formação a oportunidade de contato com atletas de alto rendimento apoiados pela Oi e outros atores do ecossistema esportivo.

O site [oi.futuro.org.br](http://oi.futuro.org.br) traz mais informações sobre os programas.

Nesse ano, o OI Futuro teve como uma das suas ações ao Padro Global das Nações Unidas, comprometido permanentemente a adotar em suas práticas de negócios, os valores nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

A Companhia divulga anualmente seu desempenho e práticas de responsabilidade socioambiental através de seu Relatório Anual de Sustentabilidade segundo os padrões internacionais da Global Reporting Initiative (GRI). Pelo sétimo ano baseado na GRI, o relatório relativo ao ano de 2017 foi publicado em setembro de 2018 e poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia ([oi.com.br](http://oi.com.br)).

### 13 - Colaboradores

A Oi possui 15.250 colaboradores, considerando Lajes Próprias, na atividade de telecomunicações, sendo 70 estagiários e 140 aprendizes. A média de idade dos colaboradores é de 39 anos, com um tempo médio de empresa de 7 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços.

Adicionalmente, a Oi possui 25.830 terceiros alocados em atividades de call center, 28.659 em atividades de atendimento, 53.510 em atividades de implantação e manutenção de rede e 8.582 em atividades administrativas, totalizando 117.691 terceiros. Destes, 57.994 pertencem ao Grupo Oi.

Por meio de programas especializados, formamos uma equipe de primeira linha: 139 Facilitadores de Gestão, 6 Master Black Belts, 33 Black Belts, 123 Green Belts, 1.200 Yellow Belts e 1.365 White Belts.

Com o desafio de criar e fortalecer uma cultura única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos da região. Por meio da estratégia, o Modelo de Gestão confere clareza de objetivos e responsabilidades assim como disciplina e resiliência à execução, com estrutura em trabalho em Equipe e colaboração entre as áreas, reforçando que estamos todos no mesmo barco.

A área de Gente e Gestão da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar a melhor execução operacional.

Para apoiar o OI de Desenvolvimento de Gente, a Oi trabalha com ferramentas como promotoras por mérito, reconhecimento interno, onde as regras abertas são disponibilizadas para os colaboradores, além de acompanhamento do desempenho, criação e validação da cultura de autoavaliação, onde o colaborador é protagonista da sua carreira.

A Oi mantém programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores.

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo elevar a aprendizagem, assegurando o conhecimento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão e compartilhamento do conhecimento de seus colaboradores. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacamos três principais eixos: as Tópicos de Desenvolvimento de Competências Técnicas, as Treinamentos de Desenvolvimento de Liderança e as Tópicos de Conhecimento sobre o Negócio nos diversos formatos e

Em 2018, a Oi patrocinou 55 eventos em todo o Brasil. Na categoria esporte, o principal deles foi o OI Rio Pro, etapa do Mundial de Surf realizada em Saquarema. A Oi foi responsável pela entrega de todos os itens de apoio necessários para a operação do evento, o que inclui cabine de jôdros, hospedagem e sala de imprensa. Também ofereceu OI Wi-Fi, realizou sessões de autógrafos com atletas patrocinados e empreendedores de negócios para o público presente, além de promover ações online nas redes sociais. Entre os projetos da área de Cultura no OI Digital destacamos o OI XPT e o OI CCOP. O primeiro aconteceu dentro da cidade olímpica, sendo a maior GameFest do mundo. A empresa, assinou a Oi Game Arena, espaço que comportou competições e demonstração de games com a maior tela do mundo. No CCOP realizada em SP, em dezembro, a Oi estava presente no espaço OIredes e nas suas atrações os consumidores podiam caminhar pelas telas, utilizar o OI Wi-Fi e jogar jogos on-line pela Oi da Oi.

No ano de 2018, foram realizados dois encontros da Oi, para compartilhar desafios, conhecer projetos, apresentar os resultados e reconhecer colaboradores envolvidos em grandes etapas, que foram compartilhadas internamente tanto para mostrar o progresso da Companhia, quanto para reconhecer a participação de cada colaborador nesse tempo.

Todas as etapas do PRU de Oi, aprovadas no final de 2017, vêm sendo cumpridas dentro dos prazos estabelecidos. No final de julho, concluímos a construção da Oi em ações e em estrutura, houve a formação do novo Conselho de Administração. Os colaboradores foram chamados de toda a estrutura do processo e para a divulgação realizada pela comunicação interna. Além dessas transições, todos foram envolvidos com as estratégias de elevação da produtividade no trabalho a partir da disseminação das metas e dos indicadores de gestão, que garantem o desempenho para o desempenho operacional.

Estimulamos eventos voluntários em todas as frentes, humanizando o ambiente e fortalecendo relacionamentos. Foram realizadas 102 ações em todo o Brasil, tais como: Camarões, Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Outubro Rosa, Novembro Azul, Natal Solidário, Corridões de Resultados e de Desafios, impactando milhares de colaboradores em toda a empresa.

Em outubro, novamente abrimos as portas das nossas escritórios para receber mais de 2.500 filhos dos Colaboradores para conhecer o local de trabalho dos pais, como parte da ação do Dia das Crianças, inserindo muita alegria e diversão.

Em dezembro, os Colaboradores de diversos estados da nossa Companhia se mobilizaram e fizeram um Natal melhor de crianças e idosos de instituições de assistência social no Brasil. Além de doar mais de 300 carinhas com pedidos de presentes, arrecadamos alimentos não perecíveis, produtos de higiene pessoal, materiais de limpeza, brinquedos e brinquedos. Esta iniciativa foi realizada nos pedidos da Oi em todo o Brasil.

### 14 - Auditoria Externa

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a OI S.A. e suas controladas contrataram a BDO RCS Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e imparcialidade do auditor externo. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

Nesse sentido, a Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 349 mil, que representam 7% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. O serviço contratado foi relacionado à revisão das demonstrações financeiras do trimestre findo em 30 de setembro de 2018 da OI S.A., de acordo com as principais orientações geralmente aceitas nos EUA para o Form F-1.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que em 2018 a BDO RCS Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem gerar sua independência, avaliada por meio de Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.669.059	3.875.141	4.335.329	6.662.684
Aplicações financeiras	8	190.779	14.388	201.975	21.447
Créditos com partes relacionadas	27	7.555.363	877.372		
Contas a receber	9	1.193.687	2.076.613	6.516.555	7.367.442
Estoque		57.599	42.716	317.503	253.624
Títulos correntes a recuperar	10	145.426	463.227	621.246	1.123.510
Outros títulos	9, 11	222.981	273.257	803.252	1.081.587
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.348.700	686.787	1.715.354	1.023.348
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27		864.379		
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	4.366	990	4.880	1.080
Despesas antecipadas	13	191.087	95.266	743.953	307.162
Ativos mantidos para venda	29	3.721.549	3.553.981	4.923.187	4.675.216
Demaís ativos	14	787.119	1.027.829	1.079.870	1.020.648
		17.109.300	13.877.646	21.313.484	23.747.748
<b>Não circulante</b>					
Créditos com partes relacionadas	27	4.294.712	3.123.708		
Aplicações financeiras	9	4.860	30.109	36.967	114.839
Títulos oferecidos a recuperar	10			23.050	
Outros títulos	11	147.408	165.189	715.976	627.558
Depósitos e bloqueios judiciais	12	3.337.981	4.353.017	7.018.786	8.289.762
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	64.253	96.625	64.253	100.600
Despesas antecipadas	13	113.507	11.457	522.550	28.239
Demaís ativos	14	19.307	21.645	250.862	254.448
Investimentos	15	16.931.222	5.706.817	117.840	136.510
Imobilizado	16	6.392.834	5.981.112	28.425.563	29.986.647
Intangível	17	5.070.040	6.138.921	6.548.446	9.350.085
		36.406.753	25.664.840	44.124.313	44.891.288
<b>Total do ativo</b>		<b>53.516.053</b>	<b>39.542.486</b>	<b>65.437.797</b>	<b>68.639.036</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	18	1.231.040	1.459.395	5.024.260	4.324.498
Fornecedores - Sujitos ao PRU	18	70.497	567.608	201.602	2.702.671
Saltos, encargos sociais e benefícios		157.451	179.459	906.855	924.550
Empréstimos e financiamentos	19	660.172	1.067.845	672.894	5.515.233
Débitos com partes relacionadas	18 e 27		2.536.073		
Instrumentos financeiros derivativos	3		104.694		104.694
Títulos correntes a receber	10	963		27.026	567.129
Outros títulos	11	233.714	704.825	1.003.866	1.443.652
Dividendos e juros sobre o capital próprio		5.075	5.127	6.168	6.222
Automações e concessões a pagar	20	22.825		85.619	20.336
Programa de refinanciamento local	21	86.154	146.617	142.806	278.277
Provisões	22	429.075	610.748	680.542	953.490
Provisões para fundos de pensão	25		6.168		61.922
Passivos associados a ativos mantidos para venda	29			526.870	354.127
Demaís obrigações	23	535.784	321.846	1.381.919	1.024.846
		3.402.850	24.664.908	10.685.459	67.289.697
<b>Não circulante</b>					
Fornecedores - Sujitos ao PRU	18	942.845		3.593.008	
Empréstimos e financiamentos	19	8.297.542		15.777.012	
Débitos com partes relacionadas	18 e 27		377.184		
Títulos oferecidos a recuperar	10		2.576.813		3.076.823
Outros títulos	11	222.995	39.514	626.716	867.664
Automações e concessões a pagar	20			654	
Programa de refinanciamento local	21	267.342	349.051	411.770	610.500
Provisões	22	2.102.392	2.942.820	4.358.178	6.819.674
Provisões para fundos de pensão	25	579.122	570.639	579.122	579.970
Provisão para patrimônio líquido negativo	15	11.434.594	1.355.865		
Demaís obrigações	23	2.236.859	1.059.361	6.505.321	2.313.617
		27.460.885	28.683.558	31.852.527	14.259.862
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital	24	32.038.471	21.438.374	32.038.471	21.438.374
Custo de emissão de ações		(377.429)	(377.429)	(377.429)	(377.429)
Reservas de capital		11.532.995	13.242.374	11.532.995	13.242.374
Ações em tesouraria		(2.803.250)	(5.531.092)	(2.803.250)	(5.531.092)
Outros resultados abrangentes		(96.488)	(100.411)	(96.488)	(100.411)
Variação de porcentagem de participação		(141.871)	(141.871)	(141.871)	(141.871)
Prejuízos acumulados		(17.530.108)	(42.335.925)	(17.530.108)	(42.335.925)
		22.852.320	(13.095.980)	22.852.320	(13.095.980)
Participação dos não controladores	29		243.431		293.457
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>22.852.320</b>	<b>(13.095.980)</b>	<b>22.852.320</b>	<b>(13.095.980)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>53.516.053</b>	<b>39.542.486</b>	<b>65.437.797</b>	<b>68.639.036</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Estoque		57.599	48.716	317.503	283.624	Outros tributos	11	233.714	704.626	1.033.868	1.443.682
Tributos contantes a recuperar	10	146.426	483.227	621.246	1.123.510	Dividendos e juros sobre o capital próprio		5.075	5.127	6.168	6.222
Outros tributos	11	232.361	273.257	809.252	1.081.587	Autorizações e concessões a pagar	20	22.925		65.619	20.306
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.348.700	666.787	1.715.834	1.023.348	Programa de refinanciamento fiscal	21	86.154	146.617	142.038	278.277
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27		864.579			Provisões	22	429.075	610.748	880.542	963.460
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	4.366	590	4.880	1.080	Provisões para fundos de pensão	25		1.858		61.922
Despesas antecipadas	13	191.087	95.266	743.953	307.162	Passivos associados a ativos mantidos para venda	29			526.870	354.127
Ativos mantidos para venda	29	3.721.549	3.553.581	4.923.187	4.675.216	Demais obrigações	23	505.794	321.846	1.381.919	1.024.546
Demais ativos	14	787.119	1.027.929	1.079.670	1.080.648			3.402.650	24.664.908	10.589.468	67.881.687
		17.089.300	13.877.646	21.313.484	23.747.748						
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Créditos com partes relacionadas	27	4.034.712	3.139.708			Fornecedores - Sujitos ao PRL	18	942.845		3.593.008	
Aplicações financeiras	8	4.860	30.109	36.987	114.839	Empréstimos e financiamentos	19	9.297.642		15.777.012	
Tributos devidos a recuperar	10			23.050		Debitos com partes relacionadas	19 e 27	377.184	18.769.895		
Outros tributos	11	147.409	185.189	715.976	627.558	Tributos devidos a receber	10		2.576.813		3.076.923
Depósitos e bloqueios judiciais	12	3.337.981	4.353.017	7.018.786	8.289.782	Outros tributos	11	222.995	39.514	628.716	867.654
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	64.253	96.825	94.253	100.600	Autorizações e concessões a pagar	20				604
Despesas antecipadas	13	113.507	114.997	522.550	26.239	Programa de refinanciamento fiscal	21	267.342	349.851	411.170	610.300
Demais ativos	14	19.937	21.645	250.862	254.448	Provisões	22	2.102.392	2.942.820	4.358.178	6.819.674
Investimentos	15	16.331.222	5.706.817	117.640	136.510	Provisões para fundos de pensão	25	579.122	570.639	579.122	570.970
Imobilizado	16	6.322.834	5.991.112	26.425.563	26.988.647	Provisão para patrimônio líquido negativo	15	11.434.504	1.865.865		
Intangível	17	5.070.040	6.138.921	6.948.446	8.350.885	Demais obrigações	23	2.236.859	1.068.361	6.505.321	2.313.617
		36.406.755	25.664.840	44.124.313	44.891.288	<b>Patrimônio líquido</b>	24	27.460.885	28.683.558	31.652.527	14.259.952
Total do ativo		53.816.056	38.542.486	65.437.797	68.539.036	Capital		32.038.471	21.438.374	32.038.471	21.438.374
						Custo de emissão de ações		(377.429)	(377.429)	(377.429)	(377.429)
						Reservas de capital		11.532.995	13.242.374	11.532.995	13.242.374
						Ações em tesouraria		(2.803.250)	(5.531.082)	(2.803.250)	(5.531.082)
						Outros resultados abrangentes		(36.488)	(100.411)	(66.488)	(100.411)
						Variação de percentagem de participação		(141.871)	(141.871)	(141.871)	(141.871)
						Prejuízos acumulados		(17.530.108)	(42.335.925)	(17.530.108)	(42.335.925)
						Participação dos não controladores	29	22.652.320	(13.805.980)	22.652.320	(13.805.980)
						Total do patrimônio líquido		22.652.320	13.805.980	22.652.320	13.805.980
						Total do passivo e patrimônio líquido		53.516.055	39.542.486	65.437.797	68.539.036

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

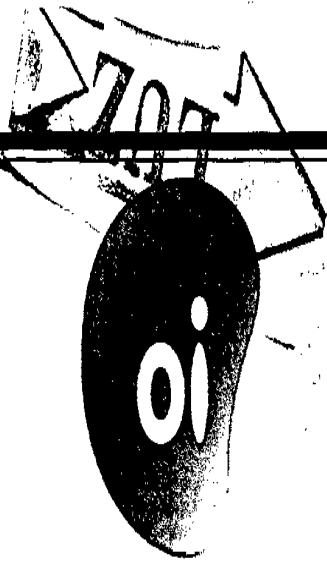
	Nota	Controladora		Consolidado		Atribuído à participação dos controladores									
		2018	2017			Reservas de capital									
Receitas de vendas e/ou serviços	4 e 5	4.530.751	4.892.176	22.060.014	23.789.654										
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(3.222.241)	(2.837.176)	(15.594.650)	(14.981.250)										
Lucro (Prejuízo) bruto		(1.208.510)	2.255.000	6.475.364	8.808.404										
Receitas (despesas) operacionais															
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 15	(3.034.064)	(5.538.900)	(13.482)	(433)										
Despesas com vendas	5	(834.002)	(657.248)	(4.134.030)	(4.442.837)										
Despesas gerais e administrativas	5	(889.537)	(919.199)	(2.738.718)	(3.136.806)										
Outras receitas operacionais	5	705.998	725.193	2.204.134	1.985.101										
Outras despesas operacionais	5	(1.870.944)	1.739.823	(7.061.516)	(5.568.455)										
		(5.922.369)	(4.948.331)	(11.743.822)	(11.164.422)										
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		(4.614.359)	(2.684.331)	(5.268.258)	(2.361.028)										
Receitas financeiras	5 e 6	30.118.209	3.665.734	30.950.461	7136.469										
Despesas financeiras	5 e 6	(3.498.805)	(6.107.082)	(4.341.595)	(10.332.871)										
Resultado financeiro	5 e 6	26.619.404	(2.441.348)	26.608.866	(3.196.512)										
Lucro (Prejuízo) antes das tributações		22.005.345	(5.135.889)	21.340.608	(5.557.540)										
Imposto de renda e contribuição social															
Corrente	7	(24.557)	(137.754)	115.706	(306.080)										
Diferido	7	2.610.352	(1.091.576)	3.159.241	(102.542)										
Lucro (Prejuízo) do exercício		24.591.140	(6.365.019)	24.615.555	(6.656.162)										
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		24.591.140	(6.365.019)	24.591.140	(6.365.019)										
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores				24.415	(291.143)										
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	24(e)														
Ações ordinárias - básicas e diluídas (R\$)		16,39	(9,42)	16,39	(9,42)										
Ações preferenciais - básicas e diluídas (R\$)		16,39	(9,42)	16,39	(9,42)										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →





# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1 - Mensagem aos Acionistas

A Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Companhia") manteve em 2018 sua atuação em frentes estruturantes e aprofundou seus esforços para a evolução do negócio. A Companhia continuou focada em melhoria de qualidade, transformação digital, controle de custos, gestão do caixa e reestruturação da sua dívida, desconstruindo estímulos também para sua retomada comercial e para a modernização de sua rede. Além disso, a Oi seguiu cumprindo todos os compromissos previstos no Plano de Recuperação Judicial (PRJ), aprovado em dezembro de 2017.

A Companhia deu sequência ao consistente avanço nos seus indicadores de qualidade, como a redução das reclamações na ANATEL e do número de processos nos Juizados Especiais Cíveis. Por meio da digitalização, a Oi também avançou na otimização de processos internos e no aprimoramento da jornada do cliente. A Companhia lançou produtos inovadores que melhoraram a experiência dos usuários, como funcionalidades inéditas de produtos de telefonia móvel e TV por assinatura, e ofertas com mais dados, conteúdo, autonomia e transparência para os clientes.

Para mudar seu palanar de mercado, a Oi também desenvolveu um plano granular de investimentos focado na expansão da rede de fibra ótica e da rede móvel em áreas onde a Companhia tem as maiores perspectivas de crescimento. Parte das iniciativas previstas já foi implementada com foco na modernização da infraestrutura, a partir de parcerias com fornecedores globais. Em 2018, esse movimento seguiu acelerado a partir dos recursos disponibilizados pela conclusão do aumento de capital no valor de R\$ 4 bilhões em dinheiro novo, concluído em janeiro deste ano e previsto no PRJ da Oi.

Esses recursos serão destinados à ampliação da infraestrutura da Companhia em frentes estratégicas como fibra ótica e rede 4G, também conforme o PRJ. Assim, o investimento incremental será fundamentalmente direcionado para ampliação de oferta de banda larga de alta velocidade e de cobertura móvel, contribuindo para que a Oi volte a crescer e conquiste participação de mercado. Com esse movimento, a Companhia também se prepara para a tecnologia 5G, que ainda não está disponível no país, e para as soluções de internet das Coisas (IoT).

Apesar disso, a Oi concluiu outras importantes etapas previstas no PRJ, que foi aprovado em dezembro de 2017 e homologado em janeiro de 2018. Em julho, a Companhia concluiu conversão da dívida com os bondholders em ações, reduzindo a dívida financeira de R\$ 56 bilhões para R\$ 16 bilhões. Em setembro do mesmo ano, a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Chapa Consensual indicada pela administração da Companhia para composição do Novo Conselho de Administração, composto por 11 integrantes, todos membros independentes, conforme previsto no PRJ.

### 2 - Conjuntura Econômica

O ano de 2018 foi marcado por eleições presidenciais no Brasil e, como consequência, por incertezas e volatilidades típicas deste processo. No auge das incertezas eleitorais, o Dólar atingiu a gradiente histórica de R\$ 4,1379 em setembro. A consolidação da vitória do candidato com agenda mais liberal e pró-normas favoreceu a performance dos ativos brasileiros, e o Real recuperou parte das perdas acumuladas até então. O Dólar encerrou o ano cotado a R\$ 3,8748, o que representou uma desvalorização de 11,2% em 2018. A despeito desta desvalorização, a recuperação ainda lenta da economia (também impactada pela greve dos caminhoneiros em maio), com desempenho em níveis elevados, contribuiu para a manutenção da inflação em parâmetros controlados e permitiu que o COPOM reduzisse a Selic em 50bps, encerrando a 6,5%.

O PIB (Produto Interno Bruto) apresentou crescimento de 1,1% em 2018, e a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 3,75%, abaixo do centro da meta de 4,5%. Já no cenário global, a despeito de algumas incertezas ao longo do ano, o balanço foi positivo em 2018, seja pela pouca elevação de juros nos Estados Unidos, pela trégua entre este país e a China nas questões comerciais, seja pela expectativa de crescimento deste último. A economia americana apresentou crescimento de 2,9% em 2018, motivado, principalmente, pelos cortes de impostos implementados pelo governo norte-americano e pela manutenção da taxa de desemprego em níveis de 4,0%. Na Europa, mesmo com os riscos políticos iminentes, a recuperação da economia seguiu em curso em 2018, porém em ritmo mais lento e gradual. Já na China, o crescimento se manteve estável em 6,8% em 2018.

Para a economia brasileira em 2019, espera-se um maior crescimento do PIB quando comparado a 2018. A velocidade e a profundidade da agenda de reformas propostas pelo novo governo deverão ditar o ritmo do cenário cambial, influenciando inflação e juros. O cenário esperado aponta para aprovação da reforma da previdência e, portanto, cenário comportado para câmbio, inflação e juros. Contribuindo para isso, espera-se um cenário externo benigno, contemplando a manutenção de juros nos EUA, nova rodada de estímulos na China, bem como expectativa de um acordo comercial entre estes dois países.

### 3 - O Setor de Telecomunicações em 2018

Segundo a ANATEL, no final de dezembro de 2018, o total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou 316,1 milhões, representado por 38,3 milhões de linhas fixas em serviço, 229,2 milhões de usuários móveis, 31,0 milhões de acessos de internet em banda larga fixa (Serviço de Comunicação Multimídia - SCM) e 178 milhões de usuários de TV por assinatura. A queda de 2,5% que corresponde a 8,1 milhões de acessos em relação a 2017 foi motivada principalmente pelas expressivas desconexões de 19,0 milhões de acessos do pré-pago no segmento de mobilidade, em função da contínua queda das tarifas de interconexão e do crescimento do uso de aplicativos como WhatsApp, que reduzem os incentivos para que os clientes utilizem múltiplos chips.

### Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2018, 38,3 milhões de linhas em serviço segundo os dados da ANATEL, redução de 2,5% sobre dez/17. Este encerramento se realizou, uma vez que existe uma tendência mundial de

### 5 - Estratégia da Companhia e Novos Negócios

Em 2018, com o PRJ aprovado e homologado pela Justiça, a Oi manteve sua estratégia de focar na sua reestruturação operacional, lançando as bases para um crescimento sustentável, buscando serviços inovadores, alto padrão de qualidade e modernização do negócio. A atuação da Companhia foi norteada pelos seguintes pilares:

- Antecipação dos investimentos previstos no Plano de CAPEX incremental, aprovado no PRJ, permitindo avançar a robustez e a capacidade da rede.
- Expansão do serviço de banda larga em fibra até a casa do cliente e expansão da cobertura 4G e 4,5G.
- Intensificação comercial com abordagem mais regionalizada.
- Abordagem inovadora de reuso de rede para a modernização da fibra, avançando a estratégia estruturante para crescimento da banda larga de alta velocidade.
- Continuidade no processo de melhoria da eficiência operacional e controle de custos.
- Fortalecimento do processo de transformação digital da Companhia, como digitalização de processos de atendimento e venda (e-care, e-billing, e-commerce), além de modernização e inteligência artificial.

### Novos Negócios

Em 2018 a Oi continuou o seu comprometimento no desenvolvimento de iniciativas ligadas à inovação. A partir do contínuo investimento em projetos de inovação e P&D que totalizaram aproximadamente R\$ 87 milhões no ano, a Companhia continuou sua atuação junto a instituições de Ciência e Tecnologia e incubadoras para a exploração de oportunidades de negócios ligadas a verticais de elevado potencial não relacionadas ao seu core business como Mobile Advertising, Saúde e aplicações em IoT (AI Smart - Casa Conectada e Carro Conectado). Utilizando a Estreia de Inovação, a Oi continuou o desenvolvimento de projetos de vanguarda junto com seus parceiros, permitindo a criação de ofertas pioneiras no mercado da Telecom. Foi implantado projeto piloto do Novo Telecentro de Uso Público incentivado pelo programa INOVA TELECOM da FINEP. O novo aparelho, que utiliza cartões com tecnologia NFC, bem como os novos sistemas de monitoramento, foram desenvolvidos em parceria com o CPQD e indústrias locais. Dentro do mesmo programa da FINEP foi desenvolvido um protótipo de equipamento concentrador (gateway) IoT multi-tecnologia (várias interfaces) para aplicações internas da Oi e com potencial para projetos de cidades inteligentes. Além dessas, soluções como o Oi Smart e a Oi Saúde mostram que uma estratégia de inovação aberta, que estreita o relacionamento da Oi com o ecossistema de startups, permite a exploração de oportunidades associadas ao core business da empresa com maior rapidez e eficiência. Encerrando o compromisso com seu programa de inovação, o Incubadora OiO lançada no final de 2017, se consolidou como novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas, desenvolvimento de startups e suporte a iniciativas sociais.

### 6 - Recuperação Judicial

Em 8 de janeiro de 2018, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (Juízo da Recuperação Judicial) proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi. A referida decisão foi publicada em 5 de fevereiro de 2018 (Homologação do Plano), iniciando-se o prazo para que os credores das Empresas Oi pudessem acionar entre as ações de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRJ, o qual se encerrou no dia 25 de fevereiro de 2018, agosto para detentores de bônus, cujo prazo foi estendido até o dia 8 de março conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 28 de fevereiro de 2018.

É esperado que as Empresas Oi permaneçam sob supervisão judicial pelo prazo de até 2 (dois) anos contados da Homologação do Plano ou até que sejam cumpridas as obrigações previstas no PRJ com vencimento no prazo de 2 (dois) anos contados a partir da Homologação do Plano.

### Recuperação Judicial - Reconhecimento nos EUA

Em 17 de abril de 2018, as Credoras Chapter 15 apresentaram à Corte de Falências dos Estados Unidos um pedido de full force and effect ("FFE Motion"), de modo que o PRJ, tal como homologado pela Justiça brasileira, seja reconhecido e executado em território norte-americano, o qual foi concedido no dia 14 de junho de 2018 pela Corte de Falências dos Estados Unidos.

### Recuperação Judicial - Aprovação na Holanda dos Composition Plans da PTIF e da Oi Holanda

Em 10 de abril de 2018, a PTIF e a Oi Holanda apresentaram perante o Tribunal holandês seus Composition Plans - cujos termos são semelhantes aos do PRJ (Composition Plan ou Composition Plans) - bem como requeriram que fossem designadas as datas para submissão de créditos e votação dos Composition Plans, o que foi deferido pelo Tribunal holandês na mesma data, tendo sido designadas as datas de 17 de maio de 2018 para a submissão de créditos e a data de 1 de junho de 2018 para a deliberação sobre cada um dos Composition Plans em assembleia dos credores da PTIF e da Oi Holanda. Em 1 de junho de 2018, os detentores dos PTIF e Oi Holanda Notes aprovaram os Composition Plans. Em 11 de junho de 2018, o Tribunal de Amsterdam confirmou a aprovação dos Composition Plans da PTIF e da Oi Holanda ("Decisão de Homologação"). Como não houve a interposição de recursos e a Decisão de Homologação se tornou definitiva, a partir de 20 de junho de 2018, os Composition Plans começaram a surtir efeito no território holandês e, de acordo com a Lei Holandesa, a PTIF e a Oi Holanda saíram do estado de falência.

### Recuperação Judicial - Conclusão da Reestruturação da Dívida

Em virtude da Homologação do Plano, os prazos, encargos e demais condições dos instrumentos de dívida firmados pelas Empresas Oi antes da Recuperação Judicial foram renovados a partir da Homologação do PRJ, passando a vigorar na forma do PRJ e dos instrumentos próprios das dívidas renovadas executadas no âmbito do processo de reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, conforme aplicável e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do Plano e da Lei nº 11.101/2005. Destaca-se que o processo

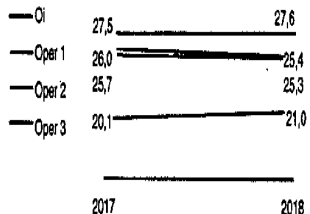
usarem a voz sem restrição. Essas ofertas corroboram com a nova tendência de mercado de consolidação de chips, na qual os clientes não necessitam mais de chips de operadores diferentes para evitar o pagamento de tarifas elevadas em chamadas fora da rede Oi ou UDD. As ofertas lançadas também são compostas por altas franquias de internet, sem restrição de uso e SVAs (Serviços de Valor Agregado). A partir desse ano, os dependentes dos planos Pós-Pagos (Oi Mais) são empacotados com dados, ou seja, compartilham a voz com o titular e tem sua própria franquia de internet. Outra novidade no Pós, são os conteúdos de vídeo embarcados nas ofertas. Com esse movimento, a Oi oferece planos com benefícios e preços competitivos no mercado.

Seguindo estratégia de digitalização e melhoria de experiência do cliente, desde abril de 2017, clientes Pós-pago na oferta Oi Livre e clientes Controle conseguem converter parte de sua franquia de voz em dados e/ou de dados para voz, quantas vezes quiser e sem cobrança, através do aplicativo Minha Oi. Em agosto de 2017 lançamos também plano Controle com Bônus Digital, no qual o cliente recebe bônus digital diretamente em seu celular. Em abril de 2018, lançamos a redistribuição e transferência de dados, onde o cliente pode gerar sua franquia de acordo com a necessidade de cada linha do plano. Além disso, também pode comprar pacotes de internet adicionais no aplicativo.

## PRÉ PAGO

Oi cresceu market share, enquanto o mercado encolheu 13% em 2018

Evolução do market share (%)



A Oi encerrou 2018 com 6.727 mil (6.512mil em 2017) UGRs no segmento B2B, um aumento de 3,3%, impulsionado pelo aumento da base móvel.

A estratégia para o B2B foi dar continuidade nas estratégias do Empresarial e do Corporativo, garantindo, assim, a melhoria da experiência do cliente através da simplificação dos processos e da automação de cadeia de entrega e convergência do serviço pós-venda (TI e Telecom).

Para o segmento Corporativo, os esforços continuaram na venda dos serviços de Dados e de TI para capturar novos e crescentes demandas de mercado e reduzir a dependência dos serviços de voz. No Empresarial, a Companhia manteve o posicionamento de Oi Mais Empresas, com simplificação dos portfólios de telefonia Fixa, Móvel e de Banda Larga, além de fortalecer o relacionamento digital com o cliente, através da Web e de APP. Como resultado dessa estratégia, a Oi apresentou melhoras na qualidade do serviço prestado e na experiência de uso do cliente.

### 8 - Desempenho Econômico-Financeiro

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 22.060 milhões no ano de 2018. Deste montante, R\$ 8.402 milhões correspondem ao segmento Empresarial, R\$ 1.250 milhões ao segmento de Mobilidade Pessoal, R\$ 5.981 milhões ao segmento B2B e outras receitas de R\$ 227 milhões. A receita líquida das outras operações internacionais encerrou o ano em R\$ 200 milhões.

A queda anual da receita de telefonia fixa, foi parcialmente compensada pelo crescimento da receita da TV paga no segmento residencial e das receitas de dados e de clientes do segmento Pós-Pago + Controle na Mobilidade.

Os custos e despesas operacionais (acrescido depreciação e amortização) totalizaram R\$ 16.501 milhões em 2018, sendo os principais custos: R\$ 5.925 milhões com serviços de terceiros, R\$ 4.200 milhões com aluguel e segredo, R\$ 2.594 milhões com pessoal, R\$ 1.104 milhões em serviço de manutenção da rede, e R\$ 658 milhões com custos de interconexão.

2018 foi mais um ano de rígido controle de custos. Baseado em diversas iniciativas de eficiência operacional, melhoria de qualidade e transformação digital. A Companhia reduziu custos em R\$ 1,4 bilhões, o que significa uma queda real de mais de 10%, considerando a inflação do período.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 53/71

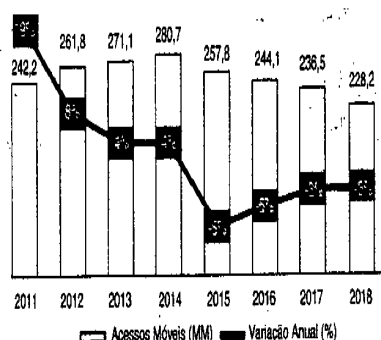




O mercado brasileiro de telefonia fixa atingiu em 2018, 38,3 milhões de linhas em serviço segundo os dados da ANATEL, redução de 2,5% sobre dez/17. Este encontra-se, portanto, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel e para dados.

As concessionárias de telefonia fixa representam 55,8% do total dos acessos fixos em serviço em 2018. Telefonia Móvel Com 229,2 milhões de usuários em dezembro de 2018 a telefonia móvel representa 109,8% sobre a população. As desconexões líquidas em 2018 somaram 73 milhões de usuários, refletindo recuo de 3,1% em relação ao ano anterior. O pré-pago representou 55,5% do total de usuários móveis em dezembro de 2018 (62,8% em 2017), enquanto no pós-pago os usuários representaram 43,5% do total da base móvel.

Evolução do Mercado de Telefonia Móvel



#### Banda Larga Fixa (SLM)

Segundo os dados da ANATEL, o mercado de acesso à internet através da banda larga fixa (SLM) manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2018. Ao final de 2018, a base de usuários atingiu 31,0 milhões de acessos, revelando crescimento de 2,1% frente a 2017, o que representa 2,1 milhões de novos usuários.

#### TV por Assinatura

Em 2018, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou uma queda de 0,5 milhão, uma redução de -3,0% no ano de 2018 (-3,6% em 2017). Ao fim de dezembro de 2018, os acessos de TV por assinatura totalizaram 176 milhões de assinantes.

A taxa de penetração relativamente ao total de domicílios atingiu 25,3% (26,2% em 2017), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país.

Os acessos através da tecnologia DTH (Direct to Home) foram responsáveis por 54,0% dos usuários (ponto de base anual do mercado), seguido pela tecnologia a cabo com 42,0%. Cabe assinalar que as novas entradas no mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH.

#### Contratos de Concessão, PGU e Instrumentos relacionados

A ANATEL lançou em 2013 uma Consulta Pública com perguntas à sociedade sobre temas relevantes para avaliação do ambiente econômico e regulatório do STFC a fim de receber subsídios à revisão dos Contratos de Concessão para o período 2016 a 2020, cujo encerramento ocorreu em 31/01/14. Em junho de 2014 houve uma nova Consulta Pública, para tratar especificamente da revisão dos Contratos de Concessão propriamente ditos, cujo prazo para contribuições terminou em 28/12/14, devendo ocorrer ainda a revisão das metas de Universalização (também colocado em Consulta Pública) e de Qualidade do STFC (que entrou em Consulta Pública em novembro de 2017). A assinatura dos novos termos dos contratos de concessão, prevista inicialmente para o final do ano de 2015, foi prorrogada para o dia 30 de junho de 2017 e, posteriormente, foi descartada pela ANATEL, permanecendo o todo do Contrato o mesmo até a próxima revisão em 2020 ou uma possível alteração legislativa que modifique o modelo vigente.

Nesse sentido, atualmente, o Projeto de Lei da Câmara 792/2016, que altera a Lei Geral de Telecomunicações, continua em tramitação pelo Congresso Nacional. Em paralelo, a ANATEL publicou a Consulta Pública 2017, que propõe alterações no Plano Geral de Outorgas. O prazo para Comentários dessa Consulta já se encerrou, mas a análise da futura regulamentação está em compasso de espera, aguardando a aprovação do PL 792/2016 para ser concluída.

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº 9.819/2018 que aprova o novo Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Fio Conduto prestado no Regime Público - PGU. O Decreto atualiza as metas de universalização das concessionárias de STFC.

No novo documento a principal alteração diz respeito à troca das obrigações de densidade e distanciamento de Terminais de Uso Público - TUP pela obrigação de implementação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte de acesso à banda larga em localidades definidas pelo Decreto.

#### Plano Geral de Atualização da Regulamentação

A ANATEL, em dezembro de 2015, publicou a Resolução nº 658, que revogou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação - PGR. O PGR foi substituído pelo Plano Estratégico 2015/2024, instituído pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015.

Para o período compreendido entre os primeiros e segundos semestres de 2017 e 2018, a ANATEL, por meio da Portaria nº 491/2017, de 10 de abril de 2017, elogiou as suas prioridades por meio da divulgação da sua Agenda Regulatória, que contém 61 ações que deverão ser executadas pela Agência durante esse período. Entre tais ações, destacam-se:

Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (ação 11) e Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações - Regulamento de Adaptação (ação 12) Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, a essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, a universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Nesse sentido, incluem-se neste projeto a proposição de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral de Outorgas PGO, a elaboração de um modelo de Termo de Autorização único e a elaboração de normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes. Este projeto inclui também a revisão Consulta Pública Aprovação final dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fio Conduto STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização PGU, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados, entre outras datas, em 30 de junho de 2017, para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.

No final de 2018 a ANATEL lançou a Consulta Pública nº 48/2018 com a Proposta de Agenda Regulatória da ANATEL para o biênio de 2019/2020. O prazo para contribuições já foi encerrado, mas o texto permanece em análise pela ANATEL. Entre as ações propostas pela ANATEL destacam-se: (i) Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (Item 12); (ii) Revisão do Regulamento de Bens Reversíveis (Item 3.2); (iii) Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações (Item 2); (iv) Reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória (Item 12.1); (v) Reavaliação da regulamentação sobre aplicação de sanções administrativas (Item 12.2); e (vi) Reavaliação do Regimento Interno da ANATEL.

Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações (Item 12.3).

Processo de reestruturação de ativos e passivos da Oi em conformidade com o Plano e a Lei nº 11.101/2005. Destaca-se que o processo de reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, incluindo o Aumento de Capital com a Capitalização de Créditos previsto no PRU, foi concluído em 31 de julho de 2018.

#### Recuperação Judicial - Reconhecimento em Portugal

Em 30 de julho de 2018, o Juízo de Comércio de Lisboa - Juiz 2 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa indeferiu o pedido de reconhecimento, em Portugal, da decisão em que o Juízo da Recuperação Judicial homologou, no Brasil, o PRU das Empresas Oi. Na ocasião, o entendimento foi que seria necessário o trânsito em julgado da decisão de homologação para que pudesse haver o seu reconhecimento em Portugal.

Em 25 de outubro de 2018, o Tribunal da Relação de Lisboa deu provimento ao Recurso de Apelação interposto pelas Empresas Oi para, reformando a sentença de origem, reconhecer, em Portugal, a decisão de Homologação do PRU das Empresas Oi no Brasil e ordenar a sua publicidade.

#### Recuperação Judicial - Aprovação de Novo PGU

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.819/2018, que revogou o Decreto nº 7512/2011 e aprovou um novo PGU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Para maiores informações acerca do Novo PGU, vide informações na Nota 1 das Demonstrações Financeiras no item de "Recuperação Judicial".

#### Recuperação Judicial - Aumento de Capital Novos Recursos

Ao longo de 2018, foram tomadas as medidas necessárias para a emissão privada de novas ações ordinárias, no valor de R\$ 4 bilhões, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano ("Aumento de Capital - Novos Recursos"), tendo sido emitidas em 25 de outubro de 2018 112.598.610 ações ordinárias (Ações Ordinárias) e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus dentro do prazo determinado.

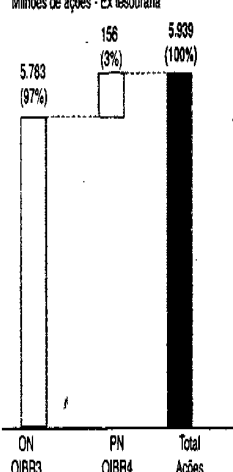
Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia confirmou a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 25 de outubro de 2018 até o dia 3 de dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 682.945 American Depositary Receipts (cada um representativo de cinco ações ordinárias - "ADRs") exercidos a partir do dia 19 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018.

Em 4 de janeiro de 2019, a Companhia confirmou a emissão de 275.985 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADRs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018.

Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADRs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiram e não podem mais ser exercidos, tendo sido concluído o Aumento de Capital - Novos Recursos em 26 de janeiro de 2019.

#### Composição Acionária (Pós Aumento de Capital)

Milhões de ações - Ex tesouraria



#### 7-Desempenho Operacional

A Companhia encerrou 2018 com 57,1 milhões de unidades geradoras de receita ("UGRs"), sendo 14.746 mil no segmento Residencial, 38.033 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 6.727 no segmento B2B, além de 640 mil telefones públicos.

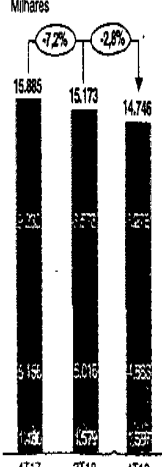
#### Residencial (Telefonia fixa, Banda larga e TV paga)

Plano

A Oi terminou o ano de 2018 com 8,276 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 10,4% em relação ao 2017, refletindo a tendência de mercado de queda de demanda por voz e substituição pelo móvel. Com o intuito de frear a queda de base, a Companhia tem como estratégia o foco na convergência, para aumentar a proposta de valor dos serviços, além de uma abordagem mais segmentada na renovação.

#### UGR's residencial

Milhares

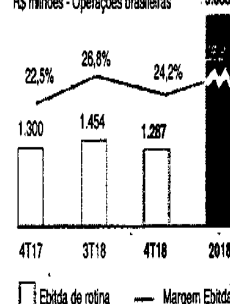


queda real de mais de 10%, considerando a inflação do período.

Em 2018, o EBITDA da operação nacional da Companhia totalizou em R\$ 5.863 milhões, com uma margem de 26,8 %. O lucro líquido anual de R\$ 24.616 milhões, no período findo em 31 de dezembro de 2018, foi impactado principalmente, pelo resultado financeiro positivo oriundo do reconhecimento contábil dos ajustes inerentes à aprovação do PRU e do registro de provisão para contrato oneroso.

#### EBITDA de rotina 2018

R\$ milhões - Operações brasileiras



#### 9 - Endividamento

R\$ Milhões	Dez/18	Dez/17	% Dívida Bruta
<b>Divida Bruta</b>			
Curto Prazo	673	54.220	4,1%
Longo Prazo	15.777	-	95,9%
<b>Divida Total</b>	<b>16.450</b>	<b>54.220</b>	<b>100,0%</b>
Em moeda nacional	7.833	14.835	46,4%
Em moeda estrangeira	8.617	39.385	53,6%
Swap	-	105	0,2%
Li Cetera	(4.824)	(5.899)	-28,1%
<b>Li Dívida Líquida</b>	<b>11.629</b>	<b>47.621</b>	<b>71,9%</b>

A Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 16.450 milhões em dezembro/18. Quando comparada com dezembro/17, a dívida bruta consolidada foi reduzida em 69,9% ou R\$ 38.170 milhões.

A redução no comparativo anual, conforme mencionado anteriormente, é resultado da conclusão do processo de Recuperação Judicial da Companhia, uma vez que os efeitos contábeis das condições contratuais das novas dívidas passaram a valer a partir de 5 de fevereiro de 2018, data da homologação do Plano.

Ao final de dezembro/18, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 53,7% da dívida a valor justo e o prazo médio consolidado encontrava-se em cerca de 12 anos.

A Companhia encerrou dezembro/18 com caixa de R\$ 4.824 milhões, uma redução de 33,3% quando comparado a dezembro de 2017, resultando em uma dívida líquida de R\$ 11.629 milhões na data-base analisada. A redução no caixa no exercício ocorreu, principalmente, em função da aceleração do Capex no período, além de obrigações pontuais relacionadas à implementação do Plano, incluindo pagamentos aos credores. Cabe ressaltar que, em janeiro de 2019, a Companhia concluiu o aumento de capital, conforme previsto no PRU, reforçando o caixa consolidado no montante de R\$ 4,0 bilhões.

#### 10 - Investimentos (\*)

R\$ Milhões	2018	2017
<b>Investimentos</b>		
Rede	5.095	4.643
Serviços de TI	614	822
Outros	368	364
<b>Total</b>	<b>6.077</b>	<b>5.829</b>

(\*) Consideramos somente os investimentos no Brasil

Os investimentos realizados nas operações brasileiras ao longo de 2018 totalizaram R\$ 6.078 milhões, um acréscimo de 8,0% em relação ao ano de 2017, demonstrando a preocupação com a manutenção da qualidade dos seus serviços, mantendo a disciplina financeira que a Companhia vem perseguindo para a aplicação de seus recursos, utilizando análises mais granulares, priorizando de investimentos e novos modelos de contratação de fornecedores. No ano de 2018, a Companhia investiu 83,9% do montante total na rede, representando R\$ 5,1 bilhões distribuído principalmente na (i) melhoria da rede fixa para o serviço de fibra e banda larga, (ii) melhoria da qualidade da rede móvel, (iii) implantação e expansão da rede 4G e 4,5G e (iv) investimento em equipamentos de transmissão de voz e dados.

Mesmo um cenário de reduzida flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi expandiu os investimentos em infraestrutura e no core da rede em 2018. Neste período, a Companhia investiu na infraestrutura de acesso, na infraestrutura de transmissão, na rede IP e na expansão dos sistemas de suporte a operação, dentre outras ações. Desta forma, foi possível aumentar a robustez, a qualidade e a capacidade do core de rede, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio.

No quarto trimestre de 2018 a Companhia já iniciou a aceleração dos investimentos previstos no PRU e que serão financiados pelo aumento de capital de R\$ 4 bilhões, concluído em janeiro/2019.

Os investimentos incrementalmente seguirão uma estratégia de foco no cliente e serão direcionados para o acesso, para a ampliação da cobertura móvel 4,5G e massificação da fibra para a oferta de banda larga de alta velocidade.

#### Investimento em Pesquisas e Desenvolvimento

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atividades inovadoras.

Em novembro de 2017, em parceria com empresas e centros de pesquisa, a Oi realizou o lançamento da Inovação Oi, novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, lançado para ser referência no Rio de Janeiro na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas e desenvolvimento de startups. O projeto da incubadora Oi visa a criar um ambiente de inovação no RJ, que é a essência de um centro de referência e interação para empreendedores e entidades vinculadas ao tema. O objetivo da iniciativa é ser



propõe alterações no Plano Geral de Outorgas. O prazo para Comentários dessa Consulta já se encerrou, mas a análise da futura regulamentação está em compasso de espera, aguardando a aprovação do PL 79/2016 para ser concluída.

Em 21 de dezembro de 2016, foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº 8.618/2016 que aprova o novo Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Fio Conduto no Regime Público - PGMU. O Decreto atualiza as metas de universalização das concessionárias de STFC.

No novo documento a principal alteração diz respeito à troca das obrigações de densidade e distanciamento de Terminais de Uso Público - TUP pela obrigação de implementação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte de acesso à banda larga em localidades definidas pelo Decreto.

#### Plano Geral de Atualização da Regulamentação

A ANATEL, em dezembro de 2015, publicou a Resolução nº 659, que revogou o Plano Geral de Atualização da Regulamentação - PGR. O PGR foi substituído pelo Plano Estratégico 2015/2020, instituído pela Portaria nº 174, de 11 de fevereiro de 2015.

Para o período compreendido entre os primeiros e segundos semestres de 2017 e 2018, a ANATEL, por meio da Portaria nº 491/2017, de 10 de abril de 2017, elegu as suas prioridades por meio da divulgação da sua Agenda Regulatória, que contém 61 ações que deverão ser executadas pela Agência durante esse período. Entre tais ações, destacam-se:

Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (ação 1.1) e Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações - Regulamento de Adaptação (ação 1.2) Reavaliação do modelo regulatório brasileiro de prestação de serviços de telecomunicações, baseado nos regimes público e privado, conforme a Lei Geral de Telecomunicações LGT (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), considerando, entre outros aspectos, as melhores práticas internacionais sobre o tema, e essencialidade dos diversos serviços de telecomunicações, os modelos de outorga (concessão, autorização e permissão), a reversibilidade dos bens, a continuidade, e universalização e os regimes de estabelecimento de preços. Nesse sentido, incluem-se neste projeto a proposição de alterações legislativas, a revisão do Plano Geral de Outorgas PGO, e elaboração de um modelo de Termo de Autorização Único e a elaboração de normatização que discipline a adaptação de instrumentos de outorga vigentes. Este projeto inclui também a revisão Consulta Pública Aprovação final dos modelos de Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Conduído STFC e das metas do Plano Geral de Metas para Universalização PGMU, nos termos da Cláusula 3.2 dos contratos vigentes, a qual prevê que tais contratos poderão ser alterados, entre outras datas, em 30 de junho de 2017, para estabelecer novos condicionamentos, novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.

No final de 2018 e ANATEL lançou a Consulta Pública nº 49/2018 com a Proposta de Agenda Regulatória da ANATEL para o biênio de 2019/2020. O prazo para contribuições já foi encerrado, mas o texto permanece em análise pela ANATEL. Entre as ações propostas pela ANATEL destacam-se: (i) Reavaliação do regime e escopo dos serviços de telecomunicações (item 1.2); (ii) revisão do Regulamento de Bens Reversíveis (item 3.2); (iii) disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações (item 2); (iv) reavaliação da regulamentação sobre fiscalização regulatória (item 12.1); (v) reavaliação da regulamentação sobre aplicação de sanções administrativas (item 12.2); e (vi) reavaliação do Regulamento Interno da ANATEL.

Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações (ação 2)

Reavaliação da regulamentação sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações, atualmente regida pela Resolução nº 274, de 5 de dezembro de 2001, considerando as determinações da Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, em especial seu artigo 10, e da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015. A aprovação final do Regulamento sobre compartilhamento de infraestrutura entre prestadoras de serviços de telecomunicações ocorreu no segundo semestre de 2017.

#### Reavaliação do modelo de gestão de qualidade de serviços de telecomunicações (ação 4)

Reavaliação do anexo normativo sobre a qualidade dos diversos serviços de telecomunicações, avaliando a viabilidade de concentrar esforços em um número reduzido de indicadores estratégicos que melhor atendam aos anseios dos usuários destes serviços e ao mesmo tempo minimizem os custos administrativos e operacionais aplicáveis à ANATEL e às prestadoras. Ademais, busca-se avaliar a possibilidade de convergência destes indicadores e metas para os diversos serviços de telecomunicações considerando a convergência tecnológica e também das ofertas.

De acordo com a Agenda Regulatória vigente, a Consulta Pública sobre o tema, aberta para Comentários da sociedade até 9 de abril de 2018, terá uma previsão de publicação do novo regulamento no primeiro semestre de 2018, fato que não se concretizou até o momento.

Reavaliação da regulamentação sobre o controle de bens reversíveis (ação 10)

Reavaliação da regulamentação sobre controle de bens reversíveis, atualmente regida pela Resolução nº 447, de 19 de outubro de 2006, com vistas a aprimorar procedimentos operacionais pertinentes à análise prévia de operações de alienação, substituição, oneração e desoneração de bens reversíveis. Adicionalmente, avalia-se novas formas de controle e melhor organização de listas de bens reversíveis e serviços prestados por terceiros.

De acordo com a Agenda Regulatória, a Consulta Pública deverá ter ocorrido no segundo semestre de 2017, não tendo sido publicada até o momento.

Contudo, como a reavaliação da regulamentação do tema está intrinsecamente relacionada à já mencionada proposta de revisão da prestação do STFC em regime público, é provável que o tema seja discutido em conjunto com a mesma.

#### Reavaliação da regulamentação de mercados relevantes (ação 24)

Revisão dos mercados relevantes e das medidas assimétricas previstas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), aprovado pela Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, que deverá ocorrer a cada quatro anos, conforme §2º do artigo 13 daquele Plano.

O tema foi tratado pela Consulta Pública 35/2016 da ANATEL, e estava prevista para ser publicada a nova regulamentação até o final de 2017, fato que não se concretizou, sendo a Resolução 894/2018 publicada apenas em julho de 2018. A maior inovação do novo PGMC foi a divisão dos mercados de varejo em quatro categorias de nível de competição, com a flexibilização das medidas assimétricas impostas pelo Regulamento em mercados mais competitivos.

#### 4- Perfil da Empresa

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços integrados em telecomunicações no Brasil, reunindo aproximadamente 57,1 milhões de Unidades Geradoras de Receita (UGR) ao fim de 2018. A Companhia atua em todo o território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes (precondução), transmissão de dados (inclusive banda larga) e televisão paga (oferecidos também através de pacotes double-play, triple-play e quadruple-play), serviços de Internet e outros serviços de telecomunicações, para clientes residenciais, empresas e órgãos governamentais. A Companhia conta com aproximadamente 362,9 mil km de fibra ótica instalada, detendo o maior backbone do Brasil. Além disso, a sua cobertura móvel abrange aproximadamente 94% da população brasileira. A Companhia possui, aproximadamente, 18,4% do market share em telefonia móvel e cerca de 32,4% em telefonia fixa. A Companhia disponibiliza, ainda, como parte de suas ofertas convergentes, mais de 2 milhões de hotspots Wi-Fi gratuitos inclusive em locais públicos tais como aeroportos e shopping centers.

	ON	PN	Total
	OIBR3	OIBR4	Ações

#### 7-Desempenho Operacional

A Companhia encerrou 2018 com 57,1 milhões de unidades geradoras de receita (UGR), sendo 14,746 mil no segmento Residencial, 35.033 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 6.727 no segmento 32B, além de 640 mil telefones públicos.

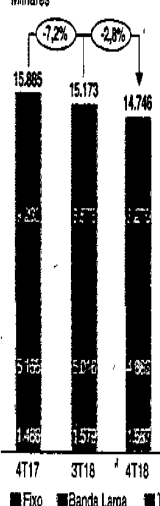
Residencial (Telefonia fixa, Banda Larga e TV paga)

Fixo

A Oi terminou o ano de 2018 com 8,275 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 10,4% em relação ao 2017, refletindo a tendência de mercado de queda de demanda por voz e substituição pelo móvel. Com o intuito de trazer a queda de base, a Companhia tem como estratégia o foco na convergência, para aumentar a proposta de valor dos serviços, além de uma abordagem mais segmentada na rentabilização.

#### UGR's residencial

Em milhares



#### Banda Larga

A Companhia fechou o ano com 4,883 mil UGR's de banda larga fixa no segmento Residencial, redução de 5,3% versus 2017. A queda se justifica principalmente pela maior competição de players locais que oferecem serviços de banda larga em pequenas cidades, fora dos grandes centros urbanos. Como já dito, a Companhia vem intensificando a atividade comercial com diferenciação de mercado regionalizada e adotando medidas pontuais para adequar as ofertas para cada tipo de cliente. Além disso, mesmo antes da entrada dos recursos provenientes do aumento de capital aprovado no PPL, a Oi já está realizando investimento em fibra, com a estratégia do "Rasão" da rede, entregando banda larga de 50 Mbps, 100 Mbps e 200 Mbps.

#### TV Paga

No produto de TV Paga, a Companhia apresentou o melhor desempenho do mercado no ano. De acordo com dados da ANATEL, foi a única a apresentar crescimento de base em 2018. Enquanto o mercado registrou queda do total de acessos de 521,1 mil (-3%) ao longo do ano, a Oi apresentou aumento de 92,3 mil clientes (+5%) na sua base de TV, mantendo taxas de crescimento anual e sequenciais pelo 11º trimestre consecutivo, alcançando um total de 1,6 milhões de clientes ao final do período. Vale destacar que em novembro de 2018 a Oi se tornou a terceira maior operadora de TV do país (a segunda considerando apenas aquelas com tecnologia DTH). A Oi TV vem contribuindo diretamente para a expansão das vendas e da base do Oi Total, retribuição o sucesso da estratégia de convergência do segmento Residencial.

Informações ANATEL para a data-base de 31/12/2018.

Oi TV é um produto diferenciado, que oferece um amplo leque de conteúdo, com canais HD (incluindo canais abertos) em todos os planos, sendo que a oferta mais completa inclui até 192 canais, sendo 70 em HD. Também oferece serviços como o Pay Per View (serviço de pagamento por conteúdo) e live/pague via pay drive disponível para contratação em qualquer plano) e PPV (compra de eventos Pay Per View pelo controle remoto). Além disso, a Oi também disponibiliza o serviço de TV Everywhere, no qual os clientes podem assistir ao conteúdo on demand e ao vivo de diversos programas através de dispositivos como tablets, smartphones e outros dispositivos como Google Chromecast, por exemplo. A oferta de TV Everywhere contempla o acesso a plataforma virtual "Oi Play", agregador de conteúdos da Oi, retribuição o posicionamento da Companhia em oferecer uma melhor experiência e maior autonomia aos seus clientes por meio da digitalização dos serviços.

#### Mobilidade Pessoal

A Oi fechou 2018 com 35.033 mil UGR's no segmento de Mobilidade Pessoal, uma redução de 4,4% quando comparado a 2017. Nos últimos doze meses, essa redução é representada por 1.615 mil UGR's, sendo 2.824 mil UGR's de pré-pagos e adição de 1.010 mil UGR's de pós-pagos.

A redução do Pré é reflexo da tendência do mercado de consolidação de chips. Ainda assim, a base da Oi caiu menos que o mercado, levando a um aumento do Market Share no Pré.

Por outro lado, no Pós, impulsionado pelos investimentos em 4G, que propiciaram o lançamento de um novo portfólio de ofertas, a Oi reverteu a tendência dos últimos anos e conseguiu adicionar mais de 1MM de clientes à sua base.

O Pré-pago foi mercado pelo foco em recarga e consumo de dados através do uso das ferramentas de marketing ativo e pelo lançamento da nova versão da oferta Oi Livre, que inclui minutos para falar com qualquer operadora, pacote de dados e aplicativo de mensagens, para brindar a base por meio de uma oferta completa e consolidar os gastos do cliente no chip Oi Pré.

No Pós-pago, seguindo o movimento de 2017, a Oi lançou em 2018 no plano Controle ofertas com ligações limitadas para qualquer operadora de todo Brasil (ligações locais e DDD), retribuição o conceito de liberdade para os clientes.

#### 10-Investimentos (\*)

RS Milhões	2018	2017
<b>Infraestrutura</b>		
Rede	5.096	4.643
Serviços de TI	614	622
Outros	368	364
<b>Total</b>	<b>6.078</b>	<b>5.629</b>

(\*) Considera somente os investimentos no Brasil

Os investimentos realizados nas operações brasileiras ao longo de 2018 totalizaram R\$ 6.078 milhões, um acréscimo de 8,0% em relação ao ano de 2017, demonstrando a preocupação com a manutenção da qualidade dos seus serviços, mantendo a disciplina financeira que a Companhia vem perseguindo para a aplicação de seus recursos, utilizando análises mais granulares, priorização de investimentos e novos modelos de contratação de fornecedores. No ano de 2018, a Companhia investiu 83,9% do montante total na rede, representando R\$ 5,1 bilhões distribuído principalmente na (i) melhoria da rede fixa para o serviço de fibra e banda larga, (ii) melhoria da qualidade da rede móvel, (iii) implantação e expansão da rede 4G e 4,5G e (iv) investimento em equipamentos de transmissão de voz e dados.

Mesmo um cenário de reduzida flexibilidade financeira e atuando com responsabilidade na gestão do caixa, a Oi expandiu os investimentos em infraestrutura e no core da rede em 2018. Neste período, a Companhia investiu na infraestrutura de acesso, na infraestrutura de transmissão, na rede IP e na expansão dos sistemas de suporte a operação, dentre outras ações. Desta forma, foi possível aumentar a robustez, a qualidade e a capacidade do core da rede, assegurando um desempenho operacional mais eficiente e promovendo uma melhoria consistente na qualidade dos serviços e experiência dos usuários, com reflexo na geração de valor para o negócio.

No quarto trimestre de 2018 a Companhia iniciou a aceleração dos investimentos previstos no PPL e que serão financiados pelo aumento de capital de R\$ 4 bilhões, concluído em junho/2019.

Os investimentos incrementais seguirão uma estratégia de foco no cliente e serão direcionados para o acesso, para a ampliação da cobertura móvel 4,5G e massificação de fibra para a oferta da banda larga de alta velocidade.

#### Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

A Oi, desde a sua criação, vem procurando se diferenciar e se manter na liderança do mercado nacional por meio de suas ações e atitudes inovadoras.

Em novembro de 2017, em parceria com empresas e centros de pesquisa, a Oi realizou o lançamento da Incubadora Oito, novo hub de empreendedorismo e inovação no Rio de Janeiro, lançado para ser referência no Rio de Janeiro na geração de novos negócios, aceleração de soluções tecnológicas e desenvolvimento de startups. O projeto da Incubadora Oito visa a suprir uma lacuna no ambiente de inovação do RJ, que é a ausência de um centro de referência e intercâmbio para empreendedores e entidades vinculadas ao tema. O objetivo da iniciativa é ser um ambiente para estimular e criação de novos negócios digitais, inspirar ideias e conectar pessoas, empresas e centros de pesquisa, além de atuar em um só lugar diversas abordagens no tema da inovação e acesso a um dos laboratórios de IoT mais modernos da América Latina. O início do programa foi marcado com o lançamento do edital de incubação de empresas junior (startups) que definiu os objetivos do programa, as verticais de interesse, as parcerias já definidas e o investimento previsto. As soluções e produtos desenvolvidos na Incubadora Oito terão o suporte da área de Inovação da Oi para serem testados e potencialmente adotados pela Companhia, tanto para uso interno quanto para se tornarem parte do portfólio de soluções da empresa oferecido ao mercado.

Dos sete projetos inicialmente selecionados seis seguem o processo de "trajetória" (acesso ao mercado) tendo o Oito realizado o seu primeiro Exit vendendo os direitos que tinha em uma das startups incubadas. Um ano depois da inauguração da Incubadora Oito, o sucesso do programa é reconhecido, ratificando que o diferencial está na capacidade da Oi de validar e dar escala às soluções desenvolvidas e disponibilizar canais que contribuam para o crescimento relevante das startups.

A Incubadora Oito iniciou um novo ciclo em dezembro de 2018, em busca de startups mais maduras, prontas para serem aceleradas ou próximas a esse estágio, e capazes de apresentar soluções relevantes para o negócio da Oi e seus clientes. Neste novo ciclo os empreendedores deverão apresentar propostas para solucionar desafios que foram apresentados pela Oi em quatro vertentes: operacionais, de negócios, financeiros ou open telecom, categoria destinada para soluções que possam atacar problemas ou explorar oportunidades relacionadas ao setor de telecomunicações.

Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem este ecossistema no Brasil, com destaque para as parcerias junto a fornecedores de soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de iniciativas inovadoras e de P&D junto aos parceiros do seu sistema.

Os investimentos em inovação e P&D nos projetos desenvolvidos em 2018 totalizaram aproximadamente R\$ 873 milhões em 18 projetos, sendo que 9 foram realizados em parceria com Institutos de Ciência e Tecnologia e empresas incubadas em Centros de Tecnologia.

#### 11-Mercado de Capitais

Até o final de 2018, o capital da Companhia era representado por 2,5 bilhões de ações, sendo 2,3 bilhões de ações ordinárias e 157 milhões de ações preferenciais.

	Ações do Capital Social	Em Moeda
Ordinárias	2.300.000.000	2.300.000.000
Preferenciais	157.000.000	1.011.750.000
Total	2.457.000.000	3.311.750.000

#### Nossas Ações

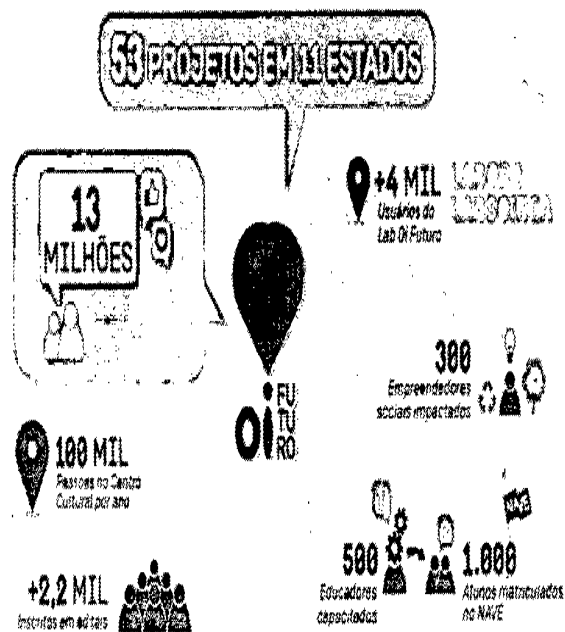
As ações da Oi S.A. são negociadas no Brasil na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), sob os códigos de negociação OIBR3 (ordinárias) e OIBR4 (preferenciais). A Companhia também tem um programa de American Depositary Receipts (ADRs) nos EUA, onde os papéis são atualmente negociados sob os códigos OIBR.C (DR Ordinária) e OIBR.Q (DR Preferencial). A OIBR.C é negociada na New York Stock Exchange (NYSE), enquanto a OIBR.Q é negociada no mercado brasileiro (COTC Market).



\* continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

MAIS DO QUE AUDIÊNCIA,  
REDES E IMPACTO

Em 2018, o Oi Futuro consolidou publicamente seu posicionamento como um instituto de inovação e criatividade com a inauguração do Lab Oi Futuro, um ambiente de conexão, aprendizado e cocriação para empreendedores culturais e sociais, que conectou mais de 4 mil usuários neste período. No campo da Cultura, o Oi Futuro promove a convergência entre arte, ciência e tecnologia. No último ano, o instituto lançou quatro editais para artistas e produtores culturais que receberam cerca de 2,2 mil inscrições. Por meio do seu principal edital público, o "Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados", foram selecionados 53 projetos em 11 estados. Para alcançar novos públicos, foram desenvolvidos novos modelos de patrocínio cultural em parceria com outras instituições. Um exemplo é o "Programa Pontes", realizado em conjunto com o British Council, que viabilizou a residência de artistas britânicos em dez festivais nacionais de norte a sul do país. Já o "Programa Arte Sônica Ampliada", o ASA, também desenvolvido com a agência britânica, ofereceu a 50 mulheres atuantes no campo da música e do som da península do Rio de Janeiro a possibilidade de receberem capacitação de mentorias internacionais.

O Oi Kabum! Lab, projeto incentivado pela lei estadual de ICMS RJ e realizado em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e a CECIP (Centro de Criação da Imagem Popular), promoveu a formação de 80 jovens de periferia e a curadoria de projetos de arte, tecnologia e intervenção urbana.

O Centro Cultural Oi Futuro - que abriga, além de galerias e um teatro, o Museu das Telecomunicações - recebeu aproximadamente 100 mil visitantes em 2018. O Museu, único espaço de pesquisa e preservação da história das telecomunicações no Brasil com 130 mil itens em sua Reserva Técnica, iniciou seu projeto de modernização. A primeira fase do projeto, que prevê novas atrações com interatividade e gamificação, está em curso.



práticas de negócios, os valores nos âmbitos de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A Companhia divulga anualmente seu desempenho e práticas de responsabilidade socioambiental através de seu Relatório Anual de Sustentabilidade segundo os padrões internacionais da Global Reporting Initiative (GRI). Pelo sétimo ano baseado na GRI, o relatório relativo ao ano de 2017 foi publicado em setembro de 2018 e poderá ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.oi.com.br>). 13 - Colaboradores: A Oi possui 15.250 colaboradores, considerando Lojas Próprias, na atividade de telecomunicações, sendo 70 estagiários e 140 aprendizes técnicos. Do total de colaboradores, 63% são do sexo masculino e 37% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 70% de homens e 30% de mulheres. A média de idade dos colaboradores é de 39 anos, com um tempo médio de empresa de 7 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços. Adicionalmente, a Oi possui 26.830 terceiros alocados em atividades de call center, 28.658 em atividades de atendimento, 53.510 em atividades de implantação e manutenção de rede e 8.682 em atividades administrativas, totalizando 117.681 terceiros. Destes, 57.694 pertencem ao Grupo Oi. Por meio de programas especializados, forma-se uma equipe de primeira linha: 139 Facilitadores de Gestão, 6 Master Black Belts, 39 Black Belts, 183 Green Belts, 1.300 Yellow Belts e 1.365 White Belts. Com o desafio de criar e fortalecer uma cultura única, a Oi vem promovendo o alinhamento de toda a Companhia em busca dos objetivos de negócio. Partindo da estratégia, o Modelo de Gestão contém clareza de objetivos e responsabilidades assim como disciplina e cadência à execução, com estímulo ao trabalho em Equipe e a colaboração entre as áreas, reforçando que estamos todos no mesmo barco. A área de Gestão da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional. Para suportar o Ciclo de Desenvolvimento da Gente, a Oi trabalha com ferramentas como promoções por meritocracia, recrutamento interno, onde as vagas abertas são disponibilizadas para os colaboradores, ciclos de acompanhamento do desempenho, reforço e valorização da cultura de autodesenvolvimento, onde o colaborador é protagonista da sua carreira. A Oi mantém programas estruturados em seus diferentes níveis funcionais, com vistas ao desenvolvimento e ao aprimoramento das competências de seus colaboradores. A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos-chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento dos seus colaboradores. Entre os programas voltados para todos os colaboradores, destacam-se três principais eixos: as Trilhas de Desenvolvimento de Competências Técnicas, os Treinamentos de Desenvolvimento de Liderança e as Trilhas de Conhecimento sobre o Negócio nos diversos formatos e metodologias como ações presenciais e on-line. No ano de 2018 os treinamentos realizados totalizam 365.670 horas. O Programa Geração promove o desenvolvimento de jovens talentos envolvidos com seu crescimento profissional. Em 2018, os 22 jovens do Programa de Trainee participaram de um programa específico de aceleração do desenvolvimento onde tiveram mais de 4.000 horas de treinamentos técnicos e comportamentais e atuaram liderando ou participando de projetos estratégicos da empresa. No ano de 2018 concluímos a contratação de 2.643 vagas na Oi. 73% das vagas executivas e 43% das vagas profissionais foram preenchidas por recrutamento interno enquanto as vagas de técnicos e força de vendas foram voltadas principalmente para o público externo. Fechamos a efetivação de 45 estagiários como colaboradores e realizamos 1.136 promoções, representando 35% do recrutamento interno. Pensando no bem-estar físico e emocional da seus colaboradores, a Oi deu continuidade ao programa "Oi Vida em Dia", que promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. Foram várias as iniciativas do programa tais como programas para Gestantes, Programa de Gerenciamento de Doenças Crônicas, Programa de Gestão de Interações, Programa de Medicamentos de Uso Contínuo, Programa de Períodos diferenciado de acordo com a taxa etária e risco de agravos à saúde, entre outros. Entre as ações de segurança do trabalho, a Oi deu continuidade ao Plano Nacional para Redução de Acidentes e Trabalho Seguro, e em 2018 implantou o projeto Supervisor de Segurança com o objetivo de capacitar os colaboradores de campo em boas práticas de segurança, tendo como ações a realização de treinamentos sobre Gerenciamento de Risco, Boas Práticas em Trabalhos em Eletricidade, Boas Práticas em Trabalhos em Altura e Uso Adequado de EPI, com participação de cerca de 2.500 colaboradores totalizando 9.800 horas de treinamentos. Foram realizadas ainda mais de 3.500 inspeções de campo, além da renovação de mais de 6.000 Equipamentos de Proteção Individual dos colaboradores de campo. Foram realizados também treinamentos sobre "Direção Consciente e Preventiva", reforçando a necessidade de conscientização dos Colaboradores na utilização de veículos. Nossa atuação foi além da sala de aula, levando o conceito da prevenção para o campo. A equipe de segurança do trabalho realizou mais de 2.200 inspeções de campo e tivemos ainda cerca de 7.500 participações no DSS (Diálogo Semanal de Segurança) e na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho). Reforçando a conscientização de como agir em casos de emergência, realizamos os seguintes treinamentos: Plano de Atendimento a Emergências Prediais; Noções de Prevenção e Combate a Incêndio além de Primeiros Socorros, com participação de 1.100 colaboradores. Tivemos ainda a participação de 1.250 colaboradores no curso de segurança para trabalhos com eletricidade (NR-10), além da capacitação de 121 colaboradores no curso de segurança para trabalhos em altura (NR-35). Como ferramenta de prevenção para o projeto Home Office, com foco na conscientização dos colaboradores para a execução de suas atividades dentro e fora da Companhia, capacitamos 2.100 colaboradores no curso Evitando Acidentes Domésticos e 2.500 colaboradores no curso Orientações Posturais. Finalizamos o ano de 2018 com todos os Acordos Coletivos de Trabalho aprovados e assinados pelos 28 sindicatos. Não tivemos nenhuma ocorrência de paralisação dos colaboradores com efeito relevante em nossas operações. Realizamos melhorias na navegação no Oi Educa, dando continuidade no desenvolvimento dos colaboradores e simplificando a sua jornada pela ferramenta, o projeto Home Office teve seu rollout para toda a Companhia para trazer mais qualidade de vida e produtividade às equipes, a coluna do robô Téo continua sendo exibida para facilitar o tratamento de frequência e detalhar os canais de atendimento, as adaptações do e-Social foram explicadas e a dedicação do time na implantação do e-Social foi decisiva para que o prazo estabelecido pela Receita Federal fosse atendido. Em 2018, seguimos aperfeiçoando processos para melhorar nosso desempenho e reduzir custos. Apostamos em soluções que usam inteligência artificial para prover uma experiência digital diferenciada de atendimento nos mais variados canais. Todas essas iniciativas foram amplamente divulgadas nos canais internos: notícias, o lançamento do nosso assistente virtual (chatbot) e sua expansão de utilização para o Facebook e o WhatsApp. Comunicamos o ambiente em constante evolução por meio

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 56/71







Além disso, a programação do Centro Cultural Oi Futuro foi novamente reconhecida pelo público, pela imprensa e pela crítica: cinco espetáculos teatrais que passaram pelos palcos do Oi Futuro receberam, ao todo, 58 indicações e 14 prêmios nacionais. São eles: "Isaac no Mundo das Partículas", "Thomas e as mil e uma invenções", "CérebroCoração", "O choro do Pinguim" e "Tebas Land". Na área de Educação, o Oi Futuro investe no NAVE, o Núcleo Avançado em Educação, parceria público-privada desenvolvida, desde 2006, com as Secretarias de Estado de Educação do Rio de Janeiro e de Pernambuco em duas escolas de Ensino Médio Integrado ao Profissional. O programa oferece cursos técnicos de Programação e Multimídia, com foco na preparação dos jovens para a economia criativa e para o exercício pleno da sua cidadania. O NAVE já formou mais de 2.500 estudantes e, atualmente, contabiliza 1 mil alunos e 70 educadores nas duas escolas. Para ampliar seu alcance, lançou, em 2018, o livro digital e-NAVE: "Guia de Práticas Pedagógicas Inovadoras", publicação gratuita que reúne 40 práticas pedagógicas inovadoras criadas no programa e acessíveis para outras escolas das redes pública e privada. Lançado em maio num evento com autoridades, especialistas e educadores, o livro digital registrou mais de 2 mil downloads. Em 2018, o Oi Futuro, por meio do NAVE, contribuiu também para a formação e a certificação de aproximadamente 500 educadores das redes públicas do Rio de Janeiro e de Pernambuco, com cursos presenciais e semipresenciais sobre Robótica Educacional, Microeducação, Uso de Novas Tecnologias Educacionais e Educação Integral. Em 2018, a Oi, com apoio do Oi Futuro, lançou a segunda edição do Geração Nave, programa de carreira desenhado especialmente para estudantes formados nas escolas. O programa prevê contratação dos jovens profissionais de nível técnico como residentes digitais na Oi. Em 2018, 13 jovens que se formaram no NAVE iniciaram sua carreira profissional na Oi. O objetivo do programa é oferecer a primeira oportunidade profissional para os egressos e, ao mesmo tempo, inspirar a cultura de inovação da Companhia. Na área de Inovação Social, o Oi Futuro consolidou a reputação do Labora, seu laboratório de Inovação Social, como uma plataforma de conexão e fortalecimento de empreendedores, negócios e organizações comprometidos com o impacto social. Em 2018, o instituto executou três ciclos de aceleração de startups e organizações de impacto social, em parceria com parceiros renomados como Startup Farm e Instituto Eklos. No total, foram 45 negócios e organizações acelerados, com aproximadamente 300 empreendedores impactados. Complementando sua contribuição social, a Oi e o Oi Futuro apoiam os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente nas esferas nacional, estaduais e municipais, por meio do FIA (Fundo da Infância e da Adolescência). Com essa atuação, a Oi e o Oi Futuro contribuem para o fortalecimento das políticas públicas de garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes de todo o país. Em 2018, quatro iniciativas foram apoiadas. Na frente de Esporte, a Oi, por meio do Oi Futuro, foi reconhecida em 2018 pelo Ministério dos Esportes no Prêmio Empresário Amigo do Esporte, na categoria "Maiores Apoiadores do Esporte Educacional", por sua contribuição ao desenvolvimento de projetos socioesportivos que promovem a inclusão, a cidadania, a diversidade e um estilo de vida saudável. Em 2018, sete projetos esportivos foram apoiados pelo instituto, contemplando mais de 1.900 beneficiários. Além disso, o Oi Futuro conecta os projetos socioesportivos a grandes eventos patrocinados pela Oi, como o WSL (World Surf League) e o Oi STU (Skate Total Urban), proporcionando a crianças e jovens em formação a oportunidade de contato com atletas de alto rendimento apoiados pela Oi e outros atores do ecossistema esportivo. O site (<http://www.oifuturo.org.br>) traz mais informações sobre os programas. Nesse ano a Oi completou nove anos de sua adesão ao Pacto Global das Nações Unidas, comprometida permanentemente a adotar em suas

que apresentaram melhorias crescentes ao longo do ano e foram divulgadas internamente para mostrar ao colaborador o resultado do seu trabalho. Divulgamos o lançamento do Oi Techônica, blog desenvolvido para atrair potenciais clientes de forma inteligente através das plataformas digitais. Replicamos internamente conteúdos relevantes do blog sobre tecnologia, celular, internet, séries e games. Além disso, o colaborador foi convidado para impulsionar a rede do Oi, que em 2018 promoveu, em parceria com grandes empresas, um calendário de palestras e eventos sobre tendências mundiais em inovação. Tendo como base a transparência, a área de comunicação deu continuidade à estratégia de manter o canal de comunicação interna atualizado com os fatos mais relevantes sobre a recuperação judicial, como a aprovação do Novo PGMU, a formação do novo Conselho de Administração e o acordo com a Pharol para a extinção dos litígios existentes. Os colaboradores também foram informados sobre os cuidados a serem tomados com divulgações sobre a Oi durante o aumento de capital, para que nenhuma comunicação ferisse as restrições estabelecidas. Por meio do Lab Oi Futuro, o instituto Oi Futuro também contribui para a construção da cultura de inovação da Companhia. Em 2018, o laboratório proporcionou, para executivos e colaboradores, oportunidades de formação em novas metodologias voltadas para o empreendedorismo e a inovação por meio da colaboração, da empatia e da experimentação. Em 2018, a Oi lançou ainda a segunda edição do programa Geração NAVE, que funciona como porta de entrada na Companhia para estudantes formados nas escolas do Núcleo Avançado em Educação (NAVE), programa de educação voltado para o mercado digital mantido pelo Oi Futuro em parceria com as Secretarias de Estado de Educação de Pernambuco e Rio de Janeiro. Desta forma, 13 jovens foram contratados como residentes digitais em áreas estratégicas para a inovação do negócio. Os residentes digitais vão integrar equipes multidisciplinares da área digital e trabalharão com metodologias ágeis e técnicas de design thinking. Em 2018 a Oi patrocinou 55 eventos em todo o Brasil. Na categoria esporte, o principal deles foi o Oi Rio Pro, etapa do mundial de surfe realizada em Saquarema. A Oi foi responsável pela entrega de todos os links de dados necessários para operação do evento, o que inclui cabine de jurados, broadcast e sala de imprensa. Também ofereceu Oi wi-fi, realizou sessões de autógrafos com atletas patrocinados e empréstimos de barracas para o público presente, além de promover ações on-line nas redes sociais. Entre os projetos da área de Cultura na Era Digital destaca-se a Game XP e a CCXP. O primeiro aconteceu dentro da cidade olímpica, sendo o maior GamePark do mundo. A empresa, assinou a Oi Game Arena, espaço que comportou campeonatos e demonstração de games com a maior tela do mundo. Na CCXP realizada em SP, em dezembro, a Oi estava presente no espaço Omelete e na sua ativação os consumidores podiam carregar seus celulares, utilizar o Oi wi-fi, e jogar jogos on-line pela fibra da Oi. No ano de 2018, foram realizados dois encontros do Dia Oi, para compartilhar desafios, conhecer projetos, acompanhar os resultados e reconhecer colaboradores envolvidos em grandes entregas, que foram compartilhadas internamente tanto para mostrar o progresso da Companhia, quanto para reconhecer a participação de cada colaborador nesse avanço. Todas as etapas do PPL da Oi, aprovado no final de 2017, vêm sendo cumpridas dentro dos prazos estabelecidos. No final de julho, concluímos a conversão da dívida em ações e em setembro, houve a formação do novo Conselho de Administração. Os colaboradores ficaram cientes de toda a evolução do processo a partir da divulgação realizada pela comunicação interna. Além dessa transparência, todos foram envolvidos com as estratégias de elevação do negócio a partir da disseminação das metas e dos indicadores de gestão, que garantem o direcionamento para o desempenho operacional. Estimulamos eventos voluntários em datas festivas, humanizando o ambiente e fortalecendo relacionamentos. Foram realizadas 102 ações em todo o Brasil, tais como: Carnaval, Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Outubro Rosa, Novembro Azul, Natal Solidário, Comemorações de Resultados e de Destaques, impactando milhares de colaboradores em toda a empresa. Em outubro, novamente abrimos as portas dos nossos escritórios para receber mais de 2.500 filhos dos Colaboradores para conhecer o local de trabalho dos pais, como parte da ação do Dia das Crianças, trazendo muita alegria e diversão. Em dezembro, os Colaboradores de diversos estados da nossa Companhia se mobilizaram e fizeram um Natal melhor de crianças e idosos de instituições de assistência social no Brasil. Além de adotarmos mais de 800 cartinhas com pedidos de presentes, arrecadamos alimentos não-períveis, produtos de higiene pessoal, materiais de limpeza, roupas genêricas e brinquedos. Esta arrecadação é realizada nos prédios da Oi em todo o Brasil. 14 – Auditoria Externa: Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Oi S.A. e suas controladas contrataram a BDO RCS Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. A política da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Oi se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Neste exercício, a Companhia contratou a BDO RCS Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa no montante de R\$ 349 mil, que representam 7% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. O serviço contratado foi relacionado à revisão das demonstrações financeiras do trimestre findo em 30 de setembro de 2018 da Oi S.A., de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA para o Form F-1. Em cumprimento à Instrução CVM 381, a Oi informa que em 2018 a BDO RCS Auditores Independentes não prestou serviços que pudessem afetar sua independência, ratificada por meio da Carta de Independência apresentada periodicamente à Companhia.

continua



★ continuação

**Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.669.059	3.875.141	4.395.329	6.862.684	Fornecedores	18	1.231.040	1.458.396	5.024.260	4.824.498
Aplicações financeiras	8	190.779	14.388	201.975	21.447	Fornecedores - Sujeitos ao PRJ	18	70.497	567.608	201.602	2.702.671
Créditos com partes relacionadas	27	7.565.968	877.372			Salários, encargos sociais e benefícios		157.451	178.458	906.655	924.580
Contas a receber	9	1.193.687	2.076.613	6.516.555	7.367.442	Empréstimos e financiamentos	19	660.172	17.957.846	672.894	54.515.233
Estoque		57.589	48.716	317.503	253.624	Debitos com partes relacionadas	19 e 27		2.536.073		
Tributos correntes a recuperar	10	146.426	463.227	62.124	1.123.510	Instrumentos financeiros derivativos	3		104.694		104.694
Outros tributos	11	232.361	273.257	803.252	1.081.567	Tributos correntes a recolher	10	963		27.025	567.129
Depósitos e bloqueios judiciais	12	1.348.700	686.787	1.715.934	1.023.348	Outros tributos	11	233.714	704.626	1.033.868	1.443.682
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27		884.379			Dividendos e juros sobre o capital próprio		5.075	5.127	6.168	6.222
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	4.366	990	4.880	1.080	Autorizações e concessões a pagar	20	22.925		85.619	20.306
Despesas antecipadas	13	191.087	95.286	743.953	307.162	Programa de refinanciamento fiscal	21	86.154	146.617	142.036	278.277
Ativos mantidos para venda	28	3.721.549	3.553.581	4.923.187	4.675.216	Provisões	22	429.075	610.748	680.542	953.460
Demaís ativos	14	787.119	1.027.929	1.079.670	1.030.648	Provisões para fundos de pensão	25		61.868		61.822
		17.109.300	13.877.646	21.313.484	23.747.748	Passivos associados a ativos mantidos para venda	29			526.870	354.127
						Demaís obrigações	23	505.794	32.184	1.381.919	1.024.846
								3.402.650	24.664.906	10.689.459	67.291.607
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Créditos com partes relacionadas	27	4.394.712	3.139.708			Fornecedores - Sujeitos ao PRJ	18	942.845		3.593.008	
Aplicações financeiras	8	4.860	30.109	36.987	114.839	Empréstimos e financiamentos	19	9.297.642		15.777.012	
Tributos diferidos a recuperar	10			23.050		Debitos com partes relacionadas	19 e 27	377.184	19.769.895		
Outros tributos	11	147.409	185.189	715.976	827.558	Tributos diferidos a recolher	10		2.576.813		3.076.923
Depósitos e bloqueios judiciais	12	3.337.981	4.253.017	7.018.786	6.289.762	Outros tributos	11	222.995	39.514	628.716	867.684
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25	64.253	96.825	64.253	100.600	Autorizações e concessões a pagar	20				604
Despesas antecipadas	13	113.507	11.497	522.550	28.238	Programa de refinanciamento fiscal	21	267.342	349.851	411.170	610.500
Demaís ativos	14	19.937	21.645	250.882	254.448	Provisões	22	2.102.392	2.942.620	4.358.178	6.819.674
Investimentos	15	16.931.222	5.706.817	117.840	138.510	Provisões para fundos de pensão	25	578.122	570.639	578.122	570.970
Imobilizado	16	6.322.834	5.081.112	28.425.563	26.988.647	Provisão para patrimônio líquido negativo	15	11.434.504	1.365.865		
Intangível	17	5.070.040	6.138.921	6.948.446	8.350.685	Demaís obrigações	23	2.236.859	1.068.361	6.505.321	2.313.617
		36.406.755	25.664.840	44.124.313	44.891.288			27.480.885	28.683.558	31.852.527	14.259.952
<b>Total do ativo</b>		<b>53.516.055</b>	<b>39.542.486</b>	<b>65.437.797</b>	<b>68.639.036</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	24				
						Capital		32.038.471	21.438.374	32.038.471	21.438.374
						Custo de emissão de ações		(377.429)	(377.429)	(377.429)	(377.429)
						Reservas de capital		11.532.995	13.242.374	11.532.995	13.242.374
						Ações em tesouraria		(2.803.250)	(5.531.092)	(2.803.250)	(5.531.092)
						Outros resultados abrangentes		(66.488)	(100.411)	(66.488)	(100.411)
						Variação de porcentagem de participação		(141.871)	(141.871)	(141.871)	(141.871)
						Prejuízos acumulados		(17.530.108)	(42.335.925)	(17.530.108)	(42.335.925)
								22.652.320	(13.805.980)	22.652.320	(13.805.980)
						Participação dos não controladores	29		243.491		293.457
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>22.652.320</b>	<b>(13.805.980)</b>	<b>22.895.811</b>	<b>(13.512.523)</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>53.516.055</b>	<b>39.542.486</b>	<b>65.437.797</b>	<b>68.639.036</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas de vendas e/ou serviços	4 e 5	4.530.751	4.892.176	22.060.014	23.789.654
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(3.222.241)	(2.637.176)	(15.584.650)	(14.388.250)
Lucro (Prejuízo) bruto		(1.308.510)	2.255.000	6.475.364	8.803.404
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	5 e 15	(3.034.064)	(5.538.900)	(13.492)	(433)
Despesas com vendas	5	(804.002)	(957.248)	(4.134.030)	(4.442.837)
Despesas gerais e administrativas	5	(889.557)	(819.189)	(2.738.718)	(3.136.808)
Outras receitas operacionais	5	705.898	726.193	2.204.134	1.985.101
Outras despesas operacionais	5	(1.870.944)	1.739.823	(7.061.515)	(5.569.455)
		(5.822.569)	(4.949.331)	(11.743.622)	(11.164.432)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos		(4.614.053)	(2.694.331)	(5.268.258)	(2.361.028)
Receitas financeiras	5 e 6	30.118.209	3.665.754	30.950.461	7.136.459
Despesas financeiras	5 e 6	(15.490.085)	(12.472.000)	(11.445.255)	(10.779.771)

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Receitas</b>				
Vendas de serviços e mercadorias	6.018.117	6.918.051	30.426.548	28.338.432
Descontos incondicionais e devoluções	(7.245)	(297.961)	(1.641.178)	(4.840.817)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(99.622)	(119.328)	(697.324)	(691.807)
Outras receitas	693.557	845.684	2.292.793	2.258.109
	6.604.807	7.346.246	30.280.839	30.073.917
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos com interconexão	(155.688)	(209.043)	(658.068)	(778.083)
Materiais e energia	(370.558)	(347.671)	(1.478.694)	(1.387.583)
Custos de mercadorias vendidas			(223.122)	(253.790)
Serviços de terceiros	(1.684.733)	(1.856.683)	(7.344.404)	(7.987.525)
Outros	(39.846)	(63.800)	(633.871)	(768.864)
	(2.450.826)	(2.807.197)	(10.338.459)	(11.175.845)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>4.153.981</b>	<b>4.739.049</b>	<b>19.952.380</b>	<b>21.898.072</b>

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 58/71





Lucro (Prejuízo) antes das tributações	22.005.345	(5.135.689)	21.340.608	(5.557.540)	Provisões/Reversões (inclui atualização monetária)	(78.729)	(394.625)	(429.138)	(1.144.108)
Imposto de renda e contribuição social					Reversão/Perdas com imparidade	(281.758)	4.725.275	(291.758)	4.700.661
Correção	7	(24.557)	(137.754)	115.706	Outras despesas	(1.268.975)	(2.714.502)	(5.393.395)	(8.474.073)
Diferido	7	2.610.352	(1.091.576)	3.159.241		(3.347.760)	543.803	(11.925.414)	(10.026.812)
Lucro (Prejuízo) do exercício		24.591.140	(6.365.019)	24.615.555	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	805.221	5.282.852	8.026.966	11.871.260
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores		24.591.140	(6.365.019)	24.591.140	Valor adicionado recebido em transferência				
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores				24.415	Equivalência patrimonial	(3.034.054)	(5.538.900)	(13.492)	(433)
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação:	24(e)				Receitas financeiras	30.118.209	3.665.734	30.850.461	7.136.459
Ações ordinárias - básicas e diluídas (R\$)		16,39	(9,42)	16,39		27.084.145	(1.873.166)	30.936.969	7.136.026
Ações preferenciais - básicas e diluídas (R\$)		16,39	(9,42)	16,39		27.890.366	3.409.786	38.963.935	19.007.286

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (Prejuízo) do exercício	24.591.140	(6.365.019)	24.615.555	(6.556.162)
Ganho atuarial	106.909	30.500	105.515	30.253
Perda atuarial reflexa	(1.394)	(247)		
Variação cambial sobre investimento no exterior	(35.717)	141.824	(110.098)	163.770
Resultado abrangente antes dos impostos	24.660.858	(6.192.942)	24.610.972	(6.462.139)
Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:				
Perda atuarial	(35.875)	(10.371)	(35.875)	(10.371)
Total do resultado abrangente do exercício	24.625.063	(6.203.313)	24.575.097	(6.472.510)
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	24.625.063	(6.203.313)	24.575.097	(6.472.510)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador			(49.966)	(269.187)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valor adicionado total e distribuído				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(282.908)	(313.242)	(1.687.416)	(1.863.980)
Benefícios	(78.782)	(76.232)	(447.132)	(463.114)
FGTS	(22.124)	(22.679)	(134.496)	(143.647)
Outros	(5.811)	(7.308)	(45.600)	(57.940)
Impostos e taxas				
Federais	2.681.428	(1.347.796)	2.312.877	(2.266.067)
Estaduais	(1.245.287)	(1.460.445)	(5.371.123)	(6.449.891)
Municipais	(20.763)	(45.451)	(309.175)	(410.462)
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(3.766.470)	(5.863.542)	(4.486.102)	(8.845.688)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(556.500)	(538.110)	(4.200.212)	(4.162.659)
	(4.322.970)	(6.501.652)	(8.686.314)	(14.008.347)
Remuneração de capitais próprios				
Participações de acionistas não controladores			(24.415)	291.143
Prejuízos retidos	(24.591.140)	6.365.019	(24.591.140)	6.365.019
	(24.591.140)	6.365.019	(24.591.140)	6.365.019
Valor adicionado distribuído	(27.890.366)	(3.409.786)	(38.963.935)	(19.007.286)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores										
	Reservas de capital										
	Capital social	Custo de emissão de ações	Doações e subvenções para investimento	Especial de dígitos na incorporação	Especial de incorporação - Acervo líquido	Juros sobre obras em andamento	Correção monetária especial - Lei 6.200/1991	"Senior Notes" reestruturados convertíveis em instrumentos de capital	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial
Em 1 de janeiro de 2017	21.438.374	(377.429)	123.558	1.750.494	8.658.079	745.756	31.287		1.933.200	(5.531.092)	(35.970.906)
Prejuízo do exercício										(6.365.019)	3.916
Ganho atuarial											(262.117)
Perda atuarial reflexa											20.129
Variação cambial sobre investimentos no exterior											(247)
Redução de participação em controlada											141.824
Em 31 de dezembro de 2017	21.438.374	(377.429)	123.558	1.750.494	8.658.079	745.756	31.287		1.933.200	(5.531.092)	(42.335.925)
Aumento do capital social	10.600.097										(141.871)
Efeitos da reestruturação de "Senior Notes" conforme PRJ								11.624.028			(100.411)
Redução da reserva de "Senior Notes" reestruturados								(10.048)			(145.787)
Entrega de ações em tesouraria					(1.954.770)			(773.072)	2.727.842		(100.411)
Diferença no valor justo do preço das ações transferido para reserva de capital								529.981	(529.981)		(145.787)
Bônus de subscrição de ações								(767.073)	77.653		(145.787)
Lucro líquido do exercício										24.591.140	(141.871)
Ganho (Perda) atuarial										(68.670)	(141.871)
Perda atuarial reflexa											(68.670)
Variação cambial sobre investimentos no exterior											(68.670)
Efeitos da adoção inicial dos IFRS 9 e 15										282.135	(68.670)
Incorporação de controlada										1.212	(68.670)
Em 31 de dezembro de 2018	32.038.471	(377.429)	123.558	1.750.494	6.703.309	745.756	31.287	3.719	2.174.872	(2.803.250)	(141.871)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



-2- continuação

## Oi S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 7,00 por ação, desconsideradas as ações ordinárias representativas de frações de "American Depositary Shares" ("ADSs"), que não foram emitidos. Durante o período para exercício do direito de preferência pelos acionistas da Oi, foram inscritas 68.263 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 7,00 por ação, totalizando o montante de R\$ 477.841,00. Na mesma reunião do Conselho de Administração, foi homologada a emissão de 116.480.487 bônus de subscrição como vantagem adicional aos subscritores das ações objeto do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos ("Bônus de Subscrição"), sendo 5.197 entregues aos acionistas que exerceram seus respectivos direitos de preferência e o remanescente aos "Bondholders" Qualificados. Nos termos do artigo 72 do Estatuto Social então vigente e tendo ocorrido uma alteração, na base acionária da Companhia superior a 50% como resultado do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos, foi consignada, ainda, a extinção da restrição de voto ali prevista, a qual deixou, imediatamente e irrevogavelmente, de operar efeitos com relação ao exercício do direito de voto por acionistas da Companhia. Os impactos provenientes do reconhecimento inicial dos termos e condições do PRJ, são apresentados na Nota 2(i). Em 27 de julho de 2018, com o encerramento do procedimento de liquidação dos "Bondholders" Qualificados, a Companhia procedeu ao registro dos impactos contábeis adicionais, das operações descritas acima, com a consequente redução do resultado do exercício no montante aproximado de R\$ 31 milhões, a redução do passivo financeiro de aproximadamente R\$ 21 milhões e a redução da reserva de capital - "Senior Notes" Qualificados convertíveis mandatoriamente em ações e outros de aproximadamente R\$ 10 milhões. Em 31 de julho de 2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que conduziu a reestruturação de sua dívida financeira e das demais Recuperandas com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ e conclusão do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos. Em 1 de agosto de 2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que (i) tomou conhecimento em tal data de sentença proferida em 30 de julho de 2018 pelo Juízo do Comércio de Lisboa - Juiz 2 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa ("Juízo Português"), por meio da qual foi indeferido o pedido formulado pelas Recuperandas para o reconhecimento, em Portugal, da Homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial; e (ii) pretende interpor o recurso cabível perante o Tribunal da Relação de Lisboa contra a sentença do Juízo Português, por entender que esta não é consistente com as duas decisões já proferidas no mesmo Tribunal, que já reconheceram e protegem, em Portugal, a abertura e pendência do PRJ das Recuperandas no Brasil, bem como está em desacordo com as decisões recentemente proferidas pelos Tribunais dos Estados Unidos da América e da Holanda. No entendimento do Juízo Português, seria necessário o trânsito em julgado da decisão de Homologação do PRJ, para que pudesse haver o seu reconhecimento em Portugal. Destaca-se que a decisão do Juízo Português foi fundamentada em aspectos formais, não tendo tal juízo se pronunciado sobre o mérito do PRJ. A referida decisão não impacta a higidez e a plena eficácia do PRJ, cuja execução foi resguardada pelo Juízo da Recuperação Judicial. Em 17 de setembro de 2018, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, na qual foram tomadas as seguintes deliberações: (i) ratificação da eleição da Chapa Consensual formada por 11 membros independentes e indicada pela administração da Companhia para composição do Novo Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 9.3 e subcláusulas do Plano e eleição do Presidente do Novo Conselho de Administração; (ii) aprovação da alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, tendo em vista a homologação parcial do Aumento de Capital - Capitalização de Créditos pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2018, nos termos da Cláusula 4.3.3.5 do Plano; (iii) aprovação da proposta de alteração do limite de capital autorizado da Companhia, com a consequente alteração do artigo 6º do Estatuto Social; (iv) aprovação da proposta de inclusão de novo artigo no capítulo de Disposições Finais e Transitorias do Estatuto Social com vistas à adaptação do Estatuto Social às disposições do Plano com relação à composição do Novo Conselho de Administração; e (v) aprovação da reforma do Estatuto Social, conforme alterações constantes da Proposta da Administração. Em 1 de outubro de 2018, por determinação do Juízo da Recuperação Judicial, por meio de decisões proferidas em 20 de agosto de 2018 (fls. 341.970/341.973) e 10 de setembro de 2018 (fls. 344.335/344.340), as Recuperandas deram início a procedimento de mediação com credores concursais que apresentaram incidentes de habilitação e impugnação ainda pendentes de decisão transitada em julgado, com o objetivo de que sejam consensualmente resolvidas as controvérsias existentes com relação ao valor dos créditos concursais por eles detidos. Em 3 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento à Cláusula 4.3.3.6 do Plano e nos termos do artigo 157, §4º da Lei nº 6.404/1976 e na forma da Instrução CVM nº 358/2002, no dia 26 de outubro de 2018 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu para deliberar sobre o aumento de capital da Companhia mediante a emissão privada de novas ações ordinárias, no valor de R\$ 4.000.000.000,00 ("Aumento de Capital - Novos Recursos"), na forma prevista na Cláusula 6 do Plano. Em 4 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Comunicado aos Detentores de "American Depositary Warrants" ("ADWs"), em complemento das informações divulgadas no Fato Relevante datado de 3 de outubro de 2018, com relação ao início do período de exercício dos seus ADWs, estabelecendo que (i) de acordo com a legislação brasileira, o exercício dos Bônus de Subscrição que lastreiam os ADWs será irrevogável e não poderá ser objeto de desistência, e (ii) o exercício dos ADWs será irrevogável e não poderá ser objeto de desistência. Em 11 de outubro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que tomou conhecimento de que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") julgou o conflito de competência nº 157.099 suscitado pela Companhia em razão de decisões conflitantes entre o Juízo da Câmara de Arbitragem do Mercado e o Juízo da Recuperação Judicial a respeito do PRJ. Nos termos do voto proferido na sessão de julgamento pela Euxia. Ministra Nancy Andrighi, foi decidido, por maioria, que as discussões entre a Companhia e seus sócios que versam sobre direitos previstos na Lei das S.A. devem ser submetidas ao juízo arbitral da Câmara de Arbitragem do Mercado, sem prejuízo da preservação da competência do Juízo da Recuperação Judicial, que poderá ratificar ou não as decisões do juízo arbitral. Nesse sentido, as decisões proferidas pelo Juízo da Recuperação Judicial a respeito do Plano ficam mantidas e o Plano permanece inalterado. A decisão tomada nesta data será publicada pela Segunda Seção do STJ e está sujeita a recurso. Em 26 de outubro de 2018, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida em 25 de outubro de 2018 pelo Tribunal da Relação de Lisboa no âmbito do Recurso de Apelação interposto pelas Recuperandas, que revogou a sentença proferida em 30 de julho de 2018 pelo Juízo Português e reconheceu a decisão de Homologação do PRJ, além de ordenar a publicidade da tal decisão. Nessa mesma data, o Conselho de Administração aprovou o Aumento de Capital - Novos Recursos, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social da Oi, por meio da emissão de 3.225.808.451 (três bilhões,

período de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, tendo sido solicitado pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo o Custodiante de ADS, um total de 81.322.833 Sobras. O Conselho de Administração da Companhia confirmou, ainda, que tendo em vista o número de Sobras de Novas Ações Ordinárias solicitadas ter sido inferior ao total de Sobras de Novas Ações Ordinárias disponíveis, os pedidos de Sobras de Novas Ações Ordinárias apresentados pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e detentores de ADSs serão atendidos integralmente. Em 21 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia verificou o resultado da integralização das Sobras de Novas Ações Ordinárias e confirmou a emissão de 81.322.833 Sobras de Novas Ações Ordinárias inscritas pelos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, incluindo 48.156.560 Sobras de Novas Ações Ordinárias inscritas pelo Custodiante de ADS de acordo com as instruções recebidas dos titulares de ADSs, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor de R\$ 113.000.000,00. Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Companhia confirmou que as 1.604.268.162 Novas Ações Ordinárias não inscritas durante o período de exercício do direito de preferência e subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias serão inscritas pelos investidores "Backstoppers", nos termos do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). Ainda, nessa mesma data, o referido Conselho de Administração, verificou que investidores "Backstoppers" representando 84,4% do total do compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos optaram, na forma do Plano e do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por receber o prêmio de compromisso de garantia do Aumento de Capital - Novos Recursos em ações ordinárias, na forma da Cláusula 5 do Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement") e, dessa forma, aprovou, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement") homologados judicialmente, a emissão de 272.148.705 (Ações do Compromisso). Em 28 de janeiro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, em cumprimento ao que prevê o Plano e nos termos do Aumento de Capital - Novos Recursos, foram inscritas e integralizadas, na forma da Cláusula 5 do Contrato de Compromisso, correspondentes ao saldo de Novas Ações Ordinárias não inscritas pelos acionistas durante o período de exercício do direito de preferência e o período de subscrição de Sobras de Novas Ações Ordinárias ("Saldo de Novas Ações Ordinárias"). Com isso, foi concluído o Aumento de Capital - Novos Recursos, previsto na Cláusula 6 do Plano, mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.808.451 Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4.000.000.000,00. Nesse mesmo Fato Relevante, a Companhia informou ainda que, em estrito cumprimento ao Plano e ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), os investidores "Backstoppers" que optaram por receber em ações seu prêmio de compromisso, na forma prevista na Cláusula 6.1.1.3 do Plano e no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), subscreverem e integralizaram as Ações do Compromisso, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, sob a forma de "American Depositary Shares". Tendo em vista o resultado da subscrição e integralização das Novas Ações Ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.932.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.214 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Propostas de Pagamento previstas no PRJ: As propostas de pagamento do PRJ das Empresas Oi são aquelas incluídas no PRJ aprovado na AGC dos dias 18 e 20 de dezembro de 2017, nos termos em que foi homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. O PRJ foi apresentado em 22 de dezembro de 2017 pelo Administrador Judicial, nos autos do processo eletrônico nº 020371465.2016.8.19.0001, e está disponível para consulta no endereço eletrônico da Oi ([www.rejudi.com.br](http://www.rejudi.com.br)) e no site do Tribunal de Justiça ([www.tj.jus.br](http://www.tj.jus.br)), e que seguem abaixo resumidas, mas que devem ser lidas em conjunto com o PRJ propriamente dito. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ, deverá prevalecer o disposto no PRJ. Programa para Acordo com Credores: Em 23 de junho de 2017, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que, conforme autorizado pelo Juízo da Recuperação Judicial, seria iniciado, em programa para acordo com credores das Empresas Oi constantes da Relação de Credores do administrador judicial, publicada em 29 de maio de 2017 ("Creditor Of" e "Programa para Acordo com Credores" ou "Programa", respectivamente), cuja participação foi efetuada mediante acesso da plataforma [www.credor.tj.com.br](http://www.credor.tj.com.br). O Programa para Acordo com Credores previa, para o Credor Oi cujo crédito fosse inferior ou igual a R\$ 50.000,00, a antecipação, pelo Grupo Oi, de 90% do valor objeto do programa, mediante aceitação do acordo pelo Credor Oi, sendo os 10% do crédito remanescente recebidos após a Homologação do PRJ, a serem pagos no prazo e nas condições previstos no Programa para Acordo com Credores. O Credor Oi cujo crédito fosse superior a R\$ 50.000,00 também teria o direito de participar do Programa para Acordo com Credores, caso em que receberia uma antecipação de R\$ 50.000,00, mediante aceitação do acordo pelo Credor Oi no prazo e nas condições previstos no Programa para Acordo com Credores e o excedente do crédito será pago na forma do Plano. O Programa para Acordo com Credores beneficiou os Credores Oi participantes na medida em que possibilitou a antecipação de parte do valor objeto do Programa. O Programa foi temporariamente suspenso por força de decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir desta data, tendo sido encerrado em 8 de dezembro de 2017. O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 35 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 5 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 360 milhões para o pagamento dos acordos celebrados no âmbito do Programa. Créditos Concursais Agências Reguladoras: A Companhia entende que a imposição pelo ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido de recuperação judicial. A Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o montante de cerca de R\$ 14,5 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para computo desse valor, multas aplicadas a processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo Oi, dos quais vinha-se reconhecendo como provisão para contingências os montantes de R\$ 152.445 e R\$ 580.182, controladora e consolidado respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 (Nota 22). A Companhia discorda e contesta da existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se houve multa e não se trata de multa realizada



o PRJ. Será assegurado aos acionistas titulares de ações ordinárias (Ações Ordinárias) e/ou preferenciais (Ações Preferenciais) da Companhia, incluindo o agente de custódia do Programa de Depósito de "American Depositary Shares" ("Custodiante dos ADSs") representativos de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais de emissão da Companhia (ADS), direito de preferência na subscrição das Novas Ações Ordinárias emitidas em decorrência do Aumento de Capital - Novos Recursos, nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976. Toda e qualquer Nova Ação Ordinária que não for inscrita durante o período de exercício dos direitos de preferência pelos titulares de Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais será subscrita pelos Investidores "Backstoppers", observados os prazos e condições previstos no Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"). A abertura do prazo para exercício do direito de preferência está prevista para ocorrer após a U.S. Securities and Exchange Commission declarar efetiva a declaração de registro relacionada à proposta de venda de Novas Ações Ordinárias e ADSs na oferta de direito de preferência. Após a obtenção da efetividade da declaração de registro, a Companhia divulgará Aviso aos Acionistas informando as datas relativas ao início do prazo para exercício e as demais condições para o exercício do direito de preferência. Ainda no dia 26 de outubro de 2018, a Companhia tomou conhecimento (i) de que os membros do Conselho Diretor da ANATEL deliberaram, por unanimidade, conceder anuência prévia para o Aumento de Capital - Novos Recursos; e (ii) da decisão proferida pelo Árbitro de Apelo no procedimento arbitral iniciado contra a Companhia pelo acionista Bretel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual determinou a suspensão dos efeitos da aprovação do Aumento de Capital - Novos Recursos, até a próxima decisão a ser proferida por tal Árbitro de Apelo. A Companhia esclarece que tal decisão é provisória e poderá ser atendida, no todo ou em parte, e que a Companhia apresentará manifestação visando a reconsideração dos efeitos, naquilo que representar prejuízo para a continuidade do processo de Recuperação Judicial em que está inserida. A Companhia entende ser regular a implementação do Aumento de Capital - Novos Recursos e que a decisão não afeta a validade do Plano, que fica mantido em todos os seus termos. Ademais, a Companhia adotará as medidas necessárias para confirmar seu entendimento, especialmente quanto aos limites da jurisdição do Juízo Arbitral. Adicionalmente, neste mesmo dia, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 3 de outubro de 2018, a Companhia continuou a emissão de 112.596.810 ações ordinárias (Ações Ordinárias) e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus até o dia 24 de outubro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 22.135.428 ADWs exercidos até 18 de outubro de 2018. A Companhia espera que os "American Depositary Receipts", cada um representativo de cinco ações ordinárias (CUSIP: 670851500; ISIN: US670851500), sejam entregues em 28 de outubro de 2018 aos titulares que exerceram seus ADWs até 18 de outubro de 2018. Em 8 de novembro de 2018, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que tomou conhecimento da decisão proferida pelo Árbitro de Apelo no procedimento arbitral iniciado contra a Companhia pelo acionista Bretel S.A.R.L. na Câmara de Arbitragem do Mercado, a qual reconsiderou a sua decisão anterior proferida em 26 de outubro de 2018 que suspendia os efeitos da aprovação do aumento de capital mediante a emissão privada de novas ações ordinárias aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 26 de outubro de 2018, na forma prevista na Cláusula 6 do Plano, ficando a Companhia autorizada a proceder com os atos necessários à elevação do Aumento de Capital - Novos Recursos. No dia 13 de novembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas sobre os termos, prazos e condições do Aumento de Capital - Novos Recursos, incluindo as condições do exercício do direito de preferência na subscrição das Novas Ações Ordinárias, bem como Aviso aos Detentores de ADS sobre as condições da oferta de direitos de preferência realizada nos Estados Unidos e em outros países fora do Brasil, com relação ao Aumento de Capital - Novos Recursos ("Rights Offer"). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 3.314.745 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 26 de outubro de 2018 até o dia 3 de dezembro de 2018, inclusive Bônus de Subscrição representados por 662.949 ADWs exercidos a partir do dia 18 de outubro de 2018 até o dia 27 de novembro de 2018. No dia 11 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas e Aviso aos Detentores de ADS informando a prorrogação do prazo para exercício do direito de preferência no Aumento de Capital - Novos Recursos até 4 de janeiro de 2019, por deliberação do Conselho de Administração. Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia divulgou Aviso aos Detentores de ADS informando que alterou determinados termos da "Rights Offer". A Companhia celebrou um aditamento ao Contrato de Compromisso ("Commitment Agreement"), por meio do qual os Investidores "Backstoppers" detentores de mais de 60% do valor total dos Compromissos de "Backstop" ("Nota dos Investidores Backstoppers") concordaram em prorrogar certas datas de término e renunciar determinadas condições precedentemente pendentes para financiar seus Compromissos de "Backstop", incluindo o requerimento de publicação do Plano Geral de Metas de Universalização ("Novo PGMU") atualizado. A Companhia informou, ainda, que pagará ao Depositário de ADS a taxa de emissão de ADS relativa aos Novos ADSs Ordinários. Como resultado, o Valor de Depósito de Novos ADSs Ordinários não será mais utilizado para pagar a taxa de emissão de ADS, o que aumentará a parcela devolvida aos detentores de Direitos de ADSs Ordinários que exerceram seus Direitos de ADSs Ordinários para subscrever Novos ADSs Ordinários iniciais ou Sobras de Novos ADSs Ordinários. Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destacam-se os seguintes pontos: (i) o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público ("TUP"), tendo em vista que não mais considera questões de densidade de terminais por habitantes e nem distanciamento mínimo entre os terminais; (ii) os TUPs instalados em localidades com até 300 habitantes deverão ser mantidos, ainda que sem demanda; (iii) em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passarão a ter nova obrigação, referente à implantação de sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga; (iv) os sistemas de acesso fixo sem fio devem viabilizar tecnicamente, em regime de exploração industrial, também a oferta de conexão à Internet por meio da tecnologia de quarta geração (4G) ou superior; (v) a obrigação será atendida com a instalação de uma Estação Rádio Base - ERB por localidade e tal infraestrutura será reversível; (vi) a Companhia deverá atender a 886 localidades na Região 1 e a 289 localidades na Região 2 e estará sujeita a um cronograma progressivo de atendimento, que iniciará com 10% de atendimento em 2019, chegando a 100% de atendimento em 2023; (vii) a ANATEL irá avaliar a equivalência entre a redução da obrigação de TUP e a nova obrigação de sistemas de acesso fixo sem fio para manter o equilíbrio entre as obrigações, sendo que caso verifique a existência de saldo, deverá indicar novas localidades para atendimento com sistemas de acesso fixo sem fio; (viii) a ANATEL deverá elaborar e apresentar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC proposta de plano para a futura utilização dos eventuais saldos decorrentes da exclusão das obrigações de Postos de Serviços Multifuncionais - PSM e do saldo da meta de "Backhaul" do PGMU anterior; e (ix) não há obrigação de oferta de SMP pelas concessionárias. Em 4 de janeiro de 2019, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado confirmando a emissão de 275.895 Ações Ordinárias e a entrega dessas Ações Ordinárias aos titulares de Bônus de Subscrição que exerceram seus Bônus a partir do dia 4 de dezembro de 2018 até o dia 2 de janeiro de 2019, inclusive Bônus de Subscrição representados por 55.197 ADWs exercidos a partir do dia 28 de novembro de 2018 até o dia 26 de dezembro de 2018. Os Bônus de Subscrição não exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, e os ADWs não exercidos até 26 de dezembro de 2018, inclusive, expiraram e não podem mais ser exercidos. Em 11 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia verificou e confirmou a emissão de 1.530.457.356 Novas Ações Ordinárias que foram subscritas durante o prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de Novas Ações Ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,24 por ação, totalizando o montante de R\$ 1.897.767.121,44, dos quais R\$ 218.968.483,00 foram destinados ao capital social e R\$ 1.678.798.638,44 à reserva de capital da Companhia. Do total de Novas Ações Ordinárias emitidas, (i) 956.519.080 Novas Ações Ordinárias foram entregues ao Custodiante dos ADSs para que sejam emitidos os ADSs correspondentes a tais Novas Ações Ordinárias, os quais serão entregues aos titulares de ADSs que exerceram seus direitos de preferência, e (ii) 673.838.276 Novas Ações Ordinárias serão entregues aos titulares de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais que exerceram seus respectivos direitos de preferência. Nessa mesma data, o Conselho de Administração da Companhia verificou o resultado dos pedidos de subscrição de sobras de Novas Ações Ordinárias ("Sobras de Novas Ações Ordinárias") não subscritas durante o

período de 2017, relativamente, a ANATEL, foi transferido para o contas a pagar (circulante e não circulante) como parte dos registros oriundos do PRJ. Cumpre ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Oi, insurge-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como contra a instauração de procedimentos de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL, por meio dos agravos de instrumento nº 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0080963-13.2016.8.19.0000. Quanto ao agravo nº 0043065-84.2016.8.19.0000, interposto contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o recurso foi julgado no sentido de manter-se a submissão dos créditos da ANATEL à recuperação. O agravo interposto contra a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL aguarda julgamento. De qualquer sorte, tendo em vista a ausência de interesse da ANATEL no procedimento de mediação em questão, o Juízo de 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, em 26 de fevereiro de 2018, na qual determinou a suspensão do procedimento de mediação entre a ANATEL e a Companhia. Ressalte-se, ainda, que além do parecer do Administrador Judicial sobre o consensualidade dos créditos da ANATEL, a Companhia citou o pedido e elaboração de mais três pareceres de renomados juristas nacionais, todos no sentido da manutenção dos créditos da ANATEL no âmbito da recuperação judicial. A ANATEL se insurgiu, ainda, contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial, por meio do agravo de instrumento nº 0057446-63.2017.8.19.0000, interposto contra a decisão proferida nos autos de sua impugnação de crédito, por meio da qual o Juízo da Recuperação Judicial reafirmou o entendimento sobre a consensualidade dos créditos não tributários da agência reguladora. Ao apreciar o pedido de tutela recursal formulado pela ANATEL, o Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa, Relator, na ocasião, determinou que fosse mantida a submissão à recuperação judicial e concedido parcial efeito suspensivo para determinar a exclusão de eventuais créditos tributários titulizados pela ANATEL, assim como os encargos legais provenientes de sua cobrança e as respectivas multas punitivas por introposições tributárias. Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interposto pela ANATEL contra a referida decisão, bem como o julgamento do mérito recursal pelo 8º Câmara Civil. Somado a isso, o entendimento firmado pelo Ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Contínio de Competência nº 154.977/RJ, apoiado por parecer do Ministério Público Federal, o qual, em decisão monocrática, reconheceu que a submissão do crédito da ANATEL deverá ser discutida nos autos da recuperação judicial, por meio de recurso próprio. Além dos recursos citados, a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 004887-1.2017.8.19.0000, contra a decisão que recebeu, sem apreciar no mérito, sua objeção ao plano de recuperação judicial. Nesse recurso foi concedido, parcialmente, pelo Desembargador Cezar Augusto, da 8ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o efeito suspensivo requerido pela Agência para determinar a suspensão de aplicação à ANATEL das cláusulas 4.3.2.8 e subitens 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRJ que então havia sido apresentado pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratavam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL, e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A Oi, de todo modo, modificou os termos do PRJ, que mantém previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL e foi aprovado pelo amplo maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, e homologado, no dia 8 de janeiro de 2018, pelo Juízo de 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A ANATEL também interpôs o agravo de instrumento nº 0055283-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos autos da recuperação judicial, por meio da qual foi designada a realização da Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi sem que fosse acolhido o pedido da ANATEL de exclusão de todos os seus créditos. O recurso não foi conhecido e, posteriormente, foi negado provimento ao agravo interposto pela ANATEL e rejeitados os embargos de declaração opostos. O Novo Plano apresentado e aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o qual restou homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, prevê a seguinte forma de pagamento dos Créditos Concursais Agências Reguladoras, o que inclui os créditos não tributários da ANATEL no valor de cerca de R\$ 14,5 bilhões, em 30 de junho de 2018: (i) Pagamento dos créditos concursais não tributários, cuja gestão seja de competência da Advocacia Geral da União (AGU), em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, a contar de 30 de junho de 2018, da seguinte forma: (i) da 1ª e 6ª prestação: 0,160%; (ii) da 61ª a 120ª prestação: 0,330%; (iii) da 121ª a 180ª prestação: 0,500%; (iv) da 181ª a 239ª prestação: 0,660%; e (v) a 240ª prestação: o saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas mediante a conversão em renda de valores depositados judicialmente para garantia desses créditos, a ser complementado, caso necessário em moeda corrente. A partir do mês subsequente, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação SELIC. Os demais créditos concursais não tributários das agências reguladoras, objeto de questionamento administrativo, por serem titulizados até esta data, serão pagos nos termos da cláusula 4.3.6 do PRJ, modalidade geral de pagamento de créditos quinquenários. O Plano ainda prevê a possibilidade de a Companhia aderir a nova regra legal que venha a ser publicada no sentido de equacionar os créditos de agências reguladoras não tributários e sujeitas ao Plano. Destaque-se, contudo, que a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 0010168-32.2018.8.19.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a ineficácia da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento. Desta forma, as decisões judiciais em vigor estabelecem que os créditos não tributários da ANATEL em face do Grupo Oi se submetem ao processo de recuperação judicial e serão pagos na forma prevista para os Créditos Concursais Agências Reguladoras (Cláusula 4.3.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado), tudo conforme deliberado pelos credores do Grupo Oi na AGC, e decidido pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005. Por essa razão, com o vencimento da primeira parcela do crédito de titularidade da ANATEL, o Grupo Oi requereu ao Juízo da Recuperação Judicial que fosse expedido ofício, direcionado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, aos autos da medida cautelar nº 000554-72.2011.4.02.5101, em face de apelação, para que fossem convertidos em renda os valores depositados judicialmente, nos dias de vencimento resposáveis; os valores das 6 (seis) primeiras parcelas do crédito de titularidade da ANATEL, pedido esse que foi deferido. Propostas de Pagamento do PRJ aprovado em AGC, em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018: Os Credores do Grupo Oi passaram a ser credores da dívida(s) emitida(s) pela Recuperanda que era a sua respectiva devedora original. Plano para Credores: Este item apresenta, de maneira sintetizada, as principais condições do Plano para resgateamento aos Credores do Grupo Oi, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, favor consultar os termos do PRJ disponibilizado no site [www.reajud.com.br](http://www.reajud.com.br). Em caso de eventuais divergências entre o resumo abaixo e o PRJ, deverá prevalecer o PRJ. Note-se que, conforme definido no Anexo 1.1 do PRJ, considera-se, para fins de contagem do prazo das condições de pagamento, a data da publicação da decisão de homologação judicial do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, no diário oficial, da decisão de primeiro grau concessiva da Recuperação Judicial, ocorrida em 8 de janeiro de 2018, tendo sido publicada no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, contra a qual não haja recurso com atribuição de efeito suspensivo. Classe 1 - Credores Trabalhistas: O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo: Regra geral: o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, devem ser pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido. Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações: \* Pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo. \* Se o depósito for inferior à dívida líquida pelo Grupo Oi, o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor. O pagamento dos Credores Trabalhistas sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo. Crédito da Fundação Affonso: \* Pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, a contar da Homologação Judicial do Plano. \* Juros/atualização monetária: 5 anos de carência de juros. INPC + 5,5% ao ano, incidendo a partir da



-2- continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 17.535.764/0001-43

Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/atualização monetária capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal. **Classe II - Créditos com Garantia Real:** Os credores da Classe II devem ser pagos conforme abaixo: Recebimento do valor da dívida original pelo Credor, o qual constou na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros/atualização monetária conforme abaixo: O pagamento do principal deve ser feito da seguinte forma: \* 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano; \* O principal deve ser pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 72º	0,0%
73º a 132º	0,33%
133º a 179º	1,67%
180º	1,71%

\* 4 anos de carência de juros. Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,946372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal. **Classes III e IV - Credores Quirografários e ME/EPP:** A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e ME/EPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ: Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e ME/EPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (hum mil Reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano. Credores Quirografários e ME/EPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (hum mil Reais), puderam optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordassem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil Reais), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos correlatos, sendo o pagamento feito em até 20 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento. **Credores Quirografários com Depósitos Judiciais:** Os créditos Classe III e IV de titularidade dos Credores Quirografários devem ser pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio da tabela abaixo:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30%
Acima de R\$ 150.000,00	50%

\* Pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado; \* Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito deve ser utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo deve ser pago após a decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada; \* Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável, apurada após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi deve levantar a diferença a seu favor. Credores Quirografários e ME/EPP que não sejam pagos nas formas previstas acima puderam optar por pagamentos em apenas uma das formas a seguir descritas, limitadas a um montante máximo por oferta. **Opção de Reestruturação 1:** Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Reais pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolherem esta opção, até o limite máximo de R\$ 10.000.000.000,00, podendo escolher uma das seguintes opções: (i) reestruturação dos créditos; (ii) debêntures privadas; ou (iii) debêntures públicas. \* Parte dos Créditos da Classe III e IV é representada em Dólares Norte-Americanos pelo valor dos Créditos Classe III e IV que escolherem esta opção, até o limite máximo de USD 1.150.000.000,00. \* 60 meses de carência de principal; \* O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 ao 10º	0,0%
11º ao 20º	2,0%
21º ao 33º	5,7%
34º	5,9%

\* A taxa de juros é (i) correspondente à taxa anual de 80% do CDI para os créditos em Reais, e (ii) 1,75% ao ano para os créditos em Dólares Norte-Americanos, sendo que os juros são capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano; \* Uma vez atingidos os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, devem ser pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo. **Opção de Reestruturação 2:** \* Os credores que optaram por essa modalidade de pagamento tiveram seus créditos reestruturados em Dólares Norte-Americanos, em até 6 meses após a Homologação Judicial do Plano, observado o limite máximo de USD 850.000.000,00. \* 60 meses de carência de principal; \* O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 ao 10º	0,0%
11º ao 20º	2,0%
21º ao 33º	5,7%
34º	5,9%

\* Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano, sendo que: \* Durante o período de carência de principal devem ser pagos semestralmente 10% do valor total de juros, caso o valor não seja 80% do valor principal; \* O principal deve ser pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

se comprometeram a fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do aumento de capital nos termos definidos no contrato. Determinados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologou o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinada a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados. **Obrigações Adicionais e outras situações relevantes:** **Restrição a Pagamentos de Dividendos:** O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), exceto nas hipóteses previstas no Plano. As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma: (i) até o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante. **Suspensão de Obrigações:** Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão"), no que se refere aos Créditos Concursuais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concursuais a serem renegociados e pagos na forma do Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas"): \* Resgate anual antecipado com Geração de Caixa Excedente; \* Restrição a Pagamento de Dividendos. As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos tomados ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos). Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" classifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelar os "ratings" de grau de investimento ou reduzir os "ratings" da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltarão a ser aplicáveis. **Condições Precedentes:** O PRJ estabelece um conjunto de condições precedentes resolutivas e suspensivas que precisam ser verificadas ou formal e expressamente dispensadas pelos credores quirografários qualificados para a realização do Aumento de Capital - Novos Recursos. Em 31 de dezembro de 2018, todas as Condições Precedentes tinham sido verificadas ou dispensadas. **Alienação de Bens do Ativo Permanente:** O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia vem desenvolvendo esforços no sentido da alienação de alguns investimentos financeiros, não tendo ainda concluído qualquer operação. **Reorganização societária:** O PRJ, no anexo da cláusula 7.1, lista um conjunto de operações de reorganização societária que a Administração pode implementar com vista a otimizar e incrementar os resultados da Companhia, contribuindo para o cumprimento das obrigações do PRJ. Em 1 de março de 2018 foi concluída a incorporação da Oi Internet na Oi Móvel. Empresas subsidiárias da Companhia: As participações detidas no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresas relacionadas às operações continuadas

Empresa	Atividade	País sede	Direta Indireta Direta Indireta			
			2018	2018	2017	2017
Oi Holanda	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
Portugal Telecom Internacional						
Finance B.V	Obtenção de fundos no mercado internacional	Holanda	100%		100%	
CVTEL BV	Gestão de investimentos	Holanda	100%		100%	
		Luxem-				
Carigans Finance S.à.r.l.	Gestão de investimentos	burgo	100%		100%	
Copart 5	Investimentos em propriedades	Brasil	100%		100%	
Rio Alto Gestão de Créditos e Participações S.A. (Rio Alto)	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	100%		100%	
Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros")	Serviços financeiros	Brasil	99,87%	0,13%	99,87%	0,13%
Bryophyta SP Participações Ltda.	Investimentos em propriedades	Brasil	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Telemar	Telefonia Fixa - Região I	Brasil	100%		100%	
Oi Móvel	Telefonia móvel - Região I, II e III	Brasil	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%		100%	
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%		100%	
Paggo Administradora Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	100%		100%	
Serded - Serviços de Rede S.A. ("Serded")	Serviços de rede	Brasil	17,51%	82,49%	18,57%	81,43%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BriT Multimídia")	Tráfego de dados	Brasil	100%		100%	
Copart 4	Investimentos	Brasil				

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: OI SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0029520-8 Protocolo: 00-2019/211936-2 Data do protocolo: 10/04/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 16/04/2019 SOB O NÚMERO 00003582394 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: A48E8EC514743327164AB1948E3912960066C50FFB72B1F40B7F4723252847E1

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 62/71





do OI. Reestruturação dos "Bonds": Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados: \* Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos de até USD750.000,00, sendo que o limite máximo dessa oferta é de USD500.000.000,00. \* Deságio de 50%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal. \* Carência do principal: 6 anos a partir da homologação do Plano. \* O principal é equivalente a 50% dos créditos dos "Bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela abaixo:

Semestre	Porcentagem do valor a ser amortizado por semestre
0 ao 12º	0,0%
13º ao 18º	4,0%
19º ao 24º	12,06%
25º	12,70%

\* Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizado anualmente ao valor do principal e pago a partir do 78º mês contado da homologação judicial do Plano. Reestruturação dos "Bonds" qualificados: \* Esta oferta só está disponível para os "Bondholders" com créditos acima de USD750.000,00, que receberam o seguinte: O Ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF; Um pacote com 1.198.017 Novas Ações Ordinárias I, e 1.198.017 Bônus de Subscrição; Razões de troca: para cada USD664.573,98: O 9.137 ações ordinárias emitidas pela Oi e detidas pela PTIF; O 1.198.017 Novas Ações Ordinárias I, e 1.198.017 Bônus de Subscrição. OBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi é de 625.760.902. \* As Novas "Notes" foram emitidas em milhões de USD1.000, com o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100.167,45. O Vencimento: 7º ano após a sua data de emissão. O Principal: será pago em parcela única com vencimento no 84º mês após a data de emissão. O Juros: pode acontecer de uma das duas formas abaixo: \* 10% ao ano, pagos semestralmente; ou \* Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 8% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 38º mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4º ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente. \* As Novas Ações Ordinárias I são devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos. O Foram emitidas 1.514.299.603 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário de R\$ 7,00, de modo que o montante total foi de R\$ 10.600.097.221,00. \* Bônus de subscrição: foram emitidos até 116.480.467 Bônus de Subscrição. Em 13 de junho de 2018, a ANATEL arquivou com a reestruturação dos "Bonds" qualificados, por meio do Acórdão nº 336/2018, autorizando as etapas necessárias para o aumento de capital e as demais medidas necessárias para o cumprimento da Cláusula 4.3.3.2 do PRL. Em específico, a conversão autorizada implicou a emissão de novas ações, a diluição das participações dos atuais acionistas, o aumento de capital e a alteração do quadro de capital da Companhia. A ANATEL ratificou a determinação de que, em 18 de junho de 2018, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por meio do Despacho SG nº 753/2018, decidiu não conhecer da operação de reestruturação dos "Bonds" qualificados, a qual havia sido notificada, por cautela, à referida autoridade exclusivamente para garantir o cumprimento do PRL dentro dos prazos acordados. De acordo com o entendimento da Superintendência-Geral do CADE, a operação não foi conhecida em razão do não preenchimento do requisito de faturamento previsto na Lei nº 12.529/2011. Não houve manifestações contrárias à referida decisão. Com a confirmação da decisão do CADE, e considerando a decisão do Conselho Diretor da ANATEL que concedeu a anulação prévia solicitada pela Companhia para a realização do aumento de capital previsto na Cláusula 4.3.3.2 do PRL, foram devidamente verificadas as dispensas todas as condições precedentemente estabelecidas no Plano para o encerramento da formalização societária para a realização do referido aumento de capital, cujos efeitos da conversão da dívida em instrumento patrimonial ocorreu após a homologação do PRL, ocorrido em 5 de fevereiro de 2018 - Nota 2 (i). Oferta 4: Modalidade de Pagamento Geral: Esta oferta é aplicada aos credores que não se enquadraram nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, atingirem seus limites e o credor ainda tiver saldo a receber. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo de carência de 20 anos. \* Juros/atualização monetária: TR ao ano, em caso de créditos quinquenários que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Reais, incidentes a partir da homologação judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. \* Sem juros em caso de créditos quinquenários que optaram por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros. \* A Companhia terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e juros capitalizados. \* Limite de pagamento: R\$ 70.000.000.000, subleito o valor dos créditos concursais que foram reestruturados de outra forma nos termos do plano. Credores Fornecedores Parceiros: \* Credores Fornecedores Parceiros, fornecedores de bens e/ou serviços que mantiveram termos e condições praticados anteriores à data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial, tiveram seus créditos não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Grupo Oi pagos até o limite de R\$ 150 mil, em até 20 dias úteis contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento. Caso estes fornecedores possuam créditos em montante superior a R\$ 150 mil, receberão o saldo remanescente com desconto de 10% em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas, acrescidas de (i) TR + 0,5% em caso de créditos em Reais, e (ii) 0,5% ao ano em caso de créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros. Créditos de partes relacionadas: Créditos referentes a mútuos realizados entre as empresas Recuperandas do Grupo Oi, mútuos estes realizados com recursos decorrentes de operações realizadas no mercado internacional pelas Recuperandas, devem ser pagos conforme descrição abaixo: \* O principal será pago a partir do 20º ano após a quitação dos créditos da Modalidade de Pagamento Geral. O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas. \* Juros/atualização monetária: TR para créditos "intercompany" em Reais, incidentes a partir da homologação judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal. Sem juros para créditos "intercompany" em Dólares Norte-Americanos ou Euros. As Empresas Oi podem convencionar forma alternativa de extinção dos créditos "intercompany" nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas estabelecido na forma de lei. Geração de Caixa Excedente ("Cash Sweep"): Os Credores Quinquenários, ME/EP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de seus créditos contra o Grupo Oi com o "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente entre os créditos, conforme as seguintes condições: \* Nos primeiros 5 anos após a homologação judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o equivalente a 100% do montante da receita líquida da venda de ativos que excederem US\$ 200 milhões para investimentos em suas atividades. A partir do 6º ano após a homologação judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o montante equivalente a 70% do Saldo de Caixa que exceder o Saldo de Caixa Mínimo. O Saldo de Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre: (i) 25% da soma de OPEX e CAPEX do ano anterior; ou (ii) R\$ 5 bilhões. \* Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao saldo do Saldo de Caixa Mínimo. Aumento de Capital - Novos Recursos: Respeitado o direito de preferência dos acionistas e cumpridas as condições precedentemente previstas no Contrato de "Backstop" ou no PRL, a Companhia se obriga a realizar o Aumento de Capital - Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000. O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias II será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações de Oi em circulação no dia (i) imediatamente anterior ao aumento de capital, observados eventuais ajustes previstos no Contrato de "Backstop". Observadas as condições previstas naquele contrato, será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações ordinárias da emissão da Companhia aos investidores identificados que

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2018	Indireta 2018	Direta 2017	Indireta 2017
BIT Call Center	telemarketing	Brasil	100%	100%		
B/T Card Serviços Financeiros Ltda. ("B/T Card")	Serviços financeiros	Brasil	100%	100%		
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet WiB	Brasil	100%	100%		
Pointer Peru S.A.C	Internet WiB	Peru	100%	100%		
VEX Venezuela C.A	Internet WiB	Venezuela	100%	100%		
		Estados Unidos				
		Unidos da América				
VEX USA Inc.	Internet WiB	Estados Unidos	100%	100%		
VEX Ukraine LLC	Internet WiB	Ucrânia	40%	40%		

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2018	Indireta 2018	Direta 2017	Indireta 2017
PT Participações, SGPS, S.A. ("PT Participações")	Gestão de participações sociais	Portugal	100%	100%		
Oi Investimentos Internacionais S.A. ("Oi Investimentos")	Serviços de consultoria e gestão de negócios, elaboração de projetos e estudos econômicos e gestão de investimentos	Portugal	100%	100%		
Ahtcal GmbH & Co.KG.	Gestão de investimentos	Alemanha	100%	100%		
Ahtcal GmbH	Gestão de investimentos	Alemanha	100%	100%		
Ahtcal Holdings, BV	Gestão de investimentos	Holanda	86%	86%		
PT Ventures, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais	Portugal	86%	86%		
Directel - Listas Telefônicas Internacionais, Ltda. ("Directel")	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais	Portugal	86%	86%		
TPT - Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT")	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimídia e tecnologias de informação em Timor	Portugal	76,14%	76,14%		
Directel Cabo Verde - Serviços de Comunicação, Ltda.	Publicação de listas telefônicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde	Cabo Verde	51,60%	51,60%		
Kenya Postal Directorate, Ltd.	Produção, edição e distribuição de listas telefônicas e outras publicações	Quênia	51,60%	51,60%		
Etz - Empresa de Listas Telefônicas de Angola, Ltda.	Publicação de listas telefônicas	Angola	47,30%	47,30%		
Timor Telecom, S.A.	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	Timor	44%	44%		
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A. P.L.	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe	43,88%	43,88%		
LTM - Listas Telefônicas de Moçambique, Ltda.	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações	Moçambique	43%	43%		

Empresa	Atividade	País sede	Direta 2018	Indireta 2018	Direta 2017	Indireta 2017
Companhia AIX de Participações (AIX)	Tráfego de dados	Brasil	50%	50%		
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financiamento	Brasil	50%	50%		
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras	Brasil	29,90%	29,90%		
Hispamer Satélites S.A. ("Hispamer")	Operação de Satélites	Brasil	19,04%	19,04%		

Continuidade das operações: As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRL pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Referida decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial e em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Em 27 de julho de 2018, a Companhia concluiu a capitalização de parte dos Créditos Quinquenários dos "Bondholders" Qualificados, na forma prevista no PRL, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2018. As novas ações ordinárias emitidas foram entregues aos acionistas da Companhia que exerceram o seu direito de preferência e aos titulares de Créditos Quinquenários dos "Bondholders" Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos. Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia concluiu o aumento de capital previsto no PRL através da emissão de 3.225.806.451 ações ordinárias ao valor de subscrição agregado de R\$ 4.000.000,00. A Companhia acredita que tem recursos suficientes para continuar com suas operações e cumprir com suas obrigações nos próximos doze meses. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e enfrente não existem indícios neste sentido, ressalta-se



- continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

que essas condições e circunstâncias por sua própria natureza indicam a existência de incerteza que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRL, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 22.895.811 (R\$ 22.632.320 na Controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 24.615.555 (R\$ 24.591.140 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 10.624.025 (R\$ 13.706.450 na controladora). Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido negativo montava a R\$ 13.512.523 (R\$ 13.805.990 na Controladora), o prejuízo líquido do exercício montava a R\$ 6.656.162 (R\$ 6.365.019 na controladora) e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 44.143.859 (R\$ 10.787.282 na controladora). 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como nas de suas controladas. (a) Base de elaboração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (c) das políticas contábeis a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2018, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017. Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como "operação descontinuada" em conformidade com o IFRS 5. Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. (b) Principais políticas contábeis: Critérios de consolidação das controladas pelo método integral: A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: \* soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; \* eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; \* eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; \* destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e \* consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8). Moeda funcional e de apresentação: A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa. Empresas do grupo com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: \* os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; \* receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio; \* todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e \* ações e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2018	2017	2018	2017
Euro	4,4390	3,9693	4,3094	3,5089
Dólar Norte Americano	3,8748	3,3080	3,6558	3,1925
Escudo do Cabo Verde	0,0403	0,0360	0,0391	0,0327
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000185	0,000162	0,000177	0,000149
Xelim Quênia	0,0381	0,0321	0,0361	0,0309
Dólar da Namíbia	0,2698	0,2687	0,2764	0,2401
Meticas de Moçambique	0,0627	0,0565	0,0601	0,0499
Kwanzas	0,0126	0,0200	0,0147	0,0193

Informações por segmentos: As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente no que toca os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

cessão de partes fixas são ajustadas a valor presente. Deterioração de ativos financeiros: A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução do valor recuperável. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício. A Companhia adota a opção de valor justo com relação ao registro dos compromissos de empréstimos e financiamentos, no momento da reclassificação dos passivos financeiros que foram originados pela reestruturação/novação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial. O valor justo de cada um dos passivos financeiros foi calculado com base em uma avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e as premissas relativas a taxas de desconto, consistente com o prazo e a moeda de cada um desses passivos financeiros. O ajuste a valor justo reconhecido no balanço patrimonial com relação a cada passivo financeiro novado é amortizado linearmente no resultado, em base mensal, ao longo do prazo de maturação do passivo financeiro. Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio: Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação. Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo. O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e civis (PEX e JEC). O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança da natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e civis estratégicas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Obrigação onerosa: A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa. O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis. A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor. As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensuradas sempre que ocorrer mudanças significativas dessas premissas. Benefícios e empregados: Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência. A Companhia e suas controladas contêm planos de benefícios definidos e contribuições definidas. No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24). O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano. Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal. Reconhecimento das receitas: As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na



instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transada inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa atualmente o valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. Contas a receber: As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não laudados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dessas créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base no novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Ativo financeiro disponível para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda de Companhia são ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e classificados a valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. A Companhia utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos esses não negociados em mercado ativo. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas: Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata. Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação de operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduções de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos, incluem ainda determinados gastos com instalação, que é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso. Os custos subsequentes, não incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos gerarem benefícios econômicos futuros e possam ser medidos com fiabilidade. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, enquanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica. Os bens afetados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente. Intangível: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças regulatórias associadas a mais valia incorporada, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC. As demais licenças regulatórias, de operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de venda e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificável de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Ajuste a valor presente: A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícitas, e em certos casos implícitas dos passivos. Em aspectos gerais, quando aplicável à taxa utilizada é a média de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação. Nos termos e condições do PRI, os saldos de fornecedores e provedores para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, foram ajustados a valor presente, considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura. Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da

significativamente a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de controle com o cliente, considerando o modelo de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita quando for satisfeita a obrigação de desempenho. Divulgações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (d). As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estas são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas e que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidos no resultado em outras receitas operacionais. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Reconhecimento das despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que compõem a exercícios futuros são diluídas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrendamento de contas a receber de clientes e outras transações financeiras. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício do parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou a partir de uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da mesma média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33). (c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir: Reconhecimento de receita e contas a receber: A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende da cobrança de receitas de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitam aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida: Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente. As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos. Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração: Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia oferece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras. Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos. Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa arquivado no PRI. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRI e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2016, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,55% (2017 - 11,11%), o qual é revisado anualmente pela Companhia. De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade. Valor justo de passivos financeiros: As premissas sobre taxas de desconto utilizadas no cálculo do valor justo de nossos passivos financeiros estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores externos e internos, incluindo tendências econômicas e o desempenho financeiro da Companhia. O uso de diferentes premissas para mensurar o valor justo dos passivos financeiros pode ter um efeito material sobre o valor justo estimado desses passivos financeiros e os valores registrados como empréstimos e financiamentos no balanço patrimonial, bem



-2- continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

como os valores registrados no resultado. **Provisões:** A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 22. Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas. **Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unilife e Cabo Verde Telecom foram inicialmente valorizados a valor justo de acordo com as informações constantes dos laudos externos usados no âmbito do aumento de capital da PT. Essas estimativas são calculadas a revisitas pela Administração da Companhia com base em premissas financeiras observáveis no mercado (taxa de desconto, taxa de juros, taxa de câmbio), operacionais (estimativas sobre a evolução dos fluxos de caixa futuro de cada negócio) e qualitativas (desfecho dos processos judiciais interpostos contra terceiros - Nota 29). As estimativas preparadas pela Administração da Companhia podem não ser necessariamente um indicador do montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações, pois as estimativas foram realizadas num ambiente de incerteza e qualquer alteração relevante das premissas utilizadas pode ter um efeito material nos valores estimados. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos. A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisões para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. **Benefícios a empregados:** A avaliação atual é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. **(d) Normas novas, alterações e interpretações de normas:** Normas:

IFRS 9 Instrumentos financeiros  
IFRS 15 Receita de contratos com clientes  
Esclarecimentos às IFRS 15 Receita de contratos com clientes, emitido em 12 de abril de 2016  
A adoção das normas, alterações e interpretações citadas acima, tiveram impacto na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2018. Conforme detalhamento a seguir: **Instrumentos Financeiros "IFRS 9" - CPC 48:** A IFRS 9 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros; (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco. A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação/mensuração de seus ativos financeiros que impacte o patrimônio líquido. A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018:

	Classificação original de acordo com IAS 39	Classificação de acordo com IFRS 9	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	01/01/2018	31/12/2018	01/01/2018
Equivalentes de caixa	Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado	1.516.605	3.758.902	4.097.838	6.585.184
Aplicações financeiras	Mantidos para negociação	Valor justo por meio do resultado	195.539	44.497	238.962	136.266
Créditos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	11.960.680	4.017.080		
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.193.687	1.954.138	6.516.555	6.394.465
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado		884.379		
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado	1.843.778	1.965.972	1.843.778	1.965.972

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017	1 de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda	1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
Alteração na IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures"	1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture"	1 de janeiro de 2019

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o IFRS 16 / CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. **IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 "Leases" (CPC 06 (R1)), a IFRIC 4 "Determining whether an Arrangement Contains a Lease" (ICPC 03), o SIC-15 "Operating Leases-Incentives" e o SIC-27 "Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease". A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão revelar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na norma anterior. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Durante o exercício de 2018, a Companhia e suas subsidiárias avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: i) Levantamento dos contratos; ii) Abordagem de transição; iii) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; iv) Avaliação da taxa de desconto e prazo estimado; v) Impactos na adoção inicial. **Transição:** A Companhia planeja adotar a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optará por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluirá contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso. **Isenções:** A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. **Impactos:** Em 1 de janeiro de 2019, a Administração da Companhia estima que as alterações introduzidas pela IFRS 16 terão impactos relevantes a serem reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em suas demonstrações financeiras, sendo que ao valor presente tais impactos foram estimados entre R\$ 6,9 a R\$ 8,7 bilhões nas demonstrações contábeis consolidadas. Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaco físico). **(f) Reconhecimento dos efeitos da homologação do Plano de Recuperação Judicial:** Como resultado da aprovação do PRJ, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal dos seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou e concluiu que os termos e condições previstos no PRJ, ora aprovados e homologados como mencionado acima, estão em plena vigência e, consequentemente, os efeitos contábeis originados pela reestruturação/renovação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial estão reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos efeitos se tornaram vigentes a partir de 5 de fevereiro de 2018, data da referida homologação do PRJ. Neste contexto, a posição patrimonial e financeira da Companhia, refletidas nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após o reconhecimento dos efeitos do PRJ, sofreram alterações significativas, bem como as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data. Abaixo demonstramos a movimentação dos passivos concursais reestruturados e os ajustes contábeis realizados para reconhecimento dos termos e condições previstos no PRJ aprovado e homologado, inclusive os efeitos de valor justo destes passivos de acordo com as disposições contidas no IFRS 3/CPC 48 (tal requerimento não se aplica para as



de janeiro de 2018 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedge" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "hedge". A Companhia adotou a opção que permite não reapresentar os períodos comparativos ao ano da adoção inicial. Receita de Contratos com Clientes "IFRS 15" - CPC 47: A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita de acordo com a IFRS. A Companhia optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 1 de janeiro de 2018. A administração apurou os seguintes impactos na adoção da nova norma em 1 de janeiro de 2018: **Venda de aparelhos celulares com desconto:** A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços ou ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como o equipamento (aparelho celular) não é condição essencial para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de determinado aparelho, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com a IFRS 15 é devido realizar a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de planos e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e lampoucas no fluxo de caixa da Companhia. A Companhia não identificou impacto financeiro significativo para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser materialmente relevante no universo das receitas da Companhia. **Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço:** A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato é não restituível e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que geraram o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 138 milhões. **Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato:** A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos, substancialmente comissões sobre vendas, que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecidos ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 793 milhões que geraram o diferimento dos custos incorridos no cumprimento dos contratos reconhecidos ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"). A Companhia adotou as IFRS 15 e 9, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	2018 (com IFRS 15 e 9)	Ajustes IFRS 15	Ajustes IFRS 9	2018 (sem IFRS 15 e 9)	2017
Receitas de vendas e/ou serviços	22.060.014	15.588		22.075.602	23.789.654
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.584.650)			(15.584.650)	(14.986.250)
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.475.364</b>	<b>15.588</b>		<b>6.490.952</b>	<b>8.803.404</b>
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	(13.492)			(13.492)	(433)
Despesas com vendas	(4.134.030)	(119.214)	141.089	(4.112.155)	(4.442.837)
Despesas gerais e administrativas	(2.738.718)			(2.738.718)	(3.136.808)
Outras receitas operacionais *	2.204.134			2.204.134	1.985.101
Outras despesas operacionais	(7.061.516)			(7.061.516)	(5.569.455)
	(11.743.622)	(119.214)	141.089	(11.721.747)	(11.164.432)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>	<b>(5.268.258)</b>	<b>(103.626)</b>	<b>141.089</b>	<b>(5.230.795)</b>	<b>(2.361.028)</b>
Receitas financeiras	30.950.461			30.950.461	7.136.459
Despesas financeiras	(4.341.595)			(4.341.595)	(10.332.371)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>26.608.866</b>			<b>26.608.866</b>	<b>(3.196.512)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) antes das tributações</b>	<b>21.340.608</b>	<b>(103.626)</b>	<b>141.089</b>	<b>21.378.071</b>	<b>(5.557.540)</b>
Imposto de renda e contribuição social	3.274.947	35.233	(47.970)	3.262.210	(1.098.622)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>24.615.555</b>	<b>(68.393)</b>	<b>93.119</b>	<b>24.640.281</b>	<b>(6.656.162)</b>

(e) Novas normas e interpretações que entrarão em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018: Na data de elaboração desta Demonstração Financeira, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória. A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

	reestruturados	Garantia Real	Qualificados	mentos (i)	Total
Saldo em 31/12/2017	35.491.192	3.835.312		15.188.729	54.515.233
Efeitos da Mediação / Movimentação do período	(4.126.765)		605.816	3.506.090	(14.859)
Reversão de Juros e custo de captação	(3.685.771)	(545.687)	(11.504)	(1.235.714)	(5.478.676)
"Haircut" / Reversão de Variação Cambial	(11.372.258)		(292.902)		(11.665.160)
Ajuste de Valor Justo	(819.187)		(146.220)	(12.338.713)	(13.304.120)
Ganho Inicial AVJ	(806.384)		(143.330)	(12.254.345)	(13.204.059)
Variação Cambial do Ganho Inicial do AVJ	(22.007)		(3.912)	(173.195)	(189.114)
Amortização do AVJ e VC da Parcela Amortizada	9.204		1.022	88.827	99.053
"Senior Notes" Reestruturados Conversíveis em Ações (Reserva de Capital)	(11.624.028)				(11.624.028)
Juros e variação cambial da dívida reestruturada	770.777	77.709	11.504	245.740	1.105.730
Saldo reestruturado em 31/03/2018	4.633.960	3.367.334	166.694	5.366.132	13.534.120
Atualização após reestruturação dos Empréstimos e Financiamentos	1.517.928	238.773	15.266	1.768.361	3.540.328
Juros incorridos no período <sup>1</sup>	564.992	238.817	16.682	334.647	1.155.138
Variação monetária e cambial no período	910.951		42.824	1.313.368	2.267.143
Outros	41.995	(44)	(44.240)	120.346	118.047
Movimentação do AVJ após reestruturação dos Empréstimos e Financiamentos	(34.740)		9.301	(599.103)	(624.542)
Ganho/Variação Cambial do ganho inicial do AVJ	(133.628)		106	(1.152.162)	(1.285.684)
Amortização do AVJ e variação cambial da parcela amortizada	98.888		9.195	553.059	661.142
Saldo em 31/12/2018	6.117.148	3.606.107	191.261	6.535.390	16.449.906

<sup>1</sup> Cumpre ressaltar que a Companhia não realizou nenhum pagamento de juros da dívida após a reestruturação dos créditos no âmbito do PRJ até a data-base apresentada, uma vez que há carência de juros e de principal em praticamente a totalidade das dívidas renovadas, a saber, de 4 anos em juros e 5 de principal. Somente os "Bonds" Qualificados não possuem carência de juros e o primeiro evento de pagamento ocorreu em fevereiro de 2019, ou seja, após a data-base de corte que é de 31 de dezembro de 2018. (i) Compreendem os demais passivos financeiros discriminados na Nota 19 - Empréstimos e Financiamentos. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 1, os termos e condições previstos para categoria destes passivos concursais incluiram: (i) Classe II - Créditos com Garantia Real; (ii) Reestruturação das "Senior Notes"; e (iii) Modalidade de Pagamento Geral.

#### Reestruturação dos demais passivos concursais

	Agências Regulatórias - Provisões (Nota 22)	Fornecedores (Nota 18)	Contingências Trabalhistas - Provisões <sup>(i)</sup>
Saldo em 31/12/2017	2.806.557	2.702.671	877.487
Movimentação	(1.886.357)	1.886.357	
Reversão de Juros / Atualização "Haircut"		8.150	(172.440)
Ajuste de Valor Justo			(935.929)
Saldo reestruturado	920.200	3.488.809	877.487
Movimentação <sup>(ii)</sup>	(340.018)		(178.470)
Reversão de Juros / Atualização "Haircut"		134.635	12.554
Ajuste de Valor Justo		158.612	
Saldo em 31/12/2018	580.182	3.794.610	699.017

<sup>(i)</sup> Considera, R\$ 574.725 em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ 580.046), relativos ao montante referente ao Fundo de Pensão do Plano BxTPREV que foi incluído no PRJ. <sup>(ii)</sup> A Companhia reverteu parte da provisão existente com base em revisão dos respectivos critérios de cálculo destas provisões. Vide Nota 22. Conforme mencionado na Nota 1, os termos e condições previstos para categoria destes passivos concursais incluiram: (i) Classe I - Credores Trabalhistas; (ii) Agências Regulatórias; (iii) Fornecedores; e (iv) Contingências. 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS: 3.1. Mensuração do valor justo: O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada para mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração.



-2- continuação

**OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia: Nível 1 — Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 — Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 — Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de predição, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calendário 2018, alguns dos passivos financeiros classificados como custo amortizado foram mensurados a valor justo na data da novação desses passivos financeiros e mantidos a custo amortizado na mensuração subsequente. Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	Controladora Consolidado			
		2018			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.454	152.454	287.491	287.491
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.516.605	1.516.605	4.097.838	4.097.838
Aplicações financeiras	Valor justo	195.539	195.539	239.952	239.952
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.960.680	11.960.680		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.193.687	1.193.687	6.516.555	6.516.555
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	Valor justo	1.843.778	1.843.778	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber (Nota 29)	Custo amortizado	2.566.935	2.566.935	2.566.935	2.566.935
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.244.382	2.244.382	8.818.870	8.818.870
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.759.635	1.759.635	7.140.950	7.140.950
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	377.184	377.184		
Debêntures públicas	Custo amortizado	1.992.339	1.992.339	3.103.106	3.103.106
"Senior Notes"	Custo amortizado	6.205.840	6.937.764	6.205.840	6.937.764
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.075	5.075	6.168	6.168
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	22.925	22.925	85.619	85.619
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	353.496	353.496	553.206	553.206

	Mensuração contábil	Controladora Consolidado			
		2017			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	116.239	116.239	277.500	277.500
Equivalentes de caixa	Valor justo	3.758.902	3.758.902	6.585.184	6.585.184
Aplicações financeiras	Valor justo	44.497	44.497	136.286	136.286
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	4.017.080	4.017.080		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	2.076.613	2.076.613	7.367.442	7.367.442
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	884.379	884.379		
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 29)	Valor justo	1.965.972	1.965.972	1.965.972	1.965.972
Dividendos a receber (Nota 29)	Custo amortizado	2.012.146	2.012.146	2.012.146	2.012.146
<b>Passivos</b>					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.027.004	2.027.004	7.627.169	7.627.169
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2.293.079	2.293.079	14.118.406	14.118.406
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	22.305.958	22.552.726		
Debêntures públicas	Custo amortizado	4.847.512	4.849.935	4.905.635	4.908.058
"Senior Notes"	Custo amortizado	10.827.255	3.944.089	35.491.192	13.397.084
Instrumentos financeiros derivativos (iv)	Custo amortizado	104.694	104.694	104.694	104.694
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.127	5.127	6.222	6.222
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			21.411	21.411

	Controladora			
	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e contas bancárias	39.779	39.779	34.898	34.898
Equivalentes de caixa	153.428	153.428	393	393
Créditos com partes relacionadas	11.960.680	11.960.680	877.372	877.372
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	7.131.350	7.863.274	26.797.578	20.773.512

	Consolidado			
	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e contas bancárias	70.116	70.116	82.482	82.482
Equivalentes de caixa	154.514	154.514	1.307	1.307
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 19)	6.816.766	9.548.890	39.680.914	18.394.596

Análise de sensibilidade de risco cambial: Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de dezembro de 2018. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	2018	Desvalorização
<b>Cenário Provável</b>		
Dólar	3,8748	0%
Euro	4,4390	0%
<b>Cenário Possível</b>		
Dólar	4,8435	25%
Euro	5,5488	25%
<b>Cenário Remoto</b>		
Dólar	5,8122	50%
Euro	6,6585	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

Descrição	Risco Individual	2018					
		Controladora			Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	9.165.981	11.457.477	13.748.972	15.216.581	19.020.726	22.824.872
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(153.702)	(192.128)	(230.553)	(154.852)	(193.566)	(232.279)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	181.486	226.870	272.244	2.656.697	3.320.871	3.985.045
Caixa em Euro	Queda do Euro	(39.505)	(49.381)	(59.257)	(69.777)	(87.221)	(104.666)
	Queda do Dólar/						
Ajusto a Valor Justo	Euro	(2.564.166)	(3.205.207)	(3.846.249)	(9.046.285)	(11.307.855)	(13.569.427)

Total Ativo/ Passivo afetado no câmbio 6.590.104 8.237.631 9.885.157 8.602.364 10.752.955 12.903.545

Total (ganho) perda 1.647.527 3.295.053 2.150.591 4.301.181

(b) Risco de taxa de juros: Ativos financeiros: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros fixos com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 31 de dezembro de 2018. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros expressas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 46,0% (2017 - 32,9%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas fixas. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros. Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	Controladora			
	2018		2017	
	Valor	Valor de	Valor	Valor de



Em virtude do Plano aprovado, os empréstimos e financiamentos foram recalculados de acordo com os termos e condições existentes, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1. Desta forma, para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018: (i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do Plano, os fornecedores, até o limite de R\$ 150 mil, terão seus créditos recebidos em até 20 dias úteis, após a data da escolha por esta opção de pagamento, que se encerrou em 26 de fevereiro de 2018. Já os fornecedores com montante superior a R\$ 150 mil, por sua vez, receberam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais para os quais foram realizados ajustes a valor presente (Nota 18). (ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com Garantia Real ("BNDES") e Créditos Quilométricos ("Bancos Locais e ECAs"), correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo desses instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos "Bonds" emitidos no mercado internacional, para os quais exista mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil. (iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo. (iv) Saldo remanescente de operações financeiras com derivativos que a partir da aprovação do Plano, passou a ser reconhecido de acordo com os termos e condições escolhidos pelo credor. O nívelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, são detalhados abaixo:

Hierarquia do valor	Controladora		Consolidado		
	Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo	
	justo	2018	2017	2018	2017
<b>Ativos</b>					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	152.454	116.239	267.491	277.500
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.516.605	3.758.902	4.097.838	6.585.184
Aplicações financeiras	Nível 2	195.639	44.497	238.962	136.286
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3	1.843.778	1.965.972	1.843.778	1.965.972
Não ocorreram transições entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017					

Não ocorreram transferências entre níveis nos exercícios de 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber: (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e, em menor parte, em Euros. Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data do reporte. (b) Ativo financeiro mensurado a valor justo: Refere-se, ao valor justo do investimento financeiro na Unilel e CVT, classificado como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado e ao valor recuperável dos dividendos a receber da Unilel. O valor justo dos investimentos é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é determinado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto e taxas cambiais adequadas à realidade de cada país onde os negócios estão localizados. Para além das premissas financeiras e de negócio acima mencionadas, a Companhia considera ainda na avaliação do valor justo dos investimentos financeiros premissas de caráter qualitativo, incluindo os resultados e desfecho os processos judiciais interpostos contra entidades terceiras e a opinião dos assessores legais sobre esses processos. No que se refere à avaliação do valor recuperável dos dividendos a Companhia faz uso de premissas financeiras sobre taxa de desconto no tempo e taxa de câmbio e faz uso de premissas qualitativas, baseadas no parecer dos seus assessores legais, referentes ao desfecho dos processos judiciais interpostos contra a Unilel sobre o não pagamento de dividendos e juros. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo (Nota 29). (c) Instrumentos financeiros derivativos: Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía operações de derivativos contratadas vigentes. Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira nesta data e no exercício de 2017, não houve movimentações de operações de derivativos, designados ou não designados para fins de contabilidade de "hedge".

3.2. Administração do risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos. O gerenciamento do risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de "Hedge", a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros. 3.2.1. Risco de mercado: (a) Risco de taxa de câmbio: Ativos financeiros: A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 53,6% (2017 - 72,9%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (incluindo saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

Equivalentes de caixa	1.263.177	1.363.177	3.758.509	3.758.509
Aplicações financeiras	195.639	195.639	44.497	44.497
Créditos com partes relacionadas			3.139.708	3.139.708
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	3.203.648	3.203.648	12.174.416	11.469.305

	Consolidado			
	2018		2017	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa	3.943.324	3.943.324	6.583.877	6.583.877
Aplicações financeiras	238.962	238.962	135.624	135.624
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	7.633.140	7.633.140	16.032.870	15.081.001

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros: A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado a TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. Cabe ressaltar, que a TJLP se manteve estável em 70% a.a. de 1 de abril de 2017 até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março de 2018, 6,6% a.a. de abril a junho de 2018, 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018, voltando a sofrer elevação de outubro a dezembro de 2018, para 6,99% a.a. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por nova elevação, para 7,03% a.a., vigente no período de janeiro a março de 2019. Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Para efeito da referida instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

2018					
Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
6,40	6,98	8,00	8,73	8,60	10,47

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

Descrição	Risco Individual	2018			Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		2018	2018	2018	2018	2018	2018
Dividas em CDI	Alta do CDI	2.333.436	3.041.407	3.800.664	4.122.410	5.373.161	6.714.517
Dividas em TJLP	Alta da TJLP	1.040.782	1.282.356	1.543.011	4.067.506	5.011.606	6.030.280
<b>Total Ativo Passivo</b>							
atrelado a taxa de juros		3.374.218	4.323.763	5.343.675	8.189.916	10.384.767	12.744.797
<b>Total (ganho) perda</b>			949.545	1.969.457		2.194.851	4.554.881

3.2.2. Risco de crédito: A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventual perda nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacional para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2018, aproximadamente 94,14% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano. A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unilel. 3.2.3. Risco de liquidez: O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede. Em virtude da Homologação do Plano, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram renovados e os respectivos saldos foram recalculados de acordo com os termos e condições do Plano, observadas as suas etapas para fins de reestruturação da dívida. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.

#### 4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas e/ou serviços (*)	6.018.117	6.916.051	30.426.548	36.338.432
Deduções da receita bruta	(1.487.366)	(2.025.875)	(8.366.534)	(12.548.778)
Tributos	(1.480.121)	(1.727.914)	(6.725.356)	(7.707.961)
Outras deduções (*)	(7245)	(297.961)	(1.641.178)	(4.840.817)
<b>Receitas de vendas e/ou serviços</b>	<b>4.530.751</b>	<b>4.892.176</b>	<b>22.060.014</b>	<b>23.789.854</b>

(\*) A Companhia simplificou o detalhamento de suas notas fiscais para seus clientes. A alteração no faturamento não impacta os tributos incidentes sobre as vendas e/ou serviços e nem a receita líquida.



-☆ continuação

## OI S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## 5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas de vendas e/ou serviços	4.530.751	4.892.176	22.060.014	23.789.654
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(155.689)	(239.043)	(658.068)	(778.083)
Pessoal (i)	(447.970)	(473.629)	(2.584.464)	(2.791.331)
Serviços de terceiros	(1.175.096)	(1.215.531)	(5.924.556)	(6.221.058)
Serviço de manutenção da rede	(685.633)	(686.062)	(1.104.015)	(1.251.511)
Custo de aparelhos e outros			(196.347)	(223.335)
Publicidade e propaganda	(82.107)	(90.771)	(382.091)	(413.580)
Aluguéis e seguros	(556.500)	(536.110)	(4.200.212)	(4.162.659)
Provisões / Reversões	(131.630)	(220.231)	(202.268)	(469.440)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(89.622)	(119.528)	(697.324)	(691.807)
Reversão / Perdas com imparidade (ii)	(291.758)	4.725.275	(291.758)	4.700.661
Tributos e outras receitas (despesas) (iii)	(2.611.724)	(5.041.797)	(249.688)	(542.832)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iv)	(1.194.783)	(2.614.835)	(5.016.356)	(8.196.415)
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(7.437.512)	(6.514.262)	(21.517.149)	(21.041.390)
Depreciação e amortização	(1.707.288)	(1.072.245)	(5.811.123)	(5.109.292)
Total das despesas operacionais	(9.144.800)	(7.586.507)	(27.328.272)	(26.150.682)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(4.614.059)	(2.694.331)	(5.268.258)	(2.361.028)
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	30.118.209	3.665.734	30.950.461	7.136.459
Despesas financeiras	(3.498.805)	(6.107.092)	(4.341.595)	(10.332.971)
Total do resultado financeiro	26.619.404	(2.441.358)	26.608.866	(3.196.512)
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	22.005.345	(5.135.689)	21.340.608	(5.557.540)
Imposto de renda e contribuição social	2.585.795	(1.229.330)	3.274.947	(1.098.622)
Lucro (Prejuízo) do exercício	24.591.140	(6.365.019)	24.615.555	(6.656.162)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	24.591.140	(6.365.019)	24.591.140	(6.365.019)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			24.415	(291.143)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.222.241)	(2.637.176)	(15.584.650)	(14.886.250)
Despesas com vendas	(834.002)	(957.248)	(4.134.030)	(4.442.837)
Despesas gerais e administrativas	(889.557)	(918.199)	(2.738.718)	(3.136.808)
Outras receitas operacionais	705.998	726.193	2.294.134	1.985.101
Outras despesas operacionais (v)	(1.870.944)	1.738.823	(7.061.516)	(5.569.455)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.034.064)	(5.538.800)	(13.492)	(433)
Total das despesas operacionais	(9.144.800)	(7.586.507)	(27.328.272)	(26.150.682)

(i) Considera despesas de treinamento de funcionários no montante de R\$ 9.478 (2017 - R\$ 9.319) no consolidado. (ii) Em 2018, a Companhia reconheceu um ajuste complementar da provisão com perda de imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida. Em 2017, refere-se a reversão parcial de perdas com imparidade relacionada a expectativa de rentabilidade futura de ativos de vida útil definida, devido a evolução nos cenários e indicadores financeiros considerados nos fluxos de caixa do plano de recuperação judicial. (iii) Inclui resultado de equivalência patrimonial. (iv) Em 2018, refere-se, substancialmente, a (i) reconhecimento de contrato oneroso de fornecimento de capacidade, no montante de R\$ 1.333.228 na controladora e R\$ 4.883.620 no consolidado e (ii) reversão de provisão para contingência, no montante de R\$ 15.108,5 na controladora e R\$ 109.242 no consolidado, decorrente do reprocessamento do modelo de estimativas da provisão considerando o novo perfil de histórico de encerramento dos processos judiciais, em função do novo contexto pós aprovação e Homologação do PRL. Em 2017, R\$ 2.042.422 na controladora e R\$ 6.482.485 no consolidado, refere-se a provisão adicional decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018.

## 6. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	5.256.401	1.611.992	13.290.262	4.873.000
Variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	441.963		1.396.594	
Ganho de reestruturação de empréstimos com terceiros (ii)	3.269.608		11.054.800	
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	474.278	437.017	808.764	1.048.923
Rendimentos de aplicações financeiras	126.740	383.024	316.880	702.171
Juros e variações monetárias sobre empréstimos com partes relacionadas (iii)	20.026.653	1.058.013		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(8.033)	4.542	1.329	11.105
Reversão de juros e outras receitas (iv)	530.598	171.146	4.079.832	500.280
Total	30.118.209	3.665.734	30.950.461	7.136.459

## (b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos privados	180.159	30.109	213.653	114.839
Títulos públicos	15.480	14.388	25.309	21.447
Total	195.639	44.497	238.962	136.286
Circulante	190.779	14.388	201.975	21.447
Não circulante	4.860	30.109	36.987	114.839

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros. Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

## 9. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços laborados	1.302.359	2.014.825	6.783.022	7.478.145
Serviços a fazer	453.985	444.246	984.062	634.241
Aparelhos, acessórios e outros ativos	115.632	118.246	619.821	597.267
Subtotal	1.871.976	2.577.317	8.386.905	8.709.653
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(678.289)	(500.504)	(1.870.350)	(1.342.211)
Total	1.193.687	2.076.813	6.516.555	7.367.442

\* Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 27.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	1.546.631	1.999.945	6.250.613	6.096.205
Vencidas até 60 dias	177.222	235.618	672.673	919.421
Vencidas de 61 a 90 dias	29.905	37.435	131.798	144.818
Vencidas de 91 a 120 dias	26.078	33.668	132.562	130.633
Vencidas de 121 a 150 dias	19.840	27.946	104.828	128.175
Vencidas acima de 150 dias	72.299	242.504	1.094.631	1.290.401
Total	1.871.976	2.577.317	8.386.905	8.709.653

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 01/01/2017			(395.095)	(1.084.895)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa			(161.388)	(777.106)
Contas a receber de clientes baixadas como inadmissíveis			55.979	519.790
Saldo em 2017			(500.504)	(1.342.211)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa			(90.629)	(93.621)
Contas a receber de clientes baixadas como inadmissíveis			44.319	668.519
Adoção CPC 48/IFRS 9 (*)			(122.475)	(372.977)
Saldo em 2018			(678.289)	(1.870.350)

(\*) Impacto do reconhecimento inicial, em 1 de janeiro de 2018, do CPC 48/IFRS 9 em contrapartida a Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido. 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo		Passivo	
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	72.836	239.538	287.472	565.725
CS a recuperar (i)	4.349	20.220	91.998	135.348
IRRF/CS - Impostos retidos na fonte (ii)	69.141	203.469	241.778	422.437
Total circulante	146.426	463.227	621.248	1.123.510
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias (i)			23.050	
Total não circulante			23.050	
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	705		21.628	416.080
CS a pagar	258		5.398	151.049
Total	963		27.026	567.129



Data de Redução	% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção
A partir do dia 31.03.2016	10%
A partir do dia 31.03.2017	18%
A partir do dia 31.03.2018	18%
A partir do dia 31.03.2019	18%
A partir do dia 31.03.2020	18%
A partir do dia 31.03.2021	18%

(i) Preço de Exercício: R\$ 1,8528 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia, antes do agrupamento de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, corrigidos pela variação da taxa do CDI acumulada de 1,5% a.a., calculada "pro rata temporis", desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção. Até 31 de dezembro de 2018, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.488.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 16% das Ações Objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 12.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção; e (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 ações ordinárias e 12.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das Ações Objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 25.614.831 ações ordinárias e 51.229.562 ações preferenciais. A Oi não está obrigada a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PTIF ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à Pharol, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias da Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações. Enquanto vigorar a Opção, a Pharol não poderá comprar ações de emissão de Oi, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A Pharol não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a Pharol emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou relacionados em ações de emissão da Oi, deverá indiretamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros autorizados, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção. A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da Pharol para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a votar a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da Pharol (ii) a Pharol passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concretas com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que esta atua; (iii) a Pharol viole

५३





















—☆ continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

As participações em negócios em conjunto e participação em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	País sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
			2018	2018	2017	2017
Companhia AUX de Participações (AUX)	Tráfego de dados	Brasil		50%		50%
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financiera	Brasil		50%		50%
	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras	Brasil		29,90%		29,90%
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Operação de Satélites	Brasil		19,04%		19,04%
Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar")						

**Continuidade das operações**  
As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PJU pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Reterida decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial e em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação.

Em 27 de julho de 2018, a Companhia concluiu a capitalização de parte dos Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, na forma prevista no PJU, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de março de 2018. As novas ações ordinárias emitidas foram entregues aos acionistas da Companhia que exerceram o seu direito de preferência e aos titulares de Créditos Quirografários dos "Bondholders" Qualificados, mediante a capitalização dos seus respectivos créditos.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia concluiu o aumento de capital previsto no PJU através da emissão de 3.225.806.451 ações ordinárias ao valor de subscrição agregado de R\$ 4.000.000. A Companhia acredita que tem recursos suficientes para continuar com suas operações e cumprir com suas obrigações nos próximos doze meses.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras providências das Empresas Oi.

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias por sua própria natureza indicam a existência de incerteza que podem afetar o bito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PJU, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 22.895.811 (R\$ 22.652.320 na Controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 24.615.555 (R\$ 24.591.140 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 10.624.025 (R\$ 13.706.450 na controladora). Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido negativo montava a R\$ 13.512.523 (R\$ 13.805.980 na Controladora), o prejuízo líquido do exercício montava a R\$ 6.656.182 (R\$ 6.395.019 na controladora) e o capital circulante líquido negativo montava a R\$ 44.143.859 (R\$ 10.787.262 na controladora).

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como nas suas controladas.

### (a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no item (c) das políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d).

### Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB – "International Accounting Standards Board" e também de acordo com as orientações contábeis emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2018, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como "operação descontinuada" em consonância com o IFRS 5.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### (b) Principais políticas contábeis

#### Críticos de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das conta de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 8).

#### Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

#### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado e no balanço sob o rubrica do controle de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" de fluxo de caixa.

#### Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	2018	2017	2018	2017
Euro	4,4300	3,9693	4,3094	3,6089
Dólar Norte Americano	3,8748	3,3080	3,6558	3,1925
Escudo do Cabo Verde	0,0403	0,0360	0,0391	0,0327
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000185	0,000162	0,000177	0,000149
Xelim Queniano	0,0381	0,0321	0,0361	0,0309
Dólar da Namíbia	0,2698	0,2687	0,2764	0,2401
Metical de Moçambique	0,0627	0,0565	0,0601	0,0499
Kwanza	0,0126	0,0200	0,0147	0,0193

#### Informações por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente no que toca os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

#### Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos seus exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

#### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

#### Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base no novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

#### Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda da Companhia são ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e classificados a valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. A Companhia utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos esses não negociados em mercado ativo.

#### Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for altamente provável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio e, então, para os ativos e passivos remanescentes em base pró-rata.

Operação descontinuada é um componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante da Companhia. A classificação da operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda.

#### Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

#### Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os custos de empréstimos e financiamentos quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem,

entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

#### Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As despesas regulatórias associadas a ativos valia incorporada, são amortizadas pelo prazo da concessão do STFC. As demais licenças regulatórias da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

#### Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificada de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

#### Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Para fins de registro, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e taxas de juros explícito, e em certos casos implícita dos passivos.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa de retorno é a média de retorno de investimentos em de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Nos termos e condições do PJU, certos saldos de fornecedores e provisões para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais de âmbito da ANATEL, foram ajustados a valor presente, considerando a melhor estimativa de saldos adquiridos futuros.

Adicionalmente, ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, bem como receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas são ajustadas a valor presente.

#### Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ao valor justo e seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

#### Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

A Companhia adotou a opção de não relação ao registro dos compromissos de empréstimos e financiamentos, no momento da reclassificação dos passivos financeiros que foram originados pela reestruturação/ renovação dos passivos concursais submetidos à Recuperação Judicial. O valor justo de cada um dos passivos financeiros foi calculado com base em uma avaliação interna que levou em consideração os fluxos de caixa desses passivos e as premissas relativas a taxas de desconto, consistente com o prazo e a moeda de cada um desses passivos financeiros.

O ajuste a valor justo resultante no balanço patrimonial com relação a cada passivo financeiro novado é amortizado linearmente no resultado, em base mensal, ao longo do prazo de maturação do passivo financeiro. Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

#### Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

#### Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sobre os valores resultantes da reclassificação dos custos dos desfechos dos processos.

Para a mensuração do valor das provisões a constituir a Companhia adotou essencialmente duas metodologias:

(i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste caso a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e civil estratégico.

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e civil estratégico.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### Obrigação Onerosa

A Companhia reconhece uma obrigação presente quando eventos tornam a contratação de serviços onerosa.

O contrato se torna oneroso quando: (i) as obrigações do contrato excedem o benefícios econômicos que se espera obter ao longo do contrato e (ii) os custos são inevitáveis.

A Companhia mensura a obrigação onerosa de acordo com o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (i) no custo de cumprir o contrato ou (ii) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois o menor.

As premissas base do cálculo da obrigação onerosa deverão ser periodicamente reavaliadas e mensurada sempre que ocorram mudanças significativas dessas premissas.

#### Benefícios e empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuariais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 24).

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

#### Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no decorrer do exercício.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia aplicou os seguintes critérios para determinar a determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita de contrato com o cliente, considerando o método de reconhecimento de cinco etapas: (i) identificação do contrato, (ii) identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação para as obrigações de desempenho (v) reconhecimento da receita quando for satisfetia a obrigação de desempenho. Divulgações detalhadas do reconhecimento da receita no modelo de cinco etapas são apresentadas na Nota 2 (d).

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As legações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues ao cliente ou quando o cliente aceita a transferência de propriedade de seu equipamento para a venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que completam a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de realização.

#### Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos, ajustes a valor justo e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras.

#### Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no balanço quando o caso somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia redu o valor contábil do ativo fiscal diluído na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou do todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer crédito ou prejuízo decorrente da diferença de reconhecimento do lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada e os resultados das alterações nas avaliações técnicas e de longa distância, fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

#### Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33).

#### (c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As preparações das Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e dados atuais, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

#### Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação do valor e do momento do reconhecimento da receita pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julg







—☆ continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(24.557)	(137.754)	115.706	(906.080)
Tributos diferidos (Nota 10)	2.610.352	(1.091.576)	3.159.241	(192.542)
<b>Total</b>	<b>2.585.795</b>	<b>(1.229.330)</b>	<b>3.274.947</b>	<b>(1.098.622)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017

**Lucro (Prejuízo) antes das tributações IRPJ e CSLL**

IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado

Equivalência patrimonial

Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio

Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)

Exclusões permanentes (ii)

Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)

Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)

**Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado**

(i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.

(ii) Em 2018 os principais efeitos tributários de exclusão permanentes estão representados pela reestruturação dos passivos incluídos no PRJ.

(iii) Refere-se a reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).

(iv) Refere-se, a efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentem históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

## 8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

### (a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e contas bancárias	152.454	118.239	287.491	277.500
Equivalentes de caixa	1.516.605	3.758.902	4.097.838	6.585.184
<b>Total</b>	<b>1.669.059</b>	<b>3.875.141</b>	<b>4.385.329</b>	<b>6.862.684</b>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017

Operações compromissadas

Títulos privados

CDB – Certificado de Depósito Bancário

"Time Deposits"

Outros

**Equivalentes de caixa**

### (b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos privados	180.159	30.109	213.653	114.839
Títulos públicos	15.480	14.388	25.309	21.447
<b>Total</b>	<b>195.639</b>	<b>44.497</b>	<b>238.962</b>	<b>136.286</b>
Circulante	190.779	14.388	210.975	21.447
Não circulante	4.860	30.109	36.987	114.839

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "benchmark" o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

### 9. CONTAS A RECEBER

	Controladora <sup>1</sup>		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços faturados	1.302.359	2.014.625	6.783.022	7.478.145
Serviços a faturar	453.985	444.246	984.062	634.241
Aparelhos, acessórios e outros ativos	115.632	118.246	619.821	597.267
<b>Subtotal</b>	<b>1.871.976</b>	<b>2.577.117</b>	<b>8.386.905</b>	<b>8.709.653</b>
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(670.289)	(500.504)	(1.870.350)	(1.242.211)
<b>Total</b>	<b>1.193.687</b>	<b>2.076.613</b>	<b>6.516.555</b>	<b>7.367.442</b>

<sup>1</sup> Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 27.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	1.546.631	1.939.945	6.230.613	6.086.205
Vencidas até 60 dias	177.222	235.618	672.673	919.421
Vencidas de 61 a 90 dias	29.906	37.435	131.798	144.818
Vencidas de 91 a 120 dias	26.078	33.669	132.562	130.633
Vencidas de 121 a 150 dias	19.840	27.946	104.628	128.175
Vencidas acima de 150 dias	72.239	242.504	1.094.631	1.290.401
<b>Total</b>	<b>1.871.976</b>	<b>2.577.117</b>	<b>8.386.905</b>	<b>8.709.653</b>

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Saldo em 01/01/2017</b>			<b>(395.095)</b>	<b>(1.084.895)</b>
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa			(1.61.358)	(777.106)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			55.979	
<b>Saldo em 2017</b>			<b>(500.504)</b>	<b>(1.342.211)</b>
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa			(99.629)	(843.681)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis			44.319	688.519
Adoção CPC 48/IFRS 9 (*)			(122.475)	(372.977)
<b>Saldo em 2018</b>			<b>(678.269)</b>	<b>(1.870.350)</b>

(\*) Impacto do reconhecimento inicial, em 1 de janeiro de 2018, do CPC 48/IFRS 9 em contrapartida a Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido.

### 10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>Tributos correntes a recuperar</b>				
IR e recuperar (i)	72.936	239.538	287.472	565.725
CS a recuperar (i)	4.349	20.220	91.996	135.348
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	69.141	203.469	241.778	422.437
<b>Total circulante</b>	<b>146.426</b>	<b>463.227</b>	<b>621.246</b>	<b>1.123.510</b>
<b>Tributos diferidos a recuperar</b>				
IR e CS sobre diferenças temporárias <sup>1</sup>			23.050	
<b>Total não circulante</b>			<b>23.050</b>	

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017

**Tributos correntes a recolher**

IR a pagar

CS a pagar

**Total circulante**

**Tributos diferidos a recolher**

IR e CS sobre diferenças temporárias <sup>1</sup>

**Total não circulante**

<sup>1</sup> Vide quadro de movimentação abaixo

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútu, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

### Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Saldo em 2017	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adiões/ diretamnte no Patrimônio Líquido	Saldo em 2018
<b>Tributos diferidos ativos com relação a:</b>				
<b>Diferenças temporárias</b>				
Provisões	1.047.640	(310.733)		736.907
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	22.655	(2.286)		20.369
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	210.507	(188.920)	(36.349)	(14.762)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	112.487	61.279		173.766
Participação nos lucros	22.038	(3.921)		18.115
Variações cambiais (i)	1.851.330	(118.352)		1.732.978
Juros da dívida (ii)	1.096.156	(1.096.156)		
Agio incorporado (ii)	1.922.368	(231.861)		1.690.507
Outras adiões e exclusões temporárias	307.605	(94.676)		212.929
Obrigação onerosa	417.123			417.123
<b>Tributos diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>6.592.784</b>	<b>(2.568.503)</b>	<b>(36.349)</b>	<b>3.987.932</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.118.176	2.004.924		2.810.4.125.910
<b>Total de tributos diferidos ativos</b>	<b>8.710.960</b>	<b>(563.579)</b>	<b>(36.349)</b>	<b>2.810.8.113.842</b>
<b>Tributos diferidos passivos</b>				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.576.813)	426.470		(2.150.343)
Provisão ao valor de recuperação (iv)	(8.710.960)	2.747.661		(5.963.499)
<b>Total de tributos diferidos</b>	<b>(2.576.813)</b>	<b>2.610.352</b>	<b>(36.349)</b>	<b>2.810</b>

	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 2017	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adiões/ diretamnte no Patrimônio Líquido	Saldo em 2018

**Tributos diferidos ativos com relação a:**

**Diferenças temporárias**

Provisões de tributos com exigibilidade suspensa

Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

Participação nos lucros

Variações cambiais (i)

Juros da dívida (ii)

Agio incorporado (ii)

Outras adiões e exclusões temporárias

Obrigação onerosa

**Tributos diferidos sobre diferenças temporárias**

Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL

**Total de tributos diferidos ativos**

**Tributos diferidos passivos**

Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)

Provisão ao valor de recuperação (iv)

**Total de tributos diferidos**

(i) Em decorrência da renovação das dividas no âmbito da Homologação do PRJ, os créditos fiscais diferidos de juros e variação cambial sobre passivos financeiros foram desreconhecidos na data de renovação em 5 de fevereiro. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de créditos fiscais sobre variações cambiais refere-se ao período subsequente a homologação do Plano.

(ii) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originados dos ágio pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamenteado na técnica do SITFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos originados dos ágio pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. ("TmarPart") e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.

(iii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.

(iv) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo

Método de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação.

O esboço de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 29.892.453 e R\$ 14.332.380, e correspondem a R\$ 10.065.434 e R\$ 5.606.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

### 11. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS a recuperar (i)	280.166	327.535	1.240.353	1.411.538
PIS e COFINS	100.181	117.230	215.860	244.853
Outros	23	13.681	63.015	52.754
<b>Total</b>	<b>380.370</b>	<b>458.446</b>	<b>1.519.228</b>	<b>1.709.145</b>
Circulante	232.961	273.257	803.252	1.081.587
Não circulante	147.409	185.189	715.976	627.558

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017

ICMS

PIS e COFINS (ii)

FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iii)

Outros (iv)

**Total**

Circulante

Não circulante

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

A Companhia e suas controladas mantêm ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Em março de 2019, translataram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

O terceiro processo ainda se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

O montante total atualizado desses créditos em 31 de dezembro de 2018, considerando os três processos, é de aproximadamente R\$ 3,05 bilhões. Em relação aos dois processos em que se obteve a decisão judicial final, os valores montam a aproximadamente R\$ 2,05 bilhões.

Para dar início à utilização dos créditos reconhecidos judicialmente para compensar débitos relativos a tributos federais vincendos, a Companhia vem realizando minuciosa análise objetivando quantificar tais créditos e adotando todas as medidas necessárias para habilitá-lo perante a Receita Federal.

(iii) A Companhia e suas controladas, Telemar e Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(iv) Composto principalmente de atualização monetária de exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

### 12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Publicidade e propaganda	580	249	135.049	105.434
Despesas antecipadas contratuais	16.195	56.977	47.771	56.977
Seguros	22.458	25.659	48.865	61.424
Fiança bancária	15.840	22.635	40.690	60.722
Outras	10.873	1.243	81.590	50.844
<b>Total</b>	<b>304.594</b>	<b>106.763</b>	<b>1.266.503</b>	<b>335.401</b>



—☆ continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Vencimento contratual		Principal	
"Senior Notes"	2018	2017	2018	2017
	7.068.263	10.220.023	7.068.263	55.636.171
Moeda nacional	1.272.307	1.272.307	1.272.307	1.272.307
Moeda estrangeira	7.068.263	9.947.716	7.068.263	34.363.864
	2018	2017	2018	2017
"Bondholders" Não Qualificados (*)	328.376	328.376	328.376	328.376
Créditos com Garantia Real	925.271	972.065	3.616.074	3.636.704
	2018	2017	2018	2017
BNDES	925.271	972.065	3.616.074	3.636.704
Reestruturação	5.795.142	6.230.197	14.993.376	15.340.722
Moeda nacional	4.690.589	5.437.576	8.640.054	9.758.508
	2018	2017	2018	2017
Debêntures (I)	4.358.366	4.849.935	6.788.519	4.908.058
	2018	2017	2018	2017
Outros	532.223	587.641	1.851.535	4.850.450
Moeda estrangeira	904.553	792.621	6.353.322	5.862.214
	2018	2017	2018	2017
Instituição Financeira Moeda Nacional	13.262	54.251	54.251	54.251
Oferta Geral	12.00.274	4.332.352	4.332.352	4.332.352
	2018	2017	2018	2017
Moeda nacional	151.989	207.035	207.035	207.035
	2018	2017	2018	2017
Moeda estrangeira	1.048.285	4.125.317	4.125.317	4.125.317
Mútuos e Debêntures com controladas (Nota 27)	18.610.408	22.305.968	22.305.968	22.305.968
Subtotal	33.538.996	40.428.253	30.390.692	54.813.597
Custo de transação incorrido	10.629	154.439	154.439	236.384
Ajuste a valor justo (**)	(23.593.369)	(13.928.660)	(13.928.660)	(13.928.660)
Total	10.334.998	40.273.814	16.449.906	54.515.233
Circulante	692.172	20.533.919	672.894	54.515.233
Não circulante	9.642.826	19.769.895	15.777.012	19.769.895

(\*) Os créditos dos "Bondholders" Não Qualificados foram novados na forma de um contrato de financiamento conforme a cláusula 4.3.3.1 do PRJ.

(\*\*) Calculado levando-se em consideração os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

**Custos de transação por natureza**

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Vencimento contratual		Principal	
Instituições financeiras	10.298	152.016	11.481	295.941
Debêntures públicas	331	2.423	645	298.364
Total	10.629	154.439	12.126	298.364
Circulante	1.290	154.439	1.290	298.364
Não circulante	9.339		10.836	
	2018	2017	2018	2017
Euro	252.659	13.741.007	198.931	21.989.880
Dólar Norte Americano	6.878.691	13.056.571	8.179.353	17.691.034
Reais	3.203.648	13.478.236	7.633.140	14.834.319
Total	10.334.998	40.273.814	16.449.906	54.515.233
	2018	2017	2018	2017
Composição da dívida por indexador	2018	2017	2018	2017
Índice de taxa fixa	1.75% a.a. - 10,00% a.a.	6.708.094	27.533.646	8.562.117
CDI	0,75% a.a. - 1,83% a.a.	2.235.675	10.653.197	3.949.639
Libor		742.348	4.992.233	
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	924.957	778.871	3.614.820
IPCA		565.752	1.812.576	
TR	2,43% a.a.	10.593	14.430	
Outros	0%	455.679	308.900	
Total	10.334.998	40.273.814	16.449.906	54.515.233
	2018	2017	2018	2017
Composição da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação	2018	2017	2018	2017
Dívida de Longo Prazo	4.833	10.598	1.461	1.562
Custo de Transação	2.029	3.953	1.461	1.562
Total	219	970	1.461	1.562
Circulante	111.644	295.155	1.461	1.562
Não circulante	33.158.809	29.405.472	3.495	4.588
Total	33.277.534	29.716.508	9.339	10.836

**Garantias**

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.691 milhões.

**"Covenants"**

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Divida Bruta EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Vencimento contratual		Principal	
SMP	22.925	1.025	4.649	
Concessões do STFC	22.925	84.594	16.261	
Total	22.925	85.619	20.910	
Circulante	22.925	85.619	20.910	
Não circulante			604	
Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.				
	2018	2017	2018	2017
21. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL	2018	2017	2018	2017
O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:	2018	2017	2018	2017
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	322.654	367.641	496.240	638.409
REFIS II - PASES		4.336	4.336	
PRT (MP nº 766/2017) (i)	28.404	114.469	54.529	23.306
PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)	2.438	10.022	2.438	12.981
Total	353.496	496.468	553.206	888.777
Circulante	86.154	146.617	142.036	278.277
Não circulante	267.342	349.851	411.170	610.500

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.496/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, ai, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ou parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Vencimento contratual		Principal	
COFINS	42.921	156.674	199.595	299.533
Imposto de renda	5.873	39.094	44.967	68.285
IRS	44.043	33.842	79.885	89.354
INSS - SAT	1.018	1.342	2.414	4.774
Contribuição social	754	323	11.426	12.503
CPMF	19.014	2.142	28.976	50.132
PRT - Demais débitos - RFB	26.685	2.374	25.469	54.528
PRT - Previdenciários - INSS				22.251
PERT - Demais débitos - RFB				5.790
Outros	1.146	1.292	2.438	12.981
Total	29.150	4.433	10.384	109.916
Circulante	770.604	10.614	37.198	553.206
Não circulante				888.777

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Vencimento contratual		Principal	
2019	86.154	142.036	86.154	142.036
2020	55.312	85.070	55.312	85.070
2021	55.312	85.070	55.312	85.070
2022	55.312	85.070	55.312	85.070
2023	55.312	85.070	55.312	85.070
2024 e 2025	46.094	70.890	46.094	70.890
Total	353.496	553.206	353.496	553.206
Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.				
(i) Programa de Regularização Tributária - PRT				
A Companhia optou por incluir e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 (PRT), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa.				
A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permitia a redução de 75% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL no montante de R\$ 1.035 milhões, com o pagamento de parcelas mensais de 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 327 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concretizados dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017.				
Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as instituições jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispor de modo distinto.				
Resalta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela Lei nº 783/2017 (PERT), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão.				
(ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT				
A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) a que se refere o artigo 3º, da Lei nº 13.496/2017.				
Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial – com todos os custos a ela atrelados –, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).				

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Vencimento contratual		Principal	
Natureza	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	193.343	208.650	602.673	598.300
(i) Horas extras	35.720	42.101	166.963	228.244
(ii) Adicionais diversos	46.513	59.590	187.499	195.533
(iii) Indenizações	52.144	61.523	160.442	174.888
(iv) Estabilidade / Reintegração	44.883	60.737	94.691	116.561
(v) Complemento de aposentadoria	24.473	27.048	61.674	59.772
(vi) Diferenças salariais	18.492	20.823	30.898	37.982
(vii) Honorários advocatícios/periciais	6.700	7.057	31.521	32.498
(viii) Verbas rescisórias	3.535	4.930	25.921	27.459
(ix) Multas trabalhistas	2.775	242	15.962	24.289
(x) Vínculo empregatício	3.843	5.139	10.804	12.489
(xi) FGTS	135	240	889	901
(xii) Subsidiariedade	28.656	33.549	67.254	87.792
(xiii) Demais ações	458.512	531.629	1.457.181	1.596.418
Tributária	67.716	114.308	503.332	539.588
(i) ICMS	1.269	1.196	76.389	73.320
(ii) ISS	442	430	23.100	20.388
(iii) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	14.373	12.000	47.262	27.006
(iv) Demais ações	63.870	127.934	650.063	660.302
Cível	152.445	787.177	580.182	2.806.557
(i) ANATEL	1.124.037	1.574.595	1.124.037	1.574.595
(ii) Societário	109.503	130.088	191.839	280.386
(iii) Juizado Especial	604.100	401.945	1.035.398	884.276
(iv) Demais ações	1.989.085	2.893.805	2.931.456	5.266.414
Total	2.531.467	3.553.368	5.038.720	7.783.134
Circulante	429.075	610.748	680.542	963.460
Não circulante	2.102.392	2.942.620	4.358.178	6.819.674

1 Inclui R\$ 157.809 relativos ao acordo firmado com a Pharo, conforme descrito na Nota 31.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

**Detalhamento do passivo contingente, por natureza**

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Vencimento contratual		Principal	
Trabalhistas	232.854	313.810	770.982	849.799
Tributária	5.481.243	5.052.797	27.596.094	26.175.239
Cível	693.149	305.092	1.723.110	1.142.027
Total	6.407.246	5.671.699	30.080.186	28.167.065
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 01/01/2017	676.248	49.543	2.486.121	3.211.912
Atualização monetária	(10.064)	50.732	133.726	174.394
Adições / (Reversões)	(271.25)	27.964	2.551.280	2.552.119
Baixas por pagamentos / encerramentos (ii)	(107.430)	(305)	(665.330)	(773.065)
Ajuste a valor presente			(1.611.992)	(1.611.992)
Saldo em 2017	531.629	127.934	2.893.805	3.553.368
Atualização monetária (i)	24.056	(13.469)	(63.488)	(52.901)
Adições / (Reversões)	49.198	(20.936)	(47.717)	(19.455)
Adições / (Reversões) (ii)	(146.371)	(9.659)	(753.175)	(949.545)
Saldo em 2018	458.512	83.870	1.989.085	2.531.467
	2018	2017	2018	2017
Saldo em 01/01/2017	1.295.513	576.132	3.956.330	5.807.975
Atualização monetária	338.718	99.302	255.949	674.668
Adições / (Reversões)	200.242	49.616	7.112.446	7.362.304
Baixas por pagamentos / encerramentos (ii)	(238.055)	(65.348)	(884.410)	(1.188.813)
Ajuste a valor presente			(4.873.000)	(4.873.000)
Saldo em 2017	1.596.418	660.302	5.526.414	7.783.134
Atualização monetária (i)	184.112	77.697	(34.539)	226.870
Adições / (Reversões)	99.805	(49.659)	(42.734)	92.880
Baixas por pagamentos / encerramentos (ii)	(423.154)	(38.257)	(2.602.753)	(3.064.164)
Saldo em 2018	1.457.181	650.083	2.931.456	5.038.720

A Companhia vem realizando o monitoramento contínuo dos seus processos, assim como o processamento do modelo de estimativas da provisão considerando o novo perfil histórico de encerramento dos processos judiciais, no contexto da aprovação e Homologação do PRJ. Neste sentido, procedeu à reversão de provisão para contingência e sua correspondente atualização monetária.

(i) Esta rubrica inclui essencialmente valores referentes a processos encerrados e incluídos na lista de credores da recuperação judicial da Companhia, os quais foram transferidos para rubrica de fornecedores e serão pagos nos termos do PRJ.

**Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**

**Provisões**

**Trabalhistas**

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes



—☆ continuação



# OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

## (d) Outros resultados abrangentes

Os efeitos incluídos em outros resultados abrangentes são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
<b>Saldo em 01/01/2017</b>	<b>(262.117)</b>	<b>(377.429)</b>	<b>3.916</b>	<b>(635.630)</b>
Redução de participação em controlada			(145.787)	(145.787)
Ganho atuarial, líquido de impostos	20.129		20.129	20.129
Perda atuarial reflexa	(247)		(247)	(247)
Variação cambial sobre investimento no exterior	141.824		141.824	141.824
<b>Saldo em 2017</b>	<b>(100.411)</b>	<b>(377.429)</b>	<b>(141.871)</b>	<b>(619.711)</b>
Ganho atuarial, líquido de impostos	70.560		70.560	70.560
Perda atuarial reflexa	(920)		(920)	(920)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(35.717)		(35.717)	(35.717)
<b>Saldo em 2018</b>	<b>(66.486)</b>	<b>(377.429)</b>	<b>(141.871)</b>	<b>(585.786)</b>

## (e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico e diluído:

	2018	2017
<b>Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia</b>	<b>24.591.140</b>	<b>(6.365.019)</b>
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	22.036.074	(4.896.241)
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	2.555.066	(1.468.778)

## Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)

Ações ordinárias – básicas e diluídas 1.344.686 519.752  
Ações preferenciais – básicas e diluídas 155.915 155.915

## Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):

Ações ordinárias – básicas e diluídas 16,39 (9,42)  
Ações preferenciais – básicas e diluídas 16,39 (9,42)

As ações preferenciais adquirindo direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

## 25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### (a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2018.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel e B7T Multimídia	FATL
BTTPREV (1)	Oi, Oi Móvel e B7T Multimídia	FATL
TelemarPrev	Oi, Telemar e Oi Móvel	FATL
PAMEC	Oi	FATL
PBS-A	Telemar e Oi	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNC	Oi Móvel	FATL
CELPREV	Oi Móvel	FATL
PAMA	Oi e Telemar	Sistel

(1) Plano incorporado pelo TCSPREV em 30 de novembro de 2018.

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão ao ser referida nesta nota, também poderá estar denominada “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVUE Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

### Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Obrigações financeiras - Plano BTTPREV (i)	574.725	472	574.725	472
Planos BTTPREV (i)		628.735		629.120
Plano PAMEC	4.397	3.300	4.397	3.300
<b>Total</b>	<b>579.122</b>	<b>632.507</b>	<b>579.122</b>	<b>632.892</b>
Circulante		61.868		61.922
Não circulante	579.122	570.639	579.122	570.970

(i) Representado por contrato de obrigações financeiras, firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. A referida obrigação representa o compromisso nos termos do PRJ (Nota 1).

### Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Plano TCSPREV	68.619	97.815	68.934	101.680
Plano CELPREV		199		199
<b>Total</b>	<b>68.619</b>	<b>97.815</b>	<b>69.133</b>	<b>101.680</b>
Circulante		4.366		4.366
Não circulante	64.253	96.825	64.253	100.600

### Características dos planos de previdência complementar patrocinados

#### 1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

#### Planos

#### (i) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade do Participante na data de inscrição; (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### (ii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do teto do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### (iii) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0026-38.

Em 30 de novembro de 2018, data da efetiva incorporação, o Plano de Benefícios TCSPREV incorporou o Plano de Benefícios BTTPREV (CNPB nº 2002.0017-74), tornando-se sucessor universal dos direitos e obrigações deste Plano, assumindo todos os seus ativos e passivos. A citada incorporação foi aprovada pela Portaria PREVIC nº 995, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 208 em 29 de outubro de 2018.

Com o reconhecimento e registro da incorporação, os Participantes e Beneficiários vinculados ao BTTPREV tornam-se, automaticamente, Participantes e Beneficiários do TCSPREV, respeitando-se as categorias dos Beneficiários no dia anterior à data da incorporação.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória dos Participantes Ativos do TCSPREV e BTTPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, que poderá variar de 3% a 8% sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade e escolha do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras.

A Contribuição mensal dos Participantes do Plano Fundador/Alternativo, anteriormente incorporado pelo BTTPREV, corresponde ao somatório de: (i) 3% incidente sobre o Salário-de-Participação; (ii) 2% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade do maior Salário-de-Contribuição da Previdência Oficial; e (iii) 6,3% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a Participantes do TCSPREV e BTTPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados do Plano PBS-TCS para o Plano TCSPREV, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participantes do TCSPREV e BTTPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22%, em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação.

A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, conforme o Plano TCSPREV ou BTTPREV, desde que não inferior a uma UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV) ou a uma UPB7T (Unidade Previdenciária B7T), respectivamente. Não há contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntárias ou Esporádicas do Participante.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### (iv) PBS-TNC

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, fechado a novas adesões, inscrito no CNBP sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade do Participante na data de inscrição; (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio.

A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### (v) CELPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNBP sob o nº 2004.0009-29.

Em 12 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 22 publicada no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2018, a PREVIC aprovou o novo texto do Regulamento do Plano, contemplando o fechamento da massa de participantes do CELPREV, sendo vedada novas adesões.

A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença).

A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidades de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor.

A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo

mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição.

A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, elutuada em frequência por ela determinada.

A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18 de março de 2004.

A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes.

O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

#### 2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

#### Planos

#### (i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à aprovação de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2018, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

#### (ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido, administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de “contribuição definida” (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma

estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra

como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja

uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de

contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 2.127 milhões estavam relacionados aos planos patrocinados pela Companhia, rateados de forma proporcional a parcela das obrigações do benefício definido. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

#### 3) PAMEC-B7T - Plano assistencial administrado pela Companhia

É um plano assistencial, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Plano de Benefício TCSPREV. Plano de Benefício este administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-B7T foram pagas integralmente em julho de 1998, através de doação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

#### Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora						
	2018		Planos de Assistência Médica				
	Planos de Pensão						
	PBS-						
	B/TPREV (*)	TCSPREV	Telemar	Teleprev	PBS-A	PAMEC	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.523.181	622.688	7.450	159.771	965.337	3.300	557.759
Juros sobre obrigações atuariais	219.771	77.967	700	15.179	92.665	317	53.759
Custo do serviço corrente	38	166		118			
Contribuições de participantes vertidas no ano	12	2					
Benefícios pagos líquidos	(177.138)	(61.005)	(690)	(10.758)	(89.947)	(688)	(42.143)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	60.969	(12.453)	955	12.631	24.309	1.468	41.343
Aumento(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	(2.825.053)	2.625.053					
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.523.181	622.688	7.450	159.771	965.337	3.300	557.759
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.894.446	1.945.911	8.715	176.941	1.013.384	4.387	610.469
Rendimentos dos ativos do plano	16.137	199.717	826	16.483	150.411		55.673
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	22	4				688	
Pagamento de benefícios	(177.138)	(61.005)	(690)	(10.758)	(89.947)	(688)	(42.143)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	36.620	(383.419)	848	12.765	(93.275)	19.661	
Aumento(redução) do ativo em decorrência de incorporação do Plano	(1.915.248)	1.915.248					
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.615.956	9.719	191.524	1.540.980	1.540.980		610.469
(+) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(684.038)	(1.304)	(14.583)	(52.716)	(52.716)	4.387	459
Eléito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	295.419	1.304	14.583	52.716			
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup>	(68.619)					4.387	459

Plano Incorporado pelo TCSPPREV em 30 de novembro de 2018.						
	Controladora					
	2017				Planos de Assistência Médica	
	Planos de Pensão					
	BTTPREV	TCSPPREV	PBS-Telemar	PBS-A	PAMEC	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.523.220	569.781	7.011	145.145	996.918	3.276
Juros sobre obrigações atuariais	260.476	64.615	791	16.566	105.637	378
Custo do serviço corrente	38	166		38		51.571
Contribuições de participantes vertidas no ano	17					
Benefícios pagos líquidos	(205.791)	(54.968)	(677)	(10.204)	(91.923)	(122)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	163.079	42.658	325	8.206	34.505	(232)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.523.181	622.688	7.450	159.771	965.337	3.300
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.894.438	1.936.676	7692	160.216	1.451.050	52.544
Rendimentos dos ativos do plano	216.445	214.495	872	16.369	160.659	122
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora	33					
Pagamento de benefícios	(205.791)	(54.968)	(677)	(10.204)	(91.923)	(122)
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	84.921	(50.286)	842	4.653	47.005	26.633
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.994.446	1.946.311	8.175	173.034	1.572.794	57.278
Valor justo do plano no início do exercício	628.735	(133.223)	(1.885)	(12.629)	(524.734)	3.300
Excesso do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		1.225.408	1.285	13.263	587.544	19.479
= Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido <sup>(1)</sup>	628.735	(978.15)				3.300











**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RJ**

Certidão n.º: RJ/2019/00001209

Nome: MARCELO ANTONIO LEAL GOMES CPF: 023.372.847-35

CRC/UF n.º RJ-083182/O Categoria: CONTADOR

Validade: 27.08.2019

Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página [WWW.CRC.ORG.BR](http://WWW.CRC.ORG.BR), mediante número de controle a seguir:

CPF : 023.372.847-35 Controle : 4100.4728.5042.5355